

O ESPAÇO ULTRAMARINHO IBÉRICO (1450-1900) ARTE, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

DUARTE NUNO CHAVES  
COORDENAÇÃO

# O ESPAÇO ULTRAMARINHO IBÉRICO (1450-1900)

ARTE, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO



Misericórdia das Velas



CHAM  
CENTRO DE  
HUMANIDADES  
NOVA FCSH - UAC

O ESPAÇO  
ULTRAMARINO  
IBÉRICO (1450-1900)  
ARTE, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO



DUARTE NUNO CHAVES  
COORDENAÇÃO

O ESPAÇO  
ULTRAMARINO  
IBÉRICO (1450-1900)  
ARTE, HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

EDIÇÃO



Misericórdia das Velas



CHAM  
CENTRO DE  
HUMANIDADES  
NOVA FCSH-UNL

**Título:** *O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900) Arte, História e Património*

**Coordenação:** Duarte Nuno Chaves

**Autores:** Vários

**Edição:** Santa Casa da Misericórdia das Velas e CHAM – Centro de Humanidades.  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e  
Universidade dos Açores

**Fotografia da capa:** “Le grandi esplorazioni e scoperte” de Alfredo Bosisio,  
Biblioteca, Arquivo e Museu da Universidade dos Açores

**Local de edição:** Ponta Delgada

**Data de edição:** 2024

**Tiragem:** 300 exemplares

**Pré-impressão, impressão e acabamento:** Nova Gráfica – Rua da Encarnação, 21 –  
Pastinhos, Fajã de Baixo – 9500-513 Ponta Delgada

**Depósito Legal:** 534888/24

**ISBN:** 978-989-54856-1-1

O projeto, com a referência M3.3.C/Edições/002/2024 – “O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900): Arte, História e Património”, recebeu financiamento da Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, através do Sistema de Incentivos PRO-SCIENTIA.

Com o apoio:



**GOVERNO  
DOS AÇORES**

**VICE-PRESIDÊNCIA  
DO GOVERNO**



## TABELA DE AUTORES

Anahí Meyer Riera

Assunção Melo

Avelino de Freitas de Meneses

Gleydi Sullón Barreto

Juan Manuel Santana-Pérez

Maria João Castro

Paulo Ladeira

Rafael Moreira

Rita Nascimento

Rita Rodrigues

Sergio Hernández Suárez

Susana Serpa Silva

Teresa Lousa

Tiago Simões Silva

### Notas:

As afirmações proferidas em cada capítulo e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Os artigos da responsabilidade de investigadores do CHAM, contaram com o apoio do CHAM (NOVA FCSH/UAc), através do projeto estratégico patrocinado pela FCT (UIDB/04666/2020) — <https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020>



## ÍNDICE

<b>NOTA DE ABERTURA</b> .....	9
Duarte Nuno Chaves	
<b>FRANCISCO DE HOLANDA: CARTOGRAFIA METAFÍSICA DO MUNDO</b> ...	11
Teresa Lousa	
<b>O PADRÃO DE VASCO DA GAMA EM MELINDE, 1499</b> .....	25
Rafael Moreira	
<b>PERMANÊNCIA E DURABILIDADE DAS COLEÇÕES DOCUMENTAIS ALBERGADAS NOS ARQUIVOS HISTÓRICOS DOS AÇORES</b> .....	37
Anahí Meyer Riera	
<b>AS PASTAGENS, O GADO E O QUEIJO: ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DE S. JORGE</b> .....	53
Avelino de Freitas de Meneses	
<b>ANDRÉS MUÑIS, EL SASTRE AZORIANO QUE SE INTEGRÓ EN LIMA Y SALIÓ LIBRE DE UNA SOSPECHA DE JUDAÍSMO, 1616-1649</b> .....	67
Gleydi Sullón Barreto	
<b>LA ADMINISTRACIÓN MUNICIPAL DE LOS ARCHIPIÉLAGOS MACARONÉSICOS DURANTE LA EDAD MODERNA</b> .....	81
Sergio Hernández Suárez	

<b>INTERESSES E LOGÍSTICA CONSULAR NO MAR DOS AÇORES: OBSERVAÇÃO DE UM CASO PARTICULAR EM ANGRA NO SÉCULO XVII .</b>	99
Assunção Melo	
<b>CAPITÃO GASPAR BERENGUER DE ANDRADE .....</b>	115
Rita Rodrigues	
<b>ISLAS AFRICANAS EN EL ESPACIO ULTRAMARINO IBÉRICO (1450-1837): ARTE, HISTORIA Y PATRIMONIO .....</b>	139
Juan Manuel Santana-Pérez	
<b>O CONSUMO DE PRODUTOS IMPORTADOS NA ILHA DO FAIAL NO SÉCULO XVIII – Fontes e hipóteses de trabalho .....</b>	157
Tiago Simões da Silva	
<b>MOBILIDADE DE PINTORES E ENTALHADORES ENTRE MADEIRA, AÇORES E CANÁRIAS, DO SÉCULO XVIII AO INÍCIO DO SÉCULO XIX .....</b>	173
Paulo Ladeira	
<b>UM ACIDENTE QUE TROUXE PROSPERIDADE. DO NAUFRÁGIO DO NAVIO <i>SPINDRIFT</i>, EM 1870, AO PATRIMÓNIO RELACIONADO COM A APANHA DA AMÊIJOA, NA ILHA DE SÃO JORGE. ....</b>	203
Rita Nascimento	
<b>FRANCISCO AFONSO CHAVES E A VIAGEM A COLONIAL A ZANZIBAR, 1906 .....</b>	219
Maria João Castro	
<b>A ILHA DE S. JORGE E OS JORGENSES NAS DESCRIÇÕES DE BRIANT BARRETT (1812-1814) .....</b>	237
Susana Serpa Silva	

## NOTA DE ABERTURA

DUARTE NUNO CHAVES

Desde 2011 que o CHAM Acores – Centro de Humanidades, unidade de investigação interuniversitária vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à Universidade dos Açores e a Santa Casa da Misericórdia das Velas, S. Jorge, Açores, mantêm uma parceria institucional que têm resultado em vários encontros de investigadores e na edição de um conjunto de publicações científicas sobre questões de identidade cultural no espaço biogeográfico da Macaronésia.

Duas figuras que nos deixaram saudades, são incontronáveis na efetivação destes encontros, Frederico Maciel, que desde a primeira edição, até 2020, foi corresponsável pela organização dos denominados “Colóquios das Velas” e o historiador e investigador madeirense Alberto Vieira que num dos textos que apresentou, no encontro de 2016, alertava para a importância da obra *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso (1522-1591), podendo ser considerado este o estudo pioneiro de uma perspetivação da realidade histórica insular.

Gaspar Frutuoso terá sido o pioneiro a evidenciar e delinear os traços comuns dos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, que hoje chamamos Macaronésia, tanto ao nível geográfico, como histórico. Na realidade, não estava equivocado quando tentou essa abordagem, pois os referidos arquipélagos pertencem à Macaronésia, ao mesmo tempo que fazem parte de um conjunto, que é o Atlântico e a Europa.

O livro “O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900): Arte, História e Património” espera ser um contributo na continuação desta perspetivação de estudos que pretendem difundir, promover e estimular a troca de conhecimentos e experiências entre investigadores provenientes de outras academias, todos eles interessados no impacto histórico, artístico e patrimonial, patentes

no espaço ultramarino Ibérico, num arco temporal alargado que abrange de 1450 a 1900.

Atendendo ao facto da publicação ter tido origem na realização de um evento ocorrido no arquipélago dos Açores, em sintonia com uma boa parte integrante do espaço biogeográfico da Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), pretendemos reunir nesta publicação um conjunto de artigos, potenciados por uma diversidade disciplinar, metodológica e teórica que geograficamente tenham a sua génese na História Insular e Atlântica, ampliadas e comparadas ao restante espaço ultramarino ibérico, e de outras comunidades da diáspora lusófona e hispânica.

## FRANCISCO DE HOLANDA: CARTOGRAFIA METAFÍSICA DO MUNDO

TERESA LOUSA

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
teresa.lousa@gmail.com

### O TEMPO DE FRANCISCO DE HOLANDA

Francisco de Holanda é um artista, humanista e visionário do século XVI, com uma produção artística, mas sobretudo teórica notável para a época em Portugal: A sua principal obra teórica é o *Da Pintura Antigua*, que contém os famosos *Diálogos em Roma*. Destaca-se o emblemático *De Aetatibus Mundi Imagines*, prodigioso códice de 154 imagens, obra iniciada em 1545 e que é retomada em 1573.

O episódio mais marcante da vida de Francisco de Holanda foi sem dúvida a viagem a Itália (1538), que exercerá para sempre no seu espírito um fascínio, constituindo de certo modo o exemplo máximo do bom gosto, das boas práticas artísticas e da consideração social pela arte. Holanda foi um homem erudito que entre companhias ilustres e selectas viajou bastante para a sua época. Os locais por onde passou deram forma à sua sensibilidade, para além das antiguidades romanas e das obras italianas do seu tempo que tanto o fascinaram (vale a pena lembrar que Holanda observou o *Juízo Final* de Miguel Ângelo em plena execução), outras coisas despertaram o seu interesse: “objectos ceilandeses, etíopes ou indianos vistos na sua juventude, vestígios etíopes ou indianos vistos em Portugal, a arte medieval visitada em França ou na Catalunha” (RUSSO, 2020: 39).

Este longo intervalo entre 1545 e 1573 será responsável por alterações profundas na história e cultura do nosso país: Longe da auto-consciência dos artistas que conheceu na sua viagem a Itália (1538), a realidade pós-conciliar em

Portugal não dá margem para ousadias artísticas. A inquisição acabara de prender Damião de Góis e a sua obra *De Aetatibus Mundi Imagines* é alvo de atenta censura. Teve o mérito de ter sido o primeiro que em Portugal escreveu sobre *bellas-artes*. A sua biografia é extraordinária e paradoxal: de jovem cortesão entre príncipes e reis, a artista da Renascença que privou com Miguel Ângelo, na estadia em Itália, à sua queda depois da morte do Infante Dom Luís e de D. João III. Morreu em 1584 “não se sabe ao certo se terá morrido em Lisboa, no seu Monte em Sintra, ou em Santarém” (LOUSA, 2014, p. 41). Holanda, apesar dos apoios que recebeu de D. João III e da amizade que lhe dispensou o Infante D. Luís, nunca chegou a ver a sua obra publicada em vida (tendo sido, por consequência, silenciado por mais de dois séculos). A sua aguda consciência melancólica e visionária vai ao ponto de explicar auto-reflexivamente o triste destino da sua obra, que é também, ainda hoje malgradadamente, o de muitos artistas portugueses: “E vós, M. Francisco d’Ollanda, se pola arte da pintura sperais de valer em Spanha ou Portugal, daqui vos digo que viveis em speranza vã e fallace, e que por meu conselho deviaes viver antes em França ou em Itália, onde os engenhos se conhecem e se muito estima a gran pintura” (HOLANDA, 1985, p. 288).

Na fase final da sua vida viverá retirado da vida social, no seu monte em Sintra numa espécie de exílio dedicado a valores contemplativos de inspiração cristã (LOUSA, 2014, p. 42). Assim este nosso humanista é paradigmático deste País. É um génio que, se tivesse nascido em Itália, França ou mesmo em Espanha, seria certamente mais homenageado e dignamente recordado nestes poucos mais de quinhentos anos que nos separam de tão fulgurante e original pensamento, vida e obra.

O tempo de Francisco de Holanda é um tempo de grandes vicissitudes e reviravoltas políticas, religiosas e culturais. Do seu nascimento à sua morte, o nosso autor será testemunha e protagonista de muitas delas.

### **A ARTE COMO INSTRUMENTO DE GLOBALIZAÇÃO NA PERSPETIVA IBÉRICA SEISCENTISTA**

Para compreender a motivação deste pequeno artigo é importante compreender a importância única entre a Teoria da Arte. Trata-se de uma importante categoria do conhecimento e da produção literária: significa basicamente a escrita

de artistas para artistas, seja em manuais de carácter mais prático, seja em obras teórico-filosóficas dirigidas tanto a outros artistas como a um público erudito e intelectual.

Ao estilo da missão renascentista: a pintura entendida como uma coisa mental – diria Leonardo) cruza-se com uma nova conceção do Mundo à luz dos movimentos de expansão que se desenhavam neste momento histórico e que os artistas testemunhavam e sobre os quais alguns também tiveram o mérito de escrever. Assim, no panorama ibérico pode destacar-se que:

Por volta de 1548, o artista português Francisco de Holanda compôs, em português, sua “Da Pintura Antiga”, dedicada a João III, rei de Portugal e governante do vasto império do país nas Américas, na África e na Ásia.

Entre 1560 e 1563 o colecionador e humanista Felipe de Guevara, humanista, defensor do clássico, cavaleiro ao serviço do Imperador Carlos V, completou, em espanhol, os seus “Comentarios de la Pintura”, obra publicada pela primeira vez em 1788. Em comum com Holanda teve, entre vários aspectos, o facto de não ter visto a sua obra publicada em vida e de terem ambas estado esquecidas e em parte incerta.

“El manuscrito escrito en 1560 no llegó a publicarse y durante mucho tiempo se consideró perdido” (DUEÑAS, 2010: 372). Foi contemporâneo de Francisco de Holanda, morre em 1600. Dedicou a sua obra ao recém-nomeado Rei da Espanha, o jovem Filipe II. A dominação filipina buscou fundar as suas pretensões universais sobre a sua extensão geográfica: *os reinos mais extensos* das quatro partes do mundo” (GRUZINSKI, 2014: 46).”

Uma análise comparativa desses dois tratados revela, que tanto Holanda, como Guevara perceberam como os “territórios” do renascimento artístico tinham uma perspectiva globalizante e desenvolvem uma consciência de história da arte universal ainda que à escala eurocêntrica. Os dois autores valorizam a dimensão geográfica do Renascimento – e mais precisamente a sua dimensão geopolítica – situando não o lugar, mas os lugares do renascimento artístico no contexto dos interesses políticos contemporâneos dos seus monarcas ou grandes senhores do poder, ou seja, João III e Felipe II. Em Holanda, assim como em Guevara, o tratado artístico serve também como ocasião para entrar em relação crítica com a agenda política do respectivo governante, criando um vasto território artístico. Ao longo das páginas do *Da Pintura Antiga* e dos *Comentarios de la Pintura* existem várias referências aos projetos de expansão das coroas de Portugal e Espanha e às

magníficas obras de arte que se encontram por todo o mundo, apresentando assim um Renascimento artístico de Portugal e Espanha muito diferente do italiano, porque este é permeado por uma grande mistura de vocabulários multiculturais.

Na obra de Francisco de Holanda existe uma dupla visão: por um lado uma historiografia da arte de grande defesa nacional baseada na ideia de excelência do seu país e da sua missão no mundo e simultaneamente, um discurso sobre a necessidade de qualquer monarca ou governador promover, proteger e arrecadar objetos e artistas do exterior. A dimensão global que ressoa num tratado, como o de Holanda, incita-nos a repensar a Europa e a abordar questões sempre actuais: a missão universal da arte e suas miscigenações, como testemunham as seguintes palavras:

“Até em África e dentro em Marrocos me afirmaram que estava uma escultura de águias imperiais e de entalhos dos Romanos. Na Índia os seus pagodes (...) e assim as coisas da China. Ora de Levante e Ásia, que direi eu?” (HOLANDA, 1984: 40).

O capítulo 13º do *Da Pintura Antigua*: “Como os Preceitos da Pintura foram por todo o mundo” é particularmente esclarecedor e digno da nossa atenção. Parafraçando e resumindo Holanda, num português actual, o nosso autor afirma o seguinte:

Os antigos preceitos da arte da pintura e da escultura foram semeados e espalhados por todo o mundo. Sem qualquer excepção, nem mesmo na “nação mais estranha ou mais bárbara” escapou à doutrina da arte ao modo antigo (ao estilo de Roma e Atenas). “Mas é mais de maravilhar, que até o novo mundo da gente bárbara do Brasil e do Perú, (...) ainda esses em muitos vasos de ouro que eu vi, e nas suas figuras, tinham a mesma razão e disciplina dos antigos” (HOLANDA, 1984: 41). Digno de atenção este comentário que liga a América Pré-Colombiana ao chamado Velho mundo. E conclui dizendo todo o mundo “fumega à Antiguidade”. Nas palavras de Serge Gruzinski, algo que pode ser entendido como uma “alquimia de mestiçagens artísticas confirma a intensidade das circulações e projeta-nos através dos espaços e dos templos, desvendando paisagens misturadas, muitas vezes desorientadoras, sempre imprevisíveis (GRUZINSKI, 2014: 41).”

Com certa dose de exagero dirá ainda logo de seguida, que no “nosso Portugal não vereis pedra antiga, se tiver alguma escultura, que não seja nos mesmos termos da cidade de Roma”, reconhecendo que pese embora certas províncias não sigam estes preceitos, ele tem esperança de que a ela tornem, graças à acção

providencial do divino Rei excelente que temos: o monarca D. João III. É neste capítulo que surge a frase autoafirmativa de valor duvidoso que se tornou famosa, contribuindo para atribuir ao autor um estilo algo fanfarrão:

“Mas neste lugar seja-me a mim lícito dizer como eu fui o primeiro que neste Reino louvei e apregueei ser perfeita a antiguidade, e não haver outro primor nas obras, e isto em tempo que todos quase queriam zombar disso, sendo eu moço e servindo ao Infante Dom Fernando... E conhecer isto me fez desejar ir a Roma, e quando dela tornei, não conhecia esta terra, como quer que não achei pedreiro nem pintor que não dissesse que o antigo que esse levava a tudo, e achei-os tão senhores disso, que não ficou nenhuma lembrança de mim” (HOLANDA, 1984: 41).

#### **A PINTURA: MICROCOSMOS EM PERSPETIVA GLOBAL ATÉ AOS ANTÍPODAS**

É no final deste capítulo 13º, que Holanda conclui com a enigmática frase: “Os preceitos *da pintura antigua* serem já semeados por todo o mundo, até os antípodas” (HOLANDA, 1984: 41).

Vale a pena reflectir sobre este conceito de antípodas. Matthew Boyd Goldie na obra *The Idea of the Antipodes, Place, People, and Voices*, usa a teoria crítica para investigar a história de como as pessoas pensaram sobre os *antípodas* – os lugares e as pessoas do outro lado do mundo – da antiguidade até a literatura e aos media digital da actualidade. “Os antípodas, na Antiguidade, correspondiam a terras desconhecidas. Eram zonas situadas em extremos opostos do mundo conhecido e habitado, o *oikoumene* – situadas “no oposto dos seus pés”. (GOLDIE, 2010: 39)

Os *antípodas* eram imaginados como tendo pés invertidos, como se curiosamente tivessem de andar numa terra de cabeça para baixo. “Os antípodas eram considerados não só desconhecidos como impossíveis de conhecer, uma vez que se situavam para além da chamada zona torrida (ou perusta, “queimada”)” (RUSSO, 2020: 57).

Acerca do período medieval conta narrativas fantásticas de viagens aos antípodas, incluindo histórias de túneis através da terra e estranhas genealogias e histórias cujos começos e fins são os antípodas, naturalmente. Já no século XVI, quem também fala acerca dos Antípodas é o jesuíta espanhol José de Acosta, que chegou a viver um tempo em Coimbra e passou muito tempo em Lima no Peru.

Mais tarde publicou sua volumosa *História Natural e Moral das Índias* em 1590 em Sevilha. O texto de Acosta reflecte o legado da cultura europeia sobre o Hemisfério Sul, incluindo os antípodas, mas também é um dos primeiros a indicar que o Sul pode ter um papel que não é apenas o de refletir a Europa. Revela consciência de uma antiguidade pré-colombiana, descreve a religião e os costumes de astecas e de incas (ACOSTA, 1986 :325 – 387), e a sua experiência contemporânea no Peru permite que ele considere a terra de novas maneiras, e nos seus escritos ele observa que a razão e imaginação precisam trabalhar em conjunto para abordar um novo sentido do mundo. A sua história dos indígenas do novo mundo, é contada como a dos povos num sentido global, e é descrita por Acosta, com uma finalidade: a da história natural e moral providenciado pela história divina dentro dum enquadramento universal. A visão de Acosta é mais expansiva do que contrastante, onde ele combina ideias europeias com as experiências do novo Sul.

Holanda refere os Antípodas como o limite do mundo, se a Pintura chegou aos antípodas então ela está mesmo em toda a parte. A imagem universalista da Arte que Holanda nos dá com este recurso ao conceito de Antípodas, surge 38 anos antes de Acosta e de modo mais explícito. *Da Pintura Antigua*, acerca da escultura, no cap. 22º, dirá que das variadas e distintas figuras que se vêm nos diferentes lugares, de uma mesma maneira semearam a arte pelo mundo todo, reforçando sempre a missão universalista e unificadora da arte no mundo.

Na perspectiva da investigadora Alessandra Russo, Francisco de Holanda, “parece encarnar o caso de estudo perfeito para olhar o Renascimento a partir de territórios considerados periféricos da história da arte (Portugal, Américas, Ásia, África)”. Holanda oferece chaves preciosas para ultrapassar o eurocentrismo de uma disciplina que, apesar de alguns esforços importantes, continua limitada pelos parâmetros geopolíticos e cronológicos e por “hierarquias de género” (RUSSO, 2020: 37).

Muitos são os artefactos que maravilharam os europeus: os marfins do Ceilão, as colchas e sedas da Índia, os leques, as ourivesarias, as porcelanas da China, tudo isto testemunha um saber fazer inédito que despertou o interesse e se difundiu nas sociedades europeias do século XVI. Daí para a frente serão objecto de desejo de colecionadores por toda a Europa, estando presentes em muitos gabinetes de curiosidades, cuja relação com a descoberta do Novo Mundo, na Ásia e na África e, por consequência, a evolução do comércio global que culminou com a che-

gada de mercadorias exóticas ao Velho Continente, é inegável. Impulsionada pelas expedições além-mar, o colecionismo teve seu auge nos séculos XVI e XVII, além dos produtos em grande escala, “como açúcar, tabaco, madeiras e especiarias, os navios chegavam aos portos (...) traziam também animais, minerais, plantas, conchas, porcelana e ornamentos dos mais diversos” (FRANÇOZO, 2014: 34).

Holanda era detentor de uma cultura invulgar, íntimo da vivência erudita da corte, e estava ciente do papel de Portugal na expansão, nomeadamente da viagem circum-navegação ao globo do português Fernão de Magalhães iniciada em Agosto de 1519 que termina em Setembro de 1522. A familiaridade de Francisco de Holanda com tais eventos é também testemunhada plasticamente na representação de “*A Criação dos Luminários – o Sol e a Lua*”<sup>1</sup>, onde a face da Terra que aparece na pintura, ou seja, a sua parte visível do mundo se faz coincidir com as expedições recentes que provaram que o globo é circum-navegável, reforçando assim o interesse que Holanda tinha por esses factos.

“Quedaba así demostrada la esfericidad terrestre y la realidade de un inmenso continente entre el occidente euro-africano y el Extremo Oriente (...) Además (...) se pudo plasmar com mayor rigor la enorme extensión territorial del Oceano Pacífico, corrigiendo la hasta entonces dominante idea de un mar más reducido. Por primera vez el mundo conocido había sido cartografiado por completo en líneas generales” (GUTIÉRREZ, 2021: 41 – 45).

A rede do Oceano Atlântico só se estabeleceu, naturalmente, com a expansão do poder europeu no século XVI com uma organização da cultura mundial numa nova estrutura espaço-temporal. A consciência de uma história da arte mundial com um ponto de partida português é compreensível devido ao contexto histórico e cultural da época. Reflectir sobre a posição geo-política da capital do nosso país também pode ser esclarecedor: “Lisboa era, de certa forma, uma miniatura do mundo com um ponto de fuga para fora de si. Cargas preciosas e pessoas em carne e osso chegavam e partiam continuamente das suas margens” (RUSSO, 2020: 40). Lisboa, como um epicentro económico, é uma verdadeira “Cidade Global de grande importância para um vasto público, incluindo não só historiadores da arte e da arquitetura, mas também sociólogos e historiadores da ciência” (ROMEIRAS, 2017: 319).

---

<sup>1</sup> Ver a Figura 1

## CARTOGRAFIA METAFÍSICA DE MUNDO NO *DE AETATIBUS MUNDI IMAGINES*

Para melhor compreensão recorre-se sobretudo as imagens do *De Aetatibus Mundi Imagines* e algumas passagens do *Da Pintura Antigua* onde Francisco de Holanda descreve a criação do mundo como acção artística de um deus pintor que cria com a luz sobre as trevas: uma descrição original, bem ao estilo da valorização *chiaroscuro* renascentista. Para este humanista a pintura é vista como a mais nobre e abrangente actividade humana, validada pelo exemplo divino e é responsável pela criação do cosmos, como uma pintura animante em estilo demiúrgico de um *deus artifex* (LOUSA, 2014: 134). Essa descrição metafísica e estética da criação do mundo pode ser relacionada com as primeiras imagens correspondentes ao *gênesis* do seu códice ilustrado com 156 imagens e 250 pequenos medalhões complementares (tondi). Álbum único no renascimento peninsular e obra singular no contexto europeu.

Os seus desenhos em *Imagens das Idades do Mundo* revelam a maturidade de um artista pensador que em cada desenho coloca um pouco do enigma da figuração: a inspiração, o furor divino, o êxtase arrebatador inexplicável, e simultaneamente o conhecimento técnico e a habilidade artística que é digna de um verdadeiro pintor. O *De Aetatibus Mundi Imagines*, obra que tem a sua dedicatória dirigida à igreja católica, é uma espécie de bíblia ilustrada bem ao gosto da época, prodigioso códice de 154 imagens, que tendo sido iniciado em 1545, passa por um interregno de mais de 20 anos e é retomada em cerca de 1573. Ora, 1543 curiosamente é também o mesmo ano em que Copérnico publicou seu tratado revolucionário sobre o universo heliocêntrico. Este longo intervalo entre 1545 e 1573 será responsável por alterações profundas na História e na cultura do nosso país e simultaneamente no destino do nosso autor: “Quando retoma a obra em 1573, o contexto já não é o mesmo. Perante uma Inquisição que acaba de prender Damião de Góis e que se torna cada dia mais ameaçadora para os intelectuais e os antigos estrangeirados, acentua, quando pode, o lado apologético da obra e dá ao seu códice um frontispício à glória da Igreja católica” (DESWARTES, 1987: 62).

Obra mística de grande sensibilidade onde Holanda articula a espiritualidade com a histórica bíblica e a sua simbologia. Interpreta de modo inovador a teologia

bíblica do seu tempo. Os principais registos artísticos de Francisco de Holanda encontram-se contidos nesta obra, cujo conteúdo semântico e objectivos estéticos são muitíssimo divergentes, mas alguns traços comuns permanecem, remetendo para aquilo a que podemos chamar, o estilo do artista ou a sua autografia, como por exemplo: a presença dominante de espaços vazios, a tendência para a miniatura, o recurso a figuras geométricas de forte influência platónica e o uso contido e selectivo da cor.

A primeira idade do Mundo constituída por 65 imagens, vai do início da criação até ao dilúvio. Para esta secção, Holanda concebeu um ciclo de imagens da criação do mundo extremamente inovador em relação ao imaginário artístico e científico predominante no seu tempo e anterior. As suas pinturas não são apenas imagens de valor cosmográfico e de rigor bíblico, mas constituem um convite a olhar para um mundo empírico das artes. O seu conhecimento do mundo pode ser reconhecido ainda nos desenhos que o próprio concebeu do globo terrestre, especificamente para este Códice. O globo terrestre tornou-se nas palavras de Peter Sloterdijk um “ícone central da imagem do mundo moderno” (SLOTERDIJK, 2008: 48). Foi uma época de expansão, primeiro marítima e depois terrestre, que se definiram os contornos da Terra em aspectos tanto geográficos como simbólicos. Sloterdijk apoia-se nas práticas das descobertas, das conquistas, do comércio e das ciências que para explicar o modo como, a partir do Renascimento, o mundo mudou. Entre as viagens dos descobrimentos e os relatos que originaram mapas, teorias, essa experiência e reflexão contribuíram para uma legitimação do saber científico. Mas é com a representação efectiva e literal do gl

obo terrestre que se dá a confirmação desse saber. Neste sentido, “A imagem da Terra, que se vai tornando cada vez mais precisa, assume imediatamente a qualidade de um saber sobre a captação e a captura.” (SLOTERDIJK, 2008: 53)

A esfera terrestre desenhada por Holanda, participa desse saber sobre a captação e captura do **globo**, semelhante a um ornamento numa galáxia, participa, do mesmo deslumbramento pela beleza geográfica da Terra que se fazia sentir no seu tempo. As primeiras cartografias do mundo seguem padrões e uma geometria muito particulares que remontam a uma longa tradição. Francisco de Holanda fez algo totalmente artístico, sem desprezar o rigor cartográfico: realiza o seu globo de modo inteligente, socorrendo-se do seu visionarismo e consegue produzir um novo tipo de imagem que pela primeira vez coloca questões críticas como a do

próprio infinito. Ao contemplarmos estas imagens somos transportados “para o silêncio de uma terra vazia e vaga, a profundidade dos abismos, o sopro de Deus que agitava superfície da terra” (GENESIS, I, 1). Estas palavras das sagradas escrituras, devem ter ecoado no espírito de Holanda antes dele as ter plasmado em imagens místicas, numa cosmografia inovadora.

Veja-se a pintura surpreendente – *A Criação dos Luminários – o Sol e a Lua*, que dão forma ao dia e à noite. Com verdadeiro espírito de humanista, Holanda concebe uma sábia síntese geométrica na representação deste tema do Génesis, o nascer do Sol que veio dar ao mundo a luz do dia e pela luz reflexa do nascer da lua a luz da noite. O sopro de Deus acompanhado pela sua corte celestial inunda o firmamento e projecta uma impressionante harmonia entre o Sol, a Terra e a Lua na imensidão do espaço cósmico. Nas palavras de Teresa Amado, o observador

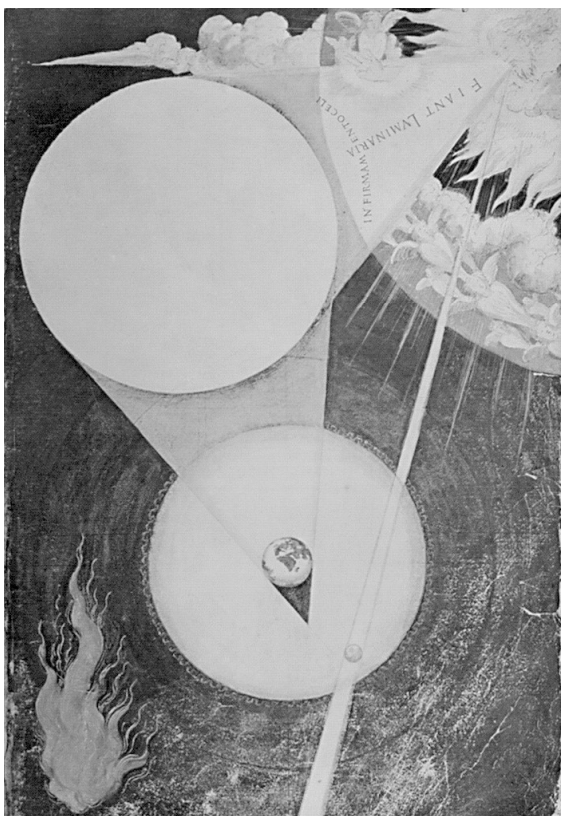


Figura 1.  
*A Criação dos Luminários*  
– o Sol e a Lua,

Fonte: Francisco de Holanda. *De Aetatibus Mundi Imagines* – Edição fac-similada / com estudo de Jorge Segurado (1983). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.  
(Fol.V, verso)

é obrigado a sair de si mesmo e a olhar de fora, para logo de seguida sermos transportados para o espaço, através de uma imagem pintada de frente, que coloca o artista seu autor como uma espécie de narrador participante da cena. “O resultado é original: comunica com força e limpidez uma realidade inteligível, do domínio do transcendente” (AMADO, 2016: 89). A grandeza do universo impõe-se à pequenez do planeta terra. Esta capacidade profundamente desestabilizadora é uma das grandes marcas da genialidade e da modernidade de Francisco de Holanda enquanto artista.

Nas palavras de Alexandra Russo, “em *A Criação das Luzes*, o Sol está no zénite desde as Américas às Molucas.” O recurso à luz brilhante revelou-se particularmente apropriado para o retrato do mundo – um “retrato intelectual”, uma vez que Holanda não o podia pintar por observação “polo natural”. Deixando toda a “face” visível e extensa do mundo à luz do sol, Holanda captou com seus “olhos invisíveis” a inteligibilidade da terra” (RUSSO, 2020: 46).

Holanda pintou o globo terrestre de acordo com uma regra de cores distinta do resto da pintura. O precioso azul ultramarino usado para o céu permeia a terra firme, enquanto os mares são coloridos de um branco-rosa. Estas inversões cromáticas entre ar, água e terra tornam a terra reconhecível através de um irrealismo propositado. “Esta escolha pictórica específica desloca a modalidade geográfica aparente do retrato da Terra para um terreno concetual diferente. (...) Na pintura de Holanda, a lua permanece totalmente visível e projecta uma luz poderosa que enfatiza a nossa posição de observadores de toda a cena. Nós (inclusive o pintor) estamos a olhar para o globo terrestre que habitamos (RUSSO, 2020: 47).

Francisco de Holanda destaca-se pela sua qualidade de artista visionário ao expor uma cartografia surpreendente: o mundo na sua globalidade numa narrativa que cruza a dimensão estético-mística e a cosmografia da pintura.

A representação de Holanda prima pelo irrealismo da paleta das cores da terra que contraria ainda mais qualquer interpretação protocientífica e mais encoraja a reconhecer a sua perspetiva visionária e artística. Há, nas palavras de Jorge Segurado “em todo este impressionante e belo quadro um divinal sopro poético como de sonho, surrealista” (HOLANDA, 1983, p. 280).

Podemos estabelecer cruzamentos teóricos entre a imagem de Holanda de “*A Criação das Luzes*” em *De Aetatibus Mundi Imagines* e o capítulo XIII de seu *Da Pintura Antigua*: ambos são revolucionários no panorama do século XVI.

Assim, pode olhar-se para essas duas obras: artísticas e teóricas entender como essa transnarratividade que desencadeou em Holanda uma nova reflexão sobre o posicionamento de uma história de arte à escala global.

## CONCLUSÃO

O seu olhar para as obras de arte produzidas na África, na Ásia e nas Américas redefine a arte numa perspetiva universal. Ainda que sempre guiado pelo estilo “à antiga” e dominado pela narrativa eurocêntrica, abre a possibilidade mística de um plano transversal e universal da arte que perpassa o globo na sua vastidão. Este espaço surpreendente que povoou a criatividade dos primeiros artistas que desenharam o globo terrestre sem nunca o terem visto, passa a ser entendido como um novo espaço de comensurabilidade segundo o modelo renascentista. É digno de destacar que a esta visão extraordinária (que contempla arte entendida como ciência) também compreendida por Francisco de Holanda, este soma ainda a consciência de um espaço cósmico, místico e transcendente sob o olhar generoso de um deus pintor que é exemplo máximo da criatividade humana.

## BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, José de (1986), *Historia natural y moral de las Indias*, (Cronicas de America, 34) Historia 16, Madrid
- AMADO, Maria Teresa (2016), A Criação em “*Das Idades do Mundo*” de Francisco de Holanda, Repositório da Universidade de Évora, <http://hdl.handle.net/10174/20364>
- DESWARTE, Sylvie (1987) *As Imagens das Idades do Mundo de Francisco de Holanda*, Lisboa: INCM
- DUEÑAS, Elena Vázquez, (2010), *Los Comentarios de la pintura de Felipe de Guevara*, Anales de Historia del Arte, <https://core.ac.uk/download/pdf/38823749.pdf>
- FRANÇOZO, Mariana de Campos (2014), *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp
- GOLDIE, Matthew Boyd (2010), *The Idea of the Antipodes, Place, People, and Voices*, Routledge

- GRUZINSKI, Serge (2014) *As Quatro Partes Do Mundo: História De Uma Mundialização*, Belo Horizonte, Editora Ufblg ; São Paulo: Edusp
- GUTIÉRREZ, Jesus M. Porro (2021), “*El Objetivo De La Especiaria Y La Imagen Del Mundo En Castilla Y Portugal*” In *El Viaje Más Largo: Proyecciones De La Primera Vuelta Al Mundo*, Valladolid: Universidad De Valladolid, D.L
- HOLANDA, Francisco de (1983), *De aetatibus mundi imagines* (Livro das Idades) (1545-1573). Image at: Francisco d'Ollanda. *De aetatibus mundi imagines* – Edição fac-similada / com estudo de Jorge Segurado (1983). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. [https://purl.pt/28675/4/res-1977-a\\_PDF/res-1977-a\\_PDF\\_24-C-R0150/res-1977-a\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/28675/4/res-1977-a_PDF/res-1977-a_PDF_24-C-R0150/res-1977-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)
- HOLANDA, Francisco de (1984) *Da Pintura Antigua*, Lisboa, Livros Horizonte
- LOUSA, Teresa (2014), *Do Pintor como um génio na obra de Francisco de Holanda*, Lisboa: Edições ExLibris
- ROMEIRAS, Francisco Malta (2017). The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon, edited by Annemarie Jordan Gschwend and Kate J.P. Lowe. *Journal of Jesuit Studies*, 4(2), 317-319. <https://doi.org/10.1163/22141332-00402008-08>
- RUSSO, Alessandra (2020) Lights on the Antipodes: Francisco de Holanda and an Art History of the Universal, *The Art Bulletin*, vol. 102, no 4, 2020, p. 37-65. DOI : 10.1080/00043079.2020.1765635
- SLOTEDIJK, Peter (2008) *Palácio de cristal – para uma teoria filosófica da globalização*, Lisboa: Relógio d'Água



## O PADRÃO DE VASCO DA GAMA EM MELINDE, 1499

RAFAEL MOREIRA

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores

rfdmoreira@gmail.com

Não se tem dado atenção ao facto, bem documentado nas fontes da época, de o Gama ter levado na sua histórica viagem de 1497 um certo número de padrões com a missão de os deixar implantados em determinados sítios, como marcas da soberania portuguesa no Índico. Tal lado esquecido da pioneira expedição é descrito no testemunho presencial do conhecido diário ou *Roteiro* quase unanimemente atribuído a Álvaro Velho, do Barreiro (que Herculano levou de Santa Cruz de Coimbra para a Biblioteca Pública do Porto e Diogo Kopke publicou em 1838, muitas vezes reeditado e traduzido). Também o referem Gaspar Correia nas *Lendas da Índia* e os relatos quinhentistas de João de Barros e do cronista Fernão Lopes de Castanheda, bem como os de Damião de Góis, do viajante António Galvão e a biografia latina de D. Jerónimo Osório de 1571.

Não é fácil conciliar estes diferentes relatos numa narrativa coerente da viagem gâmica: da versão clássica de Damião Peres (1960) à visão ‘do exterior’ – indiana – de Sanjay Subrahmanyam (1997) e à mais recente e documentada da Academia de Marinha (1999). Tomando esta última por guia, tentemos fixar no tempo e no espaço essa colocação de padrões por Vasco da Gama de modo a determinar que intenção teria: qual o sentido de conjunto, do ponto de vista da ideologia política e religiosa subjacente, que essa empresa pode ter tido. Procurando não repetir a comunicação que apresentamos em 1998 na Sorbonne<sup>1</sup>, aqui lhe juntamos uma perspectiva e dados novos.

---

<sup>1</sup> "Le pilier de Malindi, seul vestige matériel du premier voyage de Gama", in Colóq.Intern. *Vasco da Gama e a Índia*, Paris, 11-13 Maio 1998, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, vol. III, pp. 295-307.

## REPETIÇÃO DA VIAGEM DE HIPALO

A implantação de padrões de pedra, um exclusivo da expansão marítima portuguesa, foi inspirada nas ‘colunas de S. Marcos’ erigidas pela república de Veneza nas suas colónias em sinal de soberania, conjugada ao mito clássico das colunas de Hércules. Terá sido o primeiro a *colonna di Portogallo* ainda existente no exterior da Porta Camollia em Siena, devida ao papa humanista Pio II Eneias Sívio Piccolomini – então bispo de Siena e encomendante dos frescos de Pinturicchio na ‘libreria’ do Duomo, sucessor do Nicolau V autor da bula *Romanus Pontifex* (1452) que garantiu a Portugal direito ao *mare clausum* – a comemorar o encontro da comitiva do imperador Frederico II de Habsburgo com a da princesa Leonor, irmã de D. Afonso V que com ele se vinha consorciar. Aí teve início a nova política portuguesa de celebrar os limites do eco do nome de Portugal a ressoar no mundo implantando padrões simbólicos da sua influência, ou domínio espiritual e temporal, comparáveis às colunas de Hércules: sinal ‘forte’ de que Carlos V se apropriou incorporando à sua divisa tais colunas com o moto *Plus ultra* que ainda hoje figura na bandeira espanhola.

Será o príncipe D. João, filho sucessor de D. Afonso V, a iniciar a prática de mandar erguer colunas-padrão no extremo alcançado pelos navegadores que descobriam o litoral do Atlântico: a começar por Diogo Cão, saído da fortaleza da Mina em 1482 – de novo em 1484 – a explorar a costa de Angola, pondo marcos na foz do Zaire e S de Benguela sob o nome de *padrões* (do lat. *patronus*, “senhor”), recompensado do feito pelo acréscimo em suas armas de duas colunas (PERES, 1960).

A iniciativa foi continuada por D. Manuel I com mudanças devidas a seu carácter mais sábio e antiquizante. A pedra do capitel ganhou formato de cruz com as armas reais gravadas ao centro, desaparecendo a inscrição comemorativa, em sinal de legitimidade igual à dos pelourinhos; ao mesmo tempo que se experimentava outro tipo de padrão inspirado nos miliários romanos, usado na costa do Brasil.

A roupagem “à antiga” típica do Renascimento é muito clara na expedição comandada por Vasco da Gama, dada a doença e a recusa de seu irmão mais velho Paulo. O objectivo era repetir a façanha do piloto grego Hipalo (do gr. ‘hippos’) narrada pelo naturalista Plínio, o Velho (VI, 24): um liberto do recebedor de

impostos augústeo do Mar Vermelho Ânio Proclamo<sup>2</sup>, embarcou em navio que o levou em 15 dias pelo ano 40 impelido pelo peculiar regime de ventos do Mar Índico até um porto de Taprobana – aliás Musíris (a N da actual Cochim) no Quérala – donde, bem acolhido seis meses e sabido o segredo da monção, voltou a Roma carregado de especiarias, sobretudo pimenta, tecidos e jóias, assim abrindo a rota regular de comércio com a Índia pela qual o imperador Cláudio recebia embaixadas do Ceilão. Plínio salienta a importância vital do conhecimento do vento de SO que sopra sazonalmente nessa região, aí conhecido como ‘ipalo’ (MAZZARINO, 1982-87).

A enciclopédia *Naturalis Historia* de Caius Plinius Secundus (morto na erupção do Vesúvio, 79, vítima de sua vontade de saber) foi a única obra literária do mundo antigo jamais desaparecida, com 200 cópias manuscritas medievais do século VI ao XV e palimpsestos do V; e pelas edições impressas (Veneza, 1469, trad. ital. 1474-75, eds. latinas de Parma, 1476, ou Roma, 1492, e as *Castigationes pliniana* do humanista Ermolau Barbaro, Veneza, 1492-3) – sobretudo a grega de Parma, 1480, que existe na Biblioteca Nacional com anotações marginais, pertença de Tristão Teixeira, discípulo de Poliziano, de quem fora também aluno Martim de Figueiredo, autor do *Commentum Plinii* (Coimbra, 1529) marco a introduzir entre nós o Humanismo (TARRÍO, 2015) – seria bem conhecida de D. Manuel I e conselheiros, leitores atentos de Plínio que não ignorariam a gesta de Hipalo: o que permite explicar a preocupação de Vasco da Gama em contratar logo ao chegar ao Índico – desde a ilha de Moçambique, mas só obtido em Melinde – um piloto local capaz de o conduzir nos mistérios da navegação por esses mares.

Parece, assim, que a intenção inicial foi a de armar apenas uma pequena patrulha em missão de reconhecimento das águas do Índico sob comando de um dos Gama composta de 3 naus, em que a capitânia (*São Miguel?*) não ficou pronta em tempo útil, substituída por caravela adquirida ao proprietário de que tomou o nome, a *Bérrio*, que já se propôs pertencer aos armadores luso-italianos Bartolomeo Marchioni e Girólamo Sernigi (RADULET, 1994). O que indica a pressa e improvisado com que tudo se tratou – contra o parecer do Conselho

---

<sup>2</sup> Se a figura histórica de Hipalo é posta em dúvida, o cobrador foi demonstrado pela descoberta de inscrição rupestre bilingue, em latim e grego, do Lysas escravo de um Publius Annius Proclamus, abrigado ao lado da via romana entre a cidade egípcia de Coptos e o porto de Berenice no ano 35 de imperador não nomeado (WHEELER, 1954: 160-4).

Régio... – , ao invés da lenta e profunda influência de Plínio na eclosão da arte do Renascimento na Itália (FANE-SAUNDERS, 2016).

Os padrões que os navios levavam possuíam nome próprio confirmado pela imagem gravada no fuste. *ElRei dissera ao capitão* – narra Álvaro Velho – *que pusessem três padrões e que a um pusessem nome de S. Rafael e ao outro de S. Gabriel e ao outro de Santa Maria*, não por acaso os nomes das duas naus que compunham a expedição. Essa a missão de que acabou por ser incumbido Gama: atingir águas do Oriente e criar rota comercial estável pela qual a pimenta da Índia viesse a Portugal em vez de aos portos do Mediterrâneo controlados por Veneza, ali implantando essas três colunas como signo de domínio e senhorio de facto.

Colocou-se um primeiro experimental a 6 de Dezembro de 1497 após dobrar o Cabo da Boa Esperança e penetrar no Oceano Índico, na Angra de S. Brás (Mossel Bay, África do Sul) em que descansaram 13 dias a se reabastecer e desmontar o navio de apoio; mas viram consternados o pilar acabado de pôr ser destruído pelos nativos Cafres. Dez dias depois de retomar viagem avistavam ao longe, perto da atual Durban, o último padrão deixado em 1488 por Bartolomeu Dias.

### PROMONTÓRIO PRASSO

O primeiro padrão oficial, o de **S. Rafael**, apenas seria colocado na terceira escala, após 3 meses de navegação: no Rio dos Bons Sinais como lhe chamaram (Quelimane, num dos braços do delta do Zambeze) a 24 de Fevereiro de 1498, onde a reduzida frota se deteve 32 dias. *E aqui pusemos um padrão ao qual puseram nome o Padrão de S. Rafael* – narra Álvaro Velho – *e isto porque ele o levava*: isto é, tinha a sua figura. Infelizmente não foi possível encontrar essa coluna, que deve jazer nas profundezas submarinas dada a erosão do litoral avançar nessa área cerca de 20 metros ao ano (AXELSON, 1996: 32).

Muito significativo é que a latitude escolhida para erigir esse padrão inicial tenha sido a do Promontório Prasso (gr. *prasson*, “verde claro, esmeralda”: alusão à cor da flora) dos antigos, ou seja, 15 graus S da linha do Equador. Segundo o geógrafo greco-alexandrino Ptolomeu (150 d. C.), aí corria a divisa entre a *terra incognita* meridional e o Mar Índico; e o seu antecessor fenício na Biblioteca de Alexandria Marino de Tiro (século I) dizia ter início a Ecúmena ou terra habitada

dos mapas ‘zonais’, facto não notado na historiografia – embora não escapasse a Camões<sup>3</sup> (*Lus.*, I, 43):

O promontório Prasso já passavam  
Na costa da Etiópia, nome antigo.  
Quando o mar descobrindo, lhe mostrava  
Novas ilhas, que em torno cerca e lava.

Escreveu, aludindo à ilha de Moçambique. Este Promontório Prasso, citado no mapa de Fra Mauro de 1450, na oração de obediência de Vasco Fernandes de Lucena ao papa em 1485, e ainda no ‘Atlas Miller’ de Pero Reinel e Lopo Homem na data já tardia de 1519, daria matéria para todo um livro; mas temos de seguir a nossa viagem.

### MAR ÍNDICO

O segundo padrão oficial apenas seria posto meio ano depois, após três meses de navegação ao longo da costa africana até Melinde, travessia do Índico para Calecute no Quérala, e outros três meses de estadia fundeados no porto indiano de Pandarane a comerciar e discutir, procurando travar relações amigáveis com o rei local, o poderoso Samorim (*Samudri Rajá*, “rei do mar”): joguete nas mãos da rica elite de mercadores islâmicos ou arabizados, os Mapila, de guzarates e nativos hindus que os Portugueses teimavam em ver como cristãos.

A 27 de Agosto de 1498, dois dias antes da partida de regresso a Portugal, o Gama entregou confusamente na mão dos marinheiros da barca indiana de transporte o padrão que tinha a bordo, objecto de difíceis tratativas com o rei de Calecute. Este tinha recusado na segunda audiência a Vasco da Gama autorização para erguê-lo em terra, só lhe consentindo no derradeiro momento: *o qual deu o padrão aos da barca como lhe elRei [D. Manuel] mandara que o pusesse em terra*, diz Álvaro Velho.

---

<sup>3</sup> Quem melhor discute a posição exacta do *promontorium Prassum* é o camonista José Maria Rodrigues em sua obra *Fontes dos Lusíadas* (2ª ed., Lisboa, 1979, pp. 68-74). Camões situa-o na ponta de Barjona junto ao rio Mocambo, como aliás D. João de Castro di-lo em 1538 na *ponta de Mocango* (SALGADO JR., 1963: 1006).

É evidente que o padrão de **S. Gabriel** nunca se implantou: ficou como um espinho cravado na relação de Portugal com esse centro produtor e exportador de pimenta, substituído por Cochim logo em 1500-1 por Pedro Álvares Cabral.

O insucesso foi compensado pelo pleno êxito na colocação do terceiro e último padrão que D. Manuel ordenara, o de **Santa Maria** erguido a 15 de Setembro de 1498 na ilha junto a Angediva, ao sul de Goa, extremo ponto setentrional da costa indiana visitado pela expedição. Foi-o em meio a grande festa e após negociações com a população local, que acolheu bem os portugueses. *Aqui nos vieram aos navios – conta o testemunho presencial – muitas barcas com pescado e o Capitão lhes deu camisas e lhe fez muito gasalhado e perguntou-lhe se folgariam ali com um padrão que ele queria pôr em aquele ilhéu. Disseram eles que folgariam muito e que se o puséssemos que então se afirmaria lá que éramos cristãos como eles. E este padrão foi aqui posto com muita amizade. [...] Aqui lançamos um batel fora e pusemos um padrão em o dito ilhéu, ao qual puseram nome o padrão de Santa Maria. [...] Assim que com este acabamos de os pôr todos três, a saber, o primeiro pusemos no Rio dos Bons Sinais, o qual foi de S. Rafael, e o segundo em Calecute, e foi de S. Gabriel, e este derradeiro de Santa Maria.* A razão pela qual não o ergueram na ilha de Angediva, para onde seguiram na manhã seguinte, e onde repousaram 15 dias antes de cruzar o Índico de volta a Melinde e Portugal, prende-se a considerações políticas.

As ilhas e ilhotas do litoral do Canará, entre Mangalor e Batalcalá, pertenciam ao reino hindu de Cananor, adversário de Calecute, enquanto Angediva era já território islâmico do Hidalcão (*Adil Khan*) do reino de Bijápur. Vasco da Gama, agora provido de intérpretes – o Monçaide (*Ibn Tayib?*) tunisino *que fala castelhano e genovês*, e o judeu de Alexandria a serviço do sultão bijapuri que seria figura chave na expansão portuguesa baptizado como Gaspar da Gama – e mais ciente das complexidades da Índia, queria assegurar o pleno consentimento da população nativa, de que era necessário obter o compromisso oral de obediência pelas regras do feudalismo europeias.

Mais outro mal-entendido, tão grande ou maior do que julga-la cristã.

## MELINDE

Todos estes padrões desapareceram: nenhum dos três ‘oficiais’ mandados colocar pelo rei D. Manuel à partida voltaria a ser mencionado. Mas a expedição levava outros de reserva. O capitão implantou mais três por sua iniciativa, a sinalizar momentos relevantes da viagem.

O primeiro, no lugar de chegada ao oceano Índico – a Angra de S. Brás – , logo desapareceu. O último também, colocado no ilhéu de S. Jorge junto a Moçambique na viagem de retorno, a 2 de Fevereiro de 1499, onde fora dita a primeira missa à ida. Álvaro Velho conta que a chuva impediu que fosse acesa a fogueira para derreter o chumbo com que seria cravada a cruz sobre a coluna, pelo que só o fuste ficou posto de pé, sem a cruz de pedra que o encimaria. Axelson diz tê-lo procurado no lugar exacto, mas em vão: deve jazer enterrado sob a areia da praia ou no fundo do mar.

O único padrão ainda visível foi o suplementar posto por Vasco da Gama a 10 de Janeiro de 1499 na cidade-estado de Melinde na costa suahíli, hoje parte do Quénia: o chamado do **Espírito Santo** (João de Barros), complemento da tríade de arcanjos e da Virgem Maria, a honrar o porto providencial onde conseguiram o desejado piloto para os guiar no ignoto mundo da monção.

Vasco da Gama, diz Velho, vendo que o xeque Foteima *nos fazia tanta honra em tempo que nos era tão necessário mandou-lhe dizer por um dos nossos homens [...] que lhe mandasse pôr um padrão que ficasse em sinal de amizade. E el-Rei disse que era muito contente de fazer tudo aquilo que ele dizia por amor de el-Rei de Portugal a que ele desejava de servir e ser sempre a seu serviço, como de feito [...] mandou levantar o padrão em terra.* O escrivão da frota João de Sá ergueu-o com pedreiros mouros numa ponta de rocha alta à direita do porto, visível de todo o mar: da escritura, feita por Sá – depois tesoureiro da Casa da Índia substituído por João de Barros, que o conheceu e narra os factos ouvidos de sua boca – , constava com realce o *consentimento* do povo, que a tudo foi presente *ao som de muitos instrumentos e alegrias* (Barros), condições essenciais para a validade desse acto feudal.

Tal é o lugar onde ainda o podemos ver hoje, apesar de alguma mudança de aspecto. O fuste, destruído por bala de canhão na guerra contra a vizinha Mombaça no século XVI, foi substituído por grosso suporte cilíndrico em alvenaria de coral na forma de obelisco, típica dos *pillar-tombs* da arte local; mas a cruz manteve-se a de origem: primeiro apeada, tinta de almagre (ocre vermelho) ao passar a armada

de Pedro Álvares Cabral a 2 de Agosto de 1500, cujo escrivão João de Sá relata que foi logo ver o padrão, e não o encontrando procurou informar-se do seu paradeiro, indo dar com ela guardada num depósito, mas obtendo do rei a promessa de a repor no lugar inicial sobre suporte improvisado por artistas da terra; depois dourada como a descrevem Gaspar Correia e Francisco Xavier (carta a Inácio de Loyola: Goa, 2/08/1542) que fala em *una cruz grande muy hermosa*. Tal como a vi e fotografei em Julho de 1993 (Fig. 1); ou rebocada a esconder o símbolo ‘colonial’ do escudo português como agora está, após a consolidação do terreno em 2020 motivada por erosão do promontório de coral (Fig. 2), que ficou assente em pilares de betão isolados do mar por muro de cimento, com restauro *facelift* e arranjo turístico de 1 milhão de dólares financiado pelos National Museums of Kenya.

É impressionante – única mesmo, julgamos – a coerência e repetição, a concordância entre os documentos histórico-textuais e gráficos da sua presença e permanência através dos séculos no cimo dos rochedos à entrada do porto de Malindi, a proclamar do alto a *paz e amizade* (Barros) com Portugal. Sem contar os testemunhos cartográficos e visuais, como gravuras inglesas do século XIX e velhas fotografias, o mais relevante será a última da série de dez ou quinze referências escritas ao longo do século XVI: a menção no *Roteiro da Índia* de Gaspar Manuel (c. 1605) a um *padrão do Espirito Stº* – nome logo esquecido –, *a modo de alcorão* (minarete, obelisco), *que é o que ali prantou a nossa primeira armada*: a do Gama, como esse piloto da rota do Cabo bem sabia.

O mais interessante é a cruz que encima o padrão, talhada em pedra que não é local nem existe na região: o investigador sul-africano Eric Axelson recolheu em 1960 uma amostra – na companhia do arqueólogo James Kirkman, que insistia na opinião geral de ser em coral – e a fez analisar no Geological Survey of Kenya e nos Serviços Geológicos de Portugal, e a resposta foi a mesma: *é Portuguese limestone*, pedra-lioz de Lisboa (AXELSON, 1996: 36).

Há que observar as fraturas num canto, como aí fizemos, para ficar convencido disto. Mas a certeza do exame a olho nu é demasiado evidente para ser aceite; e o resultado foi que a verdade do Vasco da Gama Pillar foi posta em dúvida. *Deve ser antiquíssimo, mas não é o do Gama*, escreveu obstinado o capitão de mar e guerra Abel Fontoura da Costa (1869-1940) nos seus comentários ao roteiro de Álvaro Velho. A sentença durou, levando ao ceticismo hiper crítico: *o monumento actual é de época mais recente*, garante o editor das cartas de Xavier, erudito alemão Georg

Schurhammer S. J. (1887-1971). E o oficioso *Yearbook and guide of East Africa* (1959) repete essa opinião generalizada: *The monument now seen at the extremity of a rocky promontory, and known as Vasco da Gama's Pillar, is not the original one he erected*. Felizmente, tal dúvida dissipou-se entre os quenianos de hoje que se orgulham do 'seu' monumento, o mais antigo do país.

Em suma: o triângulo sacro de padrões que D. Manuel incumbiu Gama de plantar no Índico a sinalizar feudalmente a sua incorporação à área colonial de soberania portuguesa foi processo comum da ideologia político-religiosa então vigente em Portugal concebido por teólogo cosmógrafo da corte (Diogo Ortiz de Vilhegas?), envolvendo especulações místicas, e até astrológicas.

Podemos concluir: no seu mais simples desígnio a viagem de Vasco da Gama foi um êxito. O capitão podia orgulhar-se da missão cumprida, ao chegar a Lisboa em 1499. O que não se pode é afirmar mais que o padrão é *em cimento* – falsa aparência dada pelo reboco que hoje o recobre – e *um equívoco*, como faz reputado historiador da Expansão em obra recente (*Portugal na História. Uma Identidade*, 2023, p. 600).

A desnacionalização do monumento foi o preço a pagar pela globalização, à espera de ser oficialmente declarado 'Património Mundial' pela Unesco – como o foi em 2011 o Forte de Jesus em Mombaça graças ao relatório que fizemos com o colega Nicolas Faucherre.

Talvez valesse a pena protestar contra atual obliteração do escudo de armas que o identifica como português. Mas, pode-se perguntar: para quê?



Fig. 1 Padrão de Melinde em 1993, com o escudo de armas de Portugal visível. (Foto do Autor]

Fig. 2 [CrossMalindi à esq.] Malindi, Vasco da Gama Pillar em 2021. (Foto Google)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DE MARINHA (1999), GARCIA, José Manuel (coord.), *A Viagem de Vasco da Gama à Índia 1497-1499* (História da Marinha Portuguesa), Lisboa.
- AXELSON, Eric (1996), 'Eric Axelson Remembers' (texto inéd.) in CEMAR, *Homenagem ao Prof. Eric Axelson / A Tribute to Professor Eric Axelson*, Figueira da Foz: Cemar.
- COBB, Mathew Adam (2018), *Rome and the Indian Ocean trade from Augustus to the Early 3rd Century CE*, Leiden: Brill.
- COSTA, A. Fontoura da (1940), *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499) por Álvaro Velho*, Lisboa: Agência Geral das Colónias (3ª ed.: 1960).
- “ “ (1935), *Às Portas da Índia em 1484*, Lisboa: Imprensa da Armada (2ª ed.: 1990).
- FANE-SAUNDERS, Peter (2016), *Pliny the Elder and the Emergence of Renaissance Architecture*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MAZZARINO, Santo (1982-87), “Sul nome del vento hipalos (ippalo) in Plinio”, in *Helikon. Rivista di tradizione e cultura classica*, 22-27, Messina; trad. ingl., De Romanis, Federico e Tchernia, André, *Crossings. Early Mediterranean contacts with India*, New Delhi, 1997.
- PERES, Damião (1960), *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2ª ed., Barcelos: Portucalense Editora.
- RADULET, Carmen (1994), *Vasco da Gama: la prima circumnavigazione dell'Africa, 1497-1499*, Reggio-Emilia: Diabasis.
- ROSENTHAL, E. (1971), “*Plus Ultra, Non Plus Ultra* and the Columnar Device of Emperor Charles V”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, XXXIV, p. 204-228, Londres.
- “ (1973), “The Invention of the Columnar Device of Emperor Charles V at Court of Burgundy in Flanders in 1516”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, XXXVI, p. 198-230.
- SALGADO JR., António (1963), *Luis de Camões. Obra completa* (ed.), Rio de Janeiro: Aguilar.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1997), *The career and legend of Vasco da Gama*, Cambridge: Cambridge University Press.

TARRÍO, Ana Maria (2015), “A leitura de Plínio e a rerromanização de Portugal”, *Leitores dos Clássicos. Portugal e Itália, séculos XV e XVI. Uma geografia do primeiro Humanismo em Portugal*, Lisboa: Biblioteca Nacional.

THOMAZ, Luís Filipe (2021), *A Expansão Portuguesa. Um prisma de muitas faces*, Lisboa: Gradiva (2ª ed.: 2022).

WHEELER, Sir Mortimer (1954), *Rome beyond the imperial frontiers*, Londres: C. Bell & Sons (2ª ed.: Pelican/Penguin Books, 1955; trad. franc., Paris: Plon, 1960).



# PERMANÊNCIA E DURABILIDADE DAS COLEÇÕES DOCUMENTAIS ALBERGADAS NOS ARQUIVOS HISTÓRICOS DOS AÇORES

ANAHÍ MEYER RIERA

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
/ Fundo Regional de Ciência e Tecnologia<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Os arquivos são os laboratórios da história (MENESES, 2001: 725) e constituem o ponto de partida para a construção da memória, como herança sociocultural, através da investigação metodológica e das suas distintas reflexões. Os arquivos localizados no arquipélago açoriano são relevantes construtores da identidade insular, fortemente marcada pelo seu posicionamento no periférico espaço atlântico.

Torna-se evidente que o documento histórico, resguardado no arquivo<sup>2</sup>, possui um importante valor intelectual e informativo, dada a sua qualidade de transmissor de uma mensagem. O documentalista José López Yepes outorga duas aceções ao conceito de documento: é um instrumento que transmite conhecimentos e uma prova que confirma fatos; cuja terminologia procede do latim *doceo* (ensinar), *disco* (aprender) e *mentum* (instrumento) (YEPES, 1997: 12).

Paralelamente, o documento (seja manuscrito, impresso, encadernado, áudio-vel ou visual) possui também um valor material, entendido como valor arqueoló-

---

<sup>1</sup> Projeto de investigação financiado pelo Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (FRCT), Governo dos Açores, Bolsa de Doutoramento, M3.1. a/F/015/2021 (Programa PRO-SCIENTIA).

<sup>2</sup> Entendendo o arquivo como um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – associadas a um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores (SILVA, 1999: 214).

gico, baseado na importância da sua produção técnica e nos materiais que compõem e formam a sua estrutura. O tipo de suporte, as tintas utilizadas, o estilo da encadernação, as técnicas decorativas, são informações que outorgam importância à presença física do documento. Assim, no documento, combinam-se dois valores: o valor textual, informativo ou funcional, e o valor arqueológico ou físico, resultantes no valor final ou integridade absoluta do documento. Este valor final será máximo no momento da sua criação e diminuirá com a evolução do tempo e a deterioração dos seus componentes orgânicos e inorgânicos (MANERO, 1997: 284), conduzindo à degradação dos documentos; quantificada em relação às duas propriedades que dão título a esta comunicação: a permanência e a durabilidade.

A permanência faz referência ao grau de retenção das propriedades químicas originárias do documento sem experimentar alteração alguma, características que apresenta no momento da sua criação. A durabilidade refere-se à subsistência das propriedades físico-químicas no tempo e através do seu uso. O declínio destas propriedades levará à inevitável perda de informação. Evitar que suceda é o objetivo da conservação documental, ciência segundo a qual a importância arqueológica é equiparada à funcional.

A presente revisão destaca a relevância do aspeto físico do documento, como elemento construtor da memória que resgata o passado, omitindo os significados da palavra escrita e centrando-se no estudo da tecnologia da produção documental e no conhecimento dos materiais que compõem os manuscritos históricos resguardados nas coleções açorianas. Sem esquecer que, serão a permanência e durabilidade da matéria as valências que permitirão que o documento chegue às nossas mãos, sobrevivendo ao percurso do tempo e convertendo-se em Património Documental, como um legado ao futuro que deverá ser preservado.

### **A QUE CHEIRAM OS DOCUMENTOS?**

O papel não é somente o mais abundante suporte documental presente nos arquivos açorianos, é também o suporte de escrita mais utilizado ao longo dos séculos no nosso mundo ocidental. O principal componente do papel é a celulose, que estrutura, com a hemicelulose e lignina, as paredes celulares das plantas. A celulose é um polímero que à semelhança de uma cota de maia está formada por

peças iguais: as moléculas. Estas moléculas compõem-se de monómeros de glicose:  $C_6H_{10}O_6$  (6 átomos de carbono, 10 átomos de hidrogénio e 6 átomos de oxigénio), que se repetem “n” vezes em cada molécula formando uma cadeia, unidas entre si através de forças coesivas intermoleculares, designadas por enlaces de pontes de hidrogénio. Estes enlaces são suficientemente fortes para fazer com que uma folha de papel seja um objeto útil, que possui uma abundante quantidade de usos. Quanto maior é o número de monómeros e mais longa é a cadeia, mais resistente será a folha de papel<sup>3</sup>. Com o passar do tempo e a inevitável decomposição da matéria orgânica, o suporte de papel desprende um cheiro particular, enriquecido por outros fatores como a presença de biodeterioração.

### **PAPEL DE TRAJOS *VERSUS* PAPEL INDUSTRIAL**

O uso do papel artesanal como suporte data de alguns séculos prévios ao nascimento de Cristo. Provavelmente inventado pelos Chineses<sup>4</sup>, foram encontrados fragmentos de papel com vestígios de escrita datados em 289 a.C., a pesar de ser o ano 105 d.C. a data geralmente apontada como o momento em que o papel foi institucionalizado como suporte gráfico em todo o império chinês (AFONSO e AMADOR, 2005: 40; CARREIRA, 2013: 13). Levado pelos monges budistas até à Ásia Central, o papel entrou nas rotas comerciais que levavam a Samarcanda (atual Uzbequistão), onde o seu uso e fabrico chegou, enfim, ao mundo árabe. A partir do séc. VIII, o papel acompanhou toda a expansão árabe, e o seu fabrico disseminou-se por todo o norte de África, até à cidade de Fez e à Península Ibérica, no califado de Córdova, onde se assentaram moinhos papeleiros desde o século XII (CARREIRA, 2013: 14).

A partir do século XIII o comércio do papel em Ocidente passou a ser controlado pelos italianos, que começaram a desenvolver os seus próprios moinhos papeleiros; o papel italiano destacou-se por possuir qualidade superior e baixo preço. Finalmente, o papel converteu-se no novo suporte de escrita, substituindo

---

<sup>3</sup> Resistência também relacionada à proporção de celulose perante outros componentes considerados resíduos, como a lignina, utilizadas na produção de papel a partir do século XIX.

<sup>4</sup> Existem outras teorias, por exemplo, P. G. Gosavi, do *Handmade Paper Institute* da Índia, defende que desde 327 a.C. os indianos fabricavam papel a partir do algodão (GOSAVI, 1984: 42-44).

ao pergaminho,<sup>5</sup> e nos séculos sucessivos estabeleceram-se diversos centros de produção de papel em toda a Europa<sup>6</sup>.

O processo de elaboração do papel manufaturado na Europa permanecerá praticamente inalterável entre os séculos XIII<sup>7</sup> e XVIII. Em relação aos processos de fabrico exportados do oriente, uma importante diferença foi introduzida desde os alvares da produção hispano-árabe, a substituição das fibras de plantas de crescimento anual, tais como a amoreira. Estas plantas, utilizadas por ser muito ricas em celulose, mas inexistentes no nosso continente, foram cambiadas pelos trapos rejeitados de linho, cânhamo e algodão. Assim, o papel foi conhecido como papel de trapos ou pergaminho de trapos.

A partir do século XVIII serão construídos moinhos de raiz e a indústria papelreira suportará um grande avance tecnológico, necessário para responder ao exponencial aumento da demanda de papel no mercado, suscitado pela invenção da imprensa e o incremento da literacia. Os livros começam a encontrasse disponíveis para os novos públicos (CARREIRA, 2013: 19).

Em meados do século XIX, ocorre uma drástica mudança no uso da matéria-prima e nos processos de elaboração do papel. Em toda a Europa, o fornecimento de trapos escasseia e a procura de papel continua a aumentar consideravelmente. A indústria encontra uma solução: o uso de pasta produzida a partir de fibras vegetais extraídas das árvores, a madeira. O primeiro problema consistirá em separar as fibras de uma forma eficaz, eliminando as impurezas. O segundo, será o detrimento da qualidade do papel produzido a partir de 1850, que com maior

---

<sup>5</sup> Suporte de escrita utilizado na antiguidade e na idade média, principalmente até a descoberta do papel. Fabricado a partir da pele de animal (cabra, cordeiro, ovelha, carneiro). O seu nome evoca a cidade grega de Pérgamo (Ásia Menor) onde foi originado, ou distribuído.

<sup>6</sup> Através das marcas de água, figuras criadas por fios metálicos cosidos ou bordados sobre a teia do molde utilizada no fabrico artesanal da folha de papel, presentes nos suportes que formam as coleções documentais açorianas, podemos determinar a procedência dos moinhos produtores do papel comercializado no arquipélago. Do século XIII em diante os moinhos registam a sua produção através destas marcas no papel, que possibilitam a identificação de papeis procedentes de Espanha, Itália, Inglaterra e Holanda, encontrando-se esta investigação apenas na fase de registo das marcas achadas.

<sup>7</sup> Sujeito às regras estabelecidas pela tradição herdada dos papeleiros hispano-árabes e tendo introduzido as inovações e melhorias dos artesãos italianos de Fabriano (BRINQUIS, 1986: 211).

percentagem de resíduos e menor quantidade de celulose em composição, será muito menos resistente e duradouro<sup>8</sup>.

Além da substituição da matéria-prima, ocorreram outras mudanças na indústria do papel. Uma das principais foi a criação de maquinaria capaz de produzir papel contínuo: em rolo, e não em fólhos ou folhas soltas<sup>9</sup>. Perante os novos inventos, a intervenção humana será cada vez menos necessária nos procedimentos de fabricação<sup>10</sup>. Paralelamente, o uso de aditivos e processos químico-mecânicos de separação de resíduos e branqueamento do papel, nem sempre favorecem a durabilidade e resistência do novo suporte de papel mecanizado<sup>11</sup>.

### COMO SE ESCREVA NO PASSADO?

Para plasmar as ideias e pensamentos sobre o suporte documental utiliza-se a escrita, gesto físico que consiste em traçar signos ou grafias por meio de uma matéria gráfica, a tinta. Das diversas tintas caligráficas<sup>12</sup> utilizadas nos manuscritos albergados nos arquivos históricos, as mais abundantes são, geralmente, as metaloácidas, obtidas por um corante a base de um metal e um composto ácido que atua como agente de oxidação e como mordente, ou seja, como fixador químico da cor.

---

<sup>8</sup> Enquanto o linho e o algodão se compõem principalmente de celulose (de 90 a 96%), as fibras vegetais extraídas de madeira possuem aproximadamente um 40% de celulose na sua composição. O resto é formado por hemiceluloses e ligninas. São estas últimas que conferem às árvores a resistência física para se manterem erguidas (motivo pelo qual a sua presença é quase nula nas plantas de crescimento anual como o linho e o algodão), mas, no que concerne a produção de papel, consideram-se resíduos. Quanto menor a quantidade de celulose nas fibras, menos resistente será o papel fabricado a partir delas.

<sup>9</sup> O papel de trapos artesanal era produzido folha a folha. A partir da polpa, procedia-se à formação da folha de papel, para o qual se utilizava a forma ou molde: estrutura ou quadro solto de madeira com forma retangular e uma teia formada com fios metálicos, paralelos ao lado maior da trama: vergaturas, e por fios mais distantes, paralelos ao lado menor da forma: pontusais (SANTOS, 2014: 2).

<sup>10</sup> De 1798 data a patente de máquina de papel contínuo inventada pelo francês Nicolas Louis Robert, de 1808 a máquina dos irmãos Fourdrinier, e de 1809 a inventada por John Dickinson no contexto norte-americano.

<sup>11</sup> Por exemplo, o uso de alúmen que era acrescentado às polpas de celulose na elaboração do papel com o objetivo de evitar a putrefação. Este aditivo é considerado na atualidade um dos agentes de deterioração intrínseca dos documentos que, por ação da acidez, debilita a estrutura da folha de papel.

<sup>12</sup> Sendo as tintas caligráficas mais abundantes nestes acervos arquivísticos que as impressas, utilizadas na reprodução de textos ou imagens através de placas por meio de diversas técnicas de impressão, cuja origem está associada à invenção da imprensa no século XV.

De forma geral, as tintas caligráficas estão formadas por um pigmento (que proporciona cor à tinta), um aglutinante (que oferece coesão entre as partículas de pigmento e também a aderência deste ao suporte), um solvente (meio líquido que dissolve o aglutinante para obtenção da tinta), e aditivos ou componentes secundários vários (espessante, humectante, abrillantador, penetrante, anticongelante, etc.). Contudo, os componentes serão sempre variáveis, especialmente na época pré-industrial, quando as tintas eram fabricadas mediante receituários de caráter empírico.

De entre as mencionadas tintas metaloácidas, as mais populares são as ferrogálicas, cujo uso regista-se desde o século IV A.C. até meados do século XIX. Derivadas da interação química do ferro com o papel, apresentam um elevado grau de permanência, para além de serem insolúveis no meio aquoso, qualidades que as tornaram populares durante séculos. Utilizadas na escritura de documentos na Europa desde o século XII (SOUZA, 2009: 18), para pintar o cabelo desde o século IV A.C. na Índia, e muito valorizadas pelos sapateiros romanos que as usavam para obscurecer as peles, (HERNÁNDEZ, 2020: 20; ODOR, 2017: 3). O seu uso cobrará a máxima importância e difusão no século XV substituindo por completo as antigas tintas de carvão<sup>13</sup>.

A receita típica da tinta ferrogálica consiste na mistura de sulfato ferroso ( $\text{FeSO}_4$ )<sup>14</sup>, ácido gálico (taninos)<sup>15</sup>, uma goma natural (frequentemente goma arábica) e água. Enquanto o sulfato de ferro é um mineral conhecido desde a antiguidade, os taninos são substâncias químicas encontradas no grupo de fenóis de vegetais superiores, provenientes do metabolismo secundário e protetor da planta, que para defender-se do ataque de insetos parasitas forma uma vesícula

---

<sup>13</sup> Que obtidas da combustão de matérias orgânicas vegetais ou óleos vegetais e animais, eram muito solúveis e suscetíveis de sofrer escorrimentos.

<sup>14</sup> Mineral conhecido desde a antiguidade, utilizado na fabricação de corantes e como suplemento nutricional. Recebeu diferentes nomes em diversas culturas: *chacantum* para os gregos, *atramentum* para os romanos, *vitriolo verde* ou *copperas* na idade média. A denominação *copperas* deve-se ao conteúdo ou presença de sulfato de cobre ( $\text{CuSO}_4$ ) como principal impureza do ( $\text{Fe}_2(\text{SO}_4)_3$ ) (SOUZA: 2009: 22).

<sup>15</sup> O ácido galotânico extraído para a fabricação das tintas encontra-se principalmente nas espécies *Quercus rodus* e *Quercus infectoria* (conhecida como noz de Galha da Turquia), que possuem em composição uma alta concentração de taninos.

(*aleppo*). Estes pequenos sacos contêm uma elevada concentração do ácido tânico, coletada para a fabricação da tinta (SOUZA, 2009: 20-21).

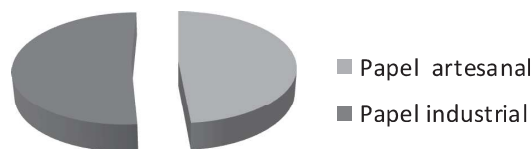
Para melhorar a fluidez na escrita era adicionada à tinta a goma arábica, um complexo polissacarídeo neutro ou levemente ácido com excelentes características como emulsionante, produzida por algumas árvores das regiões tropicais da África e da Ásia (especialmente acácias). O composto surge como proteção perante a perda de água (HERNÁNDEZ, 2020: 28). Como solvente, utiliza-se a água da chuva ou de poço, mas também existem receitas que incorporam álcool que ajudava a conservar; como vinho, cerveja, e inclusive absinto.

### DIAGNOSTICAR PARA CONHECER

A intenção de preservar o património arquivístico açoriano começa pelo conhecimento dos seus materiais constitutivos, os suportes orgânicos e as tintas (ver gráficos 1 e 2), e pela correta observação dos danos presentes nos documentos, sendo estes perceptíveis através da realização do diagnóstico.

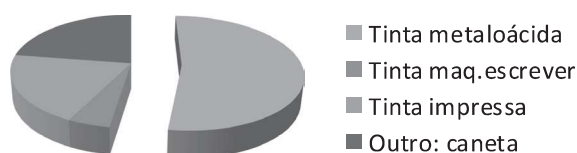
Os dados aqui apresentados foram extraídos da análise do fundo documental albergado no Arquivo Histórico Paroquial da Sé de Angra do Heroísmo, composto por 211 unidades de instalação documentais, que não incluem os documentos pertencentes aos subfundos integrados pelas Confrarias e Irmandades e o Arquivo Musical; constituindo apenas uma pequena amostra da totalidade do trabalho realizado. Foram examinados o 10% dos exemplares, aproximadamente 990 fólios diagnosticados de 13.900 existentes, amostra que integra documentos datados entre os séculos XVI e XX, abrangendo diversos materiais e processos de produção relacionados com as mudanças técnico-científicas que caracterizam o percurso dos séculos.

Gráfico 1. Composição do suporte de papel



Observa-se a existência de papel manufaturado e industrializado em partes iguais. Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2. Elementos sustentados



O gráfico permite apreciar que mais da metade do acervo documental (53%) encontra-se manuscrito em tintas metaloácidas. Fonte: elaboração própria.

Uma vez identificados os principais materiais, a fim de conhecer os agentes de deterioração presentes na coleção documental e o seu grau de perigosidade, foram aplicados estudos qualitativos e quantitativos recorrendo às análises físico-químicas não invasivas: macro e microfotografia realizada mediante luz visível e transmitida, medições de pH do suporte, medições de radicais livres de ferro II das tintas, coletas de amostras de fungos presentes nas superfícies documentais para análise no Laboratório Regional de Veterinária (LRV)<sup>16</sup>. Os dados foram recolhidos numa base de dados que, mediante somatório e aplicação de estatísticas, permitiu a elaboração de um diagnóstico global, aplicado à totalidade do arquivo.

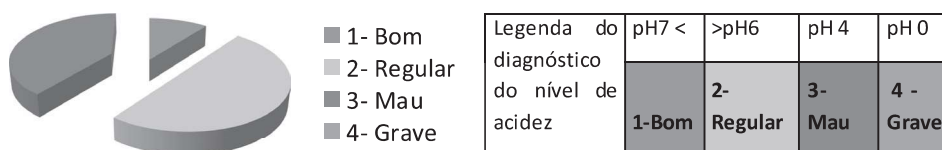
Dos numerosos dados extraídos (processos de produção do documento e livro: tipo de suporte, forma de encadernação, etc.; agentes de deterioração: danos físico-químicos, antropológicos, circunstanciais, biodeterioração – ativa ou inativa-, etc.), são analisados neste artigo unicamente aqueles relacionados com a degradação causada pelos fatores intrínsecos, provocados pelas características próprias dos materiais compositivos e as técnicas de produção utilizadas; e não os danos extrínsecos, relacionados com o ambiente ou causados por fatores externos.

No que concerne à composição orgânico-celulósica dos documentos, grande parte dos danos intrínsecos são causados pelo aumento de acidez, substância química que emite iões de hidrogénio na água. Esta acidez, originada pela degradação química da celulose e, especialmente, pela decomposição de hemicelulose e lignina, está presente, principalmente, nos suportes fabricados industrialmente

<sup>16</sup> Análise realizadas pela engenheira Valentina Santos.

com fibras vegetais extraídas da madeira de árvores superiores (52% da coleção documental). A acidez é medida com o pH, potencial hidrogeniônico, expressado numa escala logarítmica que indica com valores de 0 a 14 se a solução é ácida, neutra ou básica. Esta medida está relacionada com o estado de conservação do documento, determinando que o valor de pH 7, neutro, corresponde a um bom estado, enquanto os valores inferiores correspondem a um estado regular, mau e grave (ver gráfico 3). A análise dos dados obtidos permite concluir que um 39% dos suportes analisados no arquivo paroquial acusa um pH ácido de entre 4 e 5, sendo que estes papéis apresentam uma fragilidade perante a manipulação que provoca roturas perimetrais e desagregações do suporte, com a consequente perda de informação. Deterioração que no seu extremo conhece-se como “slow fire” ou incêndio lento (VIÑAS, 2018: 98) porque ocorre de forma lenta e inexorável.

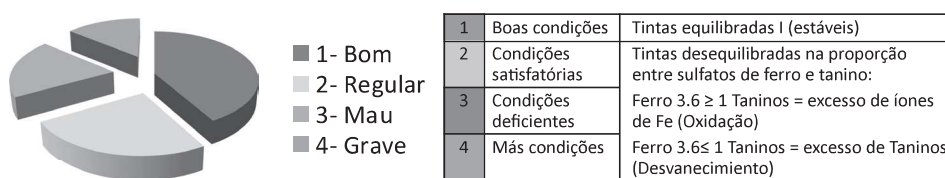
Gráfico 3. Diagnóstico de pH



No gráfico 3, observa-se a deterioração intrínseca dos documentos relativa ao valor de acidez do suporte de papel relacionado com o estado de conservação expressado nos valores de 1 a 4, sendo que o valor 1 representa um bom estado de conservação e o 4 um estado grave, indicando um elevado risco de perda do documento. Fonte: elaboração própria.

O segundo dos danos físico-químicos analisados neste artigo é o causado pelas tintas metaloácidas (presentes em 53% dos documentos analisados), em especial as já citadas ferrogálicas, nas quais os iões de ferro II em excesso combina-se com o oxigénio presente na atmosfera formando iões de ferro III ou corrosão do metal. Esta corrosão penetra nas fibras vegetais do suporte de papel afetando as cadeias de celulose, reduzindo a sua capacidade hidrófila e diminuindo a resistência mecânica. Dano conhecido como oxidação da celulose que culmina com o colapso do papel.

Gráfico 4. Diagnóstico do estado das tintas ferrogálicas



Os danos que evidenciam as tintas são classificados, segundo o gráfico 4, em quatro níveis de deterioração. O valor 1 corresponde às boas condições segundo as quais não há ou são muito ligeiros os halos café no reverso do documento, enquanto o valor 2, ou condição satisfatória, evidencia a presença de halos cor café no reverso do documento, ainda sem danos mecânicos. Os valores 3 e 4 correspondem às condições deficientes dos documentos, apresentando transferência severa da tinta no reverso da folha de papel e fissuras nos traços, que culminam com a fragmentação do suporte. Fonte: elaboração própria.

A restauradora Alejandra Odor (ODOR a) 2009, b) 2013, c) 2015, d) 2017), como resultado das suas investigações, classifica o tipo de degradação das tintas em relação com a diversidade e concentração dos materiais que compõem as diversas receitas, especialmente a proporção existente entre íões de ferro e taninos. Sendo que: as tintas balanceadas são as estáveis, nas quais não existe excesso de nenhum dos seus componentes. Nas tintas desequilibradas I a proporção de íões de ferro é maior que 3.6 por 1 de taninos, contando com um excesso de íões de ferro II que atuam como potenciadores do fenómeno de corrosão da tinta (fenómeno conhecido como sistema Fenton). As tintas desequilibradas II, contém menor proporção que 3.6 de ferro por 1 de taninos, apresentando um excesso de ácido gálico que causa a perda de cor ou desvanecimento das tintas.

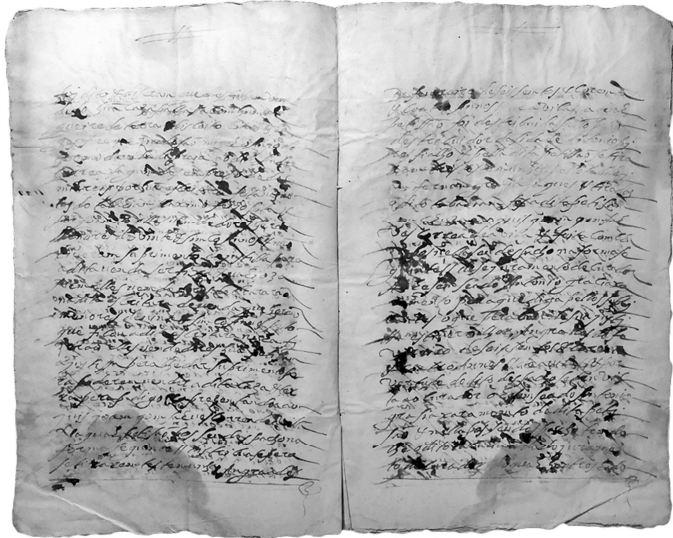


Fig. 1. Condição deficiente das tintas metaloácidas  
provocada pela oxidação dos componentes metálicos.

Fonte: Edmundo Sotelo

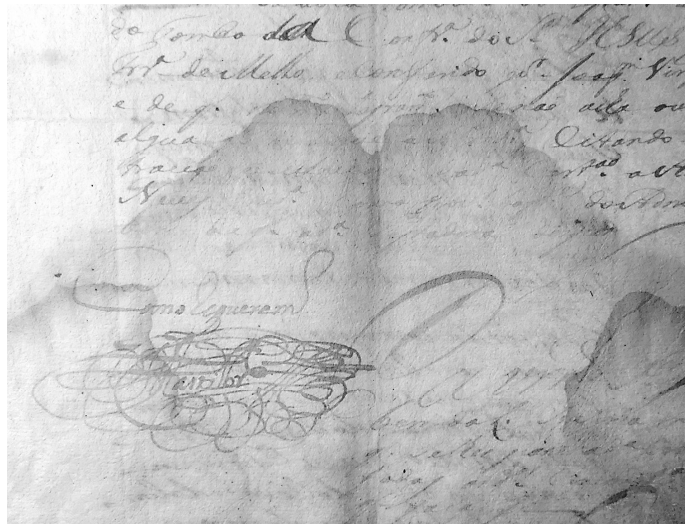


Fig. 2. Deterioração das tintas causada pelo desvanecimento  
e corrimento que impossibilitam a leitura do documento.

Fonte: Edmundo Sotelo

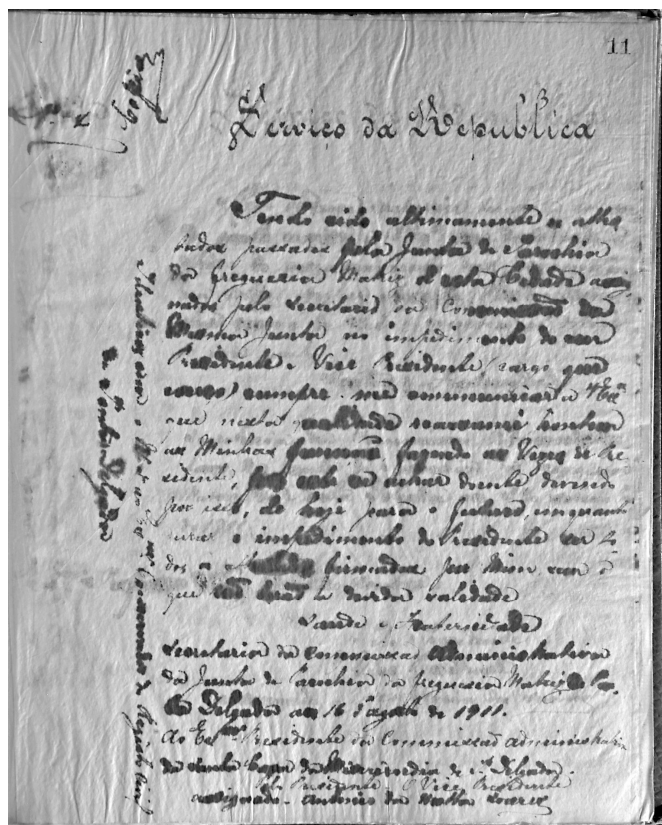


Fig. 3. Danos das tintas e acidez do suporte que apresenta evidente amarelecimento e elevada tendência à fragmentação perante a manipulação. Fonte: Edmundo Sotelo

### ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Da análise dos resultados apresentados no diagnóstico deduz-se que:

– Um 39% dos documentos apresenta uma acidez elevada, indicativa de um significativo estado de fragilidade, acusado no amarelecimento e na fragmentação das fibras de celulose ou rotura da folha. Esta deterioração afeta principalmente ao 52% dos documentos fabricados mediante técnicas industriais que utilizam matérias-primas ácidas na composição.

– Um 33% dos documentos manuscritos entre os séculos XVI e XIX mediante tintas metaloácidas acusam condições deficientes ou graves. Esta deterioração é evidente na oxidação das tintas que provoca a fratura do suporte de papel ou no desvanecimento. Ambas formas de degradação tornam os documentos ilegíveis.

Conclui-se que estes dois agentes de deterioração, a acidez do suporte e degradação das tintas metaloácidas, ambos de natureza físico-química e de origem intrínseca, encontram-se entre as principais causas de degradação da coleção documental analisada. Lograr a permanência ou retenção das propriedades físicas e químicas que um documento apresenta ao momento da sua criação é impossível, ainda mais quando se trata de custodiar um acervo ou coleção documental composto por centenas, milhares ou milhões de unidades, dado que significa lutar contra o natural envelhecimento dos materiais constituintes, que tanto orgânicos como inorgânicos sofrem alterações internas. Não obstante, estas inevitáveis alterações podem acelerar-se quando as condições externas de armazenamento e uso das coleções são inadequadas. Neste sentido, à degradação intrínseca deveremos acrescentar os fatores extrínsecos causados pelas deficientes condições ambientais (fontes de luz direta, elevadas temperatura e humidade relativa, ação de gases contaminantes, etc.), a presença de danos biológicos (insetos, microrganismos – fungos ou bactérias – aves ou roedores), a deterioração antropogénica (inadequado armazenamento, manipulação, consulta ou intervenção) ou as catástrofes naturais (incêndios, inundações, etc.). Estes agentes de degradação externos incidem sobre os internos e vice-versa, provocando o desgaste que culmina, por vezes, na perda e desaparecimento das coleções.

Será o principal objetivo da preservação documental conseguir que as coleções persistam no tempo. A sua ação começa desde a elaboração do diagnóstico do estado de conservação, identificando e quantificando os agentes prejudiciais, e culmina com a aplicação das medidas de salvaguarda (conservação preventiva e curativa ou direta), acompanhadas do posterior seguimento e controle das mesmas.

No cuidado das coleções documentais albergadas no arquipélago açoriano é urgente aplicar o quanto antes planos de salvaguarda. Paralelamente, estudar os materiais e as técnicas de produção dos documentos, determinar o seu comportamento através do tempo e a sua reação perante os agentes externos é tão fundamental quanto necessário na luta a favor da preservação do património documental.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Alicia M<sup>a</sup> Cabrera; AMADOR, Reyes Amador (2005), “Filigranas papeleras. Aproximación a su estudio a través de los archivos familiares”, in *Revista de Historia Canaria*, Instituto de Estudios Canarios Universidad de La Laguna, pp. 39-53.
- BRINQUIS, María del Carmen Hidalgo (1986), *La fabricación del papel en España durante los siglos XVIII y XIX, las filigranas papeleras* [Tesis Doctoral], Madrid: Universidad Complutense.
- CARREIRA, Maria de São Luiz da Silva (2013), *Marcas de água. Arquivo Histórico Parlamentar (Monarquia Constitucional 1821-1910)* [Tese de mestrado, Ciências da Documentação e Informação], Universidade de Lisboa. Disponível em: Repositório <http://hdl.handle.net/10451/10188> [Consultado 03-04-2024].
- CONTRERAS, Gemma M<sup>a</sup>; BECERRA, Javier (2020), “Técnicas analíticas para la caracterización de documentos: una revisión bibliográfica” em *Ge-conservación n° 17*, pp. 251–266. Disponível em: <https://doi.org/10.37558/gec.v17i1.760> [Consultado 03-04-2024].
- GOMES, Cláudia; NOITE, Dina; ESTEVINHO, Fátima (2013), *Conservação de Documentos Degradados pela Corrosão da Tinta Ferrogálica*, Arquivo Regional da Madeira. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/001838358cea7deec8957?authid=5z3IxZS19eUj> [Consultado 03-04-2024].
- GOMEZ, Federico (2014), *Historia de la industria papelera valenciana*. Valencia: Universitat de Valencia.
- HERNÁNDEZ, Rocío (2020), *Papel y tintas en el Patrimonio Documental. Evolución a largo plazo, deterioro y propuestas de conservación y estabilización* [Tese de maestría, Dep. Ingeniería Química y Ambiental Escuela Técnica Superior de Ingeniería]. Sevilla, Universidad de Sevilla.
- KROUSTALLIS, Stefanos (2002), “Escribir en el S.XVI: recetas de la tinta negra española”, in *Revista de la Real Sociedad Económica matritense*, n° 48, Separata.
- MACIAS, María Dolores Díaz de Miranda, GERARD, Thienen (2018), Datación e identificación de libros impresos, manuscritos y obras de arte a través de las filigranas papeleras, in *Titivillus*, vol. 1.
- MAGALHÃES, Daniela Bazuchi. (2021), Datação de documentos através do estudo de suas tintas. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/352296806\\_DATACAO\\_DE\\_DOCUMENTOS\\_ATRAVES\\_DO\\_ESTUDO\\_DE\\_SUAS\\_TINTAS](https://www.researchgate.net/publication/352296806_DATACAO_DE_DOCUMENTOS_ATRAVES_DO_ESTUDO_DE_SUAS_TINTAS)[Consultado 03-03-2024]. MANERO, M<sup>a</sup> Adelaida Allo (1997), Teoría e

- historia de la conservación y restauración de documentos, in *Revista General de Información y Documentación*, vol. 7, núm. 1, 253. Disponível em: [https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID\\_9797120253A](https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID_9797120253A) [Consultado 03-03-2024].
- MATTEINI, Mauro; MOLES, Arcangelo (2002), *La química de la restauración: los materiales del arte pictórico*. San Sebastián: Nerea.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2001), “As ilhas, os arquivos e a história: o caso dos Açores”, in *Arquipélago: História*, 2ª série, vol. V, Ponta Delgada, pp.723 – 732.
- NEEVEL, Johan G.; REIBLAND, Birgit (1998) The Ink Corrosion Project, Netherlands Institute for Heritage. Paper Conservation News, nº85, pp.10 – 13.
- NEEVEL, Johan G.; REIBLAND, Birgit (2005). Bathophenanthroline Indicator Paper-Development of a New Test for Iron Ions Papier Restaurierung, vol. 6, nº.1, p. 26-36.
- ODOR, Alejandra (2009), “Tintas ferrogálicas, su composición y principales mecanismos de transformación” in BRINGAS, J.(coord.), *Una mirada en torno al papel y su conservación*, México: ADABI, pp.39-42.
- ODOR, Alejandra Chávez (2013), *Tintas ferrogálicas: su estudio, deterioro y utilización* [Tesis de licenciatura, Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía Manuel Castillo Negrete], México: Instituto Nacional de Antropología e Historia.
- ODOR, Alejandra (2015), “¿Permanencia en riesgo? La manufactura de tintas ferrogálicas y las implicaciones en su conservación”, in GARONE, M.; Gómez A. (comp.), *De la materialidad a la conservación del patrimonio bibliográfico y archivístico*. México: Ediciones del Ermitaño.
- ODOR, Alejandra Chávez (2017). “Criterios y metodología aplicada para el diagnóstico, estabilización y conservación de manuscritos pertenecientes a Fondos Antiguos”, Encuentro septiembre 2017, Biblioteca Nacional de México, IIB-UNAM Disponível em: [https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/1-A.Odor\\_ponencia.pdf](https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/1-A.Odor_ponencia.pdf) [Consultado 03-03-2024].
- PEDROLA, Antoni (2006), *Materiales, procedimientos y técnicas pictóricas*, 4ª edición. Barcelona: Editorial Ariel.
- REISSLAND, Birgit; LIGTERINK, Frank (2011), *The Iron Gall Ink Website*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12795/hid.2015.i42.04> [Consultado 03-03-2024].
- SANTANA, Oscar Díaz; HARDISSON, Francisco Conde; MORENO, Daura Vega (2018), “Métodos modernos para la datación de las tintas en documentos. Limitaciones y propuestas”, in *SIPDO '18*. Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 85-108. Disponível

em: <https://www.eusal.es/eusal/catalog/download/978-84-9012-980-7/4495/580-1?inline=1> [Consultado 03-03-2024].

SANTOS, Maria José Ferreira dos (2014), “Marcas de água e história do papel, a convergência de um estudo”, in *Cultura revista de história e cultura das ideias*, vol. 33. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/2334>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.2334> [Consultado 03-03-2024].

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís (1999), *Arquivística. Teoria e prática da uma ciência da informação*, vol. 1. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Valéria Soares (2017), *Tintas ferrogálicas: contributos para a sua caracterização e estabilização no espólio dos Dembos – caixa 09*. [Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, Faculdade de Ciências e Tecnologia], Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/21498/1/Silva\\_2017.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/21498/1/Silva_2017.pdf) <https://doi.org/10.4000/cultura.2334> [Consultado 03-03-2024].

SOUZA, Alexandre Vilela Oliveira de (2009), *Desenvolvimento de uma fita identificadora de Fe+2 em documentos escritos com tinta ferrogálica*. [Dissertação do Mestrado, Pontificia Universidade Católica de Rio de Janeiro]. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14461/14461\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14461/14461_1.PDF) <https://doi.org/10.4000/cultura.2334> [Consultado 03-03-2024].

VEGA, Teresa María Criado (2015), *Una receta de tinta de escritura procedente del archivo de la casa de alba*, in *Revista Historia HID*, 42, p. 111-128. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12795/hid.2015.i42.04> [Consultado 03-03-2024].

VERGARA, José (2002), *Conservación y restauración de material cultural en archivos y bibliotecas*, Valencia: Biblioteca valenciana. Disponível em: <https://bivaldi.gva.es/es/consulta/registro.cmd?id=203> [Consultado 03-03-2024].

VIÑAS, Salvador Muñoz (2018), *La restauración de papel*, 2ª ed., España: Tecnos.

YEPES, José López (1997), “Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento?” *Scire: representación y organización del conocimiento*, Vol. 3, Nº 1, pp.11-29. Universidad de Zaragoza. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.54886/scire.v3i1.1064> [Consultado 03-03-2024].

## **AS PASTAGENS, O GADO E O QUEIJO: ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DE S. JORGE**

**AVELINO DE FREITAS DE MENESES**

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
avelino.f.meneses@uac.pt

### **A VEZ DAS PEQUENAS ILHAS**

O conhecimento histórico brota do entendimento do passado, cujo futuro é o presente, como há muito, mas acertadamente, sublinhou Fernando Pessoa. No entanto, a análise histórica também influi na projeção do futuro. Assim, contra o velho provérbio chinês, a História não é simplesmente o passado, razão pela qual o presente não é propriamente uma dádiva e o futuro não é necessariamente um mistério. E porquê? Porque a História nasce da interrogação dos homens e das mulheres de todas as gerações, munidos de novos valores, que a convertem, como as demais ciências, em saber de atualidade.

Os Açores possuem características comuns que lhes conferem um traço de unidade. Mais do que isso, os Açores são o reino da diversidade, tais as diferenças da nossa geografia e da nossa história. Nestas circunstâncias, na História, e nos saberes conexos, temos o dever da reconstituição do antigamente de todas as nossas ilhas, das mais centrais às mais periféricas, por ser indispensável na composição do caleidoscópio açoriano. Contudo, a averiguação da historiografia insular demonstra precisamente o contrário, isto é, o privilégio de umas poucas em prejuízo de muitas mais, que agora demandam e justificam uma discriminação positiva para a obtenção de maior equidade, traduzível na aproximação a maior verdade, objeto único do conhecimento científico.

E, dito isto, ao arrepio do politicamente correto, importa que nos Açores a investigação histórica nem sempre prime pela inclusão, que por vezes avulte pela

exclusão. E uma exclusão de quê? Dos principais centros, a Terceira e S. Miguel, mais favorecidos pela pesquisa, com acrescidos saberes. E uma exclusão para quê? Para melhor entendimento das periferias, as demais ilhas, menos contempladas pelo estudo, com minguados saberes. Afinal, um estímulo à aprendizagem do próprio arquipélago, um composto de paridade com diferença, que obriga ao exame das partes na compreensão do todo. Se assim não for, a nossa História permanecerá incompleta, e errada.

O caminho feito nas últimas décadas contribui muito para a mitigação das gritantes disparidades de antanho. Por isso, é já outro o conhecimento histórico das nossas ilhas. Agora, está menos cingido à enunciação das excelências da Terceira e de S. Miguel. A Terceira, centro administrativo e arrimo estratégico, onde pontifica a cidade de Angra, no termo do século XVI, considerada a “universal escala do mar do poente”, por avaliação de Gaspar Frutuoso, no último terço do século XVIII, elevada à dignidade de capital, por mercê de Pombal. E S. Miguel, potentado económico, que no decurso de oitocentos agrega valia geopolítica, fruto da evidência de Ponta Delgada, resultante da serventia do porto artificial e da conversão em berço da Autonomia.

Nos Açores, o acréscimo de informação ajuda agora à consideração das periferias, que manifestam desempenhos históricos de relevo, úteis na correção e no complemento do conjunto. Atentemos, por exemplo, na proeminência do porto da Horta e da ilha do Faial, entre os séculos XVII e XIX, convertidos em principal escala do comércio e da navegação no Atlântico, sob o amparo do incessável jorro de vinho do Pico. E ainda no centro do arquipélago, na Graciosa, descortinamos um celeiro só ofuscado pela aguardente de setecentos, que prima pela exportação de cevada, trigo e milho para o Reino, a Madeira e o Norte de África; em S. Jorge, a excelência das pastagens antecipa a quase monocultura da vaca da 2ª metade do século XX, fruto da pujança da pecuária, expressa no bom queijo. E, nas extremidades do arquipélago, às Flores e ao Corvo acedem as armadas ibéricas das especiarias, do ouro e da prata, também os corsários e os piratas da Europa do Norte, atraídos pelas frotas de Portugal e de Espanha, de cujo embate decorre a conversão dos fundos marinhos em santuário da arqueologia naval internacional; em Santa Maria, após a 2ª guerra mundial, subsiste a função de apoio às comunicações, as aéreas, depois de uma longa remessa de louça, telha e barro para todas as outras ilhas.

Do passado das ilhas periféricas, não brotam exclusivamente idiosincrasias limitadas à dimensão do lugar, pois elas também participam da inserção do arquipélago nas dinâmicas do Atlântico, em acolhimento da extensão universal. Uma decorrência da própria açorianidade, mistura complexa de isolamento, conseqüente do afastamento do Mundo e da descontinuidade do território, com mundividência, conseqüente do posicionamento de eleição no meio do mar, beneficiário do determinismo da natureza e das condições da navegação, a marítima e a aérea, que transformam os Açores em meio de aproximação dos continentes. Assim, se privilegiamos os estudos locais, indexamo-los ao enriquecimento das histórias regional, nacional e geral. Aliás, o método científico considera as análises específicas como meio de correção das sínteses, demasiado globais e falíveis. Os muitos avanços já alcançados não equivalem, entretanto, ao termo da nossa missão, que demanda uma contínua labuta. E porquê? Porque o conhecimento histórico implica uma tarefa constante, composta por três etapas repetitivas, a saber, o fazer, o desfazer e o refazer. Uma implicação do predicado de qualquer ciência, que prima pela incerteza, jamais pela certeza, impondo um labor permanente em busca da verdade, quiçá inalcançável.

### **Peculiaridades jorgenses**

À sua maneira, a ilha de S. Jorge também evidencia o isolamento e a mundividência, que enformam a açorianidade. Em meados do século XVIII, de concreto, em 1754, o capitão António Azevedo Pereira, juiz ordinário da Calheta, traça de S. Jorge uma imagem de sossego, mas também de solidão, quando justifica a rarefação das reuniões camarárias, com o argumento de que nalgumas semanas “... não havia que fazer em vereação”<sup>1</sup>. Muito antes, Gaspar Frutuoso emitira um parecer semelhante, relevando os inconvenientes da falta de correspondência com o exterior, traduzida em risco de sobrevivência das gentes e das comunidades<sup>2</sup>. Neste contexto, até se entende o projeto de 1582, entretanto abandonado, atinente à construção de uma cadeia em solo jorgense, para reclusão dos jesuítas do Colégio

---

<sup>1</sup> Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, *Câmara da Calheta, Vereações* (1752-56), fl. 54v, acórdão de 31 de julho de 1754.

<sup>2</sup> FRUTUOSO, 1978, p. 232.

de Angra, desafetos à causa de D. António, Prior do Crato<sup>3</sup>. Todavia, à raridade das relações externas, ainda cresce a dificuldade da correlação interna. Na verdade, o transtorno das distâncias e do relevo impede até muito tarde a administração regular dos sacramentos aos paroquianos dos “nortes”. Por isso, a essência do mercado matrimonial possui por horizonte a própria comunidade, eventualmente algum povoado mais vizinho, facto reconhecido à dimensão da ilha por Santos Pereira, até ao século XVII, e na freguesia da Ribeira Seca por Paulo Matos, no decurso do século XIX.

No convívio interno e na relação externa, o isolamento dos jorgenses deriva do atraso dos transportes e das comunicações. Aliás, em 1900, João Caetano de Sousa e Lacerda, pai do renomado maestro Francisco de Lacerda, então estante em Paris, reconhecia perante o filho o paradoxo jorgense, que consistia na necessidade de uma semana para que uma carta percorresse os cerca de 40 Km entre a Ribeira Seca e as Velas, um tempo quase idêntico ao da receção de uma qualquer missiva expedida da capital francesa<sup>4</sup>. A demora adquire mesmo um carácter inusitado, se considerarmos o estabelecimento de um suposto serviço de correio pelo menos desde 1859, firmado na atividade de estafetas que, às terças e às sextas-feiras, transportam malas entre Velas, Calheta e Topo<sup>5</sup>.

As adversidades da natureza não condenam S. Jorge a um isolamento insuperável. Dois fatores não permitem que tal aconteça. São eles: o privilegiado posicionamento do arquipélago no Atlântico e a vantajosa localização da ilha no grupo central dos Açores.

O posicionamento do arquipélago numa encruzilhada de rotas transatlânticas incute no espírito das gentes uma curiosidade pelo Mundo, aguçada por contatos fortuitos. No imaginário, a existência na jurisdição do Topo de um lugar denominado Calecut constitui uma reminiscência do domínio de Portugal na Índia, talvez sustentado pela pertinácia de algum jorgense anónimo. Ademais, em 24 de dezembro de 1704, no retorno de uma viagem à Terra Santa, o sacrifício em Chipre, às mãos dos turcos, do Padre Lázaro Nunes de Sousa, da Calheta, é também o testemunho de muitas outras andanças por paragens bem longínquas<sup>6</sup>. Na realidade,

---

<sup>3</sup> MENESES, 1987, I, p. 341.

<sup>4</sup> LACERDA, 1988, p. 37.

<sup>5</sup> AVELLAR, 1902, p. 178.

<sup>6</sup> CUNHA, 1981, I, p. 117.

em 1870, o encalhe na Fajã da Caldeira de Santo Cristo de um lugre inglês que navegava entre Liverpool e as Antilhas, carregado de tecidos e utilidades, familiariza as populações com a civilização. O barco adquire o interessante denominativo de “navio da chita”, dada a inundação do litoral com “Fardos de chita, de uma estampana muito arregalada e extravagante, algodões, paninho, cotins, pano fino, guarda-sóis, lenços, carros de linha, loiça, garrafões, conservas, temperos e muitos outros objetos”<sup>7</sup>.

A vantajosa localização de S. Jorge no grupo central dos Açores facilita as relações suscitadas pela proximidade das ilhas e pela diversidade das economias. À partida, a tradição do povoamento, a concentração administrativa e o bulício comercial favorecem a correlação com a Terceira que, entre 1756 e 1766, recebe 600 barcos jorgenses, contra somente 488, 265 e 188 do Pico, Graciosa, e Faial<sup>8</sup>. Contudo, aqui beneficiado pela geografia, S. Jorge reparte magistralmente os seus contatos. Com efeito, as Velas apontam à Horta, o Topo, em associação com o sul do Pico, privilegia a correspondência com Angra, enquanto da costa norte, por exemplo, das fajãs do Ouvidor, dos Cubres, da Penedia, dos Tijolos e Redonda, se abre uma via de contato, eventualmente menos regular, por vezes até clandestina, com a Graciosa<sup>9</sup>. Por isso, em referência às gentes do Topo, José Cândido da Silveira Avelar sustenta que “... nos seus costumes seguem os da Terceira, com quem tem mais vizinhança”<sup>10</sup>. Já sobre a Calheta, nas suas *Notas Históricas*, o padre Manuel Azevedo da Cunha reconhece o ingresso de açorianos de todas as ilhas, à exceção do Corvo. Porém, uma análise de pormenor ressalta no século XIX um predomínio de picoenses, sobretudo do Sul, a saber, da Piedade, da Ribeirinha, de Santo Amaro e da Terra Alta. Aliás, o clérigo jorgense assinala a frequência dos contatos entre as duas ilhas “... chegando os barcos deste porto [da Calheta] a fazer viagem ao Pico, duas vezes num só dia, indo os rapazes “lá fora” só para bailar”<sup>11</sup>. Muito antes da inauguração do aeródromo a 23 de abril, dia de S. Jorge de 1982, na sequência da institucionalização da Autonomia Constitucional em 1976, e também depois da individualização de maior investimento na rede viária urbana e na beneficiação

---

<sup>7</sup> CUNHA, 1981, I, p. 521.

<sup>8</sup> MENESES, 1995, p. 161.

<sup>9</sup> CUNHA, 1981, II, p. 762.

<sup>10</sup> AVELLAR, 1902, p. 345.

<sup>11</sup> CUNHA, 1981, I, p. 526.

dos ancoradouros por iniciativa do Governo Geral instituído em 1766, o século XIX quebra substancialmente o antigo isolamento. Com efeito, a partir de 1857, as companhias de navegação de novo criadas, que unem o arquipélago e o continente, escalam Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, mas também as Velas e a Praia da Graciosa, inclusivamente a Calheta a partir de 1892. Nestas circunstâncias, avultam por naturais as correlações múltiplas e longínquas do investigador jorgense João Teixeira Soares de Sousa (1827-1882). De facto, a partir da afastada Fajã de Santo Amaro, estabelece correspondência regular com o estudioso micaelense Ernesto do Canto, igualmente com os livreiros de Paris que, à distância, lhe asseguram a disponibilidade de uma biblioteca ampla e atualizada<sup>12</sup>.

### **A PRIORIDADE DA TERRA**

Hoje, a expansão dos serviços constitui o principal meio de aferição dos níveis de desenvolvimento. Por isso, nos Açores, a multiplicação da oferta turística corresponde a um sinal de progresso, a uma garantia de futuro. Tudo isto equivale à proclamação da primazia do setor terciário. No decurso do século XX, a superioridade do Ocidente decorreu do desenvolvimento das indústrias, que acontece após as guerras, isto é, depois de 1918, sobretudo depois de 1945. A produção de riqueza era então o resultado da afirmação do setor secundário. Aparentemente, não há lugar para o setor primário, para a agricultura e para a pecuária, nem sequer para as pescas, apesar de todo o alarido em redor das riquezas do mar. Mas apesar da concorrência externa, que impõe limites à produção, a exploração da terra, quando guiada por imperativos de racionalidade económica e por critérios de competência técnica, constitui a base da riqueza mais segura.

Na história dos Açores, do povoamento aos nossos dias, a terra foi o sustentáculo do progresso económico e da prosperidade social. Por exemplo, durante cinco séculos, a abundância de cereais propicia o sustento dos ilhéus e suaviza as carências alimentares da cidade de Lisboa, da ilha da Madeira e de partes de África. Por exemplo, na 2ª metade do século XVI e no 1º terço do século XVII, a produção de uma tintureira, o pastel, abastece centros da indústria têxtil da Europa do Norte.

---

<sup>12</sup> SOUSA, 2004, p. 128.

Por exemplo, no século XVIII, a colheita de linho, sobretudo em S. Miguel, faculta o fabrico de panos, que chegam às cidades do nordeste do Brasil. Por exemplo, nos séculos XVII a XIX, a expansão da vinha no grupo central, principalmente no Pico, proporciona a colheita de vinho, que se exporta para a América do Norte, e o fabrico de aguardente, que se remete para o Brasil. Por exemplo, em finais do século XVIII e na 1ª metade do século XIX, o desenvolvimento da laranja conquista os mercados de Inglaterra.

Aqui nos Açores, em vez da procura de uma autossustentência de baixo rendimento, mais vale a descoberta e a exploração de especializações, alicerçadas em vocações históricas e naturais, que garantam competitividade e suscitem proveito. Entre nós, a par das vantagens do ambiente, que alavancam o desenvolvimento do turismo, e da prioridade do mar, que constitui um reino de oportunidades e de riquezas, é preciso fazer a apologia da terra. Os campos durante mais de meio milénio, isto é, em toda a nossa história, foram sempre uma garantia de sobrevivência, foram muitas e muitas vezes um fator de prosperidade. Nos campos das nossas ilhas, o gado foi a base de quase tudo. Ao princípio, foi o lançamento dos animais à terra ainda deserta que assegurou a sustentabilidade da vida dos homens. Depois, ao longo dos séculos, a pecuária foi uma atividade económica basilar, por ser a única ocupação capaz de singrar da beira-mar aos altos serros. A natureza fez, entretanto, de S. Jorge o santuário das pastagens e das manadas.

Aqui nos Açores, ainda se vislumbra algum equilíbrio entre os mundos urbano e rural. Todavia, vivemos hoje sob o fascínio da cidade grande e das ilhas maiores. É preciso contrabalançar esta tendência, através da demonstração das virtualidades do campo. No entanto, não se pode encarar o mundo rural numa perspetiva passadista, isto é, na perspetiva de um mundo que já existiu e que jamais existirá, por se achar em extinção, após colapso. Ao invés, é urgente encarar o mundo rural numa perspetiva futurista, isto é, na perspetiva de um mundo que ainda existe e para o qual há que (re)encontrar o caminho do desenvolvimento. Entretanto, o mundo rural do futuro tem de conciliar o decréscimo da mão de obra com o aumento da produtividade. O melhor rumo consiste no incentivo da formação científica, técnica e profissional, sempre no respeito pelo conhecimento de experiência feita, uma herança do esforçado labor dos nossos antepassados.

## A PECUÁRIA E A DIANTEIRA DE S. JORGE

Na história dos Açores, entre os séculos XV e XIX, a criação de gado constitui sempre uma atividade de subsistência, movida por dois objetivos domésticos: o amanho das terras e o sustento dos homens. De facto, só no declinar do século XIX e nos inícios do século XX, a pecuária se transforma em ramo económico independente, depois preponderante, até quase exclusivo. Nesta transformação, influem a decadência e a depreciação de bens açorianos de comercialização lucrativa, por força da ruína das vinhas e dos laranjais, à conta das pragas e das doenças, e da desvalorização dos cereais no mercado de Lisboa. A crise económica insular da 2ª metade de oitocentos, que gera a contestação política, motivando a conquista da 1ª autonomia em 1895, suscita a procura de alternativas de rendimento. Em S. Miguel, a aposta reside na diversificação da agricultura e no incremento das indústrias. No setor agrícola, as experiências melhor sucedidas resultam da introdução, do cultivo e da extração do ananás e do chá. No setor industrial, sobram ainda as fábricas de tabaco e, até há pouco tempo, uma fábrica de açúcar de beterraba, sucedânea da fracassada indústria do álcool, vítima de obstrução legal nos mercados continentais. Quanto à revolução da pecuária, ocorre primeiramente no grupo central, na Terceira, que incide mais na produção de carne, sobretudo em S. Jorge, que insiste mais na produção de leite, estímulo da indústria dos laticínios, que resulta no acréscimo da quantidade e da qualidade do queijo. Neste contexto, em 1908, não espanta o pioneirismo jorgense, vertido na produção do 1º queijo português de pasta dura e côdea resistente.

Em 1825, na caracterização da economia de S. Jorge, a câmara da Calheta destaca a criação e a exportação de gado. Os camaristas transmitem duas informações esclarecedoras: há muitos pastos, há pouca terra lavradia, sobrando uma boa quota de matas; os únicos produtos de exportação são o gado e o queijo<sup>13</sup>. Antes disso, em 1768, a vereação das Velas já destacara o valor da pecuária, considerando como fonte de maior rendimento dos particulares a exportação de bovinos, que existem em grande abundância<sup>14</sup>. Com estes pareceres camarários condizem quer o registo de Francisco Ferreira Drumond de meados do século XIX sobre a proliferação

---

<sup>13</sup> MATOS, 2007, pp. 113-114.

<sup>14</sup> Arquivo Municipal das Velas, *Vereações (1768-1781)*, fls. 9-9v, acórdão de 3 de dezembro de 1768.

de manadas e de rebanhos em S. Jorge, sem equivalência nas demais ilhas, quer o cálculo de J. Duarte de Sousa de finais do século XIX, que reconhece quase  $\frac{3}{4}$  de prados, matas e baldios para pouco mais de  $\frac{1}{4}$  de terra lavradia, quer a imagem do Padre Manuel de Azevedo da Cunha do princípio do século XX, que descreve o Litoral como povoado no meio das pastagens, cuja gente se ocupava no pastoreio dos gados<sup>15</sup>. Acima de tudo, as estatísticas do começo de oitocentos comprovam a dianteira da pecuária jorgense. Embora sem dados para a Terceira e S. Miguel, evidenciam a supremacia de S. Jorge que, nos bovinos, e com exceção do Pico, atinge mais do dobro das restantes ilhas<sup>16</sup>. Na sucessão dos séculos, acresce o efetivo pecuário na economia jorgense, que culmina em preponderância quase absoluta na Contemporaneidade.

O atual destaque de S. Jorge na produção regional de leite, atrás somente da Terceira e de S. Miguel, comprova o desenvolvimento da pecuária com origem na era do povoamento. Pela excelência das pastagens, não tanto pelo legado dos flamengos, o leite jorgense propicia o fabrico de queijo de categoria, já considerado o melhor dos Açores, em testemunho quinhentista de Gaspar Frutuoso<sup>17</sup>. Localmente, a abundância converte o queijo em substituto dos produtos básicos em conjunturas de maior escassez. Externamente, a superioridade transforma o queijo em principal remessa jorgense, efetuada para todas as ilhas, e não só. A testemunhá-lo, o articulado das posturas do Topo de 1757, que determina a taxação para consumo e a franquia para exportação<sup>18</sup>. Porém, a excessiva extração dos queijos, fruto da qualidade, que alavanca a procura, obriga até ao estabelecimento de quotas de produção, para que sobre sempre uma reserva de leite indispensável ao provimento do povo<sup>19</sup>. Em 1877, a câmara da Calheta considera mesmo o queijo a primeira atividade económica de S. Jorge. Por isso, solicita ao governo a recuperação da estrada entre o porto da vila e a freguesia do Norte Grande, por ser a via de maior movimento, por onde circulam queijos e manteigas, procedentes das únicas indústrias da ilha<sup>20</sup>. Aliás, só muito excecionalmente se reduz a produção e se

<sup>15</sup> DRUMOND, 1990, p. 14; SOUSA, 1897, p. 122; CUNHA, 1981, I, p. 364.

<sup>16</sup> COSTA, 2005, p. 260.

<sup>17</sup> Sobre a discutível herança flamenga no fabrico do queijo de S. Jorge, veja-se: SILVEIRA, 1963-1964, p. 83.

<sup>18</sup> B.P.A.R.L.S.R., *Câmara do Topo*, Posturas (1757), fl. 2.

<sup>19</sup> AVELLAR, 1902, p. 134.

<sup>20</sup> CUNHA, 1981, II, p. 934.

proíbe a exportação de queijos. É o que sucede, por exemplo, em tempo de falta de comestíveis, perante a suspeita de que os lavradores tinham leite alienado aos intermediários, que o transformavam em queijo, depois extraído clandestinamente para fora da ilha, com prejuízo do sustento dos povos<sup>21</sup>.

Na transição para o século XX, o manejo artesanal do leite cede o lugar à industrialização, que torna os laticínios em relevante atividade dos jorgenses. Aliás, em S. Jorge, nos alvares da nova centúria, a persistência da produção caseira coexiste com a laboração de 11 fábricas, número apenas superado pelas 13 das Flores, decerto de menor dimensão<sup>22</sup>. Porém, a proliferação, a pequenez e a dispersão das unidades de fabrico constituem um obstáculo à modernização, dada a dificuldade da introdução de técnicas e de maquinaria. Contudo, depressa surgem indícios de aperfeiçoamento dos métodos, com recurso à experiência e à tecnologia dos estrangeiros. Na Beira, o agrónomo José Pereira da Cunha da Silveira promove a montagem de duas fábricas, que seguem o modelo inglês. Fá-lo em associação com o micaelense Alexandre Leite da Gama, uma prova da relevância económica dos laticínios em S. Jorge, que gera o interesse dos forasteiros. Ambos os empresários contratam um mesmo técnico britânico, que superintende na transformação dos leites<sup>23</sup>. Aliás, os indícios da melhoria do queijo resultam logo em certeza na Exposição da Tapada da Ajuda de 1905. No certame, Alexandre Leite da Gama, já como produtor próprio, arrebatou a medalha de ouro na classe dos queijos e a medalha de prata na classe das manteigas<sup>24</sup>. Depois, a partir de 1927, é a vez do surgimento do movimento associativo, com a criação da cooperativa da Beira<sup>25</sup>. E, neste contexto de crescimento e de modernização, em 1944 nasce a Finisterra, cooperativa de laticínios do Topo, sucedânea da pequena fábrica do Lameiro, que logo em 1947 absorve a Nova Aliança. Mais recentemente, a atividade pecuária e a indústria de laticínios de S. Jorge ainda beneficiam da institucionalização em 1976 do regime autonómico, que gera uma era de progresso e de prosperidade sem par na multissecular história açoriana. Logo na década de 1980, destacamos

---

<sup>21</sup> Por isso, em 1794, na Calheta, os almotacés procedem ao arrolamento de todos os criadores de gado, estabelecendo uma lista daqueles que em certos dias devem "... vir vender o leite das criações à praça desta vila ..." ao preço de 20 reis a canada (CUNHA, 1981, II, p. 748).

<sup>22</sup> ENES, 2008, II, p. 199.

<sup>23</sup> AVELLAR, 1902, p. 135.

<sup>24</sup> MACIEL, 2010, p. 9.

<sup>25</sup> *Idem*.

a formação da Uniqueijo, União de Cooperativas de S. Jorge, e a criação da Região Demarcada do Queijo de S. Jorge, com o propósito do acréscimo da qualidade do queijo, uma garantia mais problemática no tempo das muitas e das pequenas unidades de transformação de leite do passado<sup>26</sup>. Já em 1991, a constituição da Confraria do Queijo de S. Jorge equivale à criação de uma instituição responsável pelo controlo e pela certificação do produto mais emblemático da economia jorgense.

\*\*\*

Do aconchego das bibliotecas e dos arquivos, os laboratórios da História, incumbidos da recolha, da preservação, do tratamento e da disponibilização de livros e documentos, os investigadores extirpam de velhos papeis uma imensidade de novos conhecimentos. E, aqui nas Velas, dispomos quiçá do arquivo municipal mais bem resguardado, um convite à sua proveitosa consulta. E, aqui em S. Jorge, como nas demais ilhas, no desempenho de um dever de consciencialização comunitária, junto de municípios, misericórdias, templos, associações, empresas e até famílias, urge a todos incitar para a missão da salvaguarda da nossa memória coletiva. E como? Através da atempada guarda e do conveniente acondicionamento de todos os acervos, em alternativa, pela sua incorporação em entidade capaz.

---

<sup>26</sup> KONGO, 2010, pp. 135-136 e 145-192.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Manuscritos

Arquivo Municipal das Velas:

– Vereações (1768-1781).

Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro:

– Câmara da Calheta, Vereações (1752-1756).

– Câmara do Topo, Posturas (1757).

### Impressos

AVELLAR, José Cândido da Silveira, 1902, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Horta, Typ. Minerva Insulana (Em 2023, com chancela da Câmara Municipal das Velas, chegou às livrarias uma nova edição, modernizada e acrescentada de genealogias, com introdução, atualização, notas e índices de Artur Teodoro de Matos).

COSTA, Ricardo Madruga da, 2005, *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral. 1800-1820*, I, Horta, Núcleo Cultural/Câmara Municipal.

CUNHA, Manuel de Azevedo da, 1981, *Notas Históricas*, I. *Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, II. *Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

DRUMOND, Francisco Ferreira, 1990, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, com estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

ENES, Carlos, 2008, “Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste”, in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, direção científica de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, II, s/l, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 185-215.

FRUTUOSO, Gaspar, 1978, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural.

KONGO, J. Marcelino, 2010, *São Jorge. O Queijo e a Ilha. The Cheese & the Island. 500 anos/years*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

- LACERDA, João Caetano de Sousa e, 1988, *Cartas a Francisco de Lacerda*, introdução, fixação do texto e notas de Teresa e J. M. Bettencourt da Câmara, Angra do Heroísmo, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MACIEL, Frederico, 2010, *São Jorge (Trechos da Nossa História)*, Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas.
- MATOS, Paulo Lopes, 2007, *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*, Guimarães, Universidade do Minho (NEPS).
- MENESES, Avelino de Freitas de, 1987, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590) I. A resistência terceirense e as implicações da conquista espanhola*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 1995, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, II. *Economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- SILVEIRA, Martim Afonso Jardim Cunha da, 1963-1964, “Do Contributo Flamengo nos Açores”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XXI-XXII, Angra do Heroísmo, pp. 5-144.
- SOUSA, J. Duarte de, 1897, *Ilha de S. Jorge. Apontamentos Historicos e Descrição Topographica*, Angra do Heroísmo, Empreza Typo-Lyth. União (Em 2003, com chancela da Câmara Municipal das Velas, chegou às livrarias uma nova edição, com prefácio de Artur Teodoro de Matos).
- SOUSA, Paulo Silveira e, 2004, “As Elites, o Quotidiano e a Construção da Distinção no Distrito de Angra do Heroísmo durante a Segunda Metade do Século XIX”, in *Arquipélago-história*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, VIII, Ponta Delgada, pp. 113-169.



# ANDRÉS MUÑIS, EL SASTRE AZORIANO QUE SE INTEGRÓ EN LIMA Y SALIÓ LIBRE DE UNA SOSPECHA DE JUDAÍSMO, 1616-1649<sup>1</sup>

GLEYDI SULLÓN BARRETO

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
gbarreto@fcsh.unl.pt

Andrés Muñis fue uno de los portugueses que llegó al Virreinato del Perú durante los años de la Unión de reinos (1580-1640). Había nacido en la isla de San Miguel, en las Azores, de donde emigró hacia la ciudad de Oporto y ahí contraería nupcias con María de Francia, antes de abandonar Portugal para siempre. Cuando decidió marchar y tomar nuevos rumbos, lo hizo solo. No hay noticias sobre el tiempo que duraría el matrimonio ni sobre las causas que motivaron su ruptura. Lo que se puede leer en los documentos de la época es que “por divorcio en lo eclesiástico y pleito en lo criminal se apartaron para siempre”.<sup>2</sup> En el Perú no se volvería a unir en matrimonio.

La documentación lo sitúa en Lima desde 1616 practicando la actividad comercial<sup>3</sup> y ejerciendo su oficio de sastre en la calle de los Mercaderes,<sup>4</sup> donde tenía alquiladas unas casas que pertenecían a la cofradía de la Concepción de la

---

<sup>1</sup> Este trabajo forma parte del proyecto “FAILURE: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th Centuries” (H2020-MSCA-RISE, Grant agreement: 823998), dentro de las líneas de trabajo establecidas en el WP5. Agradezco a Sonia Sullón Barreto por sus comentarios, corrección y revisión de estilo.

<sup>2</sup> Archivo General de la Nación de Lima (en adelante AGN), Santo Oficio – Contencioso (en adelante SO-CO), Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fol. 5v.

<sup>3</sup> AGN, Sección Notarial, Poder de Andrés Muñis, de partida para los reinos de España, a Juan Bautista Gonzales, Lima, 19-V-1616, Prot. Not. 77, Pedro Luis de Alcócer (1616-1622), fols. 23r-24r.

<sup>4</sup> En opinión de los inquisidores, la calle de los Mercaderes era la calle de los portugueses (Medina, 1887, t. II: 48).

iglesia Catedral.<sup>5</sup> No fue un sastrecillo menor, se le identifica, más bien, como un maestro sastre a cargo de aprendices.<sup>6</sup> Regentaba su propio taller y contaba con recursos suficientes para solventar no solo su negocio en Lima, sino también para atender encargos de otras regiones del virreinato. Gracias a su trabajo y a su red de clientes, pudo establecer vínculos económicos con alguna gente “importante” de la ciudad. Entre otros, se cuentan el doctor Juan Antonio Suardo, el contador mayor Francisco López de Caravantes, los inquisidores Juan de Mañozca y Antonio de Castro y el regidor de la ciudad Pedro Sánchez Garcés. En 1636 sus deudas por cobrar superaban los 17.000 pesos de a ocho reales, de los cuales la mayor parte correspondía a conciertos y compromisos de confecciones textiles. Pero la sastrería no era la única fuente de sus ingresos, parte de esas deudas por cobrar procedían de conceptos tan variados como disímiles: alquiler de esclavos, préstamo de capital o venta de géneros o libranzas.<sup>7</sup> Los encargos que le fueron requeridos no se limitaban a tareas simples de particulares como la hechura de un vestido, el forro de una capa o la confección de ojales, se conoce, por ejemplo, que el obispo de Huamanga, don Gabriel de Zárate, le encargó varias obras de costura, como parte de su indumentaria de sacerdote y otras más para su iglesia hasta por un monto de 717 pesos de a ocho reales.<sup>8</sup>

Ciertamente, como se anotó líneas arriba, la principal actividad económica de Muñis estuvo relacionada con su oficio de sastre, pero no se limitó a ello, sino que diversificó su negocio y sus rentas. Tuvo empleos en Tierra Firme, vendió y alquiló esclavos, algunos de ellos para los valles de Pachacamac y Late,<sup>9</sup> y facilitó préstamos

---

<sup>5</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 44r-44v.

<sup>6</sup> AGN, Sección Notarial, Asiento de aprendiz sastre Diego de Porras con Andrés Muñis, Lima, 14-VII-1625, Prot. Not. 93, Miguel Alférez (1625-1629), fols. 25r-25v; AGN, Sección Notarial, Asiento Antonia Angelino con Andrés Muñis, Lima, 16-IV-1638, Prot. Not. 1274, Martín de Ochandiano (1638), fols. 316v-318r; AGN, Sección Notarial, Asiento de aprendiz, esclavo de doña Isabel Medoro con Andrés Muñis, Lima, 1641, Prot. Not. 935, Francisco Holguín, (1641), fols. 3v-4r.

<sup>7</sup> De acuerdo con la documentación fueron cerca de 100 los vecinos de Lima que habían requerido de los servicios del sastre Muñis. AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 17r-19v, 44r-44v; AGN, Sección Notarial, Concierto de Pedro Mondragón con Andrés Muñis, sastre, Lima, 14-II-1632, Prot. Not. 11, Cristóbal de Aldana (1632), fols. 18r-18v.

<sup>8</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 112r-113v.

<sup>9</sup> AGN, Sección Notarial, Venta de esclava de Andrés Muñis al doctor Francisco Dávila, Lima, 6 de noviembre de 1640

de capital. Formó parte del gremio de los sastres que, al parecer, había concentrado, en las primeras décadas del siglo XVII, un número alto de artesanos, contándose hasta cincuenta tiendas de sastres españoles y algo más de cien sastrerías de negros, mulatos, indios y mestizos (Salinas y Córdova, 1631: 238). Las ordenanzas de este gremio fueron aprobadas en 1636 por el virrey conde de Chinchón (Quiroz, 1986: 7-14), y desde su institución, el gremio de los sastres quedó asociado a la cofradía de la Concepción de San Francisco. Más tarde, en su testamento dictado en 1648, Andrés Muñis expresará y dejará sentada una especial devoción por la imagen de la Virgen, bajo la advocación de Nuestra Señora del Milagro, en cuya capilla señalará sepultura e instituirá una memoria de misas.<sup>10</sup>

El objetivo de este trabajo es poner en evidencia que no todos los portugueses que llegaron a Lima, en el siglo XVII, fueron judaizantes, estigma que, aparentemente, había quedado asociado a todo lo luso. El caso del azoriano Andrés Muñis, protagonista de esta historia, es revelador en tanto nos muestra a un portugués que, pese a su condición de extranjero y de sospechoso judaizante, alcanzó la integración y el éxito social y económico en el Virreinato del Perú. Pese al evidente progreso de su oficio como sastre, que lo llevó a instalar un taller de confecciones textiles, y como comerciante a mediana escala, no fue ajeno a la sospecha de judaísmo. Conoció las cárceles secretas de la Inquisición y todo lo que se sabe de ellas, pero finalmente quedó libre de toda culpa en el auto de fe de 1639. Su acusación se había basado en testificaciones falsas, arrancadas, seguramente, en medio de la tortura o procedentes de testimonios de algunos enemigos. Restituida su buena fama y recuperados sus bienes, Muñis se incorporó de nuevo a la ciudad de adopción donde permanecería integrado y apreciado por sus vecinos, hasta el final de sus días.

### ANDRÉS MUÑIS, SOSPECHOSO DE JUDAIZAR

Entre los años de 1635 a 1639 la ciudad de Lima fue testigo de uno de los procesos más importantes seguidos por el tribunal de la Inquisición en contra de los judaizantes: la “gran complicidad”.<sup>11</sup> Las investigaciones que llevó a cabo

---

<sup>10</sup> Se sabe también que Andrés Muñis fue administrador de dicha capilla. AGN, Sección Notarial, Testamento de Andrés Muñis, Lima, 23-VII-1648, Prot. Not. 1025, Miguel López Varela (1648), fols. 1584r-1588r.

<sup>11</sup> Para una aproximación a este proceso, ver: Castañeda y Hernández (1995, t.II: 387-434).

el Santo Oficio – justificadas muchas veces con testificaciones bajo tortura – revelaron la existencia de una importante red de comerciantes – en su mayoría portugueses – que, de acuerdo con la versión de los inquisidores, se habían hecho “los señores del comercio todo” (Medina, 1887, t.II: 48). Conforme avanzaban las pesquisas, los inquisidores iban descubriendo que los mercaderes portugueses no solo operaban en Lima, sino que sus redes alcanzaban regiones más distantes como Cartagena, Brasil, México, Tierra Firme, Sevilla, Lisboa, y Ámsterdam, además que administraban grandes fortunas, y que sus redes eran de complicidad por cuanto se acreditaban unos a otros “con astucia y maña”.

Andrés Muñis, comprendido en este proceso, fue detenido el 14 de mayo de 1636, y sufrió prisión y secuestro de bienes. Sin embargo, no se conoce el motivo por el cual se lo vinculó con el judaísmo, ya que la sociedad limeña lo tenía por un ferviente y devoto cristiano: hermano profeso de la tercera orden de San Francisco, administrador de la capilla de Nuestra Señora del Milagro del mismo convento y lector de diversos libros de temática cristiana. Es probable que la testificación contra él se basara en los vínculos o relaciones que había establecido con otros portugueses que estaban siendo investigados por el mismo delito. Se conoce, por ejemplo, sus vínculos con Manuel Baptista Peres, mercader de esclavos, y tenido – por la comunidad conversa de Lima – como el “gran capitán”.<sup>12</sup> Era este quien le proveía de esclavos, pues en una declaración hecha en 1636, el sastre reconocía una deuda a Peres de 900 pesos de a ocho reales, procedentes de “resto de cuatro esclavos que le compró”.<sup>13</sup>

Andrés Muñis permanecería en las cárceles secretas de la Inquisición casi tres años, un periodo largo si se tiene en cuenta que su posterior absolución supone que las presuntas vinculaciones con el judaísmo fueron infundadas. Lamentablemente no se conserva el interrogatorio ni el proceso seguido contra el sastre Muñis en materia de fe, solo se cuenta con información escueta relacionada con su prisión y el secuestro de sus bienes. Es probable que su causa, así como la de otros siete sujetos, se hubiese instruido con testimonios falsos o con testificaciones arrancadas en medio del tormento. El propio mercader de esclavos, Manuel Baptista Peres

---

<sup>12</sup> Para una aproximación actualizada sobre este mercader, ver: Tardieu, 2022: 55-138.

<sup>13</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fol. 3r; Medina (1887, t.II: 74).

denunció los falsos testimonios levantados en su contra, a veces por sus allegados más íntimos, movidos por la ingratitud y el rencor (Tardieu, 2022: 35). Sobre este problema, que era recurrente en ese tiempo, se dio cuenta al Consejo de Indias que ordenó al Santo Oficio limeño la revisión de ciertos casos “particularmente en lo tocante a cristianos viejos testificados, por haberse experimentado en este reino que los de la nación hebrea de propósito declaran falsamente contra los católicos por hacerles daño”. Se estableció entonces un castigo para quienes acusaran injustamente y la libertad para aquellos otros que se habían visto perjudicados con falso testimonio (Medina, 1887, t.II: 99).

El auto de fe de 1639, descrito detalladamente por Montesinos (1639), supuso el final del proceso de la “gran complicidad”. Entre los penitenciados, desfilaron los judaizantes, algunos de los cuales fueron condenados a relajación; otros abjuraron de *vehementi*, y la mayoría fue admitida a reconciliación con sambenito. Andrés Muñis fue absuelto y salió en el desfile con palmas en las manos, en un caballo blanco, y acompañado de dos padrinos que fueron: don Rodrigo de Vargas y don Andrés de las Infantas, este último de la orden de Santiago. Lo acompañaron también “tres negros de librea con cabos azules”. Se entiende que las palmas simbolizaban la inocencia, y el hecho de hacerlos desfilar ante el gran público sugería la necesidad de restituirles, públicamente, “a la buena opinión y fama en que antes de su prisión estaba” (Montesinos, 1639). Se mandó también la devolución de sus bienes, entre otros, joyas, imágenes religiosas, esclavos, pesos en reales, muebles, y muchísimos artículos textiles, estos últimos, constituían la materia prima con la que trabajaba en su taller de costuras. Muñiz había sobrevivido al tenaz calvario como prisionero de la Inquisición y se dispuso a retomar su vida cotidiana como sastre y reintegrarse a la sociedad limeña de entonces.

### INTEGRACIÓN, MENTALIDAD Y CULTURA MATERIAL

Andrés Muñis, a pesar de haber sido implicado en el proceso de la “gran complicidad” y de haber padecido prisión alcanzó una plena integración en la ciudad de Lima. Y esto se evidenció no solo en los años anteriores a su prisión, sino que también quedarían reivindicados su nombre y su fama y, con ello, restablecidas sus relaciones sociales y comerciales, en los años posteriores. Como se anotó

líneas arriba, en el aspecto económico, vivió de la práctica de su oficio y se integró en el gremio de los sastres, De hecho, instaló en Lima un taller de confecciones textiles y practicó el comercio, a mediana escala, lo que pone de manifiesto que los portugueses no solo destacaron en el comercio o en los oficios marinos, sino también en la industria manufacturera, y en particular, en la industria textil. Su incorporación al gremio de los sastres le brindó la oportunidad de compartir espacios con gentes de otras naturalezas, ya no solo con sus paisanos. Así se conoce, por ejemplo, que el sastre español Cristóbal González lo nombró (en 1635) por uno de sus albaceas y el tenedor de sus bienes, este albaceazgo sería compartido con Andrés de las Infantas, de la orden de Santiago<sup>14</sup> quien, posteriormente, oficiaría de padrino de Muñis en el auto de fe de 1639. Por otro lado, dispuso de unos 10 negros angolas, de los cuales dos eran oficiales (uno sastre y otro hojalatero), tres habían sido alquilados en los valles de Pachacamac y Late, y otros dos trabajaban en “Guadalupe y ganan a tres reales cada uno”.<sup>15</sup> Esto era en 1636, ya que, en 1648, año en que dictó testamento, contaría únicamente con cuatro esclavos.<sup>16</sup>

En lo social, Muñiz escogió por zona de residencia la calle de los Mercaderes, una de las zonas más caras de la ciudad y que concentraba a los comerciantes mejor acomodados desde el punto de vista económico. De acuerdo con el contrato de alquiler habido con Jácome de Quesada, mayordomo de la cofradía de la Concepción de la catedral, este se comprometió a arrendar al susodicho, y por el tiempo de dos años, “una casa alta y baja que es de la dicha cofradía con todo lo que a ella pertenece que es en la calle de los Mercaderes de esta ciudad [...] por precio de 656 pesos de a ocho reales en cada un año”. Corría el año de 1624 (cuando se firma el contrato) y, por ese tiempo, el alquiler de otras casas de similares características, situadas en zonas más alejadas de la Plaza, se cotizaba por mitad de precio, y aun por menos. Fue allí donde instaló su casa y su taller.<sup>17</sup> Es decir, que nuestro personaje se integró en la ciudad por la vía de la elección de residencia.

---

<sup>14</sup> Archivo General de Indias (en adelante AGI), Contratación, 965, N.1, Bienes de difuntos de Cristóbal Gómez, 1640, fol. 15r.

<sup>15</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 6r-13r.

<sup>16</sup> AGN, Sección Notarial, Testamento de Andrés Muñis, Lima, 23-VII-1648, Prot. Not. 1025, Miguel López Varela (1648), fol. 1584v.

<sup>17</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 44r-44v.

Aparte, se sabe que no hubo en la Lima del siglo XVII guetos o espacios exclusivos para los portugueses (Sullón Barreto, 2016:79). Se observa también en su actitud de fe, una estrecha vinculación con la orden de San Francisco, no solo por su calidad de terciario o por ser el administrador de la capilla de Nuestra Señora del Milagro, sino también porque nombró por uno sus albaceas a fray Diego Vadillo, sacristán mayor del convento grande franciscano.

En lo que respecta a la cultura material, Andrés Muñis tuvo por menaje de su casa: un escritorio de Alemania, cinco bufetes (entre pequeños, grandes, y uno de plata), un taburete, una alacena “a modo de escaparate”, un escaño viejo, un contador de ébano y marfil, varias cajas, dos colchones viejos, un pabellón, una sobrecama vieja, un espejo, un cepo, un caballete “en que se ponen sillas de caballería”, un quitasol pequeño. Aparte, objetos de plata (un frontal, dos candeleros, un platoncillo pequeño, una pilita de agua bendita), y oro (un sarcillo de oro con una perla) e imágenes religiosas. De estas últimas se cuentan dos imágenes de la Virgen, bajo la advocación de Nuestra Señora de la Concepción, tres lienzos de san Francisco, una imagen de santo Tomás, un cuadro de la Magdalena, otro de la adoración de los reyes, un lienzo de san Antonio (todos con su marco dorado o dorado y negro), cinco cuadros pequeños de diferentes devociones, y “una hechura de un Cristo con un sobrerematado dorado”. De las imágenes con temas profanos solo se mencionan dos países de Flandes.<sup>18</sup> La posesión de estos objetos piadosos sugiere su vinculación con la religión oficial del reino.

Por razón de su oficio de sastre, se sabe que el mayor volumen de los bienes que le fueron confiscados en 1636 estuvo compuesto por géneros textiles, materia prima con la que trabajaba en su taller: tafetanes terciopelo negro y morado, ruan, damasco, emperialete negro, bramante, anascote, tavi de Italia, bocací colorado, estameña negra y teñida, varias libras de seda de colores y negra de Calabria, piezas de pelo de camello y de cordellate, cintas y retazos de pasamanos. En 1650, cuando se pusieron en almoneda sus bienes, se contaron entre otros: unas medias de seda azules, un corte de jubón, una capa vieja de estameña, y varios pedazos de bocací, emperialete y cordelate que seguramente eran para su uso doméstico.

---

<sup>18</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodio, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 44r-44v; AGN, Sección Notarial, Almoneda de los bienes de Andrés Muñis, Lima, 12-VI-1650, Prot. Not. 1027, Miguel López Varela (1650), fols. 1214r-1215v.

En cuanto a su espacio cultural, de libros y lecturas, se sabe que el azoriano Muñis estuvo en posesión de algunos libros, manifestación de su interés por determinadas temáticas.<sup>19</sup> Destacan, entre otros, libros de Historia como “Guerras de Flandes, Historia pontifical, El príncipe cristiano, Gobernador cristiano, Sucesos de la Filipina, Epítome de historia portuguesa”. De Literatura, conservaba algunas novelas pastoriles de Francisco Rodrigues Lobo, y la segunda parte de Guzmán de Alfarache, escrita por Mateo Alemán. De temática cristiana se citan: Declaración de la doctrina cristiana, El maestro cristiano, El árbol de la vida (tercera parte), El oficio de nuestra Señora, e Imagen de vida cristiana. También le gustó ilustrarse con obras relacionadas con su oficio: Arte de sastres.<sup>20</sup>

Aparte, se hallaron otros títulos que evidencian su interés por cultivar la cultura en general: Libro de caja y manual de cuentas, Cosmografía, Discurso del Juanismo, Flor de secretos muy curiosos, Proverbios morales de Alonso de Barros y Discursos de todos los diablos.<sup>21</sup> También sabemos que había pedido prestados del escribano Antonio Sánchez<sup>22</sup> dos títulos: “Las cosas de las Filipinas y las Molucas” y “Suplicación a S.M católica del rey, nuestro señor, que Dios guarde. Ante sus reales consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los portugueses”, escrito por el clérigo portugués Lorenço de Mendonça, y publicado en Madrid en 1630.<sup>23</sup> Si bien, se observa entre los libros inventariados una clara presencia de Portugal, no hubo, sin embargo, un solo texto de los prohibidos o de los vinculados al judaísmo.

---

<sup>19</sup> Sobre la cultura libresca de un converso portugués en Lima, ver: Guibovich, 1990: 133-160, 425-427.

<sup>20</sup> Puestos en almoneda, estos libros fueron comprados por Nicolás de Zavala quien pagó por todo 24 pesos. AGN, Sección Notarial, Almoneda de los bienes de Andrés Muñis, Lima, 12-VI-1650, Prot. Not. 1027, Miguel López Varela (1650), fol. 1215v.

<sup>21</sup> AGN, SO-CO, Prisión y secuestro de bienes de Andrés Muñis en presencia de Pedro de Osorio del Lodío, receptor general del Santo Oficio, Lima, 23-V-1636, leg. 64, exp. 457, fols. 12r-12v.

<sup>22</sup> Debió tener una vasta biblioteca el escribano Sánchez, pues se conoce que en septiembre de 1623 compró – en almoneda y por un monto de 220 pesos de a ocho reales – 601 cuerpos de libros que habían pertenecido al sacerdote portugués Manuel Correa. AGN, Sección Notarial, Cuarta almoneda y remate de bienes del licenciado Manuel Correa, Lima, 4-IX-1623, Prot. Not. 1740, Diego Sánchez Vadillo (1619-1623), fol. 784v.

<sup>23</sup> Para una aproximación a esta última obra, véase Cardim (2010: 57-88).

## SUS ÚLTIMAS VOLUNTADES

El 26 de julio de 1649, el escribano público Baptista de Abreu, dejó constancia que ese día vio muerto “naturalmente a lo que parecía a Andrés Muñis [...] el cual estaba dentro del convento de señor San Francisco de esta ciudad, en unas andas, en la capilla de la enfermería de dicho convento”.<sup>24</sup> Un año antes había dictado testamento cerrado para disponer, especialmente, de las cosas de su alma, y nombró por sus albaceas a fray Diego Vadillo, sacristán mayor del convento de San Francisco, y a los mayordomos de la cofradía de la Limpia Concepción.

Andrés Muñis, que vivió integrado en Lima, no contrajo matrimonio en esta ciudad, optó más bien por la soltería y por ingresar a la tercera orden de San Francisco que, aunque tenía carácter seglar, imponía a sus miembros una serie de deberes para con la institución y la práctica de la caridad para con el prójimo.<sup>25</sup> Es probable que como parte de sus funciones le fuera confiada la administración de la capilla de Nuestra Señora del Milagro, a la que sirvió con especial cuidado hasta el final de sus días. Y no solo sirvió, sino que también contribuyó a su mantenimiento, ya que envió – por vía de limosna – algunos objetos de plata para su adorno y un esclavo para su servicio.<sup>26</sup> En esta capilla se mandaría enterrar, pidiendo que su cuerpo fuera amortajado con el hábito de San Francisco.

No tuvo herederos forzosos en Portugal ni en Lima. Llama la atención que no conservara algún recuerdo físico de su tierra portuguesa, salvo algunos libros y un lienzo de san Antonio. Al parecer, Andrés Muñis había roto vínculos con la patria de origen, pues solo menciona el nombre de sus padres (Manuel Gonçalves e Isabel Alvares), que eran ya difuntos, al momento en que dictó testamento. No existen mayores referencias a otros afectos relacionados con Portugal, ni una sola manda a algún pariente o institución portuguesa. Se entiende, pues, que al nombrar por heredera su alma, el íntegro de sus bienes se quedara en Lima en la forma de memoria de misas y de otras diversas obras pías.

---

<sup>24</sup> AGN, Sección Notarial, Sobre la buena memoria de Andrés Muñis, Lima, 27-I-1657, Prot. Not. 1041, Miguel López Varela (1657), fol. 310v.

<sup>25</sup> No fue una práctica común que los portugueses residentes en Lima (en el siglo XVII) ingresaran a la tercera orden de San Francisco. De acuerdo con nuestras fuentes, solo lo hizo así el 2,14% de los casos conocidos, y de entre los portugueses mejor acomodados del medio.

<sup>26</sup> AGN, Sección Notarial, Testamento de Andrés Muñis, Lima, 23-VII-1648, Prot. Not. 1025, Miguel López Varela (1648), fols. 1585r y 1588r.

A través de su testamento, Muñis también dispuso que el remanente de sus bienes se impusiera a renta sobre buenas fincas y posesiones seguras, y que de esa renta se destinara el 50% a la capilla de Nuestra Señora del Milagro para sus gastos y festividad. Del otro 50% debía hacerse dos partes: una serviría para pagar “las misas que alcanzare a razón de a peso” en la memoria que mandó también fundar; y la otra, para ayuda a la dote de las huérfanas de la cofradía de Nuestra Señora de la Concepción. Es probable que ni uno ni otro se cumpliera prontamente, pues en 1657 aún estaba pendiente este asunto en el juzgado de legados y obras pías.<sup>27</sup>

Andrés Muñis fue generoso en las mandas de limosnas con la ciudad de adopción y con su gente y estuvo presto a practicar la caridad. Así contempló algunos pesos al hospital de niños huérfanos, a los lugares santos de Jerusalén y a los pobres de la cárcel. Mandó la libertad de uno de sus esclavos con la condición de que pagara por ella “tan solamente 250 pesos”. Señaló a su comadre Bárbula de Estrada 200 pesos para ayuda del estado de una de sus hijas, y otros 200 pesos a Fulano de Ávila “por razón del afecto que le tiene”.<sup>28</sup> Sabemos también que, en 1632, se concertó con la abadesa y las monjas del monasterio de Nuestra Señora de la Concepción para que recibieran, en calidad de “monja de velo negro, a doña Ana María de Mendoza, huérfana de padre y madre”, y se obligó a pagar por la dote, cera, colación, propinas y alimentos de la susodicha “2000 pesos de plata ensayada, ocho arrobas y media de cera labrada, 100 pesos de a nueve reales de colación y propinas para su profesión y más 100 pesos ensayados por los alimentos de la susodicha en cada uno de los años que estuviere en el dicho monasterio”.<sup>29</sup> No se conoce el vínculo que le unía a esta joven, pero este gesto de generosidad evidencia no solo su capacidad de desprendimiento, sino también su cercanía con determinadas instituciones católicas, justamente en los años previos a la “gran complicidad”, y previos también a los de su detención por su sospecha de judaizante.

---

<sup>27</sup> AGN, Sección Notarial, Fundación de buena memoria de Andrés Muñis, Lima, 27-I-1657, Prot. Not. 1041, Miguel López Varela (1657), fols. 309r-324v.

<sup>28</sup> AGN, Sección Notarial, Testamento de Andrés Muñis, Lima, 23-VII-1648, Prot. Not. 1025, Miguel López Varela (1648), fols. 1585r-1585v.

<sup>29</sup> AGN, Sección Notarial, Obligación de Andrés Muñis al monasterio de la Concepción, Lima, 6-XII-1632, Prot. Not. 1778, Diego Sánchez Vadillo (1632), fols. 2542r-2543v.

## A MANERA DE CONCLUSIÓN

La llegada de los portugueses a la América hispana se va a dar con mayor incidencia en los años de la Unión (1580-1640),<sup>30</sup> periodo en el que, si bien los portugueses pasaban a ser vasallos del mismo monarca, seguían siendo extranjeros, en virtud de la legislación indiana. No obstante, y a pesar de las prohibiciones, los portugueses supieron burlar todos los controles para adentrarse – sin el permiso correspondiente – a las posesiones españolas, pero cabe anotar, que muchas veces la propia Corona se mostró permisiva con ellos facilitándoles diversos mecanismos de regularización como fueron las composiciones (Rodríguez, 1967: 533-546).

Sobre las razones que llevaron a los portugueses a dejar la tierra de origen y emigrar hacia las posesiones españolas de ultramar, se han señalado, por un lado, las motivaciones económicas y, por otro, la cuestión religiosa. Ciertamente, la América española ofrecía a todos los inmigrantes (y no solo portugueses) una buena oportunidad de inversión y la posibilidad de mejorar la calidad de vida. De hecho, eran muy lucrativas, entre otras actividades, el comercio de esclavos, la venta de productos textiles importados y el negocio del vino. Aparte, muchas de las mercaderías que se llevaban a las plazas peruanas se saldaban con la plata potosina. Y, por otro lado, estaba la cuestión religiosa. Es bien sabido que no fueron pocos los cristianos nuevos portugueses que abandonaron su tierra de origen para ir a las Indias de Castilla, a pesar de la Inquisición. Los procesos inquisitoriales seguidos contra los judaizantes, revelaron que un número significativo de ellos eran portugueses (Medina, 1887, t.II: 127-156). Pero si judaizaban, cada uno debió hacerlo en secreto, de ahí que las acusaciones se sustentaron en meras sospechas de lo que determinados testigos escucharon o vieron o de lo que creyeron escuchar o creyeron ver. Era muy difícil probar que un sujeto había judaizado.<sup>31</sup>

En el caso analizado, Andrés Muñis salió de la isla de San Miguel, en las Azores, para establecerse de manera definitiva en el Perú. La primera vez que la documentación lo sitúa en Lima fue en el año de 1616, por lo tanto, su

---

<sup>30</sup> Sobre este contexto, ver: Valladares, 2000.

<sup>31</sup> Tardieu (2022:39) recoge un testimonio en el que un portugués, Antonio Rodrigues, recordará – a un primo suyo – el consejo de su padre de no usar “en estas partes [en las Indias] de la ley de Moisés en ninguna manera, sino que la dejase a Dios, y no hiciese ceremonias de ella, y que la guardase en su corazón”, es decir, en secreto.

establecimiento en tierras peruanas se prolongó por espacio de 32 años, tiempo suficiente para arraigarse y establecer estrechos vínculos con la tierra de adopción. No se observa en este caso una estrategia de integración por la vía del matrimonio con mujer natural del reino, o por la adquisición de bienes inmuebles, sin embargo, el ejercicio de su oficio como maestro sastre – aparte de poner en evidencia que los portugueses no solo fueron comerciantes o navegantes – lo vinculó con el gremio de los sastres y con otras gentes de distinta naturaleza y estatus que requirieron de sus servicios.

Se integró en la tercera orden de San Francisco, y creemos que encontró en esta opción una forma de exteriorizar su fe cristiana y practicar la caridad. Conoció las cárceles secretas de la Inquisición por cuanto se vio implicado en el proceso de la “gran complicidad”, pero no se probó que fuera culpable, al contrario, los jueces fallaron que había sido acusado con falso testimonio y fue absuelto en el auto de fe de 1639.

La expresión de su última voluntad, a través de su testamento, revela que lo que más procuró este portugués fue la salvación de su alma, a través del mensaje de Cristo. Eligió por lugar de sepultura la capilla de Nuestra Señora del Milagro del convento de San Francisco, pidió que amortajaran su cuerpo con el hábito de esta orden y dejó todos sus bienes para la realización de obras pías que, de acuerdo con la religión oficial, redundaba grandemente en la salvación del alma.

No hubo una sola manda a la tierra de origen, solo mencionó el nombre de sus padres (Manuel Gonçalves e Isabel Alvares) que eran ya difuntos cuando dictó testamento. Esta realidad no es extraña entre los portugueses limeños, puesto que de acuerdo con nuestras fuentes solo el 27,64% de los casos conocidos había nombrado herederos en Portugal (Sullón Barreto, 2023: 4), y fue más bien una práctica frecuente que los inmigrantes lusos optaran por la elección del alma. Este fue el caso de Muñis, como el de otros muchos que, a pesar de las dificultades, penurias y desventuras encontradas en el camino, en una tierra extraña y extranjera, se esforzaron grandemente no solo para lograr adaptarse en ese espacio geográfico, sino también en lo social y económico. Trabajaron arduamente y ayudaron a sostener – a través de donaciones y mandas de limosnas – diversas instituciones sanitarias y religiosas de la ciudad que los acogió. En suma, nuestro personaje se empeñó, seguramente a costa de sacrificios, en conseguir aquello que creyó no encontrar en su tierra natal: la felicidad y la salvación de su alma.

## BIBLIOGRAFÍA

- CARDIM, Pedro (2010), “De la nación a la lealtad al rey. Lourenço de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la Monarquía española de la década de 1630”, in GONZÁLEZ CRUZ, D. (ed.), *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: La visión del otro. Del Imperio español a la guerra de la Independencia*, Madrid: Silex, pp. 57-88.
- CASTAÑEDA DELGADO, Paulino y Pilar HERNÁNDEZ APARICIO (1995), *La Inquisición de Lima*, t.2, Madrid: Deimos.
- GUIBOVICH PÉREZ, Pedro (1990), “La cultura libresca de un converso procesado por la Inquisición de Lima”, in *Historia y Cultura* 20, Lima, pp. 133-160, 425-427.
- MEDINA, José Toribio (1887), *Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Lima (1569-1820)*, t.2, Santiago de Chile: Imprenta Gutenberg.
- MONTESINOS, Fernando (1639), *Auto de la fe celebrado en Lima, a 23 de enero de 1639*, Lima: Pedro de Cabrera.
- QUIROZ, Francisco (1986), *Las ordenanzas de gremios de Lima (s. XVI-XVIII)*, Lima: Artes diseño gráficos.
- RODRÍGUEZ VICENTE, María de Encarnación (1967), “Los extranjeros en el reino del Perú a fines del siglo XVI”, in *Homenaje a Vicens Vives*, Barcelona: Universidad de Barcelona, Facultad de Filosofía y Letras, vol. 2, pp. 533-546.
- SALINAS Y CÓRDOVA, Buenaventura de (1631), *Memorial de las Historias del Nuevo Mundo Perú. Méritos y excelencias de la Ciudad de Los Reyes*, Lima: Gerónimo de Contreras.
- SULLÓN BARRETO, Gleydi (2016), *Extranjeros integrados. Portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Madrid: CSIC.
- SULLÓN BARRETO, Gleydi (2023), “Herederos en la tierra de origen, de los portugueses integrados en Lima, 1580-1680”, in *Historia Regional. Sección Historia. ISP N°3, Villa Constitución*, año XXXVI, N° 50, pp. 1-18. Disponible en: <https://historiaregional.org/ojs/index.php/historiaregional/article/view/818/1481> [Consultado: 11-04-2024].
- TARDIEU, Jean-Pierre (2022), *La “gran complicidad” de los criptojudáizantes de Lima (1635-1642)*, Madrid/ Frankfurt am Main: Iberoamericana/ Vervuert.
- VALLADARES, Rafael (2000), *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*, Madrid: Arco Libros.



# LA ADMINISTRACIÓN MUNICIPAL DE LOS ARCHIPIÉLAGOS MACARONÉSICOS DURANTE LA EDAD MODERNA

**SERGIO HERNÁNDEZ SUÁREZ<sup>1</sup>**

Universidad de Las Palmas de Gran Canaria

Sergio.hernandez@ulpgc.es

## INTRODUCCIÓN

La creación de los municipios en los archipiélagos de Madeira y Canarias representó la primera experiencia de implantación de los municipios ibéricos fuera del territorio peninsular. Así, mediante la introducción del modelo portugués en Madeira y el modelo castellano en Canarias, se dio el primer paso de la expansión atlántica en términos administrativos. Posteriormente, ambos ejemplos servirían como prototipo para la implantación de los municipios portugueses y castellanos en sus respectivos territorios americanos, africanos y asiáticos. No obstante, antes de esa expansión atlántica, en el caso de Madeira, la asimilación del modelo municipal portugués en torno a una realidad insular sirvió como ejemplo para la implementación en otros archipiélagos del noroeste africano, como Azores y Cabo Verde, y del Golfo de Guinea, como São Tomé e Príncipe.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Investigador postdoctoral de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria e Investigador visitante de la Universidade de Lisboa, Portugal. Beneficiario del Programa Postdoctoral de Formación Investigador Catalina Ruiz de la Agencia Canaria de Investigación, Innovación y Sociedad de la Información (ACIISI). Instituto Universitario de Análisis y Aplicaciones Textuales (IATEXT) de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.

Trabajo realizado en el marco del proyecto de investigación “Defensa y Fortificaciones en las islas del Atlántico Medio durante el largo siglo XVIII” de referencia PID2020-115792GB-I00, financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España.

<sup>2</sup> SEUANES, 2000.

De esta forma, con anterioridad, nunca las instituciones castellanas y portuguesas habían tenido que adaptarse a la realidad propia de un territorio que a la vez era fronterizo, de reciente dominación –o de reciente conquista, en el caso canario–, y fragmentado en territorios insulares.

Estos archipiélagos del noroeste africano –Azores, Madeira, Canarias y Cabo Verde– constituyen una región conocida como Macaronesia, concepto introducido por Philip Barker Webb en 1835, y que hace referencia a las similitudes entre estos territorios, especialmente orográficas, geológicas, botánicas y naturales. Sin embargo, en nuestra opinión, estas islas también tuvieron otras características comunes muy resaltables. De hecho, fueron territorios dominados o conquistados por las monarquías europeas que posteriormente iniciarían la expansión atlántica –Portugal y Castilla– y, por tanto, también fueron los primeros lugares en los que se incluyeron los respectivos modelos municipales fuera del contexto peninsular ibérico.

## **ESTADO DE LA CUESTIÓN**

Los estudios relativos a la administración municipal en los archipiélagos de la Macaronesia han sido abundantes, especialmente durante la segunda mitad del siglo XX. En el caso de Madeira, las contribuciones iniciales provinieron de Luis de Albuquerque,<sup>3</sup> aunque posteriormente destacamos los trabajos de Alberto Vieira en el análisis de los municipios madeirenses desde su establecimiento en el siglo XV hasta el final del Antiguo Régimen.<sup>4</sup> Otro autor que creó indudables aportaciones al estudio de Madeira y de la Câmara Municipal de Machico fue Nelson Veríssimo.<sup>5</sup> En cuanto a la transcripción de las Vereações, José Pereira da Costa transcribió y publicó las correspondientes a la Câmara Municipal de Funchal durante el siglo XV y la siguiente centuria.<sup>6</sup>

Con respecto a las islas Azores, se han desarrollado trabajos de transcripción y análisis de algunas actas de las Câmaras Municipais, especialmente de la isla de San Miguel. Precisamente, Dos Santos Pereira transcribió y publicó las Vereações

---

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE y VIERA, 1987.

<sup>4</sup> VIEIRA, 1989; 1992; 2006.

<sup>5</sup> VERÍSSIMO, 2000.

<sup>6</sup> PEREIRA, 1995; 1998; 2002.

de São Miguel entre 1555 y 1578, así como las correspondientes al municipio de Velas, en São Jorge, en 1559, 1570 y 1571.<sup>7</sup> Sin embargo, los autores que más han contribuido al análisis del municipio azoreano han sido José Damião Rodrigues, –siendo especialmente relevante su trabajo sobre el municipio de Ponta Delgada durante el siglo XVII–<sup>8</sup> y Avelino de Freitas Meneses.<sup>9</sup> Además, también son notorias las aportaciones de Rute Días Gregorio, especialmente en lo relativo a la isla Terceira desde su poblamiento.<sup>10</sup>

Para el caso de Cabo Verde, a pesar de los numerosos estudios existentes sobre el archipiélago, destacamos la *História Geral de Cabo Verde*, en cuyo primer tomo, Ângela Domingues dedica un capítulo al análisis de la implantación y desarrollo municipal en Cabo Verde desde el siglo XV.<sup>11</sup>

En el caso de Canarias, la transcripción y los trabajos sobre los concejos municipales durante el Antiguo Régimen también han sido abundantes. Tras el estudio pionero de José Peraza de Ayala y Vallabriga en 1927,<sup>12</sup> Leopoldo de la Rosa Olivera publicaba su trabajo *Evolución del régimen local de las Islas Canarias*, obra de referencia para los estudios administrativos y político-legislativos posteriores<sup>13</sup>. A pesar de que las islas Canarias con concejos de señorío poseen notorias contribuciones sobre sus municipios durante la edad moderna<sup>14</sup>, las islas de realengo –Tenerife, Gran Canaria y La Palma– son las que tradicionalmente han sido más estudiadas, siendo Eduardo Aznar Vallejo uno de los principales autores en el análisis de las primeras décadas de incorporación del archipiélago a la Corona de Castilla.<sup>15</sup> De estas islas de realengo, Tenerife ha sido objeto de numerosos trabajos debido a la conservación de todos sus Libros de Acuerdos desde la fundación del concejo en 1497;<sup>16</sup> incluso, existen investigaciones publicadas en la última década de gran repercusión sobre el propio municipio

---

<sup>7</sup> DOS SANTOS, 1984; 2006.

<sup>8</sup> RODRIGUES, 1994; 2012; 2017.

<sup>9</sup> FREITAS, 1997:81-104.

<sup>10</sup> DIAS, 2007.

<sup>11</sup> DOMINGUES, 1991.

<sup>12</sup> PERAZA de AYALA, 1927.

<sup>13</sup> ROSA, 2003.

<sup>14</sup> ROLDÁN, 1966; 1967; 1970; BRUQUETAS, 1997; DÍAZ y RODRÍGUEZ, 1990.

<sup>15</sup> AZNAR, 2009.

<sup>16</sup> SERRA, 1996.

y las familias de poder que lo controlaban.<sup>17</sup> Para el caso de Gran Canaria, no existen actas municipales conservadas con anterioridad a 1842, por lo que solo quedan menciones al funcionamiento de esta institución en la obra *El Libro Rojo de Gran Canaria*, de Pedro Cullen del Castillo.<sup>18</sup> Con respecto a La Palma, tras las contribuciones de Ana Viña Brito,<sup>19</sup> y la transcripción del Libro de Acuerdos del Cabildo 1554-1556 por Manuela Marrero Rodríguez, Emma Solano Ruiz y Gloria Díaz Padilla,<sup>20</sup> hemos realizado algunos trabajos previos en torno al estudio de la institución, especialmente durante el reinado de Felipe II.<sup>21</sup>

Los seminarios y congresos centrados en el estudio de las administraciones locales macaronésicas han sido fundamentales para el avance del conocimiento en este campo. En el marco de los estudios comparativos entre estos territorios, Alberto Vieira realizó una serie de contribuciones destacadas, encauzadas principalmente a la comparación entre Madeira y Canarias.<sup>22</sup> Además, en los últimos años han surgido estudios que abordan los archipiélagos del noroeste africano y del Golfo de Guinea, como es el caso del libro *Puertas en el mar* de Juan Manuel Santana y Germán Santana. En esta obra, dedican uno de sus capítulos a la organización administrativa de Madeira, Canarias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe y la isla de Santa Elena.<sup>23</sup>

## LA CREACIÓN DEL MUNICIPIO PORTUGUÉS EN MADEIRA Y EL MUNICIPIO CASTELLANO EN CANARIAS

### La administración portuguesa en las islas

El descubrimiento de Madeira en 1418 por João Gonçalves Zarco y Tristão Vaz Teixeira ha sido generalmente referenciado por la historiografía como el inicio de la expansión atlántica portuguesa. Posteriormente, estos mismos protagonistas comenzaron la colonización de Madeira y de Porto Santo, a pesar

---

<sup>17</sup> En la última década, destacamos especialmente el trabajo de FERNÁNDEZ, 2013.

<sup>18</sup> CULLEN, 1947.

<sup>19</sup> VIÑA, 2005; 2006.

<sup>20</sup> MARRERO, SOLANO y DÍAZ, 2005.

<sup>21</sup> HERNÁNDEZ, 2023a.

<sup>22</sup> VIEIRA, 1992:217-238.

<sup>23</sup> SANTANA y SANTANA, 2022.

de que los títulos de nombramientos como capitães donatarios fueron otorgados por la Corona entre 1440 y 1456.

Sin embargo, desde 1433, el rey D. Duarte creó el título de donatario como señor usufructuario del territorio, siendo una figura intermedia entre la administración regia y la administración local del archipiélago. Generalmente, este señorío recayó sobre un familiar del rey, siendo también el donatario de estas islas Gran Maestre de la Orden de Cristo. Este cargo existió entre 1433 y 1494, y el primero de ellos fue infante D. Enrique, hermano del monarca D. Duarte. Sin embargo, a pesar de ser el hipotético señor de las islas, la Corona siempre se reservó el derecho de nombrar o prescindir del donatario, por lo que no se trató de un modelo plenamente señorial<sup>24</sup>.

Este donatario generalmente residió fuera de Madeira, por lo que delegó sus funciones en capitães donatários<sup>25</sup>, cuyas cartas de concesión fueron otorgadas en las siguientes fechas: en 1440, a Tristão Vaz sobre la capitanía de Machico; en 1446, a Bartolomeu Perestrelo sobre la isla de Porto Santo; y a João Gonçalves Zarco sobre la capitanía de Funchal en 1450.<sup>26</sup> A su vez, estos capitães donatários delegaban en los capitães la ejecución de sus funciones, que eran muy variadas: administración de justicia en primera instancia, repartimientos de las tierras, cobros de impuestos a favor del donatario y emanados del comercio, especialmente con la costa del Golfo de Guinea, etc.<sup>27</sup> Sin embargo, las atribuciones de estos capitães fueron variables, como demuestra Ângela Domingues para el caso de Cabo Verde, aunque generalmente se asemejaron bastante a las competencias ejercidas por los capitães de Madeira.<sup>28</sup> En el caso de Azores, a mediados del siglo XV se habían creado una capitanía conjunta entre Santa María y San Miguel, una propia para Terceira y otra para Fayal, pero en 1474 se realizó una profunda reforma de las mismas, creando, por ejemplo, una capitanía propia para Santa María, la separación de la de Terceira en dos, y la creación de una capitanía en São Jorge y otra en 1482 en la isla de Pico<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> DIAS, 2020:25.

<sup>25</sup> JASMIN, 1996 : 192.

<sup>26</sup> AZEVEDO, 1995:791-795.

<sup>27</sup> DOMINGUES, 1991:59.

<sup>28</sup> DOMINGUES, 1991:60.

<sup>29</sup> DIAS, 2020:25-26.

El sistema de donataría agrupaba la mayor parte de las islas de Azores, Madeira y Cabo Verde<sup>30</sup>, pero tras pasar a manos del duque D. Manuel, y su posterior ascenso al trono, el monarca suprimió la donataría, convirtiendo estos archipiélagos en territorios de realengo<sup>31</sup>. Como resultado, los capitães emergieron como la máxima autoridad local, desempeñando su función como delegados directos de la Corona, y el control de estas capitanías permaneció en manos de las mismas familias hasta la supresión de la propia institución, mediante la creación de las Capitanías Generales, en 1766<sup>32</sup>.

No obstante, si durante los primeros siglos, los capitães tenían amplias competencias sobre el gobierno del territorio, progresivamente estas atribuciones recayeron en la Câmara Municipal<sup>33</sup>, que agrupó la mayor parte de las competencias gubernativas sobre el territorio. Se trató de un organismo implantado conforme al modelo portugués y que progresivamente fue adaptándose a la realidad insular<sup>34</sup>. Fue una institución que representó la antítesis del poder absolutista reflejado por la Corona portuguesa<sup>35</sup> y contaba con una gran variedad de competencias, entre las que se encontraban la gubernativa, judicial, sanitaria, promulgación de impuestos, etc.<sup>36</sup>

En cuanto a la estructura de estas Câmaras Municipais, su esquema jerárquico quedó claramente definido, repitiéndose en la mayoría de las islas atlánticas portuguesas. De esta manera, utilizando el ejemplo de Ângela Domingues para Cabo Verde, “o funcionamento da vereação dependía da existencia de juízes ordinários (dois), vereadores, procurador, tesoureiro e escrivão”.<sup>37</sup> Con respecto a los oficios integrantes de la Câmara Municipal, la presidencia de las sesiones correspondía a los dos juízes ordinarios, aunque en algunas Câmaras, la Corona designaba a un Juíz de Fora en su lugar.<sup>38</sup> Este cargo tendría las mismas atribuciones,

---

<sup>30</sup> La excepción a esta donataría durante el siglo XV la constituyeron las islas de Flores y Corvo, que pertenecieron a otra donataría desde 1475. DIAS, 2020:25.

<sup>31</sup> DIAS, 2020:25.

<sup>32</sup> DIAS, 2020:26.

<sup>33</sup> DOMINGUES, 1991:62.

<sup>34</sup> DOMINGUES, 1991:65.

<sup>35</sup> BICALHO, 2003:346.

<sup>36</sup> BICALHO, 2003:349.

<sup>37</sup> DOMINGUES, 1991:66.

<sup>38</sup> BICALHO, 2003:350.

y, en el caso de las islas portuguesas, la única Câmara que poseyó uno de estos oficiales fue Ponta Delgada, mediante el nombramiento hecho por el rey D. João III en 1554. Según autores como José Damião Rodrigues, el oficio fue creado en aquellos lugares en los que la Corona vio peligrar la recaudación de impuestos.<sup>39</sup> Sin embargo, la presencia del juíz de fora en los municipios portugueses no constituyó un oficio homogeneizado, ya que, según António Manuel Hespanha, a mediados del siglo XVII, tan solo un 8% de las Câmaras Municipais poseía uno de estos cargos.<sup>40</sup> En este caso, se trató de un oficio que podría equipararse al de corregidor o gobernador castellano, ya que también era designado directamente por el rey por un tiempo determinado, y la propia Corona asumía su salario; sin embargo, contaba con la diferencia fundamental de que el oficio de Justicia designado por el rey en Castilla era obligatorio para todos los concejos de la Corona desde la Política para Corregidores de 1500.<sup>41</sup>

Con respecto a la representación regia, también existía el oficio de corregedor, elegido del mismo modo por la propia Corona y cuyo cometido era ejercer una vigilancia sobre los poderes de la Câmara Municipal, sus oficiales y las competencias que ejercían, aunque sin poderes superiores de sanción directa sobre los mismos; es decir, desempeñaban más una labor de verificación e información al rey que una verdadera capacidad ejecutora dentro de la propia Câmara Municipal<sup>42</sup>.

Tras el oficio de presidencia de las sesiones, se encontraban los vereadores, que poseían capacidad de decisión y voto dentro de las reuniones de la Câmara Municipal y que contaban con enormes atribuciones dentro del organigrama municipal<sup>43</sup>. Generalmente, eran oficios controlados por las principales familias de poder de las islas. Conforme a ello, mediante vínculos matrimoniales, progresivamente se fueron creando élites insulares que siguieron controlando la vida política, económica y social de estos territorios, utilizando estos cargos para controlar las sesiones municipales.

---

<sup>39</sup> RODRIGUES, 1994:46.

<sup>40</sup> HESPANHA, 1986:238.

<sup>41</sup> GUILLAMÓN, 1990: 830.

<sup>42</sup> BICALHO, 2003:350.

<sup>43</sup> DOMINGUES, 1991:66.

En general, los oficios de la Câmara Municipal no tenían una retribución anual, aunque mediante su posesión se obtenía una gran capacidad de decisión en las reuniones capitulares y un gran prestigio social en estos contextos insulares<sup>44</sup>. En este caso, se trata de una situación similar a lo acontecido en Canarias, donde el salario de los regidores era prácticamente simbólico<sup>45</sup>, por lo que lo verdaderamente importante era la capacidad de votación y el status social que *per se* obtenía los miembros del concejo al poseer uno de estos oficios<sup>46</sup>.

### **La administración castellana en Canarias**

En el caso de Canarias, en contraste con la situación de las islas portuguesas, se produjo una conquista debido a que el archipiélago ya estaba habitado antes de la llegada de los europeos. De esta forma, el tipo de conquista de cada isla determinó la naturaleza jurídica del modelo de concejo que se implantó en cada una de ellas. Así, en primer lugar, en Lanzarote, Fuerteventura, El Hierro y La Gomera se establecieron concejos de señorío, debido a que en estos territorios se produjo una conquista por parte de señores particulares –aunque respaldados por el rey Enrique III de Castilla– a inicios del siglo XV. En segundo lugar, a finales de la centuria, y en el contexto de fortalecimiento y el desarrollo del Estado absolutista en Europa<sup>47</sup>, la Corona financió directamente las conquistas de Gran Canaria, La Palma y Tenerife, en las que se introdujeron concejos de realengo. A lo largo de todo el período moderno, se observó una marcada diferencia de desarrollo económico entre las islas con municipios de realengo y de señorío, puesto que las primeras contaban con una serie de privilegios fiscales, otorgados por el rey, que fomentaron tanto su rápido poblamiento como un ingente tráfico comercial, especialmente con los territorios americanos de la Corona.<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> DOMINGUES, 1991:66.

<sup>45</sup> Como ejemplo, en las sesiones del Concejo de La Palma, algunos regidores como Luis Álvarez de Brito determinan que su salario anual en los años 1586 y 1587 es de 3.000 maravedíes. Archivo Municipal de Santa Cruz de La Palma, Libro de Acuerdos del Concejo 1587-1590, sesión capitular celebrada el 23 de septiembre de 1588.

<sup>46</sup> HERNÁNDEZ, 2023a:323.

<sup>47</sup> ANDERSON, 1974.

<sup>48</sup> AZNAR, 2009.

El órgano administrativo que se introdujo en estas islas fue el concejo, institución básica de la administración municipal castellana durante todo el período moderno, cuya evolución se fue produciendo especialmente desde el reinado de Alfonso XI, a mediados del siglo XIV, mediante la creación del concejo cerrado, caracterizado por la elitización de los regidores y por la progresiva introducción del delegado regio en las sesiones municipales, que a finales del siglo XV ya estaba incorporado de manera ordinaria en todos los municipios castellanos. Posteriormente, su supresión se produjo durante las reformas a nivel estatal producidas durante la primera mitad del siglo XIX.

En Canarias, los municipios de realengo quedaron organizados conforme a lo dispuesto en el Fuero de Gran Canaria de 1494, que, si bien se había aprobado para esa isla, en la implantación de los concejos de Tenerife y La Palma, Fernández de Lugo lo utilizó de manera idéntica.<sup>49</sup> Por ello, estos cabildos inicialmente contaron con un gobernador (o su teniente), seis regidores, un escribano del concejo, un alguacil y un personero.<sup>50</sup>

Con respecto a su organización jerárquica, el concejo se estructuraba en torno a la dualidad Justicia-regimiento más una serie de oficiales imprescindibles para el desarrollo de las sesiones municipales. En primer lugar, la presidencia era ejercida por el oficio de la Justicia, que hasta 1629 –salvo el período 1589-1594– fue desempeñado por un gobernador, y tras ese período, por un corregidor, con similares atribuciones jurídicas –en primera instancia– y gubernativas. Se trataba de un oficial designado directamente por la Corona, por lo que, en teoría, no podía ser adquirido ni vendido.<sup>51</sup> Cuando este no presidía las sesiones, lo sustituía un teniente de gobernador, como sucedió con gran frecuencia en la isla de La Palma<sup>52</sup>. Además, cuando el gobernador no era letrado, o no estaba instruido en leyes –de capa y espada–, las funciones de justicia eran ejercidas por un alcalde mayor.

Frente a ello, los regidores conformaban el núcleo mayoritario del concejo y tenían capacidad de voto en las sesiones municipales. Por ello, al igual que sucedió

---

<sup>49</sup> LOBO, 2009:128.

<sup>50</sup> CULLEN, 1947:120.

<sup>51</sup> ANDÚJAR, 2012:175. Sin embargo, el propio autor demuestra en sus múltiples trabajos que, a pesar de tales prohibiciones, los oficios de Justicia en Castilla fueron vendidos con cierta frecuencia, con especial énfasis en el contexto americano.

<sup>52</sup> HERNÁNDEZ 2022:657.

con los vereadores portugueses, estos oficios eran controlados por las principales familias de poder, tanto en Canarias como en la Castilla peninsular o en América y Filipinas. Aunque inicialmente estos cargos eran designados por la Corona –o confirmados por el rey, en el caso de La Palma y Tenerife, tras el nombramiento del primer gobernador vitalicio Alonso Fernández de Lugo– los métodos de acceso a la regiduría por parte de las familias de poder se focalizaron en dos vías fundamentales; la renuncia, por la que el regidor saliente renunciaba en un candidato, generalmente de su familia, contando con la ratificación del rey; y el acrecentamiento, cuando la Corona, debido a la necesidad de obtener recursos económicos a corto plazo para paliar las crisis del erario real, creaba nuevos oficios en la mayoría de municipios castellanos, ya que eran cargos ampliamente demandados por las familias de poder de los territorios.<sup>53</sup> En los siglos siguientes, también se desarrolló la figura del regidor perpetuo, que poseía el oficio como una propiedad, y que podía incluirlo en su herencia y testamento sin contar con la aprobación de la Corona.

Además, el esquema de las sesiones municipales lo completaban los jurados –con capacidad de voz, pero sin voto–<sup>54</sup>, y el escribano del concejo, que recoge por escrito todo lo debatido y acordado en las sesiones municipales.<sup>55</sup> Estos dos últimos oficios también fueron controlados por las principales familias de poder de las islas, y su traspaso y acceso fue idéntico a lo explicado para las regidurías.

### **SEMEJANZAS Y DIFERENCIAS ENTRE LA ADMINISTRACIÓN MUNICIPAL DE LAS ISLAS DE LA MACARONESIA**

A pesar de su pertenencia a diferentes coronas ibéricas, entre Canarias y el resto de los archipiélagos macaronésicos se desarrolló un importante tráfico comercial que supuso que esta región se encontrase vinculada entre sí, incluso antes del período de la Unión Ibérica, lo que ha sido definido por autores como Alberto Vieira o Javier Álvarez Santos como “sistema de reciprocidad” entre archipiélagos<sup>56</sup>. Esta situación se fundamentaba en que, a pesar de la diferenciación

---

<sup>53</sup> FERNÁNDEZ, 2013: 290-291.

<sup>54</sup> HERNÁNDEZ, 2023a: 249-254.

<sup>55</sup> LOSA, 2010:347.

<sup>56</sup> ÁLVAREZ, 2019: 20.

entre modelos administrativos, las islas poseían competencias y problemas idénticos a los que enfrentarse; el primero de ellos era el abastecimiento de trigo para el consumo interno; y el segundo, la cuestión defensiva frente a los corsarios patrocinados generalmente por los enemigos de la Monarquía Hispánica: Francia, Inglaterra y los corsarios berberiscos.

Además, existieron otras semejanzas entre la administración implantada en Canarias y la introducida en Madeira, Azores y Cabo Verde. En primer lugar, como ya hemos comentado, en los dos primeros archipiélagos se implantaron por primera vez los modelos municipales portugués y castellano, respectivamente, fuera del contexto peninsular<sup>57</sup>. Con todo ello, ambos modelos servirían para la implantación de ambas administraciones en los territorios de ambas coronas a lo largo del resto de islas atlánticas –exclusivamente para el caso portugués– y el resto de los continentes<sup>58</sup>. Además, en ambos casos, la introducción de los municipios se produjo casi de manera idéntica al modelo peninsular, aunque conforme fueron avanzando las décadas, la realidad de los territorios macaronésicos devino en una adaptación de las competencias de estos municipios atlánticos<sup>59</sup>. A pesar de ello, Canarias sí que poseyó algunas particularidades desde el inicio con respecto al modelo castellano, como el nombramiento de gobernador como el máximo oficio dentro del concejo, con una serie de atribuciones militares añadidas, en lugar del corregidor<sup>60</sup>.

En el plano estructural, comprobamos que el oficio de regidor castellano y vereador portugués guardan características comunes, reflejadas en que eran el núcleo mayoritario del municipio, poseían derecho de voto en las reuniones, y debían ejecutar lo acordado en las sesiones, generalmente en períodos bimensuales, como sucedía con los diputados de meses en el caso de los concejos canarios de realengo.<sup>61</sup>

Por el contrario, con respecto a las diferencias existentes, inicialmente los archipiélagos portugueses no estuvieron poblados, por lo que el establecimiento de los europeos supuso el primer poblamiento del territorio. Por el contrario, en

---

<sup>57</sup> HERNÁNDEZ, 2023b.

<sup>58</sup> VIEIRA, 1989: 57.

<sup>59</sup> VIEIRA, 1989:60.

<sup>60</sup> Esta característica no es exclusiva de Canarias, ya que, en algunos concejos castellanos de realengo, con especial énfasis en Galicia, también fueron designados con asiduidad gobernadores como máxima autoridad del concejo.

<sup>61</sup> FERNÁNDEZ, 2000: 2347.

el momento de la conquista europea, todas las islas Canarias tenían poblaciones aborígenes procedentes del Norte de África, por lo que se produjo una conquista, y ese tipo de dominación determinó la naturaleza jurídica de cada uno de los concejos que se instauraron en Canarias. Precisamente, el modelo señorial que se implantó en Lanzarote, Fuerteventura, El Hierro y La Gomera, y el modelo de realengo que se introdujo en Gran Canaria, La Palma y Tenerife se mantuvo inamovible durante todos los siglos de la Modernidad hasta la supresión de la propia institución, a inicios del siglo XIX.

Por el contrario, las islas portuguesas fueron administradas entre 1433 y 1494 por un donatario, que disponía de estos territorios bajo un dominio señorial, a pesar de que la Corona se reservaba la decisión ulterior en el nombramiento de los donatarios. Sin embargo, a partir de 1495, y con la llegada al trono del rey D. Manuel, el sistema de donatarias se suprimió en la mayor parte de ellas, por lo que pasaron a engrosar las tierras de realengo de la Corona. Por ello, las islas portuguesas combinaron el modelo señorial inicial con el posterior traspaso al modelo de realengo, aunque ciertamente el poder ulterior siempre lo mantuvo el poder regio.

Junto a todo ello, en Canarias, durante todo el período moderno existió una unidad municipio-isla que correspondió a que cada territorio insular contase con un concejo propio y que la delimitación de la institución correspondiese a los propios límites de la isla. Sin embargo, en Madeira y Azores hubo islas con dos capitanías –como ejemplo, Madeira se dividió en las capitanías de Funchal y Machico, más la de Porto Santo, en la isla del mismo nombre– por lo que esta fragmentación se constituye con una diferencia fundamental con respecto al caso canario<sup>62</sup>.

## **CONCLUSIONES FINALES**

La creación de los municipios en los archipiélagos de la Macaronesia supuso indudablemente un modelo que serviría para la implantación del sistema portugués y castellano fuera del contexto europeo. No obstante, el sistema portugués generalmente se introdujo de una manera más moldeable a lo sucedido en el caso castellano, en el que la rigidez de la estructura jerárquica del concejo prevaleció durante la mayor parte del período, aunque en América se hiciese

---

<sup>62</sup> VIEIRA, 1989:60.

necesaria una adaptación al medio y a los problemas surgidos en torno a la defensa de las poblaciones nativas, algo que no había sucedido en Castilla con anterioridad. Por el contrario, a pesar de las diferentes administraciones municipales en los archipiélagos macaronésicos, generalmente estos territorios insulares compartieron una serie de circunstancias y problemas comunes derivados, entre otras razones, por su realidad geográfica diferenciada y por su lejanía con respecto a los centros de poder, en la Corte. Sin embargo, la dificultad de abastecimiento de trigo o la problemática en torno a la defensa de los territorios frente a los ataques corsarios y piráticos derivaron en que en torno a las islas se desarrollasen diferentes formas de actuación, aunque entre ellas existió una complementariedad que hizo que fueron archipiélagos vinculados entre sí durante todo el período moderno. En definitiva, a pesar de que el modelo portugués y castellano implantado en las islas constituyen a simple vista realidades administrativas diferenciadas, la similitud de necesidades de los archipiélagos supuso que existiesen una serie de competencias muy semejantes entre ellos, y que venían a paliar las problemáticas propias de unos territorios ajenos a la realidad del continente.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALBUQUERQUE, Luis y VIEIRA, Alberto (1987), *O Arquipélago da Madeira no século XV*, Funchal: Região Autónoma da Madeira.
- ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis (2019), *Identidad insular y espacio atlántico. Portugal y Tenerife en tiempos de la Unión Ibérica*, Madrid: Los Libros de la Catarata.
- ANDERSON, Perry (1974), *El Estado Absolutista*, Madrid: Siglo XXI.
- ANDÚJAR CASTILLO, Francisco (2012), “Venalidad de oficios y honores: metodología de investigación”, in Stumpf, R. y Chaturvedula, N. (orgs.), *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*, Lisboa: CHAM, pp. 175-197.
- AZEVEDO E SILVA, José Manuel (1995), *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Vol. II.
- AZNAR VALLEJO, Eduardo (2009), *La integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla (1478-1526). Aspectos administrativos, sociales y económicos*, Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea.

- BICALHO, María Fernanda (2003), *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Río de Janeiro: Civilização brasileira.
- BRUQUETAS DE CASTRO, Fernando (1997), *Las Actas del Cabildo de Lanzarote (siglo XVII)*, Arrecife: Servicio de Publicaciones del Cabildo de Lanzarote.
- CULLÉN DEL CASTILLO, Pedro (1947), *Libro Rojo de Gran Canaria*, Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Excmo. Ayuntamiento de Las Palmas de Gran Canaria.
- DIAS GREGORIO, Rute (2007), *Terra e fortuna: os primórdios da Humanização da ilha Terceira (1450?-1556)*, Ponta Delgada: CHAM.
- DIAS GREGORIO, Rute (2020), “Entre o governo da terra, das terras e do mar: modelos da humanização das ilhas”, in Martins Alberto, E., y Lalanda, M.S.N. (coords.), *Ilhas do Mar Oceano: formas de governança em espaços de fronteira*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, pp. 21-46.
- DÍAZ PADILLA, Gloria y RODRÍGUEZ YANES, José Luis (1990), *El señorío en las Canarias Occidentales. La Gomera y el Hierro hasta 1700*, Valverde, San Sebastián de La Gomera: Cabildo Insular de La Gomera, Cabildo Insular de El Hierro.
- DOMINGUES, Ângela (1991), “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento”, in Albuquerque, L., y Madeira Santos, M.E. (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa/ Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/ Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, vol. I, pp. 41 – 123.
- DOS SANTOS PEREIRA, António (1984), *Vereações de Velas (S. Jorge) (1559-1570-1571)*, Islas Azores: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- DOS SANTOS PEREIRA, António (2006), *Ribeira Grande (S. Miguel-Açores) no século XVI. Vereações (1555-1578)*, Islas Azores: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Lourdes (2000), “Las diputaciones de meses como instrumento del poder local en Tenerife en el siglo XVI”, in Morales Padrón, F. (coord.), *XIII Coloquio de Historia Canario-Americana (1998)*, Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 2347-2362.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Lourdes (2013), *La formación de la oligarquía concejil en Tenerife: 1497-1629*, La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.
- FREITAS DE MENESES, Avelino de (1997), “A administração filipina nos Açores: mudança, permanência e circunstâncias”, in Ventura, M.G. (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 81-104.

- GUILLAMÓN ÁLVAREZ, Francisco Javier (1990), “La administración municipal en la edad moderna: del régimen castellano al modelo gaditano”, in *Revista de estudios de la administración local y autonómica*, núm. 248, pp. 825-838.
- HERNÁNDEZ SUÁREZ, Sergio (2022), “La implantación de la administración local castellana en el Atlántico: la gobernación del Concejo de La Palma en la segunda mitad del siglo XVI”, in *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, vol. 22, núm. 2, pp. 649-667.
- HERNÁNDEZ SUÁREZ, Sergio (2023a), *El Cabildo de La Palma durante el reinado de Felipe II*, Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- HERNÁNDEZ SUÁREZ, Sergio (2023b), “El establecimiento del concejo castellano bajomedieval en Canarias tras la conquista”, in *Cuadernos del CEMyR*, núm. 31, pp. 495-527.
- HESPANHA, António Manuel (1986), *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal-Século XVII*, Lisboa: edición del autor, vol. I.
- JASMINS RODRIGUES, Miguel (1996), *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Madeira: 1460-1521*, Cascais: Patrimonia Histórica.
- LOBO CABRERA, Manuel (2009), “Los comienzos del Cabildo de Tenerife (1497-1507)”, in *Revista Atlántica del derecho, la historia y la cultura*, núm. 2, pp. 128-149.
- LOSA CONTRERAS, Carmen (2010), “El escribano del Concejo: semblanza de un oficio municipal en el Madrid de los Reyes Católicos”, in *Anuario de la Facultad de Derecho*, vol. XXVIII, pp. 343-364.
- MARRERO RODRÍGUEZ, Manuela, SOLANO RUIZ, Emma y DÍAZ PADILLA, Gloria (2005), *Acuerdos del Cabildo de La Palma 1554-1556*, Santa Cruz de La Palma: Cabildo Insular de La Palma.
- PERAZA DE AYALA Y VALLABRIGA, José (1927), *Los antiguos Cabildos de las Islas Canarias: estudio histórico de legislación foral* (Tesis doctoral), Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- PEREIRA DA COSTA, José (1995), *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Século XV*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PEREIRA DA COSTA, José (1998), *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Primeira Metade do Século XVI*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PEREIRA DA COSTA, José (2002), *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Segunda Metade do Século XVI*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.

- RODRIGUES, Jose Damião (1994), *Poder municipal e oligarquias urbanas. Ponta Delgada no século XVII*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- RODRIGUES, Jose Damião (2012), *Histórias Atlânticas. Os Açores na primeira Modernidade*, Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar.
- RODRIGUES, Jose Damião (2017), “A contribuição dos Açores para a construção do mundo atlântico: cidades portuárias insulares”, in Acosta Guerrero, E. (coord.), *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, pp. 1-12.
- ROLDÁN VERDEJO, Roberto (1966), *Acuerdos del Cabildo de Fuerteventura (1729-1798)*, La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.
- ROLDÁN VERDEJO, Roberto (1967), *Acuerdos del Cabildo de Fuerteventura (1660-1728)*, La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.
- ROLDÁN VERDEJO, Roberto (1970), *Acuerdos del Cabildo de Fuerteventura (1605-1659)*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.
- ROSA OLIVERA, Leopoldo (2003), *Evolución del régimen local de las Islas Canarias*, Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea.
- SANTANA PÉREZ, Juan Manuel y SANTANA PÉREZ, Germán (2022), *Puertas en el mar. Islas africanas atlánticas en el Antiguo Régimen*, Valencia: Tirant Lo Blanch.
- SERRA RÀFOLS, Elías (1996), *Acuerdos del Cabildo de Tenerife (1497-1507)*, La Laguna: Instituto de Estudios Canarios.
- SEUANES SERAFIM, Cristina Maria (2000), *As Ilhas de São Tomé no século XVII*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar.
- VERÍSSIMO, Nelson (2000), *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VIEIRA, Alberto (1989), “A Dinámica Municipal no Atlântico Insular (Madeira, Canárias e Açores) Séculos XV a XVII”, in *III Jornadas de Estudos sobre Fuerteventura y Lanzarote*, Puerto del Rosario: Cabildo de Fuerteventura, Tomo I, pp. 35-48.
- VIEIRA, Alberto (1992), *Portugal y las islas del Atlántico*, Madrid: Fundación Mapfre.
- VIEIRA, Alberto (2006), “Os Municípios das Cidades Insulares Atlânticas. Séculos XV e XVI”, in *História do Municipalismo, Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 17-38.

VIÑA BRITO, Ana (2005), “El Concejo de La Palma [1495-1533]. Su composición”, in Rodríguez Morales, C. (coord.), *La Torre: Homenaje a Emilio Alfaro Hardisson*, La Laguna: Artemisa Ediciones, pp. 601-619.

VIÑA BRITO, Ana (2006), “El regimiento como centro político de dominación. La Palma (1493-1533)”, in *História do Municipalismo, Poder Local e Poder Central no Mundo Ibérico*, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 39-62.



## **INTERESSES E LOGÍSTICA CONSULAR NO MAR DOS AÇORES: OBSERVAÇÃO DE UM CASO PARTICULAR EM ANGRA NO SÉCULO XVII**

**ASSUNÇÃO MELO**

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
mariameo74@gmail.com

A instalação de consulados, como representantes de uma comunidade fixa ou de passagem num país estrangeiro parece remontar o século XI, devido ao desenvolvimento económico entre as cidades italianas, a Síria e a África muçulmana<sup>1</sup>. De certa forma, e à medida que a expansão marítima se efetivou, o tráfego e a frequência das relações comerciais consolidou-se, pelo que esta instalação diplomática veio a tornar-se indispensável para acautelar os interesses dos mercadores no comércio internacional, tornando os assuntos, que a esse tema diriam respeito, independentes das autoridades locais. Efetivamente, nos séculos XIV e XV os consulados estavam presentes no Ocidente, sem bem que as peculiaridades de nomeação, competências e métodos de obtenção de proventos, variavam de nação para nação, consolidando a globalização entre culturas e assuntos económicos: uns são nomeados pelo rei, outros pelos mercadores seus patrícios, outros pelo governo do país onde se instalaram, ou pelo país de proveniência; quanto à forma de remuneração esta poderia ser através da percentagem alfandegária, ou como funcionários, ou ainda, pelo que auferiam da cobrança sobre as importações e exportações. Numa fase inicial, este cargo era vitalício. Só mais tarde viria a ser substituído por nomeações trienais, exigindo-se a idade mínima de trinta anos. As incumbências passavam pela defesa dos seus compatriotas perante as questões alfandegárias, de mediação, de tradução, de justiça e de qualquer outra assistência

---

<sup>1</sup> AZEVEDO, 1979 : 207.

necessária no âmbito das relações entre os países. Há também de referir que havia uma hierarquia de cônsules, vice-cônsules, cônsules-mores, etc., que gozavam de privilégios diferenciados, recebendo emolumentos adequados à sua função.

Afunilando os aspectos logísticos há que ter em conta que a cartografia, de espionagem, ou não, foi muito útil para o registo iconográfico das cidades, sobretudo das cidades costeiras que neste contexto se afiguraram imensamente apelativas. Nessa demanda destacamos, por exemplo, o mapa de Linshöten sobre Angra, datado de 1595, que nos permite vislumbrar uma configuração, em muito semelhante à cidade atual, e também suas casas e monumentos. A minúcia do traçado na carta de Linshöten deve-se, não só, à habilidade do autor, eventualmente ao cunho artístico, mas sobretudo à importância que Angra adquirira desde finais do século XV. É por via dessa condição geoestratégica, de porto fundamental das naus de regresso, carregadas de riquezas, o móbil principal da ação e da minúcia do cartógrafo aventureiro. Enfatizo esta afirmação, pelo facto de ele ter permanecido cerca de trinta meses, os necessários, para registar, com precisão, a cidade, as suas ruas e, mais do que isso, a logística imaterial e tudo que se pressente.

Relativamente aos interesses e à logística consular no mar dos Açores, reportamo-nos a um caso particular relacionado com o consulado francês na ilha Terceira no século XVII. No entanto, há que referir que as primeiras informações acerca de consulados franceses em Portugal remontam a Filipe I, em finais do século XVI e à nomeação, por este mesmo rei de um mercador francês residente em Lisboa. Só, posteriormente, é que estas nomeações passaram a ser feitas pelos reis de França, impondo assim os interesses particulares do país instalado, sendo Louis de Mensis, em 1602, o primeiro de uma série de cônsules franceses nomeados pelo seu soberano. A política de protecionismo desenvolvida no âmbito do comércio marítimo é consolidada por Colbert no ano de 1669, quando este é nomeado Secretário de Estado da Marinha e do Comércio. Uma das funções que deveria assegurar era a informação sobre as formas do governo, os produtos e mercadorias que chegavam e que partiam, a sua qualidade, as manufaturas, os retornos, as vantagens, o valor, o peso, o título das moedas, os câmbios, as condições do porto e proteção militar e tudo o que fosse importante de ser reportado, com destacado ênfase ao carácter económico e ao tráfego marítimo. Por essa razão, as tarefas consulares diplomáticas, muitas vezes, confundiram-se e confundem-se, com atividades de espionagem, e nos séculos XVI e XVII, não seria muito diferente. Já

no ano de 1596 o governo espanhol dava conta dos prejuízos que os estrangeiros provocavam na ilha Terceira “espiando e interferindo na exportação do trigo”<sup>2</sup>.

Como já referimos, a política de desenvolvimento do comércio marítimo levada a cabo por Colbert veio a incentivar a reforma dos consulados franceses, reorganizando os existentes, pelo que os portos dos Açores tinham todas as condições para se tornarem pontos de escala e de reabastecimento de navios franceses. A ilha Terceira, o Faial e São Miguel eram suficientemente importantes para o estabelecimento de consulados. No caso de Angra é reportado por Colbert a Desgranges a 25 de agosto de 1671<sup>3</sup> o caso de um mercador francês na Terceira que havia informado o assassinato de Pierre Renaud de La Rochelle, que ali fora negociar. Foi nesse seguimento que foram apurados nos nomes dos mercadores franceses em Angra, de forma a que se criassem condições para instalar um consulado, sobretudo, devido a uma pequena colónia oriunda, na sua maioria, de La Rochelle. Assim, a 6 de julho de 1673, data da primeira correspondência, instalou-se, como primeiro cônsul francês em Angra, Jacques Labat. Passados dois anos, em 1675 e 1676, respetivamente, são nomeados Jacques Berque e Jean Nègre, que mais à frente teremos oportunidade de aprofundar.

Nesse contexto, foi tido em conta para o presente estudo, o mapa de Angra, datado de 1687 de origem consular, feito e enviado por um francês, mais não é do que um registo informativo iconográfico preciso da importância da cidade e do seu porto, sobretudo no que concerne à atividade comercial. Nas pesquisas suplementares sobre a carta em questão, conseguimos apurar o nome completo do cônsul, que também era negociante, conforme é referido na entrada constante nas *Genealogias da Ilha Terceira*<sup>4</sup>: Jean Angel Nègre, nascido por volta do ano de 1650 em Marselha, Bouches du Rhone, Provence-Alpes Côte d’Azur, França, tendo falecido a 30 de dezembro de 1709 na Sé, cidade de Angra. Casou a 6 de setembro de 1704 com a angrese Antónia Felícia de Meneses Corte-Real, deixando como descendentes um casal de filhos, Antónia Caetana de Menezes Côte-Real e Thomé Francisco Nègre. Ainda neste seguimento e aprofundamento da pesquisa, o cônsul Jean Angel Nègre foi, primeiramente, cônsul francês na cidade da Horta, tendo trocado de ilha, vindo para a Terceira, através de escritura pública firmada no

---

<sup>2</sup> GIL, 1984 : 558.

<sup>3</sup> Caso relatado na íntegra in: (AZEVEDO, 1979 : 230).

<sup>4</sup> Vol. VI, p. 415.

livro 6.º de Registo da Câmara Municipal da Horta, a 30 de setembro 1676, com o cônsul Jacques Berque, que viria a fixar residência na freguesia das Angústias dando origem ao nome Berquó com descendência nos Açores.

Aventamos num estudo prévio, sobre esta mesma carta publicado no ano de 2021 que a autoria da carta ou é do cônsul Jean Angel Nègre, ou simplesmente a carta foi efetuada por um aquarelista, francês, e somente enviada pelo cônsul, tal como é transcrito no verso da mesma: *envoyée par Sier Nègre*. O teor minucioso do desenho assenta apenas nos pontos relacionados com a diplomacia e com os negócios estrangeiros, nomeadamente com a atividade mercantil. A atividade consular nos Açores, com mais evidência para os cônsules ingleses<sup>5</sup> e norte americanos, amplamente mais estudados na historiografia açoriana e, com menor incidência, dos franceses, exigia, além dos trabalhos, tarefas e responsabilidades afetas ao cargo, uma atividade mercantil e de negócios, conjugados com o fortalecimento das relações externas entre os países recetores e as suas comunidades, representando o estado do país de origem em assuntos mais particulares tais como:

- acolhimento e assistência a marinheiros a bordo de navios mercantes, que desembarcavam nas ilhas pelos mais variados motivos;
- rescisões de contratos;
- casos relacionados com doença e morte;
- deserção;
- prática de crimes;
- socorro prestado a cidadãos vítimas de naufrágios;
- desembarque forçado por via de corso e pirataria;
- assistência a capitães de navios e seus armadores, envolvendo interesses comerciais;
- elaboração de relatórios sobre a economia local em geral;
- elaboração de mapas de natureza estatística sobre o movimento de importação e exportação, etc.

Pois, assim sendo, e tendo em conta estes dois últimos pontos, parece residir a razão e o porquê do desenho do mapa, e o envio do mesmo para a França. A informação que pudesse ser enviada para o palco das decisões, era preciosa. Nos escritos sobre assuntos diplomáticos na ilha Terceira, nomeadamente em Félix

---

<sup>5</sup> Para aprofundamento deste assunto consultar os estudos do Prof. José Damião Rodrigues.

José da Costa<sup>6</sup> no ano de 1866, verificamos ainda uma quantidade avultada de consulados e agências consulares estrangeiras que funcionavam nas residências destes, ou de comerciantes locais, estando, devidamente identificados nas varandas com placas ou chapas brasonadas referentes à nacionalidade. Foram encontrados consulados dos seguintes países na cidade de Angra: América do Norte, Bélgica, Brasil, Cidades Hanseáticas, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Espanha, Holanda, Itália, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Uruguai. É ainda de assinalar que até é possível encontrar vários nomes portugueses. No caso francês encontramos o imóvel sito na cidade de Angra, Rua de Jesus, n.º 55 e o nome de João Alberto Rebelo como cônsul daquele país. Outro nome português foi encontrado na documentação e que vem atestar que eram cargos muito cobiçados pelos locais, devido às regalias que daí poderiam advir, como é o caso particular de Sérgio Pereira Ribeiro, nascido no ano de 1760 na Matriz da Horta, oriundo de uma família modesta, que veio a enriquecer, depois de ter sido nomeado cônsul francês no Faial no ano de 1798, não só com os proventos do consulado, mas sobretudo, devido à atividade comercial relacionada com o fornecimento de navios. Tais atividades eram práticas comuns, de tal forma que Maria Olímpia da Rocha Gil refere que foi a partir destas promiscuidades entre consulados e movimentos comerciais, que muitos homens enriqueceram nos Açores, casando com aristocracia ou obtendo títulos nobiliárquicos por outras vias o que vinha acontecendo, pelo menos, desde meados o século XVI. E assim tal é verdade que podemos comprovar através de um testamento datado de 1582 firmado por Cristóvão Borges da Costa a respeito da riqueza adquirida pelo esforço pessoal, e cito: “Todos os bens que tenho que todos deles me fes nosso Senhor mercê e esmola que os não ouve de herdamento, somente os ganhei por minha indústria”<sup>7</sup>. Os estratos sociais iam dando lugar à mobilidade das classes e esse já era um prenúncio de uma *Idade Contemporânea* e do que viria a efetivar-se depois da *Revolução Francesa*. Não foi isso que supostamente nos ensinaram nos bancos da escola.

Do total das vinte e cinco anotações que se contaram, doze referem-se a defesa e logística costeira, tais como as zonas muralhadas, o Castelo de São João Baptista, o Castelo de São Sebastião, o Castelo dos Moinhos, o Porto das Pipas, o Porto Novo,

---

<sup>6</sup> COSTA, 2019 : 120.

<sup>7</sup> GIL, 1984 : 556.

a alfândega, as lojas do rei, e as bicas de água. Apenas há referência a três edifícios religiosos, tais como a Ermida de Santo António, os Jesuítas e São Francisco, embora seja possível identificar na imagem a Sé, a igreja da Conceição, a Ermida do Corpo Santo, a Ermida dos Remédios e a primitiva Igreja da Misericórdia.

Por este descritivo é possível aferir que os pontos registados dizem maioritariamente respeito a logística comercial portuária, tendo como destaque a alfândega e os *Magazins du Roy*, como espaço de interesse, mais até do que o *Hospital da Misericórdia*, onde não há qualquer referência. Na documentação coeva, podemos encontrar que havia também uma forte rede de relações comerciais internas, que estariam relacionadas com uma logística de trocas comerciais muito própria que fazia zarpar barcos e mercadores chegando a outras latitudes de exportação e importação. O vinho do Pico, o trigo e ainda algum pastel eram produtos apreciados e que giravam na plataforma arquipelágica. À França, o caso que pretendemos analisar, interessavam os produtos provenientes do Brasil tais como o açúcar, os couros, o tabaco, o pau brasil, a cochonilha e o algodão. Ora os navios que aqui aportavam com esses bens, que depois eram transacionados para outros navios e para outros destinos necessitavam dos consulados ou das agências que tratassem de assuntos alfandegários e comerciais a que estes homens estariam fortemente ligados, aliás como atrás se aludiu. Por outro lado, ficariam nas ilhas outros bens provenientes, por exemplo, do porto de La Rochelle, tais como, os tecidos, entretelas, panos de Chatellerault, lãs de Segovia, sedas, papel, gesso, azeite, lantejoulas, pólvora, retorsaria, ferro, quinquilharias, breu, resina, bacalhau seco, algum sal e queijo<sup>8</sup>. Note-se que, os tecidos de importação, atingiam nas ilhas margens de lucro na ordem dos 40% a 50%<sup>9</sup>.

Os armadores franceses de seiscentos, mais conhecidos nos Açores, eram membros das famílias Allaire, Guiton, Deslandes e Picassary, todos eles protestantes. Maria Olímpia da Rocha Gil refere no seu artigo acerca da *Rede de Negócios efetuada no Atlântico Seiscentista*, a existência de representantes que se encarregavam da logística e aos quais eram passadas procurações por franceses para tratarem dos negócios. São referidos nomes de David Chambrelan, João Boutillier, Adrião de Corte, Jacques de Pradon, Louis de la Rende, Jaques de Labat<sup>10</sup>, Jean

---

<sup>8</sup> AZEVEDO, 1948 : 3.

<sup>9</sup> GIL, 2016 : 464.

<sup>10</sup> GIL, 1984 : 567.

Harriegue e Luis de Mences<sup>11</sup> que se instalaram no arquipélago como agentes de articulação dos mercados giratórios. Além do mais, diversos franceses nos inícios de seiscentos experienciaram os mercados insulares, deslocando-se a Angra com mercadorias, regressando com outras e deixando na ilha Terceira encarregados por essa atividade, como é o caso de Guilherme Maingart. O porto de Angra beneficiava na sua alfândega com o pagamento dos direitos dos produtos de origem longínqua. Por outro lado, os navios beneficiavam de proteção, quer seja ela por via da Provedoria das Armadas<sup>12</sup> instalada desde 1527 ou da Câmara, dependente da origem e da carga dos mesmos. Neste âmbito, caberiam aos militares do Castelo a vigilância do espaço portuário, o controle das mercadorias e das portas do mar de acesso à cidade e, à Provedoria das Armadas, a escolta de navios e o auxílio às tripulações, bem como o abastecimento das embarcações. As boas relações entre a Câmara e a Provedoria, mostram-se fundamentais para o bom funcionamento logístico do porto, articulando com os mais diversos agentes e consulados, que se foram, paulatinamente, instalando conforme os interesses comerciais, que passariam, inevitavelmente, pelo arquipélago, sobretudo pelo porto de Angra que deixaria fortuna, devido às navegações de longo curso. Alberto Vieira, a respeito do comércio Atlântico que passava pelos arquipélagos portugueses, nomeadamente, sobre o açúcar, refere que: o posicionamento das ilhas no traçado das rotas de comércio e navegação atlântica fez com que as coroas peninsulares dirigissem para aí todo o empenho nas iniciativas de apoio, defesa e controlo do trato comercial. As ilhas foram assim os bastiões avançados, suportes e símbolos da hegemonia peninsular no Atlântico<sup>13</sup>.

Maria Benedita de Almeida num artigo publicado no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* no ano de 1990 refere que nas décadas de 1670 e 1680 “os franceses procuravam estabelecer firmemente os seus interesses nas terras insulares como provam os relatórios de Jean Nègre para o diretor geral do comércio francês Senhor de Lagny<sup>14</sup>”. Por esta correspondência podemos aferir da animosidade criada

---

<sup>11</sup> GIL, 2016 : 464.

<sup>12</sup> A Provedoria das Armadas tinha como principal função o apoio às armadas oriundas dos diversos interpostos e colónias dominados pelos portugueses, bem como assistência e proteção dos navios que rumavam a Lisboa, vindos das longínquas paragens.

<sup>13</sup> VIEIRA, 2004 : 352.

<sup>14</sup> ALMEIDA, 1990 : 383.

entre Nègre e as instituições angrenses, uma vez, que no mesmo ano em que foi nomeado, foi denunciado ao juiz de Angra acusado de espião de França e de querer trair o príncipe Regente, facto esse que lhe valeu a prisão em Lisboa, libertado no ano de 1684, reocupando o cargo em Angra nesse mesmo ano. A mesma animosidade também foi sentida, como é relatado, pelos franceses estabelecidos nos Açores, sobretudo devido a diferenças religiosas<sup>15</sup> e a rivalidades comerciais. É por essa razão que Jacques e Gedeon Labat, que eram irmãos, colhia mais adeptos, não só por serem da religião reformada, mas sobretudo porque prestaram juramento de fidelidade ao rei de Portugal. Reportando ao explanado, uma das primeiras preocupações de Angel Nègre foi enviar para França um memorando indicando as principais medidas que deveriam ser tomadas relativamente ao estabelecimento dos consulados nos Açores, a saber: envio de provisões para poder nomear vice-cônsules nas outras ilhas; necessidade de estabelecer nos Açores um juiz conservador, tal como existia em Lisboa, de modo a defender os interesses dos franceses; cumprimento do disposto no tratado de 1667 de forma a que fossem respeitados os privilégios dos franceses; necessidade de respeitar a idade dos 30 anos e outras qualidades tais como ser de religião católica, apostólica romana. No entanto, as suas pretensões possivelmente, devido ao seu mau feitio reconhecido<sup>16</sup> não foram bem acolhidas. Além do mais, a ambição que nutria para se tornar cônsul-geral de todas as ilhas não lhe foi concedida, pelo que a permanência dos cônsules franceses no Faial e em São Miguel foi uma das razões, devido às quezílias desconcertantes, resultantes de “toutes les chicanes”. Para enfatizar esta questão, as referências a injustiças praticadas por Nègre contra os mercadores franceses são frequentes e variadas, tais como: a exigência a cartas de saúde a navios de guerra; condenações arbitrárias de mercadores; boatos de pirataria no porto de Angra, boatos de guerra entre Portugal e França, o que provocava grande revolta na população local. À parte estas querelas, há que entender que ao longo da documentação consultada<sup>17</sup>, verificamos inúmeras referências ao movimento marítimo do porto de Angra, frequentado principalmente por navios portugueses que iam buscar trigo para Lisboa, por navios holandeses que embarcavam vinho

---

<sup>15</sup> Reformistas. (AZEVEDO, 1979 : 233).

<sup>16</sup> “Angel Nègre, de son côté, est toujours de mauvaise humeur et n’assiste pas les François comme il devroit” Carta de 24 de abril de 1696 do Embaixador s’Estrées; in AZEVEDO, 1979 : 240.

<sup>17</sup> Vide *Bibliografia*.

e aguardante, assim como barcos ingleses em escala para a América. A simples presença desta diplomacia estrangeira poderia arrear caminho da tratantada rondante, evitando assim, acidentes diplomáticos difíceis de reparar num quadro de relações bilaterais. Eventualmente em estudos posteriores seria interessante relacionar os assaltos de pirataria em cidades costeiras com agências consulares. Certamente não iremos ter grandes surpresas. Suponho que os cônsules de diversos países também funcionariam como agentes-tampões dissuasores dessas presenças indesejadas. E tanto seriam eficazes que a sua simples presença funcionaria como as peças de artilharia de fogo cruzado.

É precisamente nesse quadro de interesses mercantis e de protetorado que se irão dar alguns episódios mais ou menos caricatos, que também foram relatados no estudo homónimo de 2021, como é o caso reportado por Julião Soares de Azevedo a respeito do comércio de La Rochelle com a Terceira no século XVII, em que nomeia algumas embarcações que enfrentavam nos mares a pirataria espanhola, desfraldando bandeiras holandesas, de modo a contornar a pilhagem, como aconteceu com navio *Prophete Daniel* de Amesterdão contratado por Henry Vlamim, de La Rochelle, para uma viagem à Madeira e aos Açores no ano de 1657. Em março de 1671 parte, do porto francês já referenciado, o *Phillipe* que passa na Terceira seguindo para o Faial para carregar 180 pipas de vinho para as Antilhas. Em 1675 a Barca *Diligente*, fizera o mesmo percurso.

Outros navios como o *Marie*, que aportou em Angra no ano de 1680, e que carregou os refrescos que “lui avoient été fournis par le Sier Nègre, consul de la nation française de la ditte isle de la Tersiere”. Esta descrição é encontrada no Archive Charante Maritime de La Rochelle, e justifica, deste modo, a necessidade de um cônsul francês na Ilha de Jesus, apesar de também se constatar para os anos que medeiam 1682 e 1696 o registo de catorze de navios, todos de pequena tonelagem, no ano de 1683, um em 1685, um em 1686, cinco em 1688, dos quais quatro fizeram a travessia via Lisboa, dois em 1692 e dois em 1693 que fizeram a travessia de La Rochelle – Angra e Angra – La Rochelle, como é o caso dos navios *César*, *Philipe* e o *Le Barthelemy*, sendo que este último já levava na sua tripulação dois nomes bem portugueses tais como António Lobo, o Bravo e Gregório Pires<sup>18</sup>, o que vem confirmar a imiscuidade de homens e de credos nestas embarcações.

---

<sup>18</sup> AZEVEDO, 1948 : 22.

Note-se que, no ano de 1688, foi o que, em Angra, aportaram mais navios provenientes de França, num total de cinco, distinguindo-se o tipo de embarcações que iam para a América e para o Canada, das que vinham para as ilhas de Portugal e de Espanha, ligeiramente mais pequenas, e que se assemelham às representadas na aguarela de 1687. Relembre-se que, este tipo de atividades consulares, provenientes das mais diversas nacionalidades, tem registo no arquipélago pelo menos desde o século XVI, prolongando-se até finais do século XIX com a já conhecida família Dabney. No livro *do Tombo da Praia* e para o ano de 1579<sup>19</sup>, verificamos a existência do cargo de *tesoureiro do consulado* através dos feitores Hieronimo Fernandez Coelho e Pedro Lagar de Chaves. Por outro lado, nas *Posturas Camarárias de Angra*, datadas de 1718<sup>20</sup>, já há indicações claras no sentido dos capitães ou mercadores de embarcações estrangeiras que viessem fazer negócio com a cidade, serem obrigados a manifestar na Câmara através do cônsul ou do seu intérprete os géneros que traziam consigo e o tipo de negócio que pretendiam, caso contrário estariam obrigados a uma multa de 50 cruzados e 30 dias de cadeia. De modo semelhante iria agir a Câmara da Horta, na publicação das suas *Posturas* de 1719<sup>21</sup>, colocando também os cônsules no centro desta ação, pagando eles iguais multas pela falta de informação relativa à quantidade e ao tipo de mercadoria descarregada. Neste contexto, há também que referir que alguns destes mercadores criaram ligações familiares nos Açores, casando com senhoras da aristocracia local, passando entre si procurações e fazendo com que as mulheres fossem, paulatinamente, ocupando lugares de destaque, facilitando assim os aspetos logísticos relacionados com esta atividade portuária, que viria a entrar em franco abrandamento a partir do último quartel do século XVII. A partir do século XVIII a jurisdição consular perde importância um pouco por toda a parte, uma vez que o papel que a instituição da Justiça local passa a efetuar relativamente aos estrangeiros, faz com que os consulados deixem de fazer sentido, adaptando-se, no século seguinte, a novos desafios, já no âmbito das relações internacionais.

Efetivamente, o declínio gradual deste mercado francês, efetuado por via marítima, pode estar relacionado, ou pelo menos coincide nas datas, com a revogação do *Édito de Nantes* no ano de 1685, onde é decretado pelo rei Luis XIV

---

<sup>19</sup> <http://ihit.pt/storage/app/media/tombo.pdf>

<sup>20</sup> <http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/033341f0953e557d5c707a427f60812e.pdf>

<sup>21</sup> <http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/d23592ecf8a8be0544a5e452c4567bc1.pdf>

através do *Édito de Fontainebleau* a perseguição dos reformistas protestantes, razão pela qual muitos deles fugiram ou permaneceram no estrangeiro, clandestinos ou casando com católicas, de modo a camuflar os seus verdadeiros intentos. Note-se que na Terceira, mais precisamente na freguesia dos Altares mantem-se o nome de um lugar particular de Arrochela<sup>22</sup>, também mencionado no livro *As 18 paróquias de Angra*<sup>23</sup> como *Rochela*<sup>24</sup> e que, certamente, poderá estar relacionado com estabelecimento de uma pequena comunidade francesa na ilha. Também na freguesia de Pedro Miguel, no concelho da Horta, encontramos um lugar com esse mesmo nome. Em 1688 Amesterdão contava com cerca de 500 refugiados de La Rochelle, desconhecendo-se os números, ao certo, dos que nestas ilhas permaneceram.

Em forma de conclusão é possível verificar que, apesar da existência de um comércio marítimo externo e estrangeiro em Angra, este fator não deverá ser sobrevalorizado em detrimento de um comércio que se desenvolvia a uma escala menor, mas de extrema importância para as ilhas que eram as trocas comerciais entre os produtos excedentes que cada ilha produzia e fazia circular, colocando-os a bordo de navios que não só vinham por causa do comércio longínquo, da prata, do algodão, do açúcar, mas também do trigo ou o *pão das ilhas*<sup>25</sup> como era referenciado na altura, do vinho e da fruta, que alguns barcos franceses levariam para a metrópole. O Porto das Pipas, seria então o porto desta circulação interna em que os cônsules também desempenhavam um papel determinante. Estes funcionários de destacado papel na máquina administrativa e política francesa, acabavam por ser intrusos, devidamente autorizados e legalizados entre os países. Portugal também assim o fez, aliás como há relatos dos cônsules portugueses em Cádiz que desempenhavam também uma importantíssima função comercial. O professor António Pires Ventura, afirma num texto publicado na *Revista Militar* no ano de 2011 que: embaixadores, cônsules, auditores do Conselho de Estado e intendentess criaram redes de informadores e colaboradores que procediam à

---

<sup>22</sup> Note-se que a toponímico de Arrochela é anterior a estes acontecimentos. É do ano de 1525 a fundação da Ermida de Santa Catarina no lugar de Arrochela, freguesia dos Altares.

<sup>23</sup> MERELIM, 2017 : 24.

<sup>24</sup> MERELIM, 2017 : 25.

<sup>25</sup> “Além de Franceses, navios de outras nacionalidades iam aos Açores em busca de pão para Lisboa”. AZEVEDO, 1948 : 19.

recolha de informações, forneciam avaliações e sugestões vitais para quem não estava no terreno<sup>26</sup>. Em regra, as agências consulares instalavam-se nos principais portos e nas principais cidades onde poderiam desenvolver os seus interesses e os interesses sobretudo do seu país de origem, tendendo a transformar-se em agentes oficiais com um campo de ação alargado, reportando informações e sugestões relativas a áreas, que até aí não eram das suas competências, mas que acabavam de ser fomentadas pelos países hegemónicos devido aos interesses logísticos, comerciais e militares que nutriam por outros países, que pudessem vir a pôr em causa a sua soberania.

As agências consulares tiveram um papel determinante nos Açores até ao final do século XX. Tome-se a título de exemplo a embaixada da Grécia na Rua Direita, com placa identificativa, até a uma data muito recente, e a cargo do Dr. Simões Flores que nos anos de 1990 pagava a dinheiro vivo, no cais do Porto das Pipas, aos armadores da marinha mercante que transportavam para a ilha gás e gasolina provenientes da Grécia. Essas relações diplomáticas eram tão importantes que permitiram o enterramento de marinheiros acidentados ocorridos a bordo de navios no cemitério da Conceição. Na documentação de arquivo da *Funerária Azevedo* as causas de morte eram variadas: doença, suicídio, quedas de gruas, acidentes com cabos de amarração, etc. Nas certidões de óbito desses marinheiros estrangeiros, é registado: *familiares em parte incerta*, o que significa dizer que os familiares raramente saberiam do ocorrido, não sendo comum a traslação dos corpos. Atente-se o exemplo de um marinheiro também ele grego, de nome Octaviano Marci de 17 anos de idade, aportado a Angra do Heroísmo para ser sepultado no cemitério da Conceição a 26 de dezembro de 1912.

Um estudo mais aprofundado das logísticas consulares e das relações comerciais entre ilhas, dos seus interesses e destas para outras paragens e o papel que as agências consulares desempenharam nesse incremento para os Açores e para os açorianos, é um trabalho a aprofundar. Apesar dos escritos e artigos avulsos sobre esta matéria que é a importância de Angra no tráfego comercial Atlântico e transatlântico. Os Açores, e Angra de uma forma muito particular, merecem que lhe seja contada essa história, que afinal é a sua história imaterial, e do seu papel enquanto entreposto logístico imprescindível, ou seja, a função marítima no

---

<sup>26</sup> VENTURA, 2011 : 643.

quadro das grandes explorações e a possibilidade do intercâmbio entre as grandes civilizações do planeta e que colocou Angra no Centro do Mundo, e que afinal, fizeram dela Património Mundial <sup>27</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Benedita. (1990). *Alguns Aspectos da Exploração Económica do Arquipélago dos Açores em Meados do Século XVII*, in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLVIII, 1990, pp.377-387.
- AZEVEDO, Julião Soares de. (1948). *Nota e documentos sobre o comércio de La Rochelle com a Terceira no século XVII*, in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. VI, 1948, pp.1-23.
- AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. (1979). *Cônsules franceses em Lisboa e nos Açores no Século XVII, Notas e documentos*, *Instituto Universitário dos Açores*, “Arquipélago” N.º 1, janeiro de 1979, pp. 203-284
- BRAZ, Henrique. (1985). *As Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da cidade de Angra, Ilha Terceira) e outros escritos*, *Angra do Heroísmo*, Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- CHAGAS, Frei Diogo. (2007). *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Direção Regional da Cultura.
- CORDEIRO, António. (1981). *História Insulana*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- COSTA, Félix José. (2019). *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Seus Títulos, Edifícios e estabelecimentos públicos*, Edição da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira. (1981). *Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional da Cultura.

---

<sup>27</sup> Critério IV: Enquanto escala obrigatória das frotas das Áfricas e das Índias em pleno oceano Atlântico, o porto de Angra é o exemplo iminente de uma conceção ligada à função marítima, no quadro das grandes explorações. Critério VI: Angra do Heroísmo está direta e materialmente associada a um acontecimento, de significação histórica universal: a exploração marítima que permitiu o intercâmbio entre as grandes civilizações do planeta.

- GARCIA, Ana Catarina Abrantes. (2013). *O funcionamento do porto de Angra durante o século XVII*, Centro de História de Além-Mar. *La Gobernanza de Los Puertos Atlánticos, Siglos XIV – XX*, pp. 123-146.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha. (1984). *Os Açores e a Rede de negócios no Atlântico Seiscentista, (Os Açores e o Atlântico) Séculos XIV a XVII*, 1984, Edição do Instituto Açoriano de Cultura, Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de agosto de 1983.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha. (2016). *O arquipélago dos Açores no Século XVII aspectos socio-económicos (1575-1675)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura. *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschöten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa 1997.
- FRUTUOSO, Gaspar. (2005). *Saudades da Terra (Livro VI)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge. (2007). *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro.
- MERELIM, Pedro. (2017). *As 18 Paróquias de Angra*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- OLIVEIRA, Humberto. (2012). *Angra na Visão de Linshöten*, doc PDF.
- RODRIGUES, José Damião. (2012). *Histórias Atlânticas, os Açores e a Primeira Modernidade*, Centro de História e de Além-Mar.
- SAMPAIO, Alfredo da Silva. (1904). *Memória sobre a ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal.
- VENTURA, António Pires. (2011). Revista Militar N° 2512, pp. 643-662.
- VIEIRA, Alberto. (2004). *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

## WEBGRAFIA

- Posturas Camarárias (ihit.pt) <http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/033341f0953e557d-5c707a427f60812e.pdf>. [consultado a 04-05-2023].
- <http://ihit.pt/codeigniter/asetes/upload/pdf/d23592ecf8a8be0544a5e452c4567bc1.pdf> [consultado a 04-05-2023].
- tombo (ihit.pt). [consultado a 04-05-2023].
- <https://lebloguedeguyperon.wordpress.com/> [consultado a 05-05-2023].

INTERESSES E LOGÍSTICA CONSULAR NO MAR DOS AÇORES:  
OBSERVAÇÃO DE UM CASO PARTICULAR EM ANGRA NO SÉCULO XVII

Fundos Paroquiais dos Açores (Inventário Genealógico) – Direção Regional da Cultura  
(azores.gov.pt) [consultado a 05-12-2023].

**FONTES DOCUMENTAIS DE ARQUIVO**

Arquivo da Funerária Azevedo



## CAPITÃO GASPAR BERENGUER DE ANDRADE

RITA RODRIGUES

Direcção Regional da Cultura (Madeira)

rodrrita@gmail.com

O estudo da biografia do capitão Gaspar Berenguer de Andrade (1603-1691), numa perspectiva prosopográfica, contribui para o conhecimento de um indivíduo envolvido directamente com a sociedade seiscentista da Ilha da Madeira, enquanto elemento da elite social, económica, política e religiosa, revelando uma postura dinâmica, interventiva, combativa e comprometida com determinados ideais da época.

Gaspar Berenguer de Andrade exerceu cargos sociais e políticos, sendo reconhecido pelos seus pares e revelando o seu compromisso com a fidalguia madeirense do século XVII, «tractando-se com variados criados, e exercendo os cargos honoríficos da república»<sup>1</sup>:

1632 – Almotace na Câmara do Funchal; mordomo de fora e arrecadador na Misericórdia do Funchal.

1635 – Tesoureiro na Misericórdia do Funchal.

1645 – Guarda-mor da saúde na Câmara do Funchal.

1649 e 1650 – Mordomo da Confraria de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Rosário da Sé.

1660 – Procurador da ilha nas Cortes de Lisboa.

1666-1674 – Mordomo na Confraria de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. da Candelária (Ig<sup>a</sup>. de S. Pedro).

---

<sup>1</sup> ABM, Família Lomelino, *Gaspar Berenguer de Andrade: notas biográficas*, cx. Única. Apontamentos de Nuno Lomelino da Câmara, 1947.

1668 – Eleito representante das forças opositoras ao governador D. Francisco de Mascarenhas e incumbido de relatar nas Cortes de Lisboa os acontecimentos referentes à sedição ocorrida no Funchal.

1671 – Citado na eleição na Misericórdia do Funchal.

1675 – Conselheiro na Misericórdia do Funchal.

1678 – Administrador dos direitos do *comboio* no Funchal.

No exercício das suas funções de almotace e enquanto oficial da municipalidade eleito, Gaspar Berenguer de Andrade tinha à sua responsabilidade o controlo do mercado/comércio, a sanidade urbana e as regras de construção. Era da sua competência a inspecção e fiscalização das medidas e pesos, como a taxaço dos preços dos alimentos e a regulação da sua distribuição nas tendas, lojas e feiras, especialmente em tempo de escassez ou crise, o que lhe permitia uma relação directa com os mercadores, além de verificar a limpeza da cidade e o seu ordenamento urbanístico. Como guarda-mor da saúde, juntamente com o provedor da saúde, assumia responsabilidade pela saúde pública, pilar fundamental de segurança e progresso, vigiando e denunciando situações graves de doença a fim de serem evitadas epidemias que em muito prejudicariam a economia insular. Aplicava as disposições municipais aos infractores, desde uma multa à prisão.

Na condição de nobre e irmão de *primeira condição* da Misericórdia do Funchal, Gaspar Berenguer de Andrade surge várias vezes referido nesta instituição, como mordomo, tesoureiro e conselheiro, ficando, assim, próximo da sua administração e governo, através de cargos muito cobiçados pela nobreza, pois eram factores de prestígio social e económico. A Misericórdia do Funchal, como acontecia nas congéneres nacionais, através dos seus estatutos, tinha uma aproximação profícua entre os membros locais da nobreza, clero e povo, especialmente dos oficiais mecânicos.

A relação de Gaspar de Andrade Berenguer com as confrarias, instituições que faziam cumprir os legados pios e geriam bens avultados, como propriedades urbanas e rústicas, terrenos de cultivo («terras de pam» (cereais), canas-de-açúcar, vinha, fruta e legumes), foros, juros, penhoras, laudémios, etc., evidencia a sua posição na comunidade religiosa e no respectivo poder local. A Confraria de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário da Sé do Funchal, onde foi mordomo, era uma das mais antigas da catedral e possuidora de bens consideráveis, como atestam os livros de receitas e despesas do século XVII, exigindo exímio e honesto serviço de gestão. Foi também

mordomo da Confraria de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Candelária, na Igreja de S. Pedro, instituição muito dinâmica e por onde passaram nobres, mercadores e oficiais (imaginários, ourives, carpinteiros, etc.), destacando-se, por exemplo, o imaginário Manuel Pereira, activo entre 1634 e 1679, com significativa obra de talha nos templos madeirenses, incluindo propriedades da família Berenguer<sup>2</sup>.

Enquanto administrador dos direitos do *comboio* do Funchal, designado por “comboy” (naus mercantis), Gaspar Berenguer de Andrade tinha os mesmos direitos que o contador e juiz da alfândega<sup>3</sup>, sendo responsável pelas embarcações autorizadas a realizarem trocas comerciais, aproximando-se, uma vez mais, dos mercadores locais, nacionais e estrangeiros.

As viagens à Corte e à cidade de Lisboa, quer em representação da nobreza regional, como aconteceu em 1660, que foi procurador da Ilha da Madeira nas Cortes, ou outras realizadas à capital portuguesa em negócios pessoais, permitiu ao capitão Gaspar Berenguer de Andrade contactar com alguma nobreza nacional, mas também com oficinas artísticas, que respondiam às encomendas, tendo, com certeza, observado o que de mais *moderno* se produzia. É assim que se justifica a aquisição de um retábulo, a uma oficina nacional, para a igreja do Convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Mercês, no Funchal, do qual era fundador e padroeiro, juntamente com sua mulher, D. Isabel de França (c.1610-1659), e seus filhos, e na qual, em 1722, Henrique Henriques de Noronha identifica um «visto Retabulo [d]a Imagem da Senhora das Mercês obra de Martim Conrado insigne Pintor estrangeiro»<sup>4</sup>. Esta encomenda deverá situar-se entre 1655 e 1667: 1655 (12 de Maio) – aberturas dos alicerces; 1655 (4 de Setembro) – doação oficial do convento; 1655 (20 de Outubro) – bênção da primeira pedra com artilharia da Fortaleza do Pico de S. João, tendo assistido o governador Pedro da Silva da Cunha, o reitor do Colégio, p.<sup>e</sup> Manuel Fernandes, e o cónego António Veloso de Lira, que celebrou missa solene e sermão, e mais nobreza da terra<sup>5</sup>; 1656 (15 de Junho) – entrada das primeiras recolhidas,

<sup>2</sup> Vide RODRIGUES, Rita, 2010, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias», in *Anuário do CEHA*, n.º. 2, Funchal, SREC/CEHA, pp. 229-337.

<sup>3</sup> VIEIRA, Alberto, 2004, «Da Madeira ao Brasil – Um percurso de ida e volta», in *A Madeira e o Brasil – Colectânea de Estudos*, Funchal, SRTC/CEHA, p. 36.

<sup>4</sup> NORONHA, Henrique Henriques de, [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, Funchal, SRTC/CEHA, 1996, p. 284.

<sup>5</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 283.

em número de sete ou nove; 1660 – no recolhimento foi estabelecido clausura da 1ª. Regra de Santa Clara; 1661 (24 de Agosto) – alvará régio autoriza a elevação do recolhimento a convento, respondendo ao pedido do fundador, regente e recolhidas com aprovação do Cabido da Sé, Câmara do Funchal, governador e provedor da Fazenda Real; 1662 (19 de Maio) – confirmação do alvará régio; 1663 (20 de Dezembro) – expedição do alvará régio de Lisboa; 1664 (5 de Julho) – a pedido do fundador, regente e recolhidas, o deão da Sé, provisor e vigário geral da Diocese do Funchal, Dr. Pedro Moreira, visitou o recolhimento e atestou que estava «obrado com toda a perfeição» e decente para ter sacrário<sup>6</sup>; 1665 (3 de Junho) – passagem oficial de recolhimento a mosteiro; 1665 (1 de Julho) – dotação do mosteiro; 1665 (17 de Agosto) – validação do alvará régio, que chegou no final nos finais de 1666; 1665 (17 de Agosto) – confirmação do papa Alexandre VII; 1667 (6 de Junho) – o deão Dr. Pedro Moreira visitou o convento e atestou que a sua igreja estava bem ornada, com sacrário para o Santíssimo Sacramento e mais coisas necessárias<sup>7</sup>.

O pintor Martim Conrado, activo entre 1646 e 1653<sup>8</sup>, integrou a geração do protobarroco português e foi parceiro de Avelar Rebelo (c.1646-1653), pintor régio de D. João IV, ambos com obra na Madeira. Martim Conrado respondeu aos comitentes madeirenses, especialmente à família Berenguer e aos padres jesuítas, sendo significativo o núcleo de obras existentes no Arquipélago da Madeira, assinadas e atribuídas à sua oficina.

O capitão Gaspar Berenguer de Andrade, homem de intervenção política, esteve envolvido na sedição de 18 de Setembro de 1668, ficando «encarregado, pelo novo governador [Aires de Ornelas e Vasconcelos], de apresentar na Corte [de Lisboa] a versão do sucedido no Funchal. Para além dos documentos acusatórios de que foi portador, tinha conhecimento directo da acção de D. Francisco de Mascarenhas e também da amotinação, pois participara do movimento»<sup>9</sup>. Esteve

---

<sup>6</sup> ABM, GC, L.º 268, fl. 6; ANTT, AHME, *Convento das Mercês do Funchal*, cx. 2076, Documento Avulso.

<sup>7</sup> ABM, GC, L.º 268, fl. 14.

<sup>8</sup> As pinturas existentes no Arquipélago da Madeira atribuídas a Martim Conrado recuam a sua actividade artística para os anos 40 do século XVII, assim como a identificação do retábulo do Convento das Mercês prolonga a sua produção para a década de 60.

<sup>9</sup> VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, SRTC/DRAC, p. 160.

preso na Fortaleza de S. Lourenço, por ordem do próprio governador, devido à sua envolvimento nesta sublevação, assim como um filho, alguns familiares e outros nobres. Acabou por ser eleito representante dos insurgentes, indo a Lisboa testemunhar em prol dos sediciosos. A revolta foi resultante da animosidade e conturbação existentes entre o clero e a nobreza local contra o governador e capitão geral da Madeira, D. Francisco de Mascarenhas, que tinha sido nomeado por D. Afonso VI, a 31 de Julho de 1665. Este governador, com postura pouco habitual, prometera impor a autoridade e fazer justiça a favor dos pobres e indefesos, visando controlar, especialmente, a acção do estado eclesiástico, contando com o apoio dos jesuítas. A revolta contra o governador foi desencadeada pelo deão da Sé do Funchal (1650-1670), Dr. Pedro Moreira<sup>10</sup>, homem autoritário, que mandou prender o governador D. Francisco de Mascarenhas, dando soltura aos presos e sendo eleitos novos vereadores, e nomeado novo governador pelos sublevados. Interessante referir que era recente esta cumplicidade política entre o capitão Gaspar Berenguer de Andrade e o deão Dr. Pedro Moreira, pois este a 12 de Fevereiro de 1658 não tinha autorizado as obras do Convento de Nossa Senhora das Mercês, situação invertida a 5 de Julho de 1664 quando atestou a qualidade da obra do convento, depois de ter sofrido um acidente de barco numa viagem ao Porto Santo pedindo socorro à Senhora das Mercês. Por outro lado, D. Francisco de Mascarenhas foi opositor à construção do convento, desconfiando da beatice e de tantos milagres narrados, tendo a fundadora escondido oficiais que ali trabalhavam para evitar a sua prisão, ordenada pelo governador.

Gaspar Berenguer de Andrade, capitão, fidalgo da casa d'el rei e cavaleiro professo da Ordem Cristo, segundo alvará de 15 de Abril de 1652, movimentou-se bem no seio social madeirense de então, como em Lisboa, junto das gentes da corte, e em terras do Brasil. Viveu «honradamente á lei da nobreza, tractandose com variados criados, e exercendo os cargos honorificos da republica»<sup>11</sup>. Viver honradamente significava exteriorizar fausto e prodigalidade no vestir, nos prazeres da mesa, nos objectos de uso e de adorno, como também no número de dádivas, cavalos e criados<sup>12</sup>. O conceito de honra no Antigo Regime identificava ainda a

<sup>10</sup> VERÍSSIMO, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, pp. 155-162.

<sup>11</sup> ABM, Família Lomelino, *Gaspar Berenguer de Andrade: notas biográficas...*

<sup>12</sup> SILVA, José Manuel Azevedo, 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico (Séculos XV a XVII)*, Vol. I, Funchal, SRTC/CEHA, p. 682.

condição de nascença, *bem-nascido*, o respeito, o crédito, a veneração e a boa fama, por exemplo<sup>13</sup>. Segundo Artur Sarmiento, Gaspar Berenguer de Andrade foi um «batalhador activo», «crente sem disfarce», «político irreformável e iracundo»<sup>14</sup>, embora não refira as fontes que lhe permitiram estas afirmações.

O capitão Gaspar Berenguer de Andrade participou nas guerras do Brasil. Entenda-se, aqui, que subjacente aos seus actos de patriotismo na defesa da coesão nacional, ainda durante a União Ibérica e após a Restauração por D. João IV, em 1640, está uma motivação também económica. As tenças e mercês, ofertadas pelos reis, garantiam sobrevivência e estabilidade financeira, pois as condições insulares, agora confinadas basicamente à economia vinícola, eram muito instáveis, com crises agrícolas e ameaças externas, por isso, servira nas ordenanças da cidade do Funchal, à sua custa, «nos rebates que se offerecerão de navios de inimigos andando elle em terra, como embarcado por vezes em demanda de outros que infestavão os mares daquela Ilha»<sup>15</sup>.

A participação de Gaspar Berenguer de Andrade, como soldado, nas guerras de Pernambuco contra os holandeses, quando a Companhia das Índias Ocidentais ameaçou dismantelar o Brasil<sup>16</sup>, valeu-lhe mercê de fidalgo e hábito da Ordem de Cristo, pela sua tenacidade e bravura ao serviço do rei, a 13 de Agosto de 1648, registada a 26 de Outubro, com promessa lavrada a 15 de Abril de 1652 «de quarenta mil rs. de pensão em hũa comenda da ordem de xpi e que a tit.º della recebesse o hábito da mesma ordem»<sup>17</sup>. A sua partida para o Brasil ocorreu depois de 1634. Confirma-se a sua presença na Ilha da Madeira a 4 de Novembro de 1627; a 8 de Novembro de 1630; a 3 de Outubro de 1632; e a 27 de Janeiro de 1634, a tomar posse dos bens, terça e morgado doados por sua sogra, D. Maria Pereira de Fonseca, em 1632 era almotace na Câmara do Funchal e as restantes datas como testemunha de casamentos, na Calheta, deixando firmada a sua assinatura.

Muitos familiares de Gaspar Berenguer de Andrade serviram no Brasil, sendo agraciados com pensões, comendas e hábito da Ordem de Cristo: seu pai, Heitor Nunes Berenguer, serviu na Baía, Paraíba e Pernambuco, recebendo pensão

<sup>13</sup> BLUTEAU, Raphael, 1721, *Vocabulário Portuguez e Latino...*, Vol. IV, pp. 51-55.

<sup>14</sup> SARMENTO, Artur, 1953, *As Freguesias da Madeira*, 2ª. Ed., Funchal, JGDAF, p. 20.

<sup>15</sup> ABM, Família Lomelino, *Gaspar Berenguer de Andrade...*

<sup>16</sup> SARMENTO, *As freguesias da Madeira ...* p. 19.

<sup>17</sup> ANTT, *Portarias*, fl. 166; ANTT, *Chancelaria*, fl. 141.

de 40\$000 réis, passando a comenda e hábito a seu filho Belchior Berenguer de Andrade, irmão de Gaspar Berenguer de Andrade, que serviu na Baía e Paraíba; a sua tia Luísa Berenguer casou com o capitão-mor de Paraíba, Manuel Pires Correia, fidalgo da casa de Filipe III de Portugal (IV de Espanha), proprietário de engenhos; o seu tio Francisco Berenguer de Andrade viveu em Pernambuco exercendo altos cargos; o seu irmão Francisco Berenguer de Lumilhana esteve no Brasil entre 1639 e 1654, como soldado, alferes e capitão de infantaria, servindo a coroa e os interesses do país, assim como outro irmão, Baltasar de Abreu Berenguer, cavaleiro do hábito de São Tiago<sup>18</sup>, esteve na década de trinta no Brasil e em 1641 recusou o cargo de vereador na Câmara do Funchal justificando que estava a «caminho do Brasil» com a sua família<sup>19</sup>; o seu sobrinho Agostinho César Berenguer, filho do seu irmão José de França Berenguer, casou no Brasil; o seu filho Manuel de Abreu Berenguer serviu em Pernambuco, e também em Angola, onde faleceu, como capitão de cavalos. O capitão Gaspar Berenguer de Andrade era tio do sogro do libertador de Pernambuco, o madeirense João Fernandes Vieira, casado com D. Maria César, filha de Francisco Berenguer de Andrade, proprietário de um engenho em Jiquiá (Recife, Pernambuco) e capitão da Várzea, que foi para o Brasil depois de 1617, cuja esposa foi prisioneira dos holandeses, sendo libertada por seu genro. Um irmão de Francisco Berenguer de Andrade, o padre Agostinho César, também foi para o Brasil, onde faleceu. Ainda no século XVII, estavam no Brasil Bartolomeu de Melo Berenguer, filho de Pedro Berenguer e de D. Maria da Câmara, que participou na guerra de Maranhão e na restauração da cidade de S. Luís.

Um dos grande feitos de Gaspar Berenguer de Andrade, na Ilha da Madeira, foi a fundação e construção do Convento de Nossa Senhora das Mercês, junto à sua casa, tendo «arrematado o sitio, com obrigaçam de erigirem hua Irmida nella, com certa penção de missas (...) [e] fundarão hũa Igreja, com capella mayor a qual dedicaram á Senhora das Mercês»<sup>20</sup>, num espaço que «era hum vale deserto, só condecorado de plantas agrestes com que a natureza o ornára»<sup>21</sup>. O convento ficou

<sup>18</sup> Baltasar Berenguer de Andrade foi ordenado cavaleiro do hábito de S. Tiago na Igreja Matriz do Porto Santo, em 1640, pelo governador da ilha, Martim Mendes de Vasconcelos.

<sup>19</sup> ABM, CMF, *Vereações*, L.º 1329, fl. 4.

<sup>20</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 283.

<sup>21</sup> Notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo, 1873, in FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra: História das Ilhas do Porto Santo, Madeira e Selvagens...*, p. 591.

integrado na malha urbana da cidade do Funchal, bem próximo dos conventos de Santa Clara e de S. Francisco e das igrejas do Colégio, de S. Pedro e de S. Paulo, e até da Catedral.

Lê-se em alguma bibliografia que a fundação deste convento resultou de uma promessa feita pelo capitão, em agradecimento das vitórias dos portugueses contra os holandeses, em terras de Vera Cruz, onde militou e serviram membros da sua família. No entanto, no instrumento de fundação apenas está referido que era por «devoção» e «honra de Deos»<sup>22</sup>. A devoção à N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. das Mercês ou das Redenção dos Cativos nasceu no Reino de Aragão, terra dos avós do capitão Gaspar Berenguer de Andrade, e foi popularizada através de S. Pedro Nolasco, canonizado em 1628, que em 1218 tinha fundado a Ordem de Nossa Senhora das Mercês, que rapidamente se propagou por toda a Espanha. A Ordem pretendia resgatar os cativos e N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. das Mercês surge como protectora dos cristãos aprisionados dos mouros em terras de África. Esta devoção foi levada para o Brasil, onde o capitão Gaspar Berenguer de Andrade e muitos dos seus familiares lutaram pela coroa portuguesa.

Na fundação do Convento das Mercês, Gaspar Berenguer de Andrade contou com o empenho e fervor religioso de sua mulher, D. Isabel de França, «a quem se deve a mayor gloria deste edificio»<sup>23</sup>, ficando anotado no testamento do fundador<sup>24</sup>, que depois da morte de sua mulher tinha, juntamente com seus filhos, colocado o convento «em o estado que hoje está para honra de Deos»<sup>25</sup>. São padroeiros, fundadores e administradores do convento os seus filhos: p.<sup>e</sup> Bartolomeu César Berenguer de Andrade, cónego na Sé do Funchal; capitão José de França Berenguer; p.<sup>e</sup> Gaspar Berenguer de Andrade, «que Deos tem»<sup>26</sup>. Todavia, o rei D. João VI concedeu aos fundadores e à comunidade do convento o privilégio de mandarem fazer peditório no Brasil para acudir às suas necessidades urgentes.

Segundo alguns autores, D. Isabel de França esteve directamente envolvida na fundação e edificação do convento, comandando as obras quando seu marido

---

<sup>22</sup> ABM, GC, L<sup>o</sup>. 268, fls. 6 e 74.

<sup>23</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 282.

<sup>24</sup> O testamento de Gaspar Berenguer de Andrade foi lavrado pelo seu sobrinho, p.<sup>e</sup> Paulo Berenguer de Andrade, a 21 de Dezembro de 1686, aprovado a 27 de Junho de 1687 e aberto a 7 de Julho de 1691. ABM, GC, L<sup>o</sup>. 268, fls. 6 e 74.

<sup>25</sup> ABM, GC, L<sup>o</sup>. 268, fl. 74.

<sup>26</sup> ABM, GC, L<sup>o</sup>. 268, fl. 74.

se deslocava para fora da Ilha da Madeira. Foi impulsionada pelo seu confessor e mentor espiritual, o padre jesuíta João Ribeiro, que residia no Colégio do Funchal, também mentor de várias moças que entravam para o convento. Este padre gozava no Funchal «de maior consideração pelas suas eminentes virtudes e rara cultura de espírito»<sup>27</sup>, tendo incentivado os fundadores a construírem um recolhimento para donzelas nobres e virtuosas, que deviam viver «em pobreza, castidade, e obediência»<sup>28</sup>.

Parece-nos um pouco forçado o envolvimento de D. Isabel de França na fundação do convento, rodeada de algum mistério. Os terrenos doados para a edificação do convento eram do casal e não exclusivamente de D. Isabel de França, como afirmam alguns autores. D. Isabel de França escondeu a sua real condição económica, talvez com o intuito de pedir mais ajuda para esta construção, como era comum. Segundo tradição lendária, num sonho ou numa aparição, N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. das Mercês pediu a construção do convento para o qual D. Isabel de França devia dar «até a camisa para a obra»<sup>29</sup>, o que fez até aos «seus limitados bens»<sup>30</sup>. O milagre é assim relatado no século XIX: «huma luz e huma Virgem toda rodeada de brilhante resplendor, contra a qual falanges innumeráveis de temíveis entes frechavam enfurecidos, colhendo-se desta visão que o commum inimigo, sempre pertinaz contra obras de piedade, não queria que ali se levantasse huma torre a que se acolhesse huma milicia de virgens, que, com as armas de fé, lhe conquistassem o lugar, e o consagrassem a Deos»<sup>31</sup>. Artur Sarmiento diz que Isabel de França teve um sonho e que a Nossa Senhora das Mercês indicou um local onde debaixo de uma pedra estava um brinco de ouro e dinheiro para acabar a construção do convento<sup>32</sup>.

Existe um exagero no que concerne à *pobreza* dos fundadores, que eram da principal nobreza e governança da Ilha da Madeira, que viviam dos seus morgados

<sup>27</sup> SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, Tipografia "O Jornal", p. 180.

<sup>28</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 282.

<sup>29</sup> Notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo, 1873, in FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra...*, p. 592.

<sup>30</sup> ABM, Família Lomelino, *Gaspar Berenguer de Andrade...*

<sup>31</sup> Notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo..., p. 591.

<sup>32</sup> SARMENTO, *As Freguesias da Madeira...*, pp.19-20.

e fazendas<sup>33</sup>, pois o casal tinha bens avultados: dinheiro, propriedades e escravos. Só para o padroado do convento, o capitão Gaspar Berenguer de Andrade podia dispor de vinte e três propriedades rústicas (Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz) e duas urbanas, com casas de alto e baixo e casinha térrea de telha, na Rua das Mercês, junto ao convento, que eram as suas casas de morada<sup>34</sup>. As doações feitas pela família Berenguer, que assumiu a administração do convento, como doações de outras famílias, que ali fizeram professar as suas filhas, cujo dote de entrada era de 400\$000 réis, enriqueceram o património do mosteiro. Ainda em vida do capitão Gaspar Berenguer de Andrade, o rei D. Afonso VI ordenou a entrega de 16\$000 réis de esmola anual, cujas esmolos se prologaram durante os reinados seguintes com valores mais elevados, em dinheiro e cera para o Santíssimo Sacramento. Por exemplo, em 1680, D. Ana Berenguer ofertou 2\$500 réis para ajuda da sacristia.

No entanto, também Nuno Lomelino afirma que o capitão Gaspar Berenguer de Andrade vendeu todos os bens livres que possuía e para a manutenção do convento recorreu a partes dos rendimentos anuais de sua casa ficando «pobres os filhos segundos desta casa»<sup>35</sup>. Era comum os morgados empolgarem a sua precária condição económica para usufruírem de doações régias ou perdões pios. A título de exemplo cite-se o pedido feito pelo p.<sup>e</sup> Mateus Gomes Correia, «Irmão (...) da Senhora da Conceição da Igreja das Mercês», para que o capitão Gaspar Berenguer de Andrade abatesse 100\$000 réis de uma conta antiga, o que revela a existência de negócios com somas avultadas para a época<sup>36</sup>. O capitão Gaspar Berenguer de Andrade seguiu na administração dos bens da família e o dote que recebeu de sua sogra permitiram-lhe uma situação económica desafogada, não existindo sinais visíveis de crise económica nos descendentes desta casa até meados do século XIX quando surgem os administradores dos bens pios a apelarem às reduções das

---

<sup>33</sup> ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitação, Gaspar, mç.<sup>o</sup> 10, doc. 202. Habilitação de Gaspar Berenguer César Bettencourt, de 25 anos, residente em Coimbra, filho de Agostinho César Berenguer e de D. Helena Josefa Mariana Bettencourt, neto paterno de José de França Berenguer e de D. Maria Castelo Branco, e sobrinho-neto do capitão Gaspar Berenguer de Andrade.

<sup>34</sup> ABM, GC, L.<sup>o</sup> 268, fl. 8-8v.<sup>o</sup>.

<sup>35</sup> ABM, Família Lomelino... citando documentos do Rio de Janeiro, cx. 29, n.<sup>os</sup> 1433 /7, no Arquivo Histórico Colonial, hoje Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>36</sup> ABM, JO, *Contas do Testamento do padre Mateus Gomes Correia*, cx. 12, fls. 2v.<sup>o</sup> e 5 v.<sup>o</sup>.

pensões por serem demasiadas elevadas, situação comum a muitas famílias da Ilha da Madeira, com vínculo de morgado.

Segundo o anotador de *As Saudades da Terra*, Álvaro Rodrigues de Azevedo, e recorrendo a uma história lendária, o Convento das Mercês foi edificado no lugar onde N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. das Mercês operou um milagre: «huma luz e huma Virgem toda rodeada de brilhante esplendor, contra a qual falanges innumeráveis de temíveis entes frechavam enfurecidos, colhendo-se desta visão que o commum inimigo, sempre pertinaz contra obras de piedade, não queria que ali se levantasse huma torre a que se acolhesse huma milicia de virgens, que, com as armas de fé, lhe conquistassem o lugar, e o consagrassem a Deos»<sup>37</sup>.

Creemos que a fundação do convento se deva à influência dos padres jesuítas, com quem a família Berenguer mantinha relações de convivência, embora na sedição de 1668 estes tivessem tomado partido do governador D. Francisco de Mascarenhas, que tinha, inclusive, ordenado a prisão do capitão Gaspar Berenguer de Andrade. Entre os jesuítas estava o p.<sup>o</sup> Miguel Vitos, irlandês, «religioso da Companhia de Jezus, e grande Mestre do espirito»<sup>38</sup>, confessor da madre soror Isabel Francisca de S. José, neta do fundador do Convento das Mercês, filha de José de França Berenguer, que seguiu as suas orações com outro jesuíta, o p.<sup>o</sup> Luís Leitão, e que fora muito devota a S.<sup>o</sup> Inácio. Anote-se a presença do reitor do Colégio, p.<sup>o</sup> Manuel Fernandes, no lançamento da primeira pedra do convento, em 1655. João Berenguer de Andrade e Agostinho César Berenguer serviram na congregação de Santo Inácio, no Colégio de Santo Antão, em Lisboa<sup>39</sup>. De relações com os Berengueres era D. Joana Telo e o seu marido, o capitão Simão Nunes Machado, fundadores da Capela das Onze Mil Virgens, na Igreja do Colégio, orientados pelo seu reitor, o p.<sup>o</sup> António Barros, de cuja capela é a pintura assinada por Martim Conrado, em 1653.

Por escritura, Gaspar Berenguer de Andrade dotou o convento com 30\$000 réis de renda em cada ano dos seus bens livres e «tão bem o tem dotado com bastante dote pera poderem viver as dittas Freiras ajudadas com Esmollas dos

<sup>37</sup> Notas de Álvaro Rodrigues de Azevedo, 1873, in FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra...*, p. 591.

<sup>38</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 288.

<sup>39</sup> CARITA, Rui, 1987, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal – Descrição e Inventários*, Vol. II, Funchal, GRM/SRE, p. 235.

Christãos deste Bispado como o são outras religiosas pobres»<sup>40</sup>, e mais 130\$000 réis em propriedades vinculadas ao morgado do Lombo do Doutor, na Calheta, ficando com direito a dois lugares de freiras para sempre.

Entre as religiosas encontravam-se Inês de Jesus, irmã do fundador, e Catarina do Monte Sinai, parenta dos instituidores, no primeiro grupo de freiras que estava no recolhimento das Mercês, posteriormente elevado a convento. Aqueles lugares foram desde o início ocupados. Madre soror Inês de Jesus, irmã do fundador, foi professa em 1656 ou 1668, era terceira do hábito de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo e foi regente do recolhimento (20 de Dezembro de 1666), não sabia ler o ofício divino, tendo falecido a 15 de Outubro de 1689; a madre Catarina do Monte Sinai, filha de Vicente Ossuna de Menezes e de D. Leonor de Andrade, da Calheta, com hábito de Terceira de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. do Carmo, «foi crescendo tanto nas virtudes, que os fundadores deste Recolhimento, a rogaram para entrar nelle, com a rezão que tinham com ella de parentesco», não sabia ler, mas exerceu o ofício de enfermeira; a madre soror Isabel Francisca de S. José, nascida a 2 de Abril de 1679, «que como era filha dos Padroeyros della Jozeph de França Berenguer, e D. Maria Castelobranco, (...) que de oito annos ficou educanda na clausura», professando a 14 de Julho, dia de S. Bazílio Magno, e era muito devota a S. José, S.<sup>to</sup> Inácio, Menino Deus e Santíssimo Rosário, falecendo em 1717<sup>41</sup>. Outras filhas do capitão José de França Berenguer e de D. Maria Castelo Branco, Maria e Lourença de Sena, também professaram neste convento, assim como a madre soror Ângela da Glória, cunhada de um dos padroeiros, José de França Berenguer, e D. Lourença e D. Isabel, filhas de José França Berenguer, netas do fundador. Antes da construção deste convento, duas filhas dos fundadores, Maria de S. Filipe e Margarida de S. Tiago, já eram professoras no Convento de Santa Clara, a quem o capitão Gaspar Berenguer de Andrade tinha feito dote e assistido, sempre, conforme as suas possibilidades<sup>42</sup>. Margarida de S. Tiago contribuiu com um pucarinho de prata para o sacrário da igreja do Convento de Santa Clara, onde era sacristã, em 1671. O filho, José Berenguer, e o irmão, Agostinho César, eram padres franciscanos.

---

<sup>40</sup> ABM, GC, L<sup>o</sup>. 268, fl. 6v<sup>o</sup>.

<sup>41</sup> NORONHA, 1700, *Nobiliario Genealogico das Familias que passarão a viver a esta Ilha d'a Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*; NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, pp. 292-296.

<sup>42</sup> ABM, GC, L<sup>o</sup>. 268, fl. 74v<sup>o</sup>.

O Convento das Mercês destinava-se à entrada de moças virtuosas, nobres, pobres e religiosas, em número de vinte e uma, «as quais religiosas serão governadas p<sup>los</sup>. Prelados do Bp<sup>do</sup>. da d<sup>a</sup>. ilha da Madr<sup>a</sup>. e em sua falta ou abz<sup>a</sup>., p<sup>lo</sup>. Deão, q. hora hé e ao diante for e faltando este a digni<sup>de</sup>. q. se seguir»<sup>43</sup>, guardando a 1<sup>a</sup>. Regra de Santa Clara, à imitação das religiosas capuchas do Mosteiro da Madre de Deus de Lisboa e respondendo ao bispo e vigário geral do bispado e não ao deão da Sé<sup>44</sup>. No Convento das Mercês, as freiras capuchas cumpriam a prédica de pobreza, castidade e obediência, como as clarissas, tendo recebido como instrutora, mestra e abadessa, a madre D. Branca de Jesus, do Convento de Santa Clara<sup>45</sup>.

As recolhidas e o fundador do Convento das Mercês pediram ao rei D. Afonso VI para «fazer Merce de as tomar debaixo de seo patrocínio em seo nome, e de todos os mais Orelados futuros concedendo-lhes todos os favores que o Dir<sup>o</sup>. dá»<sup>46</sup>. Do instrumento da fundação do convento, datado de 1 de Julho de 1665, o capitão Gaspar Berenguer de Andrade e os seus filhos garantiam dote ao mosteiro, para a sua manutenção, sustentação das freiras e pagamento a um sacerdote-confessor, um capelão, um feitor e um servente de fora, escolhidos pelo fundador e seus sucessores, com a aprovação do prelado. Esta imposição de estar nas mãos do fundador a escolha dos responsáveis pela vida espiritual e económica do convento revela a importância do capitão Gaspar Berenguer de Andrade junto da igreja e poder locais. O p.<sup>e</sup> Agostinho César Berenguer, irmão do fundador, clérigo de N.<sup>a</sup>. Sr.<sup>a</sup>. do Calhau, foi confessor do convento<sup>47</sup>, por vontade do próprio instituidor: «porque meu irmão o Padre Agostinho Cesar Berenguer foi o que ajudou a crear o dito convento, e foi sempre e he confessor das Religiosas»<sup>48</sup>, e assim deveria se manter, exigindo aos filhos que nada fizessem sem o consentimento do tio.

<sup>43</sup> ANTT, *Convento*, mç.<sup>o</sup> 37, doc. 37 (Sobre a administração do Mosteiro de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Mercês),

<sup>44</sup> ANTT, *Sé do Funchal*, mç.<sup>o</sup> 37, doc. 37, 9 de Fevereiro de 1697 e 2 de Junho de 1755 (sobre a administração do Mosteiro de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Mercês); ANTT, *Sé do Funchal*, mç.<sup>o</sup> 4, doc. 38, 20 de Junho de 1697 (sentença sobre o governo do Mosteiro de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Mercês, estando a Sé Vacante).

<sup>45</sup> ABM, GC, L.<sup>o</sup> 268, fl. 14v<sup>o</sup>.

<sup>46</sup> ABM, GC, L.<sup>o</sup> 268, fl. 5.

<sup>47</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 286; NORONHA, *Nobiliario Genealogico das Familias...*, p. 96.

<sup>48</sup> ABM, GC, L.<sup>o</sup> 268, fl. 74.

O dote inicial era apenas de três moios de trigo de boas propriedades, mas verificando a sua insuficiência determinaram os fundadores a entrega, em cada ano, de um moio das fazendas dos Canhas (Ponta do Sol); um moio dos Chiqueiros; quarenta e seis alqueires da Fajã (Porto Moniz); meio moio das Achadas da Cruz (termo da Calheta); seis moios e quarenta e quatro alqueires do Estreito da Calheta; e mais dois moios vindos das terras da Calheta. Cada moio valia 18\$000 réis, totalizando 252\$000 réis. Esta doação só entraria em vigor caso o recolhimento passasse a mosteiro religioso, o que veio a se concretizar por alvará régio de 24 de Agosto de 1661.

A sustentação de cada freira rondaria 20 cruzados, enquanto o sacerdote-confessor, o capellão e o feitor receberiam 40 cada um, e 25 seriam para o servente de fora. As propriedades que constituíam o padroado do convento deveriam manter-se indivisíveis e *in perpetuum* (para sempre) nos seus descendentes<sup>49</sup>.

Declararam os fundadores que a igreja estava «competentemente ornada da invocação da snor´a das Mercês com capellão e confessor» e a visitaçãõ, realizada a 2 de Julho de 1664, confirmava que «Igreja de Nossa Snor´a das Mercês Titulo do recolhimt.º a qual achou muy ornada e decente pª. nella haver sacrario como ha por sua licença aonde se emcerra o santissimo sacramento da Eucharistia: e assim visitou mais o interior do dito recolhimento a saber Dormitorios, choro superior Parlatorios refeitorios cozinha e cerca e as suas partes altas e consenentes a clausura das religiosas q. nelle vivem e achou que tudo estava capax de se poder irigir em convento regular e pera professarem nelle todas as recolhidas que hora habitãõ e as mais que conforme o numero que lhe crescerem ade ser taixado sômt.º julgou ser necessario levantar o Muro da cerqua pella banda do caminho que vai pª o mosteiro de Santa Clara seis ou outo palmos», devendo andar sempre com zelo e asseio<sup>50</sup>.

Integrava o património do convento um significativo núcleo de obras sacras, como se confirma por um inventário de 1862, onde ficaram listadas quatro pinturas sobre madeira, por isso, anteriores à edificação do convento, pois na segunda metade do século XVII a pintura era já sobre tela, como aliás era a vintena de pinturas sobre tela constante do mesmo inventário, além de imagens e objectos de

---

<sup>49</sup> ABM, GC, L.º. 268, fl. 74.

<sup>50</sup> ABM, GC, L.º. 268, fls. 5-6 e 74.

prata<sup>51</sup>. Mencione-se, a título de exemplo, a *Santa Face de Jesus*, pintura a óleo sobre madeira, datada de c.1501-1510, incorporada no Museu de Arte Sacra do Funchal (MASF42), proveniente da Sé do Funchal, mas cuja origem parece ser o Convento das Mercês. Isto atesta que as freiras levavam consigo objectos devocionais já em posse da família.

Outro inventário, realizado a 11 de Setembro de 1895, confirma ainda a existência de elevado número de altares, oratórios, retábulos, pinturas, imagens., diverso mobiliário, como cadeiras, canapés, armários, mesas, fogões, tapetes, cortinados e muitos objectos de prata e prata dourada (âmbulas, bandejas, purificadores, lampadários, navetas, caixas, chaves do sacrário, coroas, resplendores, pratos, píxedes, cálices, galhetas, crucifixos, etc.). Alguns paramentos eram de damasco lavrado a ouro, frontais de seda. Os móveis eram de pinho, mas também de madeira do Brasil, nogueira, barbuzano, til e castanho<sup>52</sup>.

O espólio religioso e artístico do Convento das Mercês, e apenas referindo obras do século XVII, contemporâneas da administração de Gaspar Berenguer de Andrade e de seus filhos, identifica a preocupação com o decoro do convento. Na capela-mor da igreja, como já referido, estava um «vistozo Retabulo a Imagem da Senhora das Mercês obra de Martim Conrado insigne Pintor estrangeiro»<sup>53</sup>, que ali se manteve pelo menos até 31 de Maio de 1862, listado em inventário: «Um retabulo de Nossa Senhora das Mercês, pintado em tela, no valor de trinta mil reis»<sup>54</sup>. Álvaro Rodrigues de Azevedo afirma que a pintura de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. das Mercês foi encontrada ao acaso em Lisboa, mas não cremos nesta versão, pois o convento foi minuciosamente projectado. Ainda do século XVII é a excepcional imagem do “Senhor da Paciência” ou “Senhor da Pedra Fria”, em madeira policromada de oficina nacional, de grande intensidade dramática que evidencia o *pathos* barroco. Esta imagem encontra-se hoje no Mosteiro de Santo António (Funchal), onde estão uma interessante “Senhora” de roca e um “Cristo crucificado”. Duas pinturas sobre tela, hoje na sacristia da Igreja de S. Pedro, “Santa Catarina Mártir” e “Santa Maria Madalena”, são provenientes do convento. Algum património do

<sup>51</sup> ANTT, *Convento das Mercês do Funchal*, Inventário – 1862, Capilha 1, cx. 2076.

<sup>52</sup> ANTT, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Convento de Nossa Senhora das Mercês do Funchal*, cx. 2076, # Capilha 1 – IV/B/49(1) a IV/B/49(12).

<sup>53</sup> NORONHA, *Memórias Seculares e Eclesiásticas...*, p. 284.

<sup>54</sup> ANTT, *Convento das Mercês do Funchal*, Capilha 1, cx. 2076.

Convento das Mercês transitou para o Convento de Santa Clara e com a extinção as Ordens Religiosas foi disperso por várias igrejas do Funchal. Hoje é possível assinalar peças no Museu de Arte Sacra do Funchal, como são vários paramentos litúrgicos, bordados, de oficina nacional e datáveis de finais do século XVII (MASF15; MASF16, 16 A a 16 C); no Museu Quinta das Cruzes, uma cadeira de braços, de madeira de mogno, entalhada, do século XVIII (MQC1033); um brasão de armas de fé, executado em madeira entalhada, dos séculos XVII-XVIII (MQC237), um armário louceiro, “caixa de açúcar”, em madeiras exóticas MQC1163); e no mosteiro das irmãs clarissas de Santo António, várias obras de pintura e imaginária. Estas peças ornavam as celas, onde as freiras tinham oratórios, imagens, pinturas, lâminas (gravuras), etc, e da igreja, que além do altar-mor, tinha pelo menos dois altares, de S. Lúcio e de S.<sup>to</sup> António, nos quais estavam várias pinturas e esculturas, havendo, ainda, referência a um sacrário de madeira dourada e a um medalhão pintado no tecto. Eduardo Pereira informa que para «o cenóbio da Caldeira, em Câmara de Lobos, foi transferida, em 1940, uma cruz de madeira com mais de 1 m de alto e tendo a imagem de Jesus crucificado em pintura policromada, admiravelmente executada. Esta peça de arte pertenceu ao Extinto Convento das Mercês ou das Capuchinhas ...»<sup>55</sup>.

Comparado com o Convento de Santa Clara, o Convento das Mercês era significativamente mais pobre, pois não tinha obtido autorização de possuir propriedades, como o seu congénere, vivendo de esmolas da coroa e dos cristãos fiéis, que respondiam ao peditério das capuchas. No primeiro quartel do século XIX, Paulo Dias de Almeida afirmava que o convento vivia de esmolas e não tinha rendimento algum<sup>56</sup>.

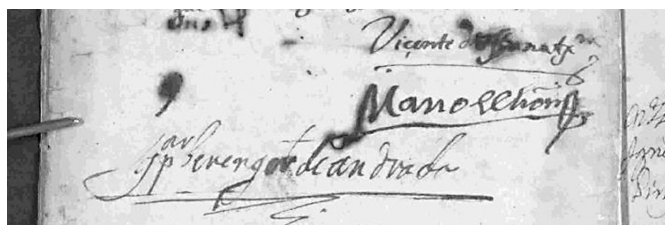
Através de um desenho de autoria de Joaquim António de Carvalho, da antiga Direcção das Obras Públicas do Distrito do Funchal, que representa a planta do Convento das Mercês à escala de 1/200, com a data de 11 de Setembro de 1895, podemos ver a sua volumetria e implantação numa área de cerca de mil e trezentos metros quadrados, contando com o edifício do convento, cerca, com hortas e jardins, e a capela de S. Vicente Ferrer, de construção já setecentista. No pavimento térreo estavam ainda a cozinha, casa da farinha, cinco lojas, onde era

<sup>55</sup> PEREIRA, Eduardo, 1989, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, 4.ª edição, Funchal, CMF, p. 705.

<sup>56</sup> CARITA, Rui, 1982, *Paulo Dias de Almeida e a descrição da Madeira (1817/1827)*, Funchal, DRAC.

guardada a giesta, lenha, cera, despensa, quarto escuro, sala das hóstias, cozinha, refeitório, casa da pastagem, quarto da abadessa, duas casas da roda e claustro, com dois jardins e seus respectivos tanques de água, que media oitenta metros quadrados, destacando-se a igreja com coro, torre, sacristia, adro. Segundo Fernando Augusto da Silva, na «sua arquitectura, nas suas proporções e nas suas decorações interiores não passou nunca duma pequena e modesta igreja»<sup>57</sup>, mas a volumetria ocupada no conjunto é significativa. No 1.º piso estão assinaladas vinte e nove celas, as *necessárias* (latrinas), cozinha, casa das noviças, cárcere e dois parlatórios, e no 2.º piso várias enfermarias, cozinha, um altar, casa do guarda-roupa e casa do recreio. O convento era abastecido de água pela levada dos Moinhos como se vê no desenho<sup>58</sup>.

O Convento das Mercês foi extinto em 1834, aquando da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, no entanto, foi preciso esperar até 1895, falecimento da última freira, madre Ana Joaquina das Mercês. A partir de 1910, com a implantação da República Portuguesa, foi oficialmente extinto, ficando ao abandono, até à sua total demolição.



01

Assinatura do capitão Gaspar Berenguer de Andrade

Testemunha de casamento, 1632

ABM, *Registo de Casamentos da Calheta* (1611-1655), L.º 3, fl. 60.

<sup>57</sup> SILVA, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal...*, p.330.

<sup>58</sup> ANTT, *Convento das Mercês do Funchal – Inventário – 1862*, Capilha 1, cx. 2076., IV/B/49/1.

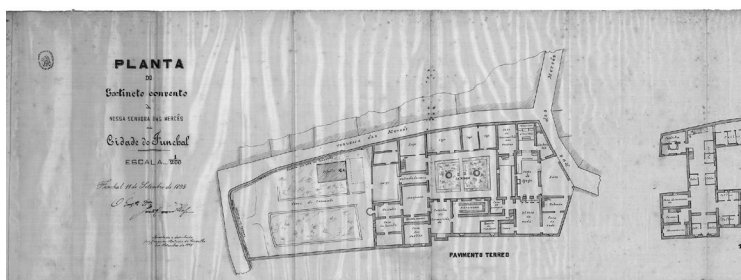


02

Convento de Nossa Senhora das Mercês (em primeiro plano)

Aguarela. Séc. XIX

Publicado em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento\\_das\\_Merc%C3%AAs\\_\(Funchal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_das_Merc%C3%AAs_(Funchal))



03

Planta do Convento de Nossa Senhora das Mercês (pavimento térreo).

Desenho de Joaquim António de Carvalho,

Direcção das Obras Públicas do Distrito do Funchal.

11 de Setembro de 1895

ANTT, *Convento de Nossa Senhora das Mercês*, cx. 2076.



04

Interior da igreja do Convento de Nossa Senhora das Mercês.

Joaquim Augusto de Sousa.1905

Cx. 38, n.º 13

N.º de inventário

JAS/748

Museu de Fotografia da Madeira-Atelier Vicente's, em depósito no ABM.

Cx. 38, N.º. 13, N.º de Inventário JAS/748



05 | 06 | 07

Ruínas do Convento  
de Nossa Senhora  
das Mercês

Fotografia:

Rui Camacho. DRAC.

Anos 70/80 do séc. XX

## FONTES MANUSCRITAS

- ABM, Calheta, *Baptismos: 1594-1615*, L.º 511, fl. 72 v.º.
- ABM, Calheta, *Baptismos: 1598 – 1611*, fls. 115-136.
- ABM, Calheta, *Casamentos: 1611-1678*, fls. 74, 75v.º, 99 v.º, 100 v.º e 103 (mf. n.º. 30).
- ABM, [Castelo Branco], *Genealogias de famílias madeirenses*, L.º 2, ms.
- ABM, *Registos Paroquiais – Casamentos*, L.º 1045, fl. 141v.º.
- ABM, CMF, *Vereações*, L.º.1329 (1641-1642), mf. 1876, fl. 4.
- ABM, *Doação de D. Maria Pereira de Fonseca, viúva do Capitão Belchior de França Andrade, a sua filha e genro, Gaspar Berenguer de Andrade*, Documentos Avulso, Notários, cx.5, n.º. 644.
- ABM, *Dote de Maria Pereira de Fonseca e de Belchior de França Andrade*, cx. 5, n.º. 642.
- ABM, *Governo Civil*, L.º 268, fls. 60-90.
- ABM, Família Lomelino, *Gaspar Berenguer de Andrada: notas biográficas*, ms., cx. Única, Doc. Avuslo (apontamentos manuscritos de Nuno Lomelino da Câmara, 1947).
- ABM, JRC, *Testamento de Rodrigo Ennes da Lombada*, cx. 20, n.º. 6.
- ABM, Misericórdia do Funchal, *L.º. Receita e Despesa*, n.º.1660, L.º 520, fl. 168.
- ABM, S. Pedro, *Óbitos: 1687-1714*, L.º.132, mf. 177, fl. 20v.º.
- AHDF, S. Pedro, *Confraria de Nossa Senhora da Candelária*, L.º 9.
- AHU, *Madeira e Porto Santo*, cx. 2 , doc. 264.
- ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L.º 41, fl. 141.
- ANTT, AHMF, *Convento das Mercês do Funchal – Inventário – 1862*, Capilha 1, cx. 2076.
- ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º. 4, doc. 38 – “20 de Junho de 1755 e 9 de Fevereiro de 1697 – Sentença sobre o governo do Mosteiro de Nossa Senhora das Mercês estando a Sé vacante”.
- ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, mç.º. 37, doc. 37 – “9 de Fevereiro de 1697 e 2 de Junho de 1755 – Sobre a administração do Mosteiro de Nossa Senhora das Mercês”.
- ANTT, *Justificação de Nobreza*, mç.º. 4, n.º. 3, Ano 1768, *Processo de Gaspar Berenguer César Bettencourt*, fls. 69/70 e 84/86 do L.º 1 do Cartório da Nobreza.
- ANTT, *Livr.ª. Ms., Genealogias, Beringuéis de Lemilhana*, 21.F-15, fl. 258v.º. e n.º. 652 fl. 74 v.º.

ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Gaspar*, mc. 10, doc. 202.

LEITÃO, Jacinto, “Livro de Privilegio”, in *Famílias de Portugal* (ms.), Vol. II, fl. 82 (BNP; Reservados).

### **FONTES MANUSCRITAS IMPRENSAS:**

BLUTEAU, Raphael, 1721, *Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatômico, Arquitectónico, Bélico, Botânico, Brasílico, Cômico, Critico, Químico, Dogmático...*, Vol. IV, Na officina de Pascoal da Sylva Impressor de Sua Majestade.

FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra: História das Ilhas do Porto Santo,*

*Madeira e Selvagens*, Manuscrito do Século XVI anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo (XIX) e introdução de Alberto Vieira (XX), *Fac-Símile* da edição de 1873, Funchal, CMF-Funchal 500 Anos, 2007.

NORONHA, Henrique Henriques de, 1722, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, SRTC/CEHA, 1996.

NORONHA, Henrique Henriques de, 1700, *Nobiliario Genealogico das Familias que passarão a viver a esta Ilha d’a Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*. Dividido em 3 Tomos que compreendem as letras d’o alfabeto desde o – A – até o – V – , e no ultimo se lançarão as adições que accrescem a cada um dos Títulos. Anno: 1700. Mandou-o copiar em 1844 a Camara de Funchal, e depositar na Bibliotheca Municipal (do Funchal). Recopiado, directamente do original (que existe na Biblioteca Municipal do Funchal) por João José Maria Rodrigues de Oliveira, médico (...). Recopiado em o anno de 1947.

### **BIBLIOGRAFIA**

AA.VV., 2004, *A Madeira e o Brasil – Colectânea de Estudos*, Funchal, SRTC/CEHA.

CARITA, Rui, 1992, *História da Madeira (1600-1700): As Dinastias Habsburgo e Bragança*, Funchal, SREJE.

CARITA, Rui, 1987, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal – Descrição e Inventários*, Vol. II, Funchal, GRM/SRE.

CLODE, Luiz Peter, 1952, *Registo Genealógico das famílias que passaram à Madeira*, Funchal, Tip. Comercial, p. 47.

- CLODE, Luiza (coord.), 2002, *Jesus Cristo: Ontem, Hoje e Sempre*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal, p. 44.
- COSTA, José Pereira da, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, Século XV*, Funchal, SRTC/CEHA, pp. 392 e 393.
- FONTOURA, Otilia Rodrigues, 2000, OSC., *As Clarissas na Madeira – Uma presença de 500 anos*, Funchal, CEHA / SRTC.
- GONÇALVES, Ernesto, 1965, «Os madeirenses na Restauração de Portugal», in *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VI, n.º. 35, Funchal, SCM, pp. 1-11.
- GONÇALVES, Ernesto, 1992, *Portugal e a Ilha*, Colectânea de Estudos Históricos e Literários, Funchal, SRTC/CEHA.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1942, *Gentes das Ilhas na Guerra da Restauração*, Lisboa, Anais da Academia Portuguesa de História, 1ª. Série, vol. VII, pp. 427-458.
- PEREIRA, Eduardo, 1989, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, 4.ª edição, Funchal, CME.
- SARMENTO, Artur, 1953, *As Freguesias da Madeira*, 2ª. Ed., Funchal, JGDAM.
- SARMENTO, Artur, 1958, «O fundador do Convento das Mercês», in *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. X, Funchal, SCM, pp. 19-20.
- SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos, 1999, *Os madeirenses na colonização do Brasil*, Funchal, SRTC/CEHA.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal, Tipografia “O Jornal”, p.180.
- SILVA, Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, Vol. I, Funchal (Fac-Simele da Ed. de 1940-1946, Funchal, JGDAM), SRTC/DRAC, pp. 137 e 189-191.
- SILVEIRA, Enzo da, 1956, *A Ilha da Madeira nos destinos do Brasil e de Portugal*, Funchal, Ed. JGDAF.
- SILVA, José Manuel Azevedo e, 1995, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (Séculos XV a XVII)*, Vol. I, Funchal, SRTC/CEHA.
- RODRIGUES, Rita, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750: A eficácia da imagem*, Funchal, UMa (tese de doutoramento, policopiado).
- RODRIGUES, Rita, 2010, «Manuel Pereira, entalhador e imaginário madeirense do século XVII, e os circuitos de divulgação de modelos para as periferias», in *Anuário do*

*Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº. 2, Funchal, SREC/CEHA, pp. 229-337 (disponível em CD-ROM).

RODRIGUES, Rita, 2000, *Martim Conrado, “Insigne Pintor estrangeiro” – Um pintor do século XVII na Ilha da Madeira*, Funchal, UMa (tese de mestrado, policopiado).

TRINDADE, Cristina, 2016, «clero e conflito», in *DEM – Aprender Madeira*.

TRINDADE, Cristina, 2016, «elites madeirenses e a sua reprodução», in *DEM – Aprender Madeira*.

VAZ, Fernando Menezes, 1964, *Famílias da Madeira e Porto Santo*, Funchal, JGDAF. VAZ, Fernando Menezes, 1952, «Genealogias: Berengueres», in *Das Artes e da História da Madeira*, nº. 11, Funchal, SCM, pp. 35-49.

VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, SRTC/DRAC.

VIEIRA, Alberto, 2004, «Da Madeira ao Brasil – Um percurso de ida e volta», in *A Madeira e o Brasil – Colectânea de Estudos*, SRTC/CEHA, pp. 7-64.

VIEIRA, Alberto, 1991, *Os escravos no Arquipélago da Madeira – Séculos XV a XVII*, Funchal, SRTCE/CEHA, 1991.

## SIGLAS

ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

AHMF – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico

DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais

GC – Governo Civil

GRM – Governo Regional da Madeira

JGDAF – Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal

SCM – Sociedade de Concertos da Madeira

SRE – Secretaria Regional da Educação

SRTC – Secretaria Regional de Turismo e Cultura

SRTCE – Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração

SREJE – Secretaria Regional da Educação Juventude e Emprego



## ISLAS AFRICANAS EN EL ESPACIO ULTRAMARINO IBÉRICO (1450-1837): ARTE, HISTORIA Y PATRIMONIO

JUAN MANUEL SANTANA-PÉREZ

Universidad de Las Palmas de Gran Canaria

juanmanuel.santana@ulpgc.es<sup>1</sup>

Hay libros que se refieren al océano Atlántico durante el antiguo régimen como dos riberas separadas por un desierto, pero no han tenido en cuenta que las Islas son oasis en ese desierto y han sido poco tenidas en cuenta en ese papel.

Entendemos que el concepto *Atlántico Medio* incluye los archipiélagos oceánicos, no sólo las islas propiamente dichas, en su estricto sentido geográfico. Son los casos de Madeira, Canarias, Cabo Verde, São Tomé y Príncipe, así como las islas guineanas de Bioko, Corisco y Annobón y todo el Caribe.

También, el concepto *Atlántico Medio* puede entenderse como lugar de paso y de viraje hacia el Pacífico y el Índico: si en África y el Caribe la expansión ibérica se enfrentó violentamente a sociedades no basadas en la escritura, con menor tecnología, objeto de depredación, en el Índico el impacto fue menor e incapaz de desarticular las organizaciones locales, a pesar de la utilización sistemática de métodos represivos. Atlántico, Índico y Pacífico son tres realidades que configuraron un espacio comercial de aspiración mundial, más allá de una simple expansión del poder político de los Estados ibéricos. En este contexto, la función de las islas fue estratégica para ambos objetivos. Desde el siglo XVI también van a tratar de instalarse en algunas de estas islas Inglaterra, Francia y Holanda.

Hay que considerar que hubo sendas extensiones al Océano Índico y al Océano Pacífico, en un movimiento similar al que fue en su momento el proceso

---

<sup>1</sup> Proyecto PID2020-115792GB DEFENSA Y FORTIFICACIONES EN LAS ISLAS DEL ATLANTICO MEDIO DURANTE EL LARGO SIGLO XVIII, financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España.

de colonización. Portugal y España tuvieron un papel determinante en lo que es hoy día el mapa cultural de estos espacios insulares.

Dados los trayectos de constitución de mundos coloniales en las islas, es importante analizar los habitantes, los trasladados (y con las condiciones de traslado, de ubicación en una escala social que se fue estableciendo de manera clara), etc.

Desde esas áreas insulares en ocasiones se ha abusado de hablar de un presunto aislamiento, que en muchas ocasiones aparece en las fuentes documentales, pero gran parte de esos discursos victimistas persiguen obtener recursos preferenciales de los órganos de poder continentales. En otras ocasiones podemos apreciar un cierto miedo al confrontamiento con el otro y dificultades en aceptar una visión más global. Esto es una falencia que hemos localizado en buena parte de las historiografías insulares.

La ubicación ha sido determinante en la conformación de las sociedades isleñas y en el desarrollo de sus estructuras económicas, el hecho de pertenecer a alguna Corona europea hizo que tuviesen una evolución diferente, una cultura y modo de vida más acorde con la Europa meridional, y la lejanía de la Península Ibérica hicieron de ellas unas formaciones sociales semiperiféricas.

El tema de la isla se ha convertido en una emergencia académica en las últimas décadas. Tras un silencio u omisión de siglos, hemos empezado a ver que había territorios con gran importancia que no habían sido tenidos en cuenta: hoy en día, 730 millones de personas viven en áreas insulares, en torno al 11 % de la población mundial<sup>2</sup>, las islas suponen el 1,86 % de la superficie terrestre. Actualmente, las ínsulas, como objeto de estudio, tienen un reconocimiento amplio y creciente.

La isla es una realidad física, pero como casi todos los conceptos, se refiere a un hecho que se trata de objetivar, que se hace históricamente. Por esta razón, son muy pertinentes las reflexiones desde la ciencia histórica sobre cómo han ido evolucionando los estudios sobre estos espacios fragmentados. Debemos hacer un análisis que combine adecuadamente las variables tiempo y espacio, las dos principales para la ciencia histórica que ahora empieza a tener en cuenta a las islas como sujeto que relaciona dinámicas sociales.

---

<sup>2</sup> RODRÍGUEZ DÍAS, 2015.

Incluso se ha propuesto una nueva rama del saber: la nesología, una ciencia de islas<sup>3</sup>, que tiene que ver con todo lo relacionado con las islas desde cualquier punto de vista: mito, historia, literatura, arte, música, filosofía, geografía, psicología... Sin embargo, Godfrey Baldacchino nos advierte que el consenso emergente es que los estudios insulares no deben verse necesariamente como una disciplina, y, tal vez, ni siquiera como una disciplina en espera. Tampoco precisa una metodología distinta. Es un enfoque primario, inter, o incluso transdisciplinario de investigación crítica y erudición. La adopción de estos estudios como foco de investigación se extiende más allá de los campos convencionales, puede ser una fuerza poderosa hacia una mejor comprensión del mundo y el fomento del conocimiento. Los estudios insulares no deberían centrarse solo en islas mismas, sino también en relaciones entre islas y tierra firme<sup>4</sup>, no son elementos periféricos pasivos, sino parte activa del conjunto general.

Creemos que se debe tratar de analizar la isla con la vieja propuesta historiográfica del paradigma de *Annales*, es decir, *l'histoire a part entière* que mencionaba Lucien Febvre, que ha sido traducida en ocasiones como historia total y que nosotros preferimos interpretar como historia integral<sup>5</sup>.

Debemos poner en valor la perspectiva insular del mundo y evitar prejuicios continentales, es necesaria una historia global que focalice y saque de la marginación de las pretendidas historias generales a las comunidades isleñas. Las islas son lugares distintos a los territorios continentales e históricamente han tenido rasgos marcados por esa insularidad, por eso, en ocasiones, requieren interpretaciones diferentes, como sujetos y objetos de la investigación dentro de los procesos históricos generales.

El efecto opuesto es que en las islas se han hecho interpretaciones que revelan impresiones injustificadas de inferioridad, aislamiento o perifericidad. Esto ha llevado a desarrollar sentimientos de orgullo y de creerse los únicos en el universo, lo que contrasta con investigaciones empíricas sobre fuentes primarias, pero esas ideas han sido extendidas en diversos sectores sociales, convertidas en instrumento, utilizado por políticas nacionalistas y llamadas a identidades genéticas que persisten, en algunos casos en la historiografía hasta el siglo XXI.

---

<sup>3</sup> McCALL fue de los primeros que definió este concepto 1994, 1-14 y aclaró dos años más tarde, 1996: 74-85.

<sup>4</sup> BALDACCHINO, 2016: 9-10.

<sup>5</sup> Idea que hemos expuesto en SANTANA, Juan M., 2013: 72.

Debemos estar precavidos de no caer en un «egoisleñismo», esto es, pensar que la isla es el centro del mundo y que el análisis no va más allá de lo que puede abarcar la vista desde el pico más alto, es decir, el mundo allende los mares.

Los discursos dominantes han puesto el foco en la accesibilidad de estos territorios, transmitiendo la idea de que las regiones insulares son “por naturaleza” inherentemente periféricas y aisladas. Estadísticamente las islas son más propensas a sufrir adversidades climáticas. Sin embargo, en los últimos años, bajo influencia de los estudios poscoloniales, algunos autores han comenzado a cuestionar la verdad de estas “certezas”, e incluso su amabilidad y utilidad para las regiones insulares<sup>6</sup>.

La historia global de las interacciones, conexiones, circulaciones y conflictos tiene que pasar, obligatoriamente, por la historia marítima y las ínsulas que existen en su interior. El océano condiciona la vida isleña, es omnipresente, aunque algunas de sus sociedades en el planeta han vivido de espaldas al mar. Paradójicamente, el océano es causa de aislamiento y de integración, imposibilita el contacto por tierra, pero abre un camino navegable que las une con el mundo exterior. Además de los territorios, hay que pensar en los «maritorios», desde el pasado los navegantes tenían que conocer y saber «leer» el mar. Las historias isleñas son parte de la historia marítima y de la historia global, pero no deben ser tratadas como extrañas anécdotas en medio de los océanos, sino que hay que entenderlas como anclaje, como puestos comerciales, analizando las economías insulares y lo que esos territorios significaron para el poder marítimo y para el poder imperial proyectado hacia los continentes<sup>7</sup>.

El carácter insular nos une con otras islas del planeta, pero no todas son iguales, dependen de diversas circunstancias o, al menos, de cómo hayan vivido esa característica. En este caso, tratamos islas alejadas, con una distancia al continente más próximo suficiente como para que el contacto haya sido dificultoso, porque no pueden verse desde el continente más cercano.

La Geografía brinda definiciones generales sobre el concepto, pero es inexacta a la hora de establecer límites entre islas, islotes o cayos. Algunos de estos últimos son más extensos que algunas islas<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> HENRIQUES, 2009: 16.

<sup>7</sup> SICKING, 2014: 490-492.

<sup>8</sup> RODRÍGUEZ, 2015: 1-2.

Nosotros vamos a distinguir islas en función de sus tamaños, una isla muy grande son fragmentos continentales o micro-continetes, eso hace que pueda tener un mundo interior con menos necesidades de ser extrovertida<sup>9</sup> o tan ínfima que pueda desestimar su poblamiento. Además, no han funcionado igual en un océano u otro, en este sentido, el contexto histórico y el papel en la división internacional del trabajo es determinante.

Desde la Antigüedad se establece una relación entre océano y desierto que incluso está en la Biblia. Pero desde la Plena Edad Media el desierto insular atlántico será buscado por monjes celtas y nórdicos que escribieron un gran capítulo de la antropología histórica del desierto marítimo y de los desiertos oceánicos<sup>10</sup>.

Los océanos durante el Antiguo Régimen han sido considerados como dos riberas separadas por un desierto, en ocasiones se expresaban así en las fuentes, pero no se ha tenido en cuenta que las Islas fueron oasis en ese desierto, sin embargo, la mayor parte de la historiografía las ha tenido poco valoradas en ese papel.

Braudel señalaba, con acierto, que las islas unían partes continentales y muchas veces estaban menos aisladas que algunas regiones continentales que quedaban en zonas montañosas o de difícil acceso<sup>11</sup>, generalmente el aislamiento era más sociocultural y psicológico que geográfico.

Históricamente ha habido múltiples referencias a las islas, no solo las reales, el sueño insular encerró un extraordinario potencial de energía que guió a la cultura europea en esa expansión marítima, con la imaginación y los espejismos, la riqueza atlántica parecía infinita y estimulaba los descubrimientos y la ocupación<sup>12</sup>. La ínsula es un universo simbólico propio, como ha afirmado Deleuze «la geografía y la imaginación formaron una unidad»<sup>13</sup>.

La mayor parte de las proposiciones y estudios sobre islas ha sido desarrollada desde el punto de vista del observador (etic), a menudo para mantener algún debate filosófico como reflexionar acerca de si la humanidad está preparada para

---

<sup>9</sup> Aunque Norman Davis describe toda la historia de Gran Bretaña como una historia insular, en diez capítulos que abarcan más de dos mil años desde la prehistoria hasta el desmantelamiento del imperio británico. DAVIES, 1999.

<sup>10</sup> LE GOFF, 1985: 29.

<sup>11</sup> BRAUDEL, 1949.

<sup>12</sup> MOLLAT DU JOURDIN, Michel: *Europa y el mar*. Barcelona, Crítica, 1993, pp. 121-122.

<sup>13</sup> DELEUZE, 2009: 206.

una vida cooperativa. En este sentido, eran el lugar donde sus pobladores estaban en estado de naturaleza, es decir, en estado adánico, invención hipotética usada en los siglos XVII y XVIII por pensadores como Locke o Rousseau para anclar su moral y su filosofía política<sup>14</sup>.

El mar Mediterráneo era un espacio domesticado, mientras que el océano Atlántico era designado el «Mar tenebroso». En el contexto de la expansión oceánica fue un momento importante 1434, cuando por primera vez los portugueses navegan el litoral africano más allá del Cabo Bojador que durante mucho tiempo había sido el límite físico hacia el sur y había constituido una barrera psicológica para los marinos.

Además, hacia 1440 o 1441 la carabela se ha perfeccionado y comienza a ser empleada en la navegación del litoral africano. De esta forma ya se dispone del primer tipo de buque apto para la larga distancia oceánica, al tiempo que se inicia una masiva trata de negros.

Otro hito más destacado en esa expansión atlántica que creemos que no ha sido suficientemente ponderado, es cuando hacia 1475 los portugueses descubren y comienzan a navegar la *Volta Da Mina* o “ruta de regreso a la Península Ibérica”, desde el Golfo de Guinea. Había que separarse de la costa africana y navegar con auxilio de la brújula hacia el sur, coger los alisios y la corriente ecuatorial y poner luego rumbo hacia el oeste hasta alcanzar la latitud de las Azores, desde donde los vientos soplaban ya a Portugal, de este modo, Cabo Verde quedaba en el camino.

Aparte de las dimensiones, debemos diferenciar dos tipos de islas desde el punto de vista geológico y geográfico: por un lado, las islas continentales, que están muy cerca de tierra firme (como decían en el Antiguo Régimen), son fragmentos continentales, por otro, las islas oceánicas que se han originado a partir de formaciones corales o, como las de nuestro objeto de estudio, han surgido por medio de profundas erupciones submarinas hasta emerger por encima del mar.

David Armitage sostiene que el Océano Atlántico fue un invento europeo, resultado de distintas oleadas de navegación, exploración, colonización, administración e imaginación. Los europeos conectaron por primera vez sus cuatro

---

<sup>14</sup> COHEN, 2017: 4.

orillas en una sola entidad, en cuanto sistema y en cuanto representación de una realidad natural diferenciada<sup>15</sup>.

Las islas se descubrieron y se dieron a descubrir por los europeos en su envoltura insular dentro del Atlántico. Tuvieron un papel relevante en el juego de relaciones históricas del océano, merecen por derecho propio un lugar en la historia atlántica.

La expansión europea buscaba el origen de las fuentes de mercancías que enriquecieran a los monarcas y a las familias europeas más influyentes. Para Portugal se hizo necesario un plan de acción que implicaba una política que pudiese garantizar apoyo logístico y humano a lo largo de todo el trayecto navegado que fuese el espacio marítimo de la Corona. La construcción y mantenimiento de un imperio marítimo dependía, en última instancia, del dominio de territorios insulares, dadas las múltiples ventajas que estas tierras ofrecían, sobre todo, en materia de seguridad, defensa y soporte inherente a las embarcaciones<sup>16</sup>.

Creemos que en el océano Atlántico hay varias realidades, el Atlántico Norte y el Sur, podemos hablar de un Atlántico Medio, en torno a unos 33 grados de latitud, que abarcaría un tercio en el norte y otro en el sur. En ese Atlántico Medio era donde se unían las rutas entre América, Europa y África. Entendemos que el concepto *Atlántico Medio* incluye los archipiélagos oceánicos, no sólo las islas propiamente dichas, en su estricto sentido geográfico. Son los casos de Madeira, Islas Salvajes, Canarias, Cabo Verde, archipiélago de Bijagos, São Tomé y Príncipe, las islas guineanas de Bioko (antigua Fernando Poo), Corisco, las Elobey, Annobón, Santa Elena y Ascensión y toda el área caribeña en la otra orilla<sup>17</sup>. En la vertebración del mundo atlántico estas islas fueron plataformas determinantes.

Nuestro objeto de estudio empírico lo hemos realizados únicamente con las islas africanas, es decir, las geográficas y geológicamente africanas, por eso dejamos fuera el archipiélago de Azores.

Un archipiélago lo forman dos o más islas cercanas, pero también tiene un carácter histórico, hoy vemos el mapa con una mirada condicionada por la evolución temporal. La palabra archipiélago viene del griego, significa “mar

---

<sup>15</sup> ARMITAGE, 2004: 8.

<sup>16</sup> MARTINS y DA MATA, 1995: 195.

<sup>17</sup> Nosotros hemos venido trabajando sobre esta idea de islas del Atlántico Medio SANTANA, Juan M., 2018: 634-648.

principal” que se refería al Egeo. La separación o unificación de esas peñas en el océano se debe a cómo se fueron configurando en el devenir, no responden a una mirada objetiva, podía haber sido una misma región o dos o tres, incluso un mismo archipiélago, porque las distancias son relativas; hay archipiélagos en el planeta que abarcan una superficie mayor en unos océanos que en otros, pensemos la variedad de situaciones que se fueron conformando en el océano Pacífico.

Muchos isleños y continentales no nos hemos detenido en calcular bien las distancias entre islas: entre Tenerife y Madeira hay 468 km, mientras que desde Lanzarote a El Hierro hay 766 km. Si tomamos el mapa de norte a sur en este caso, en lugar de observarlo de oeste a este, modificaría el sentido regional. Las Islas Salvajes, tres islas principales y varios islotes, de soberanía portuguesa, están únicamente a 165 km de Canarias y a 311 km de Madeira, se considera un archipiélago en sí mismo, está deshabitado, es de soberanía portuguesa, aunque en litigio con España desde principios del siglo XX, dichas islas fueron conocidas desde el siglo XIV, dado que aparecen en cartografías de esa época y desde el siglo XV llegaron los marinos de Enrique el Navegante. Manuel Henrique Teixeira fue el propietario de esas islas hasta 1717 en que las donó a su sobrina Filipa Cabral de Vasconcelos y en 1768 el capitán Blas Constantino Cabral de Noronha tenía el vínculo y la posesión de dichas islas<sup>18</sup>. Los portugueses las utilizaban para proveerse de orquilla, también visitada por castellanos en esa centuria mientras estaban involucrados en la conquista de Canarias, incluso geológicamente pertenece a la misma región. Estos datos, nos pueden llevar a cuestionar incluso la noción de archipiélago.

Las islas tienen una realidad diversa, en el caso de Madeira y Canarias aprovecharon su enclave en la ruta de los vientos alisios que desembocaban en las Antillas, por eso estuvieron volcadas hacia el Atlántico, mientras que Cabo Verde y las islas del golfo de Guinea tuvieron mayores contactos con el continente africano, fueron transformadas en almacén comercial, propiedad de países del norte del Atlántico<sup>19</sup>. São Tomé, por su posición geoméricamente intermedia, podía ser una escala fundamental en el abastecimiento y manutención de embarcaciones

---

<sup>18</sup> NEVES, 1991: 104.

<sup>19</sup> BOXER, 2016.

que se dirigían o regresaban del cabo de Buena Esperanza y la ruta índica hacia las especias, asimismo, servía de apoyo a la retaguardia de la factoría de San Jorge de la Mina, en la Costa de Oro<sup>20</sup>, la más importante de esta zona.

Dejaremos fuera de nuestro objeto de análisis a la actual Bioko, antiguamente Fernando Poo, por su proximidad al continente, solo 37 km, también Corisco, ubicada a 29 Km al suroeste del estuario del Río Muni, más cercana aún están las Elobey (Elobey Chico en el mismo estuario y Elobey Grande a menos de 15 km), lo mismo que el archipiélago de Bijagos, porque la isla más próxima, Bolama, está a menos de un kilómetro de tierra firme y luego se extiende por dieciocho islas principales, aunque son 88 en total, con una separación máxima de 48 km de Guinea Bissau, igualmente Gorée en Senegal a 3 km o Arguin, a solo 12 km de la actual Mauritania, por la misma razón no han desarrollado un papel semejante al resto de islas oceánicas, la referencia que consideramos es que se encuentren aproximadamente a una distancia no inferior a 90 km del continente, que no se pueda otear desde las dos orillas.

Ascensión a más de 2.000 km, en medio del Atlántico, pertenece a la placa sudamericana y su propia extensión, hace que no guarde características similares con las islas señaladas y quedará fuera de nuestro análisis, aunque fue descubierta en el mismo contexto que las otras. Del mismo modo, otras islas del Atlántico sur también quedarán exentas de nuestro objeto de estudio por considerarlas americanas.

## **EXPLICAR LA NUEVA REALIDAD MODERNA**

El Atlántico Medio es una vasta región acuática que representa un lugar de tránsito hacia los océanos Índico y Pacífico. La expansión ibérica chocó violentamente en África con sociedades no letradas y con un desarrollo tecnológico distinto, implicando prácticas predatorias. Pero en el Índico el impacto fue menor e incapaz de dismantelar organizaciones locales, a pesar del uso sistemático de métodos represivos. Fue así que el Atlántico, el Índico y el Pacífico se constituyeron en tres realidades que formaron el espacio comercial en búsqueda de un crecimiento mundial. Esto va más allá de la extensión política de los Estados ibéricos.

---

<sup>20</sup> CALDEIRA, 2013: 26.

Desde el siglo XVI, Inglaterra, Francia y Holanda intentaron colonizar algunas de estas islas. Tendremos que considerar que existieron dos expansiones separadas en los océanos Índico y Pacífico, similar al coetáneo proceso de colonización atlántica.

La política atlántica portuguesa se fue haciendo a partir de un ámbito de expansión por las islas africanas. Desde el plano económico fueron “islas del azúcar”, igual que Canarias en el siglo XVI y las Antillas, más tarde Madeira y Canarias pasaron por el ciclo del vino. En menor medida fueron escalas y almacenes para el tráfico esclavista. Además, Madeira, Cabo Verde y Santa Elena fueron plataformas obligadas en el retorno a Europa huyendo de los alisios de proa<sup>21</sup>.

Portugal y España tuvieron un papel importante en el que constituye el mapa cultural actual de estas islas atlánticas africanas. Estos territorios guardaban multitud de características comunes en vísperas de sus respectivas conquistas, punto de partida semejante que se fue modificando paulatinamente conforme avanza el siglo XVI y sobre todo el XVII, lo que dará lugar a formas diferentes en la estructura política, social y económica. Para hacer historia de una isla o un archipiélago hay que saber qué ocurría en las otras ínsulas de este marco oceánico.

Pero las islas como etapas sucesivas de la colonización trasatlántica no son un fenómeno exclusivamente ibérico, lo mismo ocurrió en el Atlántico norte entre Europa y Norteamérica, por medio de Inglaterra, Irlanda e Islandia.

El declive de los reinos ibéricos a fines del Antiguo Régimen les llevó a centrarse en su carácter insular, una vez que sus posesiones quedaron limitadas a algunas islas en los océanos Atlántico, Pacífico y el Caribe.

La definición de los espacios políticos en el Atlántico se hizo primero de acuerdo a los paralelos y con los avances en el conocimiento occidental pasó a delimitarse por meridianos. El astrolabio que era conocido por los árabes permitía conocer la latitud en esas primeras navegaciones oceánicas, pero la longitud debió esperar hasta el siglo XVIII.

La expresión real resultaba de una coyuntura favorable y del acatamiento por los demás Estados europeos. Pero el océano y las tierras circundantes podían ser subdivididas en nuevos espacios, de acuerdo a su protagonismo económico. La

---

<sup>21</sup> MARTÍNEZ SHAW, 2011: 826.

repartición no fue resultado de un pacto sino de la confluencia de las potencialidades económicas de cada área en disputa, donde tienen un papel relevante las condiciones internas y externas. Las primeras resultado de factores geoclimáticos y las segundas de los vectores definidos por la economía europea<sup>22</sup>.

Dado los trayectos de constitución de mundos coloniales en las islas, es importante analizar habitantes, movimientos (con las condiciones de traslado, de ubicación en una escala social que se fue estableciendo de manera clara), dinámica social, etc.

Los primeros en interesarse por las islas fueron viajeros, ilustrados y naturalistas decimonónicos que las convirtieron en el campo de estudio donde hallar un mundo menos antropizado. En este sentido, hicieron de laboratorios para las ciencias naturales, sobre todo, para británicos, franceses y alemanes, entre ellos el más famoso, Alexander von Humbolt, que denominó a estos archipiélagos “islas fluctuantes”. Vemos trabajos de botánica, zoología, geografía, geología... aparecen desde mediados del siglo XVII, con un incremento en el último tercio del XVIII y, sobre todo, en el XIX<sup>23</sup>.

Por otro lado, la importancia de África debe ser más destacada por la historiografía a la hora de caracterizar los inicios de la etapa Moderna. Para algunos autores, este periodo se inicia con la extensión europea atlántica, que antes de tocar tierras americanas, despierta las aventuras africanas. Así J. Parry menciona, como arranque de la Edad Moderna, la toma de Ceuta en 1415 a manos de los portugueses<sup>24</sup>, lo que Céspedes del Castillo denominó el nexo histórico entre el impulso medieval del renacimiento y el moderno de la razón ultramarina. La relación entre ambos momentos dará a los pueblos ibéricos una configuración típicamente religiosa, política y económica que no tendrán las restantes colonizaciones europeas. Sin embargo, creemos que debemos situar la expansión oceánica unos años antes, en 1402, cuando los normandos ocupan Lanzarote. Los descubrimientos de Madeira y Azores, son también hitos claves en ese amanecer del Mundo Moderno, estamos ante la europeización de los archipiélagos atlánticos africanos.

---

<sup>22</sup> VIERIA, 2015: 6.

<sup>23</sup> Para Cabo Verde tenemos un buen estudio en DOMÍNGUEZ y MORENO, 2019: 159-167. Y para Canarias contamos con la monumental obra HERRERA, 2006. Sobre los científicos alemanes en Canarias SARMIENTO, 2005: 81-97, el capítulo 2, íntegramente dedicado a Humbolt.

<sup>24</sup> PARRY, 1952.

Desde finales de la Edad Media estos territorios representaban una especie de marco cuya localización en el océano imprimía líneas de rumbo en las navegaciones. Las islas atlánticas dejan de ser límites, ya no serán esas barreras intraspasables<sup>25</sup>.

Bajo concepciones eurocéntricas, África representaba la barbarie, quedaba fuera de la civilización atlántica (identificada al principio como exclusivamente europea). El continente supuestamente se caracterizaba por su primitivismo, por vínculos atávicos, falta de vocación oceánica ¿qué podían aportar en este campo aquellos que habían sido dominados y conquistados por una civilización expansionista blanca y europea? Los africanos no habían generado imperios atlánticos como los portugueses, ingleses, españoles, franceses u holandeses y, por tanto, quedaban excluidos de la Historia Atlántica. Frente a las dictaduras africanas que empobrecían a sus habitantes, se imponía la «democracia» de la civilización occidental que generaba riqueza y que tenía vocación universalista, de extensión de estos principios básicos al resto de la Humanidad. Parecía que la civilización occidental no debía nada a la cultura africana. Esta percepción ha sido padecida por la historiografía posterior que, aunque trataba de integrar a África, lo hacía casi siempre unida a la participación europea. De hecho, son todavía muchos los trabajos, algunos de ellos de gran prestigio, en donde apenas figuran África o africanos y mucho menos desde un punto de vista endógeno, sin el condicionante europeo, en la construcción de la Historia Atlántica<sup>26</sup>.

El historiador y periodista polaco Ryszard Kapuscinski en un pequeño prólogo de *Ébano* afirmó que África es un continente demasiado heterogéneo y grande como para resumirlo en una sola palabra, “es todo un océano, un planeta aparte... Solo por una convención reduccionista, por comodidad, decimos África. En realidad, salvo por el nombre geográfico, África no existe”<sup>27</sup>. Por eso debemos ir haciendo historias de los grandes conjuntos individualizados, como hacemos en este caso con sus islas.

En cualquier caso, debemos precisar el papel que jugó el continente africano para las islas atlánticas en estas tres centurias, en relación a los contactos que mantuvo con Europa y América. El papel de África fue crucial, pero su peso fue

---

<sup>25</sup> RILEY, 1995: 27.

<sup>26</sup> SANTANA, Germán, 2014: 13.

<sup>27</sup> KAPUSCINSKI, 2004: 9.

comparativamente menor, en cuanto al comercio, y a la influencia europea y americana. Por eso creemos necesario poner en conexión este mercado con los otros dos continentes.

Los primeros intercambios con las poblaciones africanas subsaharianas se produjeron a bordo de las carabelas. En segundo lugar, fueron las islas, dado que estaban vacías, las que proporcionaban la misma seguridad, por eso fueron instaladas allí las fortalezas y las primeras factorías.

El rol de los archipiélagos atlánticos como futura plataforma de expansión hacia la conquista de África fue destacado en estos primeros momentos, finales del siglo XV y principios del siglo XVI. Sin embargo, la inicial preocupación de las potencias ibéricas por el continente africano, se fue desviando conforme avanzó la colonización de América y cuando la Corona española se inmiscuyó cada vez más en asuntos europeos. Estas injerencias terminaron por desviar totalmente la atención hispana hacia otras zonas geográficas prioritarias, sin embargo, mantuvieron siempre un valor estratégico en la política colonial y en la lucha por la hegemonía marítima.

Estaban en la periferia de los continentes, pero en el centro de los tres que baña el océano Atlántico. Quizás el principal elemento que unía a estas islas fuese que los europeos intentaron trasladar a un territorio nuevo su modelo de producción económica, con más o menos efectivos (casi siempre insuficientes), echando mano de poblaciones indígenas (donde hubo) o de esclavos traídos del continente africano.

Constituyeron un campo de alteridad, zona de contacto, transformación y transferencia de experiencias entre sus pobladores y sus visitantes<sup>28</sup>. Las islas se insertaron en un extenso entramado mercantil en el que participaron isleños y otras comunidades foráneas<sup>29</sup> que vinieron buscando penetrar en los nuevos negocios que se abrían.

Hay un conjunto de características comunes que han vivido esos archipiélagos, por el hecho de ser islas, de haber tenido una dependencia de centros ubicados a distancias considerables y por tener emplazamientos en medio de tres continentes, en torno a los que se desplazó el centro económico mundial a partir del siglo XVI,

---

<sup>28</sup> El concepto de zona de contacto lo ha desarrollado PRATT, 2010, para referirse a un ángulo de visión con propiedades opuestas de los sistemas.

<sup>29</sup> ÁLVAEZ, 2018: 33.

cuando se produjo la primera mundialización. En ocasiones se ha utilizado la metáfora del puente para referirse a estas islas que unen dos continentes, pero nosotros preferimos hablar de puertas<sup>30</sup>. Estas islas en la ruta oceánica han constituido una puerta de entrada y de salida de productos, personas, culturas e ideas, que se ha abierto o se ha cerrado, dependiendo del punto de vista que se mirase; entre los siglos de la Edad Moderna fue puerta de penetración europea en general. Debemos ser conscientes de que quienes penetraron esas puertas durante el Antiguo Régimen fueron los europeos<sup>31</sup>.

La localización fue importante en la formación social de esas islas africanas y en el desarrollo de sus estructuras económicas. La distancia a los centros de decisión política y económica fue común a todos estos archipiélagos y condicionó su historia, el hecho de pertenecer a una Corona ibérica hizo que tuviesen una evolución diferente, una cultura y modo de vida más acorde con la Europa meridional y la lejanía de la Península Ibérica hizo de ellas formaciones sociales periféricas o semiperiféricas. Debemos estudiar este fenómeno de forma transnacional y transversal a los reinos ibéricos que tuvo en las ínsulas un núcleo activo.

---

<sup>30</sup> Esta idea como concepto la hemos defendido en SANTANA Germán y SANTANA Juan M. 2002.

<sup>31</sup> UEDA, 2006: 163-175, describe esos espacios como “puentes naturales entre mundos oceánicos: 164.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis (2018), “La exogénesis de la sociedad insular macaronésica”, in ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis (dir.), *Las identidades insulares en los espacios de frontera de la monarquía hispánica*, La Laguna, Instituto de Estudios Canarios.
- ARMITAGE, David (2004), “Tres conceptos de historia atlántica”, in *Revista de Occidente*, vol. 281, pp. 7-28.
- BALDACCHINO, Godfrey (2016), “Islands, Island Studies, Island Studies Journal”, in *Island Studies Journal*, vol. Nº 1 (3-18) 2016.
- BOXER, Charles Ralph (2016), *O império marítimo português 1415-1825*, Lisboa, Ediciones 70.
- BRAUDEL, Fernand (1949), *Le Méditerranée et le monde méditerranéen*. París, Armand Colin.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel (2013), “Aprender os trópicos: Plantações e trabalho escravo na ilha de São Tomé”. in Margarida Vaz do Rego Machado; Rute Dias Gregoriano; y Susana Serpa Silva (dir.), *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*, (25-54) Ponta Delgada, CHAM, pp. 25-54.
- COHEN, Robin (2017), *Islands Societies: Protest and Cultural Resistance from Below*, Oxford, Oxford Publishing Services.
- DAVIES, Norman (1999), *The Isles: A History*, Oxford, Oxford University Press.
- DELEUZE, Gilles (2009), “Causas y razones de las islas desiertas”, in *Revista de Occidente*, vol. 343, pp. 203-211.
- DOMÍNGUEZ MUJICA, Josefina y MORENO MEDINA, Claudio (2019), “Darwin y Cabo Verde. Las expediciones científicas macaronésicas”, in Marcos Sarmiento, Rosaura Ruiz, Mari Carmen Naranjo, María José Betancor y José Alfredo Uribe (dir.) *Reflexiones sobre darwinismo desde las Islas Canarias*, Madrid, Doce Calles, pp. 155-177.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (2009), *Distância e conexão insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia*. Lisboa, IAC-Instituto Açoriano de Cultura Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- HERRERA PIQUÉ, Alfredo (2006), *Pasión y aventura en las Ciencia de las luces. T. I. Introducción a la exploración científica de las Hespérides 1700-1850*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria.
- KAPUSCINSKI, Ryszard (2004), *Ébano*. Barcelona, ABC.

- LE GOFF, Jacques (1985), “El desierto y el bosque en el Occidente medieval”, in Jacques Le Goff (dir), *Lo maravilloso y lo cotidiano en el Occidente medieval*, Barcelona, Gedisa, pp. 25-39.
- MARTÍNEZ SHAW, Carlos (2011), “La multifuncionalidad de las islas en la primera mundialización. El prestigio de las islas”, in *Anuario do Centro de Estudos de História do Atlântico*. vol. 3, pp.818-835.
- MARTINS, ALCINA Manuela de Oliveira y DA MATA, Joel Silva Ferreira (1995), “O esforço régio na colonização da ilha S. Tomé – Do foral de D. João II ao foral de D. João III”, in *Revista de Ciências Históricas*, vol. 10, pp. 195-220.
- McCALL, Grant (1994), “Nissology: the Study of Islands”, in *Journal of the Pacific Society*, vol. 17 N° 2-3, pp.1-14.
- McCALL, Grant (1996), “Clearing Confusion in a Disembedded World: The Case for Nissology”, in *Geographische Zeitschrift*, vol. 84 N° 2, pp. 74-85.
- MOLLAT DU JOURDIN, Michel (1993), *Europa y el mar*. Barcelona, Crítica.
- NEVES, Henrique Costa (1991), “Ilhas Selvagens. Da lenda ao patrimonio natural”, in *Isenha*, vol. 8, pp. 104-110.
- PARRY, John Horace (1952), *Europa y la expansión del mundo (1415-1715)*, México, Fondo de Cultura Económica.
- PRATT, Mary Louise (2010), *Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación*, México, Fondo de Cultura Económica.
- RILEY, Carlos Guilherme (1995), “As ilhas e abertura da fronteira oceânica”, in *Arquipélago, História*, 2ª Série, vol. 1/2, pp.17-31.
- RODRÍGUEZ DÍAS, Oscar (2015), *Compendio insular. Islas del mundo*. La Habana: Científico-Técnica.
- SANTANA PÉREZ, Germán (2014), “El África atlántica: la construcción de la historia atlántica desde la aportación africana”, in *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, vol. 14, pp.11-25.
- SANTANA PÉREZ, Germán y SANTANA PÉREZ, Juan Manuel (2002), *La puerta afortunada. Canarias en las relaciones hispano-africanas de los siglos XVII y XVIII*. Madrid, Las Catarata.
- SANTANA PÉREZ, Juan Manuel (2013), *La historia contrataca*. Barquisimeto: Buría.

- SANTANA PÉREZ, Juan Manuel (2018), “The African Atlantic Islands in Maritime History during Ancien Régime”, in *International Journal of Maritime History*, vol. 30, Nº 4, pp. 634-648.
- SARMIENTO PÉREZ, Marcos (2005), *Las Islas Canarias en los textos alemanes (1494-1865)*, Las Palmas de Gran Canaria, Anroart.
- SICKING, Louis (2014), “Islands and Maritime Connections, Networks and Empires, 1200-1700: Introduction”, in *International Journal of Maritime History*, vol. 26 (3), pp. 489-493.
- UEDA, Reed (2006), “Pushing the Atlantic Envelope: Interoceanic Perspectives on Atlantic History”, in Jorge Cañizares-Esguerra y Erik R. Seeman (dir.): *The Atlantic in Global History, 1500-2000*, Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, pp. 163-175.
- VIEIRA, Alberto (2015), “O arquipélago das Selvagens. Un mundo de ilhas portuguesas com histórica”, in *Anuario de Estudios Atlánticos*, vol. 61: 061-006, pp.1-14.



# **O CONSUMO DE PRODUTOS IMPORTADOS NA ILHA DO FAIAL NO SÉCULO XVIII**

## **Fontes e hipóteses de trabalho**

**TIAGO SIMÕES DA SILVA**

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
cham.tss@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Este texto insere-se num estudo em curso sobre a sociedade faialense setecentista, no qual se pretende reconstituir o possível da sua cultura material e da sua vivência quotidiana. A escassez de fontes e as limitações das existentes impedem um estudo aprofundado e sistemático, mas cremos ser exequível uma aproximação qualitativa, pelo que faremos aqui um exercício de exploração de conteúdos e eventuais metodologias.

Após um contexto sobre a cultura material moderna e o local e cronologia, reflectiremos sobre fontes e métodos possíveis, explorando depois dois documentos, ensaiando uma aproximação ao consumo quotidiano e terminando com um ponto sobre produtos excepcionais.

## **QUOTIDIANOS E CULTURA MATERIAL NA ÉPOCA MODERNA**

O estudo da cultura material e do quotidiano no período moderno tem-se desenvolvido nas últimas décadas, procurando novas fontes e abordagens para a compreensão da sociedade passada. Uma das áreas que se tem desenvolvido é a história do consumo, abordando os produtos e serviços utilizados por determinada comunidade, com relação ao desenvolvimento económico, às materialidades e

aos usos e costumes.<sup>1</sup> A abordagem a este tema pode dividir-se em duas áreas: o consumo de produtos mais comuns, focado na reconstituição do quotidiano e da cultura material,<sup>2</sup> e o consumo de bens de luxo, restrito a uma elite com posses económicas, geralmente analisado no seu contexto económico, estético ou artístico.

### A ILHA DO FAIAL

Desde os meados do século XVII o porto da Horta assumiu uma posição cimeira no contexto das ilhas açorianas, alavancada pela exportação do *Fayal wine* e da aguardente e coincidindo com a decadência do porto de Angra e a alteração das rotas comerciais atlânticas (DUNCAN, 1972; MENESES, 1993; MACHADO & COSTA, 2018). Esta realidade representou uma “internacionalização” da vila, que começou a ser frequentada por várias nacionalidades e levou à consequente frequência de estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses, alguns dos quais se fixaram, surgindo representações consulares logo em meados de Seiscentos (SILVA, 2020).

Sabemos pouco sobre o que terá sido a vivência da Horta desta época, por se terem perdido a maioria dos seus vestígios. A análise possível do que ficou, nos documentos, nos testemunhos materiais e na cultura imaterial, dá-nos à partida pouca informação, mas o seu cruzamento e sistematização permite algumas conclusões, sendo o estudo dos consumos uma das vias possíveis para os atingir.

### FONTES E MÉTODOS POSSÍVEIS

Como começámos por referir, escasseiam as fontes documentais, sobretudo regulares ou ligadas especificamente a temas de comércio, consumos ou testemunhos do quotidiano, o mesmo para os artefactos que possamos rastrear até este período e que permitam uma narrativa sólida sobre o meio que os criou ou que primeiro os usou.

Entre a documentação existente destacam-se os registos alfandegários e os livros de receitas e despesas do convento de São Francisco.

---

<sup>1</sup> Sobre o tema veja-se o trabalho pioneiro de WEATHERILL, 1988, e, entre outros, BREWER & PORTER, 1993; OVERTON, 2004; e EIBACH & LANZINGER, 2020.

<sup>2</sup> Vejam-se, como referência: BRAUDEL, 1992, e SARTI, 2011; para Portugal: OLIVAL, 2011.

Os livros de *Direitos* da Alfândega registam os despachos de produtos, divididos entre “entradas” e “saídas”, *i. e.*, importações e exportações.<sup>3</sup> Esta documentação permite-nos compreender tipologias de consumo, não registando, no entanto, todos os produtos entrados na ilha, nem garantindo que os ali arrolados fossem todos consumidos localmente.<sup>4</sup> Apesar das suas limitações, são os mais abrangentes e permitem-nos um vislumbre importante sobre o tema.

Por outro lado, os livros de contas conventuais fornecem-nos uma perspectiva concreta sobre o consumo quotidiano. Encontramos nas despesas franciscanas um retrato da vivência conventual, onde são quantificados mensalmente os gastos de pão e de vinho, de bens alimentares adquiridos numa base quase diária e ainda despesas com a aquisição de materiais e obras de manutenção, objectos de uso doméstico e, pontualmente, viagens ou transporte de mercadorias. Mesmo assim não apresentam o retrato completo dos consumos, faltando o que viesse à comunidade sem implicar um pagamento, como sejam doações, rendas ou produções próprias. Saltam à vista a falta de referências a objectos artísticos e alfaias, assim como da maioria dos bens alimentares, ficando por isso a dúvida sobre que outros bens entrariam no convento sem terem deixado registo escrito.

Para cada um destes tipos de documentos consultámos registos para vários anos das décadas de 1740 a 1770, observando que os seus conteúdos variaram pouco dentro desta cronologia. Limitados pelas condições dos documentos e pela sua acessibilidade, procedemos a uma análise detalhada de um ano em cada um. Deixando a ressalva de que são de anos diferentes, a pouca variação nos conteúdos ao longo destas décadas permite uma análise qualitativa aceitável para este exercício.

### IMPORTAÇÕES E CONSUMOS NA DOCUMENTAÇÃO

Um documento elucidativo para esta questão é um acórdão da Câmara da Horta datado de 12/11/1768, que define os produtos “apropriados” para venda em lojas de retalho e lojas de mercearia, apresentando uma estrutura panorâmica dos produtos disponíveis no mercado local e dividindo-a em duas tipologias distintas

---

<sup>3</sup> Além destes, registam-se também as arrematações dos dízimos e referências pontuais a produtos baldeados no porto.

<sup>4</sup> Tenham-se em conta as entradas e saídas de produtos dentro do circuito regional açoriano, assim como o abastecimento de navios e a venda de produtos a visitantes, como veremos.

(VIANA & COSTA, 2013: 2792-3). Nas lojas de retalho vendiam-se sobretudo materiais e objectos, como papel, metais, vidros, breu, alcatrão, sola, barbante, livros, munições, cera, loiça, garrafas ou candeeiros, mas também açúcar, chá, café e chocolate. Já as lojas de mercearia destinavam-se a produtos do quotidiano, sobretudo alimentares (azeite, bacalhau, arroz, manteiga e queijo – de fora do Reino e da terra –, especiarias e legumes), e consumíveis (linho, sabão, tinta de escrever, velas ou químicos). Esta distinção pode indicar-nos os produtos que seriam de consumo mais corrente, como legumes ou especiarias, e outros mais exclusivos, como chá, café e chocolate (sobre os quais encontramos raras referências).

Pensando apenas nos bens alimentares, saltam à vista as ausências, que são a maioria: cereais, vinho, carne, peixe, frutas e legumes... Estes produtos eram vendidos em locais próprios (o mercado, a praça e o açougue), além das vendas ambulantes. Acresce que estes são produtos de origem local, enquanto os anteriores são oriundos maioritariamente do exterior, por isso vendidos por mercadores, ligados à rede comercial externa.

Para o ano de 1762 existem dois livros de registo alfandegário, nos quais se descrevem em detalhe os produtos que pagaram direitos no seu desembarque na ilha, informando também sobre a proveniência, navio e despachante.<sup>5</sup> Num deles faz-se a descrição completa dos produtos, já no outro essa informação nem sempre é registada, o que impede uma análise completa. Não obstante, permite-nos compilar o tipo de produtos e ter uma noção de escala entre diferentes tipologias.

Os bens alimentares ocupam uma grande percentagem das entradas e podem, como veremos, ajudar-nos a perceber o destino de muitos destes produtos.

Nesta categoria encontramos, em quantidades consideráveis, arenques e bacalhau (a lastro, em quartos ou de refugo), nalguns casos entrando centenas de quilos de uma vez. De forma residual surgem juliana e “peixe de moura” [salmoura]. Também o arroz é importado em quantidades significativas.

Em menor escala queijos (flamengos e ingleses), açúcar (branco e mascavado) e mel. Em variedade surgem as especiarias: canela, noz “noscada”, cravo fino, “gemaica” [pimenta da Jamaica] e gergelim. De forma residual farinha (portuguesa

---

<sup>5</sup> BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mç. 1 (Direitos, 1762), lvs. s/ n.º (1 e 2).

e inglesa), aguardente de cana (do Brasil), carne e manteiga. De uma nau da Índia foram apreendidos diversos produtos, entre eles chá.

Saindo dos víveres, uma grande fatia das importações dizia respeito a aduelas (de pipa, de barril e de quarto) e arcos de ferro, cujas entradas ascendiam às dezenas de milhares. Para fim próximo chegaram dois alambiques, um vindo de Londres e descrito como “hu Lambique Com Seu CapaCete de Cobre (...) e Seus Canos de estanho”.

Também em grandes quantidades surge o azeite de peixe.

Os tecidos são adquiridos em variadas qualidades e feitios, geralmente em peças brutas, por vezes já como vestuário acabado. Em peças encontramos seda, linho (normal e assedado), chita, pano entrefino, canhamaço, estopa, camelão, baeta (preta, parda e de cores), sempredura, riscado, primavera de lã, lemiste, cambraia, durante, tafetá e cavalim de Hamburgo. Já o algodão vinha em caroço. De pronto-a-vestir neste ano entraram calções, camisas, barretas, chapéus, chapéus entrefinos (de homem e de menino), lenços de algodão e pares de meias de várias qualidades (de linha ordinária ou grossa; de saial; e de algodão, pintadas, brancas ou grossas). Para vestuários a fazer vieram fivelas e botões (de camisa, de casaca ou de pulso; em madrepérola, em cristal). Ainda nos tecidos, 20 serviços de toalhas e guardanapos de Hamburgo ordinários, 12 peças de guardanapos de Flandres e várias peças de panos ordinários não especificados.

Para calçado e outros fins foram descarregados meios de sola.

Para a construção chegaram tábuas, tabuões, tirantes e vergõntes de pinho; tábuas de canela; paus de armação, bandas e vergalhões de forro, barrotes, frechais, traves e varas, muitos em madeira do Brasil, assim como vidros para vidraças.<sup>6</sup> Para fins diversos registam-se as seguintes matérias-primas: ferro, aço, latão, arame, cal, salitre, verdete, alvaiade e caparrosa. Já feitos chegaram, em menor quantidade: pregos, dobradiças, fechaduras de gabinetes sem cravadores, um eixo de carro e um pau de meãos, 12 pares de cardas e munição [chumbo miúdo]. Ainda nesta categoria, destinados certamente à actividade naval, alcatrão, breu e cabos.

Para o uso corrente vieram velas e cera, esta última frequente e tomando várias qualidades (bruta, preta ou verde). Há também um registo de incenso. De

---

<sup>6</sup> Noutro ano encontraremos chumbo para vidraças – BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mç. 3, lv. s/ nº (1775), fl. 8.

vidro garrafas grandes e pequenas, copos surtidos, três pias de água benta e umas galhetas. De loiça da Holanda 80 bispotes [penicos]. Da nau onde se apreendeu chá saiu alguma loiça da Índia [porcelana chinesa], não discriminada. Já de metal contamos pratos de estanho, castiçais de ferro e latão, navalhas e talheres (conjuntos de garfo e faca).

Pontualmente encontramos resmas de papel da Holanda, livros pequenos encadernados em papel branco, um óculo e 6 dúzias de “oColos do naris”.

Por fim, quatro escravos: “um preto enfermo”, dois moleques e uma moleca.

Já as exportações resumem-se a um número reduzido de produtos: vinho (a maioria comum e/em limpo, algum passado, novo ou velho), limões, alguma aguardente e, de forma residual, paus de cedro e carne.

Vejamos agora os consumos no convento de S. Francisco.<sup>7</sup> Ao longo do ano de 1745, a generalidade das despesas com compras dizem respeito a consumíveis, sobretudo alimentares. A maioria refere-se a peixe (regra geral “pescado”, em poucos casos chicharros e cavalas escaladas) e a carne (de todos os tipos: galinhas e frangos, vaca, bois, carneiros, porcos, leitões, cabras, rezes, coelhos e um novilho). Registam-se ovos, queijos, arroz, açúcar, azeite de oliva, vinagre, graxa e sal. Com pouca expressão encontramos trigo, vinho, hortaliça, favas e junça. Isto explica-se com o facto de que o “pão” lhes advinha das rendas, legados, doações e peditórios, recebendo vinho dos peditórios no Pico e é provável que o obtivessem das suas próprias propriedades. Já frutas e produtos hortícolas, raramente referidos, teriam a mesma proveniência, além de produção no próprio convento, cuja cerca exacta desconhecemos, mas deveria ser extensa. É provável que tivessem também galinhas, como as tinham as freiras do Convento da Glória, mas não dariam vazão para o uso da carne e dos ovos para o quotidiano, alimentação dos doentes e momentos festivos. Para estes últimos temos referência de compras especiais de leitões e galinhas, açúcar para confeitos, ovos e leite para arroz doce. Estes momentos são assinalados nos registos, em particular a festa de São Francisco, a 4 de Outubro, onde o reforço das compras e a maior variedade de produtos, alguns pouco comuns, denuncia a festa.

---

<sup>7</sup> BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lv. 12.

De produtos não alimentares encontramos cera (preta e branca), azeite de peixe, alguma lenha e louça de fogo. Para vestuário compraram linho para feitiço de bragas, sola para calçaria e rendas para uma alva, lenços que se ofereceram aos frades na Consoada do Natal e tecido para hábitos. Várias obras de manutenção ou alteração implicaram a compra de telha da Graciosa, dobradiças e uma fechadura. Para os granéis e horta vieram um sacho, barbante para coser a sacadura e aduelas para as pipas que se levaram aos peditórios.

Num inventário dos consumíveis, realizado aquando da vinda de um novo padre guardião para o convento, encontramos mais alguns produtos, não mencionados nas despesas: peles de carneira para curtir, louça branca, resmas de papel, velas de cebo, incenso, rodas de arcos, liaça, linho, milho, bacalhau, pimenta, pau de cravo, cominhos, açafroa, favas, feijão e toucinho.

### TESTEMUNHOS DA CULTURA MATERIAL

Em 1994 Agustina Bessa-Luís descrevia o panorama do património faialense: “Tudo o que havia ainda de precioso no Faial, porcelanas e móveis, retratos, além de pequenos objectos marchetados, de diversas origens, chinesa e indiana sobretudo, tudo o que se pudera salvar de terramotos e períodos bélicos, estava a recato nas vitrinas dos museus ou nas casas particulares de maior tradição” (2002: 30).

Este relato, cingido a uma universo de objectos de excepção e pouco fiável por literário, não deixa de resumir de algum modo as vicissitudes do património local, vítima sobretudo de catástrofes naturais e da incúria humana. No entanto, existe ainda material que nos permite obter novos conhecimentos. Não sendo possível neste espaço traçar qualquer quadro abrangente, deixamos algumas notas breves sobre hipóteses e potencialidades.

Parte significativa do património imóvel desapareceu nas crises sísmicas do século passado, em particular no espaço rural, mas o sobrevivente e os inventários já realizados permitem-nos identificar, por exemplo, os usos de alguns dos materiais que vimos nos registos alfandegários (AAVV, 2003). Os acervos de património móvel, em particular do Museu da Horta<sup>8</sup> e de colecções religiosas e etnográficas,

---

<sup>8</sup> Parte do acervo do Museu pode ser visto em MENEZES, 1995, e em <https://ccmuseus.azores.gov.pt/>.

não obstante lacunas importantes, abrangem muitas áreas temáticas e apresentam um potencial significativo, a trabalhar em conjunto com as fontes primárias e as publicações já existentes.<sup>9</sup> Nestes e nas coleções privadas escasseiam os artefactos anteriores ao século XIX, mas o seu inventário sistemático poderá obter resultados interessantes.

Tomemos como exemplo o mobiliário. Um levantamento da década de 1980 identificou na ilha 58 móveis em madeira do Brasil dos séculos XVII-XVIII e 15 indo-portugueses (MARTINS, 1981: 195-8). Dos últimos não conhecemos nenhum, mas dos primeiros ainda se encontram alguns exemplares, assim como dois facistóis e várias estantes de missal em madeira brasileira com embutidos em marfim. Também sobreviveram algumas peças em cedro datáveis dos séculos XVI-XVII (caixas, tamboretas e armários). Em diversas madeiras e datáveis dos séculos XVII-XVIII encontramos caixas, arquibancos, mesas de abas e cadeiras, para o século XVIII existem mesas de vários tipos, oratórios, cómodas, papelarias e camas. Sendo necessário inventariar e estudar estas peças, e mesmo admitindo que algumas datações possam estar erradas, no caso de tipologias mais comuns e fabricadas num grande arco temporal, os exemplares conhecidos permitem uma abordagem à cultura material pretérita, ilustrando fisicamente descrições como as que encontramos nos registos de contas ou de inventários da época.

Na construção, além de vestígios de madeiras aproveitadas de navios, que pontualmente se encontram em edifícios da cidade, encontramos um caso de uso de canela numa estrutura e um soalho em madeira de sicupira ou similar, mas ambos já do século XIX. Do anterior será a guarda de uma varanda, em madeira também importada.

Na cultura imaterial é difícil avaliar vestígios, mas podemos tomar como exemplo a alimentação, ainda muito por estudar, mas onde é ainda hoje patente o uso abundante de especiarias e os produtos como a mandioca ou o coco. Sendo difícil, mesmo para os produtos mencionados, avaliar o uso e a profundidade cronológica de cada um, parece, ao menos para alguns, existir uma prática já arcaica. É o caso das especiarias, que vimos nos registos franciscanos ainda no século XVII, ou do coco, que surge num receituário angrense do final do século seguinte (MARTINS, 1980: 216).

---

<sup>9</sup> A título de exemplo, para áreas distintas: ATAÍDE, 2011, e MARTINS, 1980.

## PRODUÇÕES, IMPORTAÇÕES E CONSUMOS: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

A primeira coisa que salta à vista, cruzando ambas as fontes, é a disparidade de conteúdos, não só pelas suas diferenças tipológicas, mas também pela ausência de muitos dos produtos, sobretudo nas fontes alfandegárias. Neste caso, apesar de se ter explorado uma amostra pequena, as sondagens mais abrangentes que se fizeram, numa análise superficial, não revelaram grandes diferenças. Mesmo assim requerem um estudo mais profundo, assim como a análise cuidada do seu enquadramento legal, porquanto as regras alfandegárias possam explicar a ausência de certos materiais e produtos que, sabemos, chegavam às ilhas. No entanto, o que analisámos permite-nos já descortinar alguns padrões.

Entre os produtos alimentares importados destaca-se, pelas suas quantidades, o peixe, nomeadamente arenque e bacalhau. Sobre os primeiros não temos qualquer notícia do seu consumo local, mas é conhecido o seu apreço secular pelos povos do norte da Europa. Já os segundos vimo-los na despensa franciscana e à venda nas lojas de mercearia. Em qualquer dos casos, o consumo local está longe de justificar as quantidades que ali eram recebidas pelos mercadores da ilha. A explicação para estes produtos residirá nos navios que passavam no porto, os quais necessitavam de grandes quantidades de alimentos para o seu abastecimento, como veremos adiante. O mesmo para o arroz, também importado em quantidades significativas. Já as especiarias parecem ser comuns neste período. Os franciscanos têm-nas em casa, e num dos seus primeiros registos, da década de 1660, encontramos o percurso da compra directa a um navio ancorado no porto.<sup>10</sup> Já num inventário de transporte do desembargador José de Arriaga, de 1767, regista-se “1 cayxão em *que veyo* o cravo”.<sup>11</sup>

O azeite de peixe, que vemos em ambas as fontes escritas, era utilizado na iluminação (MARTINS, 1984: 263-4). Para o mesmo fim as velas e a cera, que encontramos nos registos dos religiosos e do desembargador Arriaga.

As aduelas e arcos de ferro dão-nos um contributo importante para perceber os processos de produção e transporte do vinho e da aguardente, principais exportações locais, e ainda da intensa actividade de tanoaria. Outro ofício importante eram

---

<sup>10</sup> BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lv. 2.

<sup>11</sup> BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Almoxarifado do Faial, mç. 12, doc. s.n. (“N78”).

os calafates, ligados aos anteriores e à manutenção naval, que explica em grande medida as necessidades de breu, alcatrão e cabos.

No campo dos tecidos, o vestuário generalizado era de materiais e produção locais, como atestam os 824 “teares de pano de lã e linho” existentes na ilha do início de Oitocentos (ARRIAGA, 1821: nº 3). Os tecidos importados eram a exceção, mas, pela documentação, abundavam em variedade. Tal como nos bens alimentares, temos de assumir que ao menos uma parte seria vendida a visitantes, como no caso que veremos adiante. Anotamos aqui a entrada, noutra ano, de 12 peças de pano riscado “para camisas de marinheiros”.<sup>12</sup> As camisas de padrão listado, por regra azul e branco, hoje conhecidas como *marinières*, já eram usadas no século XVIII, como atesta a iconografia coeva.<sup>13</sup> Mesmo sem mais dados disponíveis, podemos afixar tratar-se de um material cujo destino final seria a saída para o exterior, provavelmente já em peça de vestuário.

Nos materiais de construção importados encontramos o pinho, oriundo do norte da Europa e que viria nos navios que exportavam depois o vinho local, que foi usado amplamente. Também as madeiras brasileiras entraram em quantidades assinaláveis, utilizando-se no mobiliário, em objectos quotidianos e elementos decorativos, como comprovam os vestígios materiais, mas também em elementos estruturais de edifícios, como vimos pelas fontes alfandegárias. No citado rol de José de Arriaga encontramos móveis em “pao preto”, “do brazil” e de “jacaranda”. Além destes e de muitos indiferenciados, existem alguns ditos “de Coimbra”, três pintados e quatro cadeiras de “Nogueyra”, numa convivência de matérias vindas de um e do outro lado do Atlântico.

Ainda nos materiais registam-se os metais, sobretudo o ferro, essencial para ferragens e fecharias de portas, janelas e móveis, mas também para grades e outras estruturas. A sua ausência enquanto recurso endémico e a necessidade consequente da sua importação ditariam a escassez e o preço, o que nos explica o uso arcaico de madeira em estruturas como guardas de varandas, grades de janela, taramelas ou mesmo fechaduras. O mesmo se aplicava ao vidro e chumbo para vidraças, ditando janelas fechadas com portadas em madeira, fazendo-se a iluminação e o

---

<sup>12</sup> BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mç. 3, lv. 1775, fl. 7v.

<sup>13</sup> Por exemplo na pintura *Watson and the Shark*, de John Singleton Copley, de 1778. Washington, National Gallery of Art, inv. 1963.6.1.

arejamento por via de postigos nas portas ou abrindo as portadas das janelas, que eram protegidas do exterior por estruturas de “ralos” traçados em madeira.

Os óxidos e outros químicos tinham uso na criação de pigmentos e compostos vários, com usos domésticos e até curativos, como atestam receituários da época e registos de boticas.<sup>14</sup>

Voltando ao inventário do desembargador Arriaga, abundam nele os “vidros” (não especificados), registam-se velas e meios de sola, além de objectos variados, como um relógio, livros, 24 bispotes [penicos], seis bacias de arame e uma panela da Índia.

Nas importações vemos utilitários como pratos, castiçais e loiças diversas, feitos em ferro, latão, estanho e loiça da Holanda [faiança] ou da Índia [porcelana]. Nos registos conventuais encontramos, ao longo dos anos, peças de cerâmica de produção regional e nacional. De todas elas têm-se encontrado vestígios nas escavações arqueológicas que se têm realizado, de resto uma fonte fundamental para este tipo de estudos, mas que, infelizmente, ainda está por ali a dar os primeiros passos.<sup>15</sup>

Uma última nota para os livros e resmas de papel. Se é verdade que a actividade administrativa e comercial implicava já elevada burocracia e, portanto, recurso a registos escritos, não é menos verdade que existia um panorama cultural assinalável, mesmo que em pequena escala, que faria também uso destes recursos. Sabemos que franciscanos e carmelitas tinham livrarias, e os jesuítas, entretanto expulsos, certamente a terão tido. Pelas últimas décadas do século, Manuel Inácio de Sousa, um dos principais comerciantes locais, reuniu também uma biblioteca e dedicou-se à escrita e à leitura (ARRUDA, 2008). Os óculos poderiam estar relacionados com estas práticas.

Para se compreenderem os consumos locais, face às importações, é fundamental notar-se o abastecimento dos navios, tanto com víveres para a viagem e materiais usados em eventuais reparações, como com produtos reexportados. Infelizmente há poucas fontes, mas um conjunto de recibos do Almirantado inglês, já de inícios de Oitocentos, dá-nos uma visão sobre esta realidade. Tomamos como exemplo o

---

<sup>14</sup> Como, por exemplo, a dos franciscanos: BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lv. 19.

<sup>15</sup> Sobre estes achados veja-se a *Carta Arqueológica dos Açores* (em linha: <https://www.culturacores.azores.gov.pt/paa/ca/Default.aspx>).

*Hauk*, que se abasteceu no Faial em 1811. Além de velas para iluminação e materiais para reparações a bordo, o grosso da despesa foi aplicado em víveres: verduras, feijões, cebolas, arroz, ovos, vários tipos de carne, água, vinho e aguardente.<sup>16</sup>

Outros dois raros relatos, um com referência explícita à aquisição de produtos no Faial, dão-nos uma visão de eventuais trocas de produtos de luxo, exportados a partir da ilha, que era frequentada também pelas elites que cruzavam o Atlântico e ali paravam. A referência mais antiga ao “mercado” faialense talvez seja a de John Winthrope, primeiro governador do Massachusetts, que ainda na primeira metade do século XVII afirmava, de forma algo misteriosa, que o Faial era “um mercado extraordinariamente bom” (AFONSO, 1980: 27). A breve referência não nos permite perceber se aludia ao vinho dali exportado, ao que ali entrava, a eventuais produtos de luxo que se pudessem adquirir ou tão-somente às qualidades da ilha como porto de abastecimento e apoio à navegação. Encontramos uma pista isolada no testemunho posterior de Thomas Amory, que em 1711 afirmava: “tomei a liberdade de consignar do Faial um vestido de seda de cerimónia, uma anágua e um colete”, todos pelo seu “afectuoso Amor para Madame Rhett” (AFONSO, 1980: 61). Este testemunho indica-nos que, como seria expectável, pela Horta havia negócios para lá da exportação de vinho e da assistência à navegação, sendo preciso abastecer a ilha dos bens essenciais à sua subsistência, mas também por ali passavam e ficavam bens de luxo, uns para consumo local, outros eventualmente “consumidos” por visitantes.

## CONSUMOS DE LUXO

Terminamos com uma nota breve sobre alguns dos produtos de excepção, os quais pouco vimos na documentação, mas de que nos chegaram relatos e vestígios materiais.

O caso mais singular será a Quinta do Pilar, construída no final do século XVIII pelo já mencionado Manuel Inácio de Sousa (ARRUDA, 2008; CALDAS, 2019). A casa e os jardins seguem modelos estéticos e estruturais de fora da região, além dos materiais e objectos utilizados, de que hoje restam pouco mais do que relatos. A decoração do jardim, de que sobrevivem azulejos e embrechados com

---

<sup>16</sup> National Maritime Museum, HNL/68/8 – Recibos de contas da viagem Londres-Faial, 1811.

conchas e fragmentos de porcelana chinesa, testemunham o gosto da época e a importação de vários tipos de materiais de elevado custo e qualidade.

No Pilar terá sido usada madeira nobre na construção, a qual entrava em abundância e era usada para variados fins. Um material mais raro e de onerosa aquisição e transporte era a pedra. Encontramos, em mármore e brecha, brasões familiares e alguns elementos decorativos na igreja de São Francisco. Nela existe também uma pedra tumular de 1682, cuja inscrição regista que “esta pedra mandou vir à sua custa de Lisboa” o padroeiro da capela.

Provenientes das famílias Brum e Arriaga existem, fora da ilha e dispersos entre descendentes e museus, além de mobiliário, pratas, porcelanas e diversos objectos, um tecto pintado com elementos heráldicos e vários retratos, os únicos que conhecidos para este período.<sup>17</sup>

Por último, uma referência ao serviço dos Teles Machado, o único conjunto de porcelana chinesa brasonado identificado de encomenda faialense, cujo paradeiro se desconhece. Francisco Ernesto de Oliveira Martins inventariou duas peças deste conjunto em Angra, e outras duas com brasões açorianos no Faial, mas sem referir se eram deste serviço (MARTINS, 1980: 257). São hoje raros os exemplares de porcelana da “Companhia das Índias” na ilha, mas temos relatos de terem abundado neste período, como sejam os vestígios no Pilar e a sua presença comum no registo arqueológico, assim como o caso, este extraordinário, das mais de 500 peças existentes no inventário do morgado Tomás Francisco de Brum, falecido em 1789 (FORJAZ & MENDES, 2009, 1: 522-4).

## CONCLUSÕES

A abordagem aos hábitos de consumo de uma comunidade como esta fica refém de um conjunto restrito de fontes e, mesmo quando elas existem, a sua análise é complexa e em grande medida dúbia. O que aqui tentámos traçar mais não foi que um exercício reflexivo, inserido num estudo ainda em curso, no qual se

---

<sup>17</sup> Destaque para o de Catarina Naudin Arriaga com a sua filha, da autoria de Giuseppe Troni, hoje na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, provavelmente o modelo para as duas miniaturas existentes no Museu Nacional de Arte Antiga (inv. 179 min.). Da mesma família, também em miniatura sobre marfim, o retrato de Miguel José de Arriaga Brum da Silveira, hoje no Palácio Nacional de Mafra (PNM 7466).

procura chegar a um quadro consistente, tanto numa sistematização dos produtos identificados, como na sua hierarquização e quantificação possível.

Por ora conseguimos uma visão ainda muito fragmentada, mas na qual é possível já descortinar essa sociedade fortemente “insulada”, onde a distância e o isolamento que lhe ditavam um consumo maioritariamente de subsistência (e sobre o qual, pela sua própria natureza e pela efemeridade ou má qualidade de muitos materiais, temos hoje escassos testemunhos), em simultâneo com um porto internacional onde passavam produtos de todas as paragens, permitindo hábitos de luxo a quem os pudesse pagar, mas também criando práticas mais abrangentes, como o consumo comum de especiarias, que não estariam tão disponíveis noutras geografias. Ou ainda criando produtos que misturavam materiais e estéticas de várias origens, de que são bons exemplos o mobiliário religioso com embutidos em marfim e eventualmente alguns hábitos alimentares. Essa análise mais profunda, tentando entrar “dentro” do quotidiano do consumo, requer um levantamento sistemático das fontes e dos vestígios materiais que for possível inventariar, mas a pequena experiência aqui apresentada permitiu perceber desde já a sua viabilidade e potencialidades.

## FONTES

ARRIAGA, Manuel José de (1821), *Memória geographica, estatística, política e histórico, sobre as ilhas do Faial e Pico*, Lisboa: Imprensa de Alcobia.

BPARJJG, Convento de São Francisco da Horta, lvs. 2, 12 e 19.

BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Alfândega do Faial, mçs. 1 e 3.

BPARLSR, Capitania-Geral dos Açores, Almoxarifado do Faial, mç. 12.

DRAC, *Catálogo Coletivo Museus* (em linha: <https://ccmuseus.azores.gov.pt/>).

National Maritime Museum / Caird Library (Greenwich), HNL/68/8 – Recibos de contas da viagem Londres-Faial, 1811.

VIANA, Mário e COSTA, Susana Goulart (org.) (2013), *História da Ilha do Faial. Das origens a 1833*, vol. III: *Património Arquivístico*, Horta: Câmara Municipal.

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2003), *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Horta – Faial*, Angra do Heroísmo / Horta: DRAC / IAC / CMH.
- AFONSO, João (1980), “Thomas Amory, Mercador nos Açores, 1706-1719. As suas cartas e as de W. Bolton”, in *Boletim do IHIT*, vol. XXXVIII, pp. 5-131.
- ARRUDA, Luís M. (2008), “Sousa, Manuel Inácio de”, in *Enciclopédia Açoriana* (em linha: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10251>).
- ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de (2011), *Etnografia. Arte e Vida Antiga dos Açores*, 4 vols., Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores.
- BESSA-LUÍ, Agustina (2002), *O Concerto dos Flamengos*, Lisboa: Guimarães Editores.
- BRAUDEL, Fernand (1992), *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, 3 vols., Lisboa: Teorema.
- BREWER, John e PORTER, Roy (ed.) (1993), *Consumption and the World of Goods*, London: Routledge.
- CALDAS, João Vieira (2019), “Um olhar arquitectónico sobre a Casa do Pilar, na periferia da Horta”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, actas do VII colóquio, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 245-270.
- DUNCAN, T. Bentley (1972), *Atlantic Islands: Madeira, The Azores and The Cape Verdes in Seventeenth Century Commerce and Navigation*, Chicago: University of Chicago Press.
- EIBACH, Joachim e LANZINGER, Margareth (ed.) (2020), *The Routledge History of the Domestic Sphere in Europe: 16th to 19th Century*, New York: Routledge.
- FORJAZ, Jorge e MENDES, António Ornelas (2009), *Genealogias das Quatro Ilhas. Faial. Pico. Flores. Corvo*, 4 vols., Lisboa: DisLivro Histórica.
- MACHADO, Margarida Vaz do Rego e COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2018), “A ilha do Faial dos primórdios ao final do Antigo Regime – economia, comércio e navegação atlântica”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 27, pp. 161-192.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1980), *Subsídios para o Inventário Artístico dos Açores*, Angra do Heroísmo: DRAC.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1981), *Mobiliário Açoriano. Elementos para o seu estudo*, Angra do Heroísmo: DRAC.
- MARTINS, Rui de Sousa (1984), “Contribuição para o estudo da luminária popular açoriana”, in *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, n.º 6, pp. 261-293.

- MAXINE, Berg e CLIFFORD, Helen (ed.) (1999), *Consumers and luxury: Consumer culture in Europe 1650-1850*, Manchester: Manchester University Press.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1993), *Os Açores na Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, 2 vols. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MENEZES, Luís (coord.) (1995), *Os Descobrimientos e a Arte*, Horta: Museu da Horta.
- OLIVAL, Fernanda (2011), “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in Monteiro, N. G. (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 244-275.
- VERTON, Mark et al. (2004), *Production and Consumption in English Households, 1600-1750*, London: Routledge.
- SARTI, Raffaella (2011), *Vita di casa. Abitare, mangiare, vestire nell'Europa moderna*, Roma / Bari: Laterza.
- SILVA, Tiago Simões da (2020), “O porto da Horta como espaço de fronteira: a presença de estrangeiros nos registos paroquiais dos séculos XVII e XVIII”, in Alberto, E. M. e Lalanda, M. S. N. (coord.), *Ilhas do Mar Oceano: Formas de Governança em Espaços de Fronteira*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, pp. 351-385.
- WEATHERILL, Lorna (1988), *Consumer Behaviour and Material Culture in Britain 1660-1760*, London: Routledge.
- WHITTLE, Jane (2020), “Gender and Consumption in the Household Economy”, in Eibach, J. e Lanzinger, M. (ed.), *The Routledge History of the Domestic Sphere in Europe: 16th to 19th Century*, New York: Routledge, capítulo 10.

## MOBILIDADE DE PINTORES E ENTALHADORES ENTRE MADEIRA, AÇORES E CANÁRIAS, DO SÉCULO XVIII AO INÍCIO DO SÉCULO XIX

PAULO LADEIRA

Direção Regional da Cultura – Madeira  
pauloladeira@edu.madeira.gov.pt

A população dos arquipélagos da Macaronésia manteve elos, complementaridades e/ou diversidades, desde os primeiros tempos do povoamento, refletidos nos aspetos políticos, administrativos, sociais, económicos, religiosos e culturais.

Tendo como ponto central o Arquipélago da Madeira, apresentamos a sua relação com os arquipélagos do espaço insular atlântico ibérico, Açores e Canárias, através da análise da mobilidade de mestres entalhadores e pintores, do século XVIII ao início do século XIX. Entre estes três arquipélagos existiu, e existe, relações políticas<sup>1</sup> e a mobilidade de bens, imigrantes e migrantes, desde tempos recuados, como capitães, soldados, mercadores, religiosos, mestres e população em geral. Na mobilidade para a Madeira alguns indivíduos dos Açores e Canárias integraram a comunidade local, no Funchal e nas paróquias rurais, como se constata nos registos paroquiais, da Misericórdia e da Alfândega<sup>2</sup>.

A grande proliferação de obras no período Barroco, a partir de finais do século XVII, o gosto na aquisição de obras “à moderna”, em substituição de antigas e danificadas, e os terramotos, de 1748, na Madeira, que proporcionou diversas reconstruções e novas edificações de templos, e de 1755, em Lisboa, que absorveu a principal mão-de-obra das oficinas da capital para a reconstrução da mesma, foram fatores que ofereceram grandes campanhas de obras na Madeira

---

<sup>1</sup> Sobre esta temática ver CARITA, 2023 : 4-15.

<sup>2</sup> LADEIRA, 2009 : 70; RODRIGUES, 2012, tomo I : 97-99.

e consequentes trabalhos aos mestres locais e a outros vindos do exterior, como dos Açores e Canárias, embora a maior parte dos mestres, que abordaremos neste artigo, já se encontrassem a residir na Madeira antes dos dois terramotos.

Na Madeira, já nas primeiras décadas do século XVIII, estão identificadas obras e pintores estrangeiros no ativo, como: Cayetano Brunette (ativo em 1725)<sup>3</sup>, um denominado de “Castelhano” (ativo entre 1724 e 1741); Fr. de Santo Thomaz y Morales (ativo em 1752)<sup>4</sup>, ou a presença de obras de artistas estrangeiros como do italiano Carlos Bronio (1707-1710)<sup>5</sup>. No Arquipélago das Canárias foram adquiridas obras, como, por exemplo, “na Ilha das Canarias”, provavelmente em Tenerife, em 1747, nomeadamente, a compra de seis quadros “em pano” para a Capela de N.ª Sr.ª da Piedade, mais conhecida por “Igrejinha”, no Funchal, por 12\$000 réis<sup>6</sup>. No Funchal, no Convento de Santa Clara, consta uma pintura de N.ª Sr.ª da Candelária<sup>7</sup>, provavelmente provinda de Canárias ou pintada na Madeira por alguma oficina de pintores aí residentes, no 2.º quartel do século XVIII, como José António da Costa ou João António Villavicêncio.

A partir do 2.º quartel do século XVIII encontram-se diversos mestres naturais dos Açores e das Canárias a residirem na Madeira, autores de um grandioso trabalho de construção de igrejas e capelas e de ornamentação com obras de talha e pintura.

“Julião Francisco Ferreira das Ilhas”, ou seja, dos Açores, assim foi escrito, em 1736, na Ilha da Madeira, para identificar este oficial de entalhador, também designado de oficial de marceneiro, filho de Henrique Ferreira de Andrade e de Maria de Faria, todos naturais da Ilha de São Miguel<sup>8</sup>. Julião Francisco Ferreira

---

<sup>3</sup> Arquivo do Paço Episcopal do Funchal [APEF], *Livro da Fábrica da igreja de São Pedro do Funchal (1638-1734)*, 1723, fls. 92, 92v.º, 94v.º, 100.

<sup>4</sup> RODRIGUES, 2012, tomo I : 435-439.

<sup>5</sup> CARITA, 1999 : 439.

<sup>6</sup> APEF, *Confr.ª de N.ª Sr.ª da Piedade cita na ermida da Rua da Igrejinha*, L.º. 72, fls. 111v.º, citado em RODRIGUES, 2012, tomo II, parte III : 10.

<sup>7</sup> Neste convento existe uma pintura da Eucaristia (trono com custódia), que apresenta características técnicas semelhantes à pintura de N.ª Sr.ª da Candelária, pressupondo que tenham sido executadas pela mesma oficina.

<sup>8</sup> No Arquivo Regional de Ponta Delgada (fundo do Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada – Juízo dos Órfãos – Inventários orfanológicos) existe um Inventário, de 26 de março de 1753, de Henrique Ferreira de Andrade, casado segunda vez com Esperança Maria, sendo esta a inventariante. Tratar-se-á do pai de Julião Francisco Ferreira? Disponível em <https://arquivos.azores.gov.pt/details?id=1211042>. [acedido : 20-04-2023].

chegou à Ilha da Madeira na década de 30 do século XVIII, estando documentado pela primeira vez em 1736, onde trabalhou até 1771 (ano da sua morte), o que totaliza pelo menos 35 anos de atividade. Tornou-se freguês da paróquia de São Pedro, morador no Torreão de Baixo<sup>9</sup>, no Funchal, casando, em 1750, na Sé do Funchal, com Antónia de Cairos, natural do Funchal<sup>10</sup> e, segundo o entalhador, com “*a qual nunca me ajuntei nem fis vida*”<sup>11</sup>. Ficou viúvo e casou novamente, já idoso, em 1770, com Ana Filipa Henriques, sendo testemunhas do casamento os pintores António da Trindade da Cruz e António Pinto<sup>12</sup>. Faleceu a 17 de junho de 1771<sup>13</sup>, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Funchal. Não teve descendentes, fez testamento e deixou por herdeiro da terça a sua segunda mulher, cujos bens podia ela “*fazer o que lhe pareser por serem bens adquiridos e não erdados*” e dos restantes dois terços, “*os herdeiros mais chegados*”<sup>14</sup>.

Relativamente às obras identificadas e atribuídas ao entalhador Julião Francisco Ferreira, numa primeira fase sobressai uma talha vazada formando um rendilhado nas pilastras, entablamentos, frisos e almofadas, não muito comum na talha do Arquipélago da Madeira, como se constata na da sacristia da Sé do Funchal, concluída em 1736<sup>15</sup>, onde trabalhou com o veterano entalhador Manuel Pereira [de Almeida]<sup>16</sup>, e que pelas semelhanças formais permite atribuir

<sup>9</sup> Arquivo e Biblioteca Pública Regional da Madeira [ABM], *Registos Paroquiais [RP]*, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º 4, 1770.05.03, fl. 57v.º; ABM, *Juízo dos Resíduos e Capelas [JRC]*, Testamentos, Cx. 3, n.º 40, Julião Francisco Ferreira.

<sup>10</sup> Julião Francisco Ferreira era neto paterno de Manuel Ferreira e Maria dos Reis e materno de José de Faria e Mariana Cabral, naturais da Ilha de S. Miguel. Antónia de Caires era filha de Manuel de Castro e de Maria da Assunção, neta paterna de António Vaz Rebelo e de Maria da Assunção, naturais da freguesia de São Martinho e neta materna de Manuel Gomes Camacho e Luzia de Caires, da freguesia de Santa Maria Maior do Calhau. Foram testemunhas deste casamento Simão Martins de Araújo e Filipe Catanho (ABM, *RP*, Sé, Funchal, Casamentos, L.º 13, 1750.07.29, fl. 36).

<sup>11</sup> ABM, *JRC*, Testamentos, Cx. 3, n.º 40, Julião Francisco Ferreira; RODRIGUES, 2012, Tomo II, anexo D : 46.

<sup>12</sup> ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º 4, 1770.05.03, fl. 57v.º; ABM, *JRC*, Testamentos, Cx. 3, n.º 40, Julião Francisco Ferreira.

<sup>13</sup> ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, L.º 8, 1771.06.17, fl. 114.

<sup>14</sup> ABM, *JRC*, Testamentos, cx. 3, n.º 40, Julião Francisco Ferreira.

<sup>15</sup> Numa petição dos carpinteiros, a solicitar o pagamento, datada de 27 de abril de 1739, é referido que já estava concluída há 3 anos (Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT], *Cabido da Sé do Funchal [CSF]*, maço 29, doc. 12).

<sup>16</sup> ANTT, *CSF*, maço 29, doc. 6, fls. 81v.º-83v.º; ANTT, *CSF*, L.º 9, fls. 102v.º, 110, 121v.º; MENDONÇA, 2015 : 179-211.

*Paulo Ladeira*

a participação na obra da sacristia da Igreja do Colégio dos Jesuítas, no Funchal. Estas características estão presentes no retábulo da Capela do SS. da Igreja de S. Pedro, no Funchal (datada de 1743) e no arcaz da sacristia da Igreja Paroquial de Ponta Delgada (década de 1760).



Fig. 1 e Fig. 2 – Painéis de talha sobre o arcaz da sacristia da Sé do Funchal.  
Fotografias: Roberto Pereira, Direção Regional da Cultura – Madeira [DRC], 2010.

Julião Francisco Ferreira não traçou *riscos*, mas passou-os ao produto final, com a colaboração de outros mestres, em trabalho de oficina, sendo um dos entalhadores responsáveis, ou mesmo o principal, pela transição do Barroco para o Rococó, na Madeira. Na execução da talha, acompanhou as tendências mais modernas em vigor, prevalecendo cada vez mais os “*lisos*” em detrimento dos entalhes, ou seja, da obra de carpintaria em vez da de talha, como se constata em várias obras documentadas, por exemplo, na capela-mor da Igreja de São Jorge (c. 1752-1756)<sup>17</sup>; no retábulo da Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, no Estreito de



Fig. 3 – Retábulo da capela-mor da Igreja de São Jorge. Fotografia: Paulo Ladeira, 2012.

<sup>17</sup> 10 Dezembro de 1749 – ordem do provedor da fazenda Manuel Teixeira de Castro para se deslocarem a São Jorge o mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins e o entalhador Julião Francisco Ferreira; 1750, 8 Janeiro – termo de juramento do entalhador para se deslocar a São Jorge com o mestre das obras reais, feito perante o provedor adjunto Domingos Afonso Barroso; 18 Julho de 1750 – informação do mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins do orçamento do novo retábulo com tribuna, de que executa desenho, ficando a talha a cargo de Julião Francisco Ferreira e o douramento, de José António da Costa; 20 Julho – juramento do dourador comprometendo-se a executar o douramento e a pintura de São Jorge para o altar (CARITA, 2013 : 64-119).

Câmara de Lobos, sendo um “*Retabolo tam lizo de ornamento como pede a boa Architectura*”<sup>18</sup>, como se escreveu à data (1764-1766), sendo o primeiro retábulo executado na Madeira com colunas de fuste lizo; e no retábulo da Capela de N.ª S.ª da Boa Morte da Igreja de São Pedro do Funchal (1770/1771). Está identificado a trabalhar na *Igreijinha* (demolida em 1836), no Funchal, na feitura de um andor e de um nicho para N.ª Sr.ª da Piedade (1757)<sup>19</sup>.



Fig. 4 – Pormenor do retábulo da capela-mor da Igreja de São Jorge, em S. Jorge.  
Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2011.



Fig. 5 – Retábulo da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, Estreito de Câmara de Lobos.  
Fotografia: Paulo Ladeira, 2012.

<sup>18</sup> ANTT, *Provedoria da Junta Real Fazenda do Funchal [PJRFF]*, L.º 974, 1758.11.27 e 1761.07.30, fl. 71v.º.

<sup>19</sup> APEF, *Confraria de Nossa Senhora da Piedade sita na ermida da Rua da Igrejinha*, L.º 72, fls. 128v.º-129, citado em RODRIGUES, 2012, tomo I, p. 488; tomo II, parte III, p. 11.



Fig. 6 – Retábulo da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, na Igreja de S. Pedro, Funchal. Fotografia: Paulo Ladeira, 2012.

Na década de 40 do século XVIII chegaram à Madeira dois pintores naturais das Canárias, nomeadamente, João António Rodrigues Villavicêncio, natural da freguesia de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Remédios, de La Laguna, da Ilha de Tenerife, e José António da Costa, natural da Ilha de São Miguel de La Palma, casado com Maria Josefa Villavicêncio, irmã do pintor anterior.

João António Villavicêncio, filho de Domingos Rodrigues e de Tomásia Perez Villavicêncio, casou na freguesia de São Pedro, no Funchal, a 31 de outubro de 1745, com Catarina Delfina do Sacramento, filha do pedreiro Manuel António Garcês, sendo este irmão de Diogo Filipe Garcês (mestre das obras reais na

Madeira entre 1727 e 1740)<sup>20</sup>. Até à data da sua morte, ocorrida a 8 de agosto de 1796<sup>21</sup>, residiu e esteve ativo na Ilha da Madeira por um período superior a 51 anos. Foi um dos maiores responsáveis pelas obras de transição do Barroco para o Neoclássico, na Madeira, não se limitando apenas às obras de pintura, alargando a sua ação à autoria de *riscos* (desenhos / projetos) de retábulos e de construção de igrejas, coordenação e arrematação de obras de construção de retábulos, de obras de pedraria e de carpintaria. Face à extensa lista de obras em que participou apresentamos algumas das mais significativas, a título de exemplo<sup>22</sup>. Numa inscrição da Igreja Paroquial de Ponta Delgada, datada de 1771, constava “*Architectura e pintura da mão de João António Villa Vicêncio*”<sup>23</sup>. Em 1781, foi designado de “*P[e]rito architecto*”<sup>24</sup> (1.ª vez que surge este termo na Madeira), aquando da realização de «*um risco do plano do corpo e porta em cantaria*» para a nova capela da Ordem Terceira do Convento de S. Francisco (Funchal), tendo ainda elaborado neste convento o risco do retábulo e nicho para colocação da imagem de N.ª Sr.ª da Conceição dos Terceiros<sup>25</sup>.

Dirigiu a obra de ornamentação da Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos (1764-1770), tendo recebido pagamentos “*p[e]lo risco e por o d.[it]o risco em grande*”, “*p[e]lo risco do camarim e outras coisas*”, risco do apainelado da capela-mor (1766)<sup>26</sup> e pintura do teto da capela-mor, hoje substituída por outra de inícios do século XX. Fez os riscos para os retábulos da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, na Igreja de S. Pedro – Funchal (1770) e da Igreja da Madalena do Mar (c. 1790). Está identificado em obras de pintura de cavalete e de tetos, como no teto da capela-mor da Sé do Funchal (1754/1755); na igreja de N.ª Sr.ª da Luz (Gaula) (1764); e no teto da igreja de S. Tiago – Funchal (1766).

<sup>20</sup> ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Casamentos, L.º 6, fl. 127.

<sup>21</sup> ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, L.º 11, fl. 162v.º.

<sup>22</sup> Sobre outras obras e dados pormenorizados remetemos para a leitura de: LADEIRA, 2003: 21-25, 111-115; LADEIRA, 2009: 39-46, 197-199; RODRIGUES, 2011: 35; LADEIRA, RODRIGUES, 2011: 57-60.

<sup>23</sup> ABM, *Coleção de Periódicos*, Diário Popular, Funchal, 1908.07.14, n.º 3224, p. 1.

<sup>24</sup> ABM, *Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco [IOTSF]*, L.º 9, 1781.04.15, fl. 66.

<sup>25</sup> ABM, *IOTSF*, L.º 9, 1781.04.15 e 1781.05.30, fls. 66, 68.

<sup>26</sup> RODRIGUES, 2011: 35; LADEIRA, RODRIGUES, 2011: 57-60.

A atividade de João António Villavicêncio culminou com a sua nomeação para o cargo de mestre de obras reais na Madeira, em 1781<sup>27</sup>, desempenhando-o até à data da sua morte. Foi um caso inédito na Madeira, pois este cargo até à data foi desempenhado por mestres pedreiros ou carpinteiros com maiores afinidades às obras de fortificação.

José António da Costa, filho de Nicolau da Costa e de Margarida Janes, naturais de São Miguel da Ilha de La Palma, está identificado na Ilha da Madeira desde março de 1748, ano em que batizou o filho José Agostinho na Catedral do Funchal<sup>28</sup> e recebeu o pagamento pela pintura de “*tarjas*” para a confraria das Almas desta igreja<sup>29</sup>, embora já residisse há algum tempo na Madeira, pois o Provedor da Fazenda do Funchal, em 1749, referia que José António da Costa “*nesta Ilha tem feito algumas obras de sua arte com perfeição*”. Está documentado na Madeira por um período aproximado de quatro décadas, sendo mencionado por fim, em 1781, no recebimento do pagamento pela pintura/douramento do retábulo-mor da Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço<sup>30</sup>. Além destas obras, está documentado como pintor e dourador, a incarnar e dourar um Menino Jesus para a Sé do Funchal (1751)<sup>31</sup>; no douramento das molduras e pintura dos quadros de Santo António, Santa Ana, Santa Teresa e N.ª Sr.ª da Piedade para o Seminário/Mosteiro Novo (1754-1757)<sup>32</sup>; no “*douramento e pintura desta nova igreja [de S. Jorge]*” (1756)<sup>33</sup>; no douramento de uma escultura de S. Tiago (1767)<sup>34</sup>; no douramento da Capela do SS. da Sé do Funchal (1770-1772)<sup>35</sup>; e na pintura e douramento da Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte na Igreja de S. Pedro – Funchal (1771-1773)<sup>36</sup>.

<sup>27</sup> ABM, *Governo Civil* [GC], L.º 535, Registo Geral da Secretaria do Governo, fls. 5-5v.º; ANTT, *PJRF*, L.º 977, Registo de Títulos Reais, Resolução de Sua Majestade de 1781.08.09, fls. 61-63.

<sup>28</sup> ABM, *RP*, Sé, Funchal, Batismos, L.º 23, fl. 97v.º.

<sup>29</sup> ANTT, *CSF*, L.º 18, *Livro das eleições e contas da Confr.ª das Almas da Santa Sé-1718*, (mf. 5266 P), fl. 61, citado em RODRIGUES (2012), tomo II, anexo D : 38-39.

<sup>30</sup> ANTT, *PJRF*, L.º 426, Registo Geral, fl. 78. ABM, *CON*, L.º 09, fl. 60v.º.

<sup>31</sup> RODRIGUES, 2012, tomo II, anexo D : 37.

<sup>32</sup> RODRIGUES, 2012, tomo II, anexo D : 38-39.

<sup>33</sup> ABM, *RP*, S. Jorge, Batismos, L.º 6, fl. 43; MATOS, 2000 : 47.

<sup>34</sup> RODRIGUES, 2012, tomo II, anexo D : 38.

<sup>35</sup> *Livro de receita e despesa da confraria do SS. da Sé (1739-1772)*, fl. 152v.º, citado em FERREIRA, 1963 : 257-260.

<sup>36</sup> ABM, *GC*, L.º 227, Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte – Igreja de São Pedro, Funchal, Livro de Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845, fls. 16v.º-18v.º.

Sobre estes dois pintores canarinos, até ao momento é desconhecida a profissão dos ascendentes, se têm obra realizada nas Canárias antes da chegada à Madeira, quando eram ainda jovens, e onde realizaram a sua aprendizagem, provavelmente em oficinas de Tenerife. Deverão ter obtido a influência, pelo menos através do contato visual das pinturas de Gaspar de Quevedo (La Orotava – Tenerife, 1616 – c. 1670)<sup>37</sup>, Cristóbal de Quintana (La Orotava – Tenerife, 1651 – San Cristóbal de La Laguna – Tenerife, 1725) e de seu filho, Domingo de Quintana (Candelária, 1693 – San Cristóbal de La Laguna, 1763)<sup>38</sup>, entre outras. A(s) oficina(s) de Villavicêncio e de José António da Costa, a operar(em) na Madeira, revelam um estilo muito próximo aos pintores contemporâneos e conterrâneos de Canárias, como Domingo de Quintana e Juan de Miranda (Las Palmas, 1723 – Tenerife, 1805), sobressaindo uma riqueza cromática e uma composição ordenada e sóbria, já de influência neoclássica.

O apelido Villavicêncio não é desconhecido no campo das artes em Espanha, incluindo nas Canárias. No século XVIII estava em atividade, em La Laguna, o pintor Nicolás de Medina Villavisensio (La Laguna, 10.09.1702-1750)<sup>39</sup> e o filho deste, o pintor Gerardo Núñez de Villavicencio (1729-1778)<sup>40</sup>. Até ao momento não se conhece qualquer grau de parentesco com os Villavicêncio que operaram na Madeira, que usavam, por vezes, o apelido Rodrigues, enquanto os das Canárias

---

<sup>37</sup> Gaspar de Quevedo (La Orotava – Tenerife, 1616 – ) é um pintor barroco, com influências de Zurbarán, pintores sevillhanos e gravuras flamengas. Influenciou as pinturas realizadas em Canárias até ao século XIX, ao período Neoclássico.

<sup>38</sup> MORALES, (2021). Domingo de Quintana é o pintor mais influente do Arquipélago das Canárias, em inícios do século XVIII, em plena época barroca. A sua larga vida de 75 anos e fecunda obra permite catalogar cerca de uma centena de obras de obras assinadas, documentadas ou atribuídas. Seu início de atividade ocorreu, por volta de 1671, em Las Palmas onde trabalhou vários anos, estando documentado desde 1681 de novo, na sua ilha natal, em Puerto de la Cruz, Candelária e La Laguna.

<sup>39</sup> MORALES, (2021). Nicolás de Medina tem obras documentadas em 1730, como a pintura na sacristia da Igreja de Santa Maria, em Fuerteventura.

<sup>40</sup> RODRIGUES, 2012, tomo I : 438-39. Gerardo Núñez é o autor da pintura de Genealogia de São Domingos de Gusmão (1766, assinada e datada) (Igreja de Santo Domingo de Guzmán, São Cristóbal de La Laguna). Trata-se de uma pintura de grandes dimensões, com 87 retratos numerados (santos, protetores e devotos) estruturada como uma Árvore de Jessé, encimada com a Coroação de Nossa Senhora e o Menino. Gerardo desenhou o retrato do bispo Don Bartolomé García Ximénez, impresso pelo clérigo de La Laguna Miguel Rodríguez Bermejo (1721-1790), em 1783, provavelmente o primeiro retrato gravado nas Canárias.

juntavam o apelido Núñez<sup>41</sup>. Ainda em Tenerife, esteve em atividade Don Laureano Villavicencio<sup>42</sup>.

Inácia Maria da Encarnação, irmã de Catarina Delfina do Sacramento, a 2 de março 1756, casou, na freguesia de São Pedro, no Funchal, com o mestre pintor António da Trindade da Cruz<sup>43</sup>, que se encontrava em mobilidade na Madeira, pois era natural da freguesia de São Julião, de Setúbal. Assim, este pintor, que “*tem exercício na Arte da Pintura*”<sup>44</sup>, tornou-se cunhado de João António Villavicêncio, contribuindo para o aumento de trabalhos desta família, concretizados por vezes em parceria.

António da Trindade da Cruz está documentado, na Madeira, desde dezembro de 1755, data em que foi procurador de uma madrinha de batismo juntamente com o padrinho João António Villavicêncio (o que revela a afinidade entre estes mestres), até 1803, o que corresponde a um período de atividade aproximado de 50 anos. Além dos vários trabalhos de pintura e de douramento que realizou, numa fase final foi autor de *riscos* para retábulos<sup>45</sup>.

Na mobilidade de artistas para a Madeira, e que fixaram temporariamente residência nesta ilha, é de destacar o mestre dourador Bonaventure Béze, natural de França, que fez, em dezembro de 1781, um contrato com o Conde de Vézins, “*pour les glaces, bordures, tables et dorures du salon*”<sup>46</sup> [para a realização de trabalhos nos espelhos, molduras, mesas e douramento do salão] no Chateau de Vézins (Vézins, França) e em 1785 fez outro contrato para reparos no altar e

---

<sup>41</sup> Ainda com o apelido Núñez, existe o pintor Pedro Nunez de Villavicencio (Sevilha, 1644 – Madrid, 1695), pintor barroco espanhol, representado nos museus do Louvre, do Prado, Hermitage, etc.

<sup>42</sup> 2011, “A Imagem nas Ilhas Canárias”, in *Blogue de Gaviño de Franchy Editores*, Disponível em <https://lopedeclavijo.blogspot.com/2011/04/la-estampa-en-canarias.html>. [acedido a 2023.04.20] citando SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Julio: La Merced nas Ilhas Canárias . JSP Canárias. 2001. Dom Laureano é o autor do desenho de “IMAGEM MILAGROSA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DE ABONA QUE É VENERADA NA SUA PEQUENA EREMITÉRIA” na Ilha de Tenerife, (dado á estampa em 1815 por Miguel Bermejo), provável familiar de Gerardo Ñunez de Villavicencio.

<sup>43</sup> ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Casamentos, L.º 6, fl. 225v.º.

<sup>44</sup> ABM, RP, S. Pedro, Funchal, Batismos, L.º 12, 1765.12.29, fl. 16.

<sup>45</sup> LADEIRA, 2009 : 199-202.

<sup>46</sup> BOUSQUET, 1934.

retábulo de Saint-Jean, na Igreja de Saint-Michael (Bordéus, França)<sup>47</sup>. Em plena Revolução Francesa, em maio de 1794, Bonaventure Béze seguindo viagem, com a esposa e três filhos e outros companheiros, para a América Central, para a Ilha de São Domingos (colónia francesa à data), o barco dinamarquês onde seguia foi aprisionado por ingleses deixando-os no Funchal. Resolveram passar uns tempos na Madeira, com medo de serem novamente aprisionados se seguissem viagem. Béze, mestre experiente, integrou-se nas oficinas locais e nas obras que estavam a desenrolar no Funchal. Está documentado nas obras entre 1795 e 29 de julho de 1801, data em que partiu da Madeira, após a ocupação inglesa desta ilha, deixando por procurador o cônsul francês na Madeira, José António Monteiro. Na Madeira, das principais obras refira-se os trabalhos de douramento e marmoreados no retábulo-mor da Igreja do Convento de Santa Clara, no Funchal, assinado e datado (1797)<sup>48</sup>; nas capelas de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Guadalupe e do SS. da Igreja de Santo António do Funchal (1799), dourando os retábulos rococós e “*fingindo pedra em todas as colunas e o mais que for nesario com a maior prefeisão que for posivel*”; trabalhos na Sé do Funchal; e o douramento de castiçais para a Capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, em Câmara de Lobos<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> 20 de junho a 7 de agosto de 1785 – Tratado com Bonaventure Béze, dourador, para reparos no altar e no retábulo de Saint-Jean “*Le tableau sera décrassé à neuf, relustré et enduit d’une couleur en huile sur le derrière pour rafraîchir les couleurs et prolonger sa durée*” [A pintura será limpa, repolida e revestida com uma tinta a óleo no verso para refrescar as cores e prolongar sua duração] (Archives départementales – Gironde Le Département, Paroisse Saint-Michael de Bordeaux, Fabrique de Saint-Michael, Comptabilité, Pièces comptables. Disponível em <https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vta9c14bebbdafbf8f>. [acedido a 2023.04.20]).

<sup>48</sup> Assinatura encontrada, em 2021, pela equipa de conservação e restauro aquando das obras realizadas no convento, sob coordenação da equipa da DRC/DSPC (in LADEIRA, RODRIGUES e SOUSA, 2023).

<sup>49</sup> SILVA, 1929 : 84-85; LADEIRA, 2009 : 202-204.



Fig. 7 – Assinatura de Bonaventure Béze “Béze dourador Françes 1797” no retábulo da capela-mor da Igreja do Convento de Santa Clara, Funchal. Fotografia: Filipe Matos, 2021.

A afinidade familiar, social e laboral destes mestres e a sua ligação social e laboral a outros mestres, naturais da Madeira, como o mestre das obras reais (1748-1779) Domingos Rodrigues Martins (c.1710-1781) e o entalhador, carpinteiro e mestre das obras reais (1810-1833) Estêvão Teixeira de Nóbrega (1746-1833), etc., fará com que detivessem o monopólio das obras realizadas na Madeira na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX. Alguns descendentes destes mestres continuaram nos ofícios dos pais, alguns deles nas Canárias, como abordaremos.

Destes mestres, naturais do espaço ibérico atlântico, açorianos e canarinos, a que se juntou por ligação familiar António da Trindade da Cruz, vemos algumas obras onde se constata o trabalho de oficina em parceria.

MADEIRA 2.ª metade do século XVIII – algumas obras, documentadas, em comum entre os mestres entalhadores e pintores em mobilidade.	Julião Francisco Ferreira (S. Miguel) (...1736-1771)	João António Villavicêncio (Tenerife) (...1745-1796)	José António da Costa (La Palma) (...1748-1781...)	António da Trindade da Cruz (Setúbal) (...1755-1803...)
Igreja de São Pedro – obras na capela-mor (c. 1749)			X	
Sé do Funchal – várias obras: sacristia (1736) capela-mor (1755); Capela do SS. (pintura/douramento) (1770-1772); pequenas obras e altares laterais (finais do século XVIII/inícios do XIX)	X	X	X	X
Capela de N.ª Sr.ª da Piedade (andor e nicho) (1756/1757)	X	X	X	
Igreja de S. Jorge (1750-1761)	X		X	
Igreja de São Tiago – douramento do altar/ pinturas) (1766/1767)		X	X	
Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, Estreito de Câmara de Lobos (1764-1776)	X	X		
Igreja de S. Sebastião, Câmara de Lobos – douramento (1766)		X		X
Igreja de S. Pedro (Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte) (1770-1773)	X	X	X	
Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, Caniço (1781)			X	
Igreja de N.ª Sr.ª da Piedade, Canhas (1788)				X
Capela do SS. – Igreja de N.ª Sr.ª da Luz – Ponta do Sol (1795)				X

Entre o entalhador Julião Francisco Ferreira, açoriano, e o pintor João António Villavicêncio, canarino, está documentada a sua parceria em obras entre 1755 e 1771, tendo nesta última data ficado Julião por fiador no contrato que Villavicêncio fez para a construção do retábulo da Capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Boa Morte, na Igreja de São Pedro, no Funchal. Entre muitas obras realizadas neste período, refira-se algumas em que estão documentados os trabalhos em parceria, ficando ora um mestre, ora outro, como responsável ou arrematador da obra, sendo, no entanto, grande parte das vezes João António Villavicêncio o responsável pela empreitada dos trabalhos de pintura, entalhe e até de carpintaria e pedraria. Nesses trabalhos de parceria, nos documentados, refira-se por exemplo, as obras de talha e/ou pintura e/ou de douramentos nas igrejas de São Pedro, Sé, São Tiago e Capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, todas no Funchal, e nas igrejas de S. Jorge, em S. Jorge; N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; e São Sebastião, em Câmara de Lobos. Até ao momento, destes mestres açorianos e canarinos não foi encontrada qualquer obra assinada.

Na mobilidade, refira-se, ainda, a presença de engenheiros estrangeiros nas obras de fortificação e de engenharia hidráulica no Funchal, como o francês Francisco de Alincourt (c. 1733-1816, ativo no Funchal entre 1767 e 1777), o italiano Francisco Tossi Columbina (ativo no Funchal entre 1756-1757) e o francês Reinaldo Oudinot (ativo no Funchal entre 1804 e † 1807.02.11)<sup>50</sup>.

Como é habitual nesta época, surgem programas de ornamentação total ao gosto do Barroco, no horror ao vazio, com os retábulos a extravasarem para as paredes laterais, pinturas nos tetos, pinturas de cavalete, emprego de douramentos e de motivos ornamentais, como efeitos de marmoreados e motivos florais e rocalhas, ao gosto rococó, como se observa nas capelas do SS. da Sé e de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Boa Morte (na Igreja de São Pedro, Funchal), estando em ambas identificado o pintor José António da Costa no douramento e pintura.

---

<sup>50</sup> CARITA, 1982 : 23-30; LADEIRA, 2009 : 39, 57-58.



Fig. 8 – Ornamentos no retábulo da Capela do SS. da Sé do Funchal. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2011.



Fig. 9 – Ornamentos na Capela de N.ª Sr.ª da Boa Morte, na Igreja de S. Pedro, Funchal. Fotografia: Paulo Ladeira, 2020.

Na pintura de tetos, até meados da década de 50 do século XVIII, foram privilegiadas composições com ornamentos vegetalistas, conjugados com cartelas, querubins e pássaros, como se observa na Igreja do Colégio e no Convento de Santa Clara, no Funchal. Em algumas pinturas de tetos estão identificadas as autorias – os pintores canarinos João António Villavicêncio e José António da Costa ou o cunhado António da Trindade. Em 1755, João António Villavicêncio recebeu 38\$000 réis pela “*reforma da pintura*” / “*de renovar*” o teto da capela-mor da Sé do Funchal, podendo tratar-se de retoques na pintura que havia sido feita em 1710/1711, ou mesmo de uma repintura total. Nesta pintura denotam-se mãos diferentes, fruto destas reformas ou do trabalho em equipa das oficinas.



Fig. 10 – Pormenor da pintura do teto da capela-mor da Sé do Funchal. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2000.

A partir de meados do século XVIII prevalece nos tetos a representação de arquiteturas em perspetiva (varandas, balaustradas e pórticos) e a representação de nuvens a enquadrar cenas bíblicas ou eucarísticas, como se observa nos tetos das igrejas de São Jorge e de São Tiago, onde estão documentados José António da Costa e João António Villavicêncio; no teto da capela-mor da Igreja de São Pedro, sendo João António Villavicêncio “*bemfeitor desta Igreja*”<sup>51</sup>; e no da capela do Espírito Santo, na Lombada da Ponta do Sol, pintada em 1768, conforme inscrição no interior.

<sup>51</sup> ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Óbitos: L.º 10, 1787.08.25, fls. 65-65v.º.



Fig. 11 – Teto da capela-mor da Igreja de Santa Maria Maior (S. Tiago Menor).  
Fotografia: Paulo Ladeira, 2014.



Fig. 12 – Pormenor do teto da capela-mor da Igreja de S. Jorge, em S. Jorge.  
Fotografia: Paulo Ladeira, 2006.



Fig. 13 – Pormenor do teto da capela-mor da Capela do Espírito Santo, Lombada da Ponta do Sol. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2007.

Esta última capela, face à data em que foi ornamentada com retábulos e pinturas de cavalete e no teto, ao gosto da “*arte total*” barroca/rococó, com características técnicas e formais semelhantes aos outros templos mencionados, indica que foi concretizada por esta equipa de mestres. Na representação de figuras é recorrente o uso de animais monstruosos, fruto da temática associada às devoções religiosas, como São Jorge, a Imaculada Conceição, a Eucaristia e o triunfo do bem sobre o mal.



Fig. 14 – Pormenor do teto da capela-mor da Igreja de Santa Maria Maior (S. Tiago Menor). Fotografia: Paulo Ladeira, 2014.

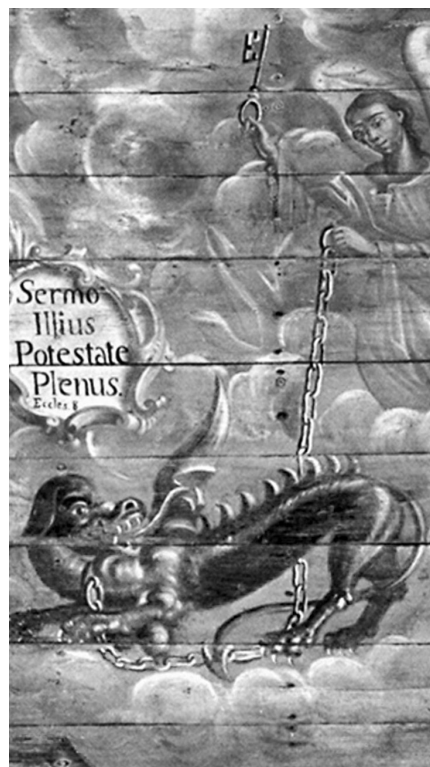


Fig. 15 – Pormenor do teto da capela-mor da Igreja de S. Jorge, em S. Jorge. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2000.



Fig. 16 – Pormenor do teto da capela-mor da Capela do Espírito Santo, Lombada da Ponta do Sol. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2007.



Fig. 17 – Pormenor do teto da capela-mor da Igreja de S. Pedro, Funchal. Fotografia: Paulo Ladeira, 2009.

Coincidência ou não, refira-se que José António da Costa era natural da Ilha de São Miguel de La Palma, onde proliferam muitas representações de São Miguel e o triunfo do bem sobre o mal. Outra figura muito recorrente é a de uma figura feminina com uma tiara de três andares na cabeça, simbolizando, geralmente, o Triunfo da Eucaristia.



Fig. 18 – Pormenor do teto da capela-  
-mor da Igreja de S. Pedro, Funchal.  
Fotografia: Paulo Ladeira, 2009.



Fig. 19 – Pormenor de pintura na  
capela-mor da Igreja do Espírito  
Santo e Santo Antão, Caniço.  
Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2004.



Fig. 20 – Pormenor de pintura na  
Capela do SS, na Igreja de N.ª Sr.ª  
da Luz, Ponta do Sol. Fotografia:  
Roberto Pereira, DRC, 2011.

A pintura de paisagens e de figuras com traços bem definidos, em tons de azul e branco, no teto da capela-mor da Igreja de São Tiago e nas paredes laterais da Capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Boa Morte, é característico da obra destes dois pintores canarinos, identificados a trabalhar nestes dois templos.



Fig. 21 – Pormenor do teto da capela-mor da Igreja de Santa Maria Maior (S. Tiago Menor).

Fotografia: Paulo Ladeira, 2014.



Fig. 22 – Pormenores nas paredes laterais da Capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Boa Morte, na Igreja de S. Pedro, Funchal. Fotografia: Paulo Ladeira, 2020.

Quanto às pinturas de cavalete, nas composições, as figuras são distribuídas de forma ordenada por todo o espaço pictórico sendo dada importância aos elementos que compõem o cenário (paisagens e arquiteturas) formando planos de conjunto.

Na temática prevalece a representação de passagens bíblicas e de litanias da Virgem, numa diretriz erudita e contrarreformista, com inscrições em latim e composições de recurso a gravuras e a pinturas regionais e estrangeiras. Denotam-se diferentes “*mãos*” na execução destas pinturas, umas mais eruditas e outras mais ingénuas com alguns defeitos anatómicos. Este tipo de composições teve diversos seguidores na Madeira até ao século XIX, cuja maior referência foi o pintor Nicolau Ferreira (1731.09.10 – c. 1800; ativo c. 1754-1800), natural da Madeira.

Nas últimas duas décadas do século XVIII e início do século XIX deu-se um movimento inverso, com a presença de diversos pintores madeirenses nas Canárias.

Gerardo Francisco de Abreu nasceu na freguesia da Sé do Funchal a 23 de setembro de 1748, filho do cerieiro Francisco José de Abreu, natural da Tabua, e de Maria Lourença das Neves, natural da freguesia de S. Gonçalo ou de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Calhau<sup>52</sup>. Segundo Alejandro Lorenzo Lima, citando um documento do Arquivo Histórico Diocesano de Las Palmas de Gran Canaria, a mãe de Gerardo era natural da Ilha de Tenerife, para onde se transferiu, da Madeira, após a morte do marido (lapso na naturalidade ou Geraldo forjou a naturalidade da mãe num processo do Tribunal Eclesiástico em Canárias?)<sup>53</sup>.

Gerardo exerceu a profissão de pintor na Madeira, estando documentado em 1766 na pintura e douramento do retábulo-mor da Igreja de S. Sebastião, em Câmara de Lobos, com a idade de 18 anos, trabalhando em conjunto com os pintores João António Villavicêncio, António da Trindade da Cruz e António Pinto. Na década de 1770, Gerardo foi obrigado pelo governador da Madeira, José António de Sá Pereira, a intervir como ator “*cómico*” em funções teatrais, durante dois a três anos consecutivos, “*no por oficio ni por interés del salario*”, como referiu

---

<sup>52</sup> Neto paterno de Francisco Gomes Vieira, da Tabua, e materno de Manuel Jacinto e Luzia dos Santos, naturais de S. Gonçalo. Foi padrinho o Deão António Monteiro de Miranda (ABM, RP, Sé, Batismos, L.º 23, fl. 127).

<sup>53</sup> LIMA, 2022 : 24-25.

Gerardo, mas por obrigação do governador<sup>54</sup>. Em abril de 1777 ainda estava na Madeira, quando foi padrinho de batismo de João, filho do entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega, em conjunto com a madrinha Joana Flora Villavicêncio, filha do pintor João António Villavicêncio, representada pelo procurador o pintor José Agostinho da Costa, filho do pintor José António da Costa<sup>55</sup>.

O convívio de Gerardo Francisco de Abreu com os mestres canarinos deve ter influenciado e/ou facilitado a sua ida para Santa Cruz de Tenerife, em finais de 1777 ou 1778, onde requereu a entrada para professar como frade franciscano. No processo de requerimento, em 1779, Pedro Agostinho Pestana, casado com Antónia Teresa Villavicêncio (filha do pintor José António da Costa), testemunhou a favor de Gerardo, perante o Tribunal Eclesiástico<sup>56</sup>.

Gerardo foi um pintor dourador e de pintura ornamental. Em 1787 pintou um frontal de altar para o retábulo do “*Señor de la Cañita*”, da paróquia de São João Batista, de La Orotava – Tenerife, com representações de tecidos de brocado, dourados e motivos vegetalistas e florais. Em Tenerife, Gerardo está identificado na pintura de outros frontais e são-lhe atribuídos outros<sup>57</sup>. Nas Canárias, é desconhecido o ano e local da sua morte. No Funchal, em julho de 1821, faleceu Fr. Gerado, tendo o convento de S. Francisco, do Funchal, gasto \$500 réis em cera no seu enterro<sup>58</sup>, podendo tratar-se do pintor em causa.

José Jacinto Villavicêncio, nascido na freguesia de S. Pedro, no Funchal, a 27 de abril de 1758, filho do pintor João António Villavicêncio e de sua mulher<sup>59</sup>, foi ajudante de seu pai, no cargo de mestre das obras reais, de 1783 a 1786, tendo neste último ano seguido para a Ilha de Gran Canária, onde casou com D. Maria do Carmo Mendonça, natural de Gran Canária<sup>60</sup>. Entre 1788 e 1802 estava na Madeira<sup>61</sup> e por volta de 1802/1803 seguiu novamente para as Canárias, onde foi

---

<sup>54</sup> LIMA, 2022 : 27.

<sup>55</sup> ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Batismos, L.º 12, fl. 269. Em 19 de março de 1777 foi padrinho de batismo de um filho de José Rodrigues (ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Batismos, L.º 12, fl. 268).

<sup>56</sup> LIMA, 2022 : 26.

<sup>57</sup> LIMA, 2022 : 33-45.

<sup>58</sup> ANTT, *Convento de S. Francisco do Funchal*, L.º 6, fl. 104v.º.

<sup>59</sup> ABM, *RP*, S. Pedro, Funchal, Batismos: L.º 11, fl. 205v.º.

<sup>60</sup> ABM, *Registos Notariais*, L.º 1031, Notário de António Rodrigues do Carmo e Costa, fls. 44-44v.º; LADEIRA, 2009 : 45-47.

<sup>61</sup> LADEIRA, 2009 : 45-46.

designado em 1805 de “*el maestro pintor português*”<sup>62</sup>. Das suas obras em Gran Canária, é conhecida a policromia dos Apóstolos da cúpula da Catedral de Santa Ana, de Las Palmas, em 1806<sup>63</sup>.

A destruição da igreja e respetivo arquivo paroquial de Santa Maria Maior, no Funchal, na aluvião de 1803, onde residiu algum tempo o pintor José António da Costa, não permite aclarar, em parte, os descendentes deste pintor. Um filho deste, natural do Funchal, provavelmente desta freguesia, de nome Manuel Acosta Villavicencio emigrou para Tenerife tendo, em 1795, policromado o tabernáculo construído pelo escultor José Luján Pérez (1756-1815) para a paróquia dos Remédios, em La Laguna. Um pouco depois de 1809, nesta igreja participou em outras obras e dourou o retábulo de São José, sendo referido como “*el maestro português*”. José António da Costa teve ainda outro filho, José Agostinho da Costa (Funchal, 1748 – ativo 1790), que continuou o ofício de pintor, na Madeira, como já referido<sup>64</sup>.

O pintor Bonaventure Béze, que trabalhou na Madeira, como referido, permaneceu uma temporada no Arquipélago das Canárias, provavelmente logo após a sua saída da Madeira. O escultor José Luján Pérez construiu, em inícios do século XIX, em estilo Neoclássico, o tabernáculo da Catedral de Las Palmas (Gran Canária), sendo pintado por Bonaventure Béze com uma imitação de bronze e mármore. Bonaventure Béze foi autor de outros trabalhos de pintura nesta catedral como o douramento das molduras das pinturas da Imaculada Conceição e de São Sebastião, da autoria de Juan de Miranda, que encimam as naves colaterais<sup>65</sup>.

Luján Pérez teve como um dos seus encomendantes o comerciante madeirense Felipe Carvalho Almeida (Funchal, 1765.05.01 – † paróquia dos Remédios, La Laguna, 1848.07), residente em La Laguna (Tenerife) desde o final do século XVIII<sup>66</sup>, onde casou com Ana de Oliveira, na paróquia matriz da Conceição, a 17 de maio de 1785<sup>67</sup>, à qual doou uma escultura de N.ª Sr.ª das Dores, a imagem “*La Predilecta*” [A Favorita] do escultor. Felipe Carvalho Almeida ficou viúvo, em

---

<sup>62</sup> LIMA, 2022 : 32.

<sup>63</sup> LIMA, 2022 : 32.

<sup>64</sup> José Agostinho da Costa casou, em 1774, com Bernarda Inocência de Jesus (ABM, RP, São Gonçalo, Funchal, L.º 5, fl. 30v.º).

<sup>65</sup> PERERA, 1968 : 48.

<sup>66</sup> LIMA, 2012 : 59-87.

<sup>67</sup> LIMA, 2012 : 67.

1825, e casou segunda vez, em 1834, com Teresa de Rojas em Tejina (arredores de La laguna)<sup>68</sup>.

Nas Canárias trabalhou o carpinteiro António Cabral, natural do Funchal, falecido em Las Palmas, em 1806<sup>69</sup>.

Durante o século XVIII e até inícios do século XIX, existiu mobilidade de mestres entalhadores, pintores e douradores do Arquipélago da Madeira com os Açores e principalmente com as Canárias. Numa primeira fase, chegaram à Madeira entalhadores dos Açores, pinturas e pintores das Canárias e numa segunda fase saíram pintores da Madeira para as Canárias, alguns descendentes dos mestres canarinos que trabalharam na Madeira, obrando em obras importantes nas principais igrejas e capelas destes arquipélagos.



Fig. 23 – “Decapitação de S. João Batista”, pintura na parede lateral da capela-mor da Igreja de S. Jorge, S. Jorge. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2011.

<sup>68</sup> LIMA, 2012 : 71.

<sup>69</sup> LIMA, 2022 : 32, citando CONCEPCIÓN RODRÍGUEZ, 2015 : 60-61.



Fig. 24 – “O Espírito Santo sobre Maria e Santa Isabel”, pintura na Capela do Espírito Santo, Lombada da Ponta do Sol. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2007.



Fig. 25 – “Santíssima Trindade e a Imaculada Conceição”, pintura na Capela do Espírito Santo, Lombada da Ponta do Sol. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2007.



Fig. 26 – “Virgem Poderosa, Mãe de Deus”, pintura na Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, Estreito de Câmara de Lobos. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2004.



Fig. 27 – “Apresentação de Nossa Senhora do Templo”, pintura na Igreja de N.ª Sr.ª da Graça, Estreito de Câmara de Lobos. Fotografia: Roberto Pereira, DRC, 2004.

## FONTES:

- ABM, *Confrarias*, L.º 9, Livro do registo particular de determinações da mesa, Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco, Convento de S. Francisco, Funchal (1751-1808).
- ABM, *Governo Civil*, L.º 227, Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte – Igreja de São Pedro, Funchal, Livro de Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria (1764-1845).
- ABM, *Governo Civil*, L.º 535, Registo Geral da Secretaria do Governo (1781-1782).
- ABM, *Juízo dos Resíduos e Capelas*, Testamentos, Cx. 3, n.º 40, Julião Francisco Ferreira.
- ABM, *Coleção de Periódicos*, Diário Popular, Funchal, 1908.07.14.
- ABM, *Registos Paroquiais*, Câmara de Lobos, Casamentos, L.º 4 (1751-1797).
- ABM, *Registos Paroquiais*, S. Pedro, Funchal, Batismos, L.º 11 (1751-1765).
- ABM, *Registos Paroquiais*, S. Pedro, Funchal, Batismos, L.º 12 (1765-1778).
- ABM, *Registos Paroquiais*, S. Pedro, Funchal, Casamentos, L.º 6 (1712-1760).
- ABM, *Registos Paroquiais*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, L.º 8 (1764-1771).
- ABM, *Registos Paroquiais*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, L.º 10 (1784-1788).
- ABM, *Registos Paroquiais*, S. Pedro, Funchal, Óbitos, L.º 11 (1788-1797).
- ABM, *Registos Paroquiais*, Sé, Funchal, Batismos, L.º 23 (1746-1753).
- ABM, *Registos Paroquiais*, Sé, Funchal, Casamentos, L.º 13 (1749-1757).
- ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, L.º 9, “Livro da receita e despesa e relação das casas, fazendas, foros e mais rendas da Fábrica da Sé do Funchal” (1722-1741).
- ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, maço 29, doc. 12.
- ANTT, *Cabido da Sé do Funchal*, maço 29, doc. 6.
- ANTT, *Convento de S. Francisco do Funchal*, L.º 6, L.º de Receita e Despesa (1815-1832).
- ANTT, *Provedoria da Junta Real Fazenda do Funchal*, L.º 974, L.º do Registo Geral da Fazenda e Contos.
- ANTT, *Provedoria da Junta Real Fazenda do Funchal*, L.º 977, Registo de Títulos Reais.
- ANTT, *Provedoria da Junta Real Fazenda do Funchal*, *Registo Geral*, L.º 426.
- APEF, *Livro da Fábrica da igreja de São Pedro do Funchal* (1638-1734).

Archives départementales – Gironde Le Département, Paroisse Saint-Michael de Bordeaux, Fabrique de Saint-Michael, Comptabilité, Pièces comptables. Disponível <https://archives.gironde.fr/ark:/25651/vta9c14bebbdafbf8f>. [acedido a 2023.04.20].

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOUSQUET, H. (1934), *Inventaire des Archives du Chateau de Vezins*, Tome Premier – Vezins & Annexes Recoules I, in Archives Historiques du Rouergue XII, Commission des Archives Historiques du Rouergue 2, rue de Laumière, 2 – Rodez.
- CARITA, Rui (1982), *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, Funchal, DRAC – Madeira.
- CARITA, Rui (1999), *História da Madeira – O século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, Funchal, SRE.
- CARITA, Rui (2013), *A Igreja Grande de São Jorge 1761 – 2011*, Funchal, Edição Serviço de Publicações – DRAC Madeira.
- CARITA, Rui (2023), “As relações da Madeira com os Açores: a complementaridade dentro de diferentes posições políticas ao longo da sua História”, in *Islenha*, n.º 73, pp. 4-15.
- CONCEPCIÓN RODRÍGUEZ, José (2015), «José Luján Pérez: nuevas anotaciones sobre su vida y su obra», *José Luján Pérez. El hombre y la obra 200 años después*. Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria.
- FERREIRA, P.e Manuel Juvenal Pita (1963), *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- LADEIRA, Paulo (2003), *O Rococó na Madeira – A Talha e a Pintura do Último Barroco ao Primeiro Neoclássico*, Tese de Mestrado em História de Arte / História da Madeira, Mestrado em História e Cultura das Regiões, Universidade da Madeira. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/589>. [Consultado: 2023-04-20].
- LADEIRA, Paulo (2009), *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo (2015), “A talha na Madeira, entre o Barroco e o Neoclássico: o Rococó”, in *Diocese do Funchal A Primeira Diocese Global História, Cultura e Espiritualidades*, Direção de José Eduardo Franco e João Paulo Oliveira e Costa, vol. II, 1.ª edição, pp. 315-340.
- LADEIRA, Paulo (2023), “Os «intalhes, e lisos» de Julião Francisco Ferreira das Ilhas” in *Islenha*, n.º 73, pp. 44-53.

- LADEIRA, Paulo; RODRIGUES, Rita (2011), “A Igreja de Nossa Senhora da Graça, Parte II – Contributos para a sua história”, in *Girão*, vol. II, n.º 6, pp. 5-52.
- LADEIRA, Paulo; RODRIGUES, Rita; SOUSA, Francisco Clode (2023), *Convento de Santa Clara*, in SOUSA, Francisco Clode (coord.), coleção Guias Capelas e Igrejas da Madeira, Funchal, SRTC/DRC.
- LIMA, Juan Alejandro Lorenzo (2012), “De Madeira a Canarias. Noticias sobre Felipe Carvalho Almeyda y su compleja relación con Luján Pérez”, *Revista de Historia Canaria*, n.º 194, pp. 59-87.
- LIMA, Juan Alejandro Lorenzo (2022), “de Madeira a Canarias. Fray Gerardo de Abreu (1748-1787...) y los frontales pintados de altar”, *revista de História Canária*, n.º 204, pp. 21-45.
- MATOS, padre Silvério Aníbal de (2000), *São Jorge e suas Ermidas*, Edição da Câmara Municipal de Santana, Junta de Freguesia de São Jorge e Casa do Povo de São Jorge.
- MENDONÇA, Isabel (2015), “As sacristias barrocas da Sé e do Colégio jesuítico do Funchal”, in *Diocese do Funchal A Primeira Diocese Global – História, Cultura e Espiritualidades*, Dir. FRANCO, José Eduardo e João Paulo Oliveira e Costa, vol. II, 1.ª edição, pp. 179-211.
- MORALES, Carlos Rodríguez (2021), “Después de Quintana. Nicolás de Medina y la pintura en Canarias a mediados del siglo XVIII”; *XXIV Coloquio de Historia Canario-Americana (2020)*, XIV-051, Las Palmas de Gran Canaria. Espanha, pp. 1-15.
- PERERA, Don Jesús Hernández (1968), “Tabernáculos neoclásicos de Tenerife y Gran Canaria”, Comunicación presentada, com diapositivas, en la clausura de la Exposición de Retratos Reales, organizada por el Instituto de Estudios Canarios, en el Museo de Santa Cruz de Tenerife, el 9 e mayo de 1967, In *Estudios Canarios, Anuario del Instituto de Estudios Canarios, XI-XII-XIII*, Actas, Memorias, Sesiones Científicas y Resúmenes de los Cursos 1965-1966, 1966-1967, 1967-1968, La Laguna – Tenerife, Islas Canarias, pp. 44-50.
- RODRIGUES, Rita (2011), “A Igreja de Nossa Senhora da Graça, Parte I – Contributos para o estudo do seu património”, in *Girão*, vol. II, n.º 6, pp. 53-98.
- RODRIGUES, Rita (2012), *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750. A Eficácia da Imagem*, tomo I e II, Tese de Doutoramento em Letras – Especialidade em Estudos Interculturais, Funchal, Universidade da Madeira.
- SILVA, Padre Fernando Augusto da (1929), *Paroquia de Santo António da Ilha da Madeira – Alguns subsídios para a sua história*, Funchal, Edição do autor.

**UM ACIDENTE QUE TROUXE PROSPERIDADE.  
DO NAUFRÁGIO DO NAVIO SPINDRIFT, EM  
1870, AO PATRIMÓNIO RELACIONADO COM A  
APANHA DA AMÊIJOA, NA ILHA DE SÃO JORGE<sup>1</sup>.**

**RITA NASCIMENTO**

Museu Francisco de Lacerda, Direção Regional da Cultura

Rita.CR.Nascimento@azores.gov.pt

**INTRODUÇÃO**

Numa das fajãs mais emblemáticas do arquipélago dos Açores, situada na ilha de São Jorge e de difícil acesso, como escreveu José Candido da Silveira Avellar – “*Fajã da Caldeira. A’beira mar ao norte da ilha, para onde se desce por alcantiladas rochas, (...)*”<sup>2</sup>, – as amêijoas da Caldeira de Santo Cristo tornaram-se um dos produtos gastronómicos de excelência. Não por ser uma espécie natural desta ilha do Grupo Central, nem mesmo do arquipélago dos Açores, mas por diversos outros fatores que levaram a que esse produto tão apreciado se tornasse num ícone gastronómico. Para que a amêijoa alcançasse o reconhecimento que detém atualmente, através do paladar, haverá necessidade de refletir e contar a história de um dos principais ex-líbris da ilha, a Caldeira de Santo Cristo.

---

<sup>1</sup> Este trabalho está inserido na proposta de Inventário de Património Cultural Imaterial no âmbito do trabalho final da unidade curricular *Tradições e Turismo Religioso*, da Pós-graduação em Turismo Cultural (ano letivo 2020/21) pela Universidade dos Açores, com o intuito de propor no “MatrizPCI-Açores”.

<sup>2</sup> AVELLAR, 1902: 336.

## DA FORMAÇÃO DA LAGUNA AO SURGIMENTO DAS AMÊIJOAS

A laguna<sup>3</sup> localiza-se num dos territórios que compõe a Macaronésia, numa das Regiões Autónomas de Portugal, no Arquipélago dos Açores, na costa nordeste da ilha de São Jorge, localizada no grupo central desta região ultraperiférica. É nesta costa, pertencente à freguesia da Ribeira Seca do concelho da Calheta, que se encontra a Fajã da Caldeira de Santo Cristo. De origem detrítica<sup>4</sup>, este é o único sistema lagunar de barreira nos Açores<sup>5</sup>, que consegue reunir as condições ótimas para o desenvolvimento das amêijoas. Ou seja, por ter água salobra pouco profunda (que varia entre os 14-24°C), pela sua riqueza em alimento particulado (que ocorre por percolação durante o vazante e enchente entre a laguna e o oceano) e ainda, por ter um substrato<sup>6</sup> que: a) promove uma boa oxigenação, b) cria barreira aos predadores, c) induz o assentamento e o crescimento, c) concomitantemente, tem influência no tamanho máximo das amêijoas<sup>7</sup>.

Segundo alguns investigadores como Brian Morton e Regina Tristão da Cunha (2015), estes referem que o evento de 9 de julho de 1757 é uma das explicações geológicas que contribuiu para a formação da laguna costeira e quiçá da formação da própria Fajã da Caldeira de Santo Cristo<sup>8</sup>. A data supramencionada corresponde

---

<sup>3</sup> Uma laguna é uma extensão de água salobra costeira e ligada, através de um canal, ao mar/oceano, sendo diferente e comumente confundido com o termo lago ou lagoa. Estes por sua vez, são também distintos um do outro, mas têm em comum o fator de que “são porções de terra com altitudes inferiores ao ambiente circundante, retendo/acumulando uma considerável quantidade de água doce” e não tem conexão direta com o mar/oceano. Assim, ao longo do artigo optei por utilizar o termo laguna.

<sup>4</sup> De formação por detritos/materiais provenientes de movimentos de massa de vertente (desabamentos, deslizamentos e quebradas).

<sup>5</sup> PEREIRA, 2011: 1, as lagunas da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e da Fajã dos Cubres são as únicas nos Açores de sistema lagunar de barreira e são, além disso, um sistema muito raro em ilhas vulcânicas.

<sup>6</sup> Areia cascalhenta (média) e silte grosseiro *in* PEREIRA, 2011: 2.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> FRUTUOSO, 2005, IV: 93, a Fajã dos Cubres, por volta de 1580, já estava arroteada e era fazenda dos herdeiros de Pedro Anes Valença e, a Fajã Redonda pertencia à fazenda do Capitão, mas não menciona as restantes fajãs que se situam entre essas duas. Relativamente ao *Mandato de Deus*, AVELLAR, 1902: 425-430, só faz referência à Fajã dos Cubres na “parte norte da ilha, por ter sofrido grandes danos, mas que não foi problemático porque não existiam edifícios”.

Em 1788, a fajã da Caldeira surge pela primeira vez(?) assinalada na cartografia “Carta esférica de las islas de los Azores ò Terceras” *in* <https://almamater.uc.pt/item/44770>, como “Ensª. de la Caldera”. Sendo que nas várias cartografias, a que acedi, anteriores à data de 1788, não obtive a sua sinalização.

ao mais violento terramoto e maremoto dos Açores desde o seu povoamento, com epicentro na Calheta, conhecido como *Mandato de Deus*, e que está na génese de muitas das atuais fajãs. Este fator aliado à subsequente alteração geomorfológica<sup>9</sup>, ecológica e, posteriormente por atividades humanas<sup>10</sup>, terá sido a conjuntura de criação da laguna, mas também, agora, a causa da redução da sua extensão. Desta forma, e por meio de explicação detalhada, para a laguna ter conseguido atingir um amadurecimento na sua estrutura, terão sido necessárias décadas para tal. Posto isto, podemos entender que, desde que as amêijoas surgiram na conhecida “lagoa da Caldeira”, as mesmas foram submetidas a um processo de adaptação referente a todas as mudanças ali existentes.

É de destacar que os estudos iniciais de vários investigadores, dão apenas destaque à espécie *Venerupis decussata/Ruditapes decussatus/Tapes decussatus* (vulgarmente conhecida por amêijoa-boa/fina), e só a partir de 2009/10 surgem outros, onde mencionam a existência de outra espécie de amêijoa, a *Venerupis Aurea/Tapes aureus/Ruditapes aureus* (vulgarmente conhecida por amêijoa-bicuda/cão), ou seja, constatando a coexistência de dois géneros de amêijoas, naquela laguna.

A maioria dos estudos sobre a amêijoa na laguna em discussão, tem como questão central a causa da colonização do bivalve, numa ilha tão remota entre os continentes europeu e americano. Por diversos fatores apresentados e estudados, a introdução larvar natural foi colocada de parte. Primeiro, pela distância oceânica, mas também pelos substratos inadequados para a colonização das amêijoas nos Açores, em geral. *Então, se a colonização da amêijoa não surgiu como processo natural, de que forma foi introduzida pelo homem?*

Inicialmente surgiram dois artigos com possibilidade de explicação, que aguçaram a curiosidade de outros investigadores.

- A) Breve referência da investigadora, Ana Isabel Neto, a uma possível introdução da(s) amêijoa(s). Referencia a publicação de um almanaque local de 1930, onde é mencionado que um emigrante natural da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, de regresso dos EUA, terá trazido as amêijoas consigo.

<sup>9</sup> Pela ação do mar, águas pluviais, águas de escorrência e o vento.

<sup>10</sup> MORTON & CUNHA, 2015: 555-579.

- B) Hipóteses exploradas pelo Técnico de Pescas, Aristides Silva (2011) na introdução da *Venerupis decussata*:
1. A amêijoia foi trazida do continente;
  2. A amêijoia foi trazida por um padre;
  3. Os ingleses é que ensinaram a comer os “clames”;
  4. Um emigrante foi responsável por trazer as amêijoas;
  5. Os ingleses ligados aos cabos submarinos (a partir de 1893) introduziram as amêijoas na laguna.
- C) Teoria da introdução da *Venerupis decussata*, por parte de Brian Morton & Regiana Tristão da Cunha (2015), onde é referido o naufrágio acidental do navio inglês *Spindrift*, em 1870, ao largo da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, como causa.
- D) Teoria da introdução da *Ruditapes aureus*, dos investigadores Brian Morton & Priscilla T. Y. Leung (2018), que defende um processo mais recente, por volta de 1993, e que terá sido igualmente introduzida pela mão do homem, a partir do continente europeu, tal qual foi a *Venerupis decussata*.

Na demanda por tentar perceber e encaixar todas estas teorias, foi estabelecido como ponto de referência os primeiros registos escritos sobre o reconhecimento, por parte da comunidade jorgense, do molusco na conhecida “Lagoa da Caldeira” e que, segundo o Padre Manuel Azevedo da Cunha (1981), menciona já a amêijoia como iguaria nos Açores, em 1924: “Na orla interior da lagoa encontram-se, procurando-as a bico de alvião, ameijoas, marisco apreciável que em S. Jorge (e em todo o arquipélago dos Açores) só aparece que saibamos, naquela localidade”<sup>11</sup>.

Se em 1924 a amêijoia já era consumida a nível regional, significa que a sua introdução teria de ter precedência temporal de modo a permitir uma quantidade em abundância. No decurso do livro de Cunha (1981) é descrito que a ermida em

---

<sup>11</sup> (CUNHA, 1981: 277).

Além disso, no estudo de MORTON & TRISTÃO DA CUNHA, 2015, o pai da 2ª autora (Fernando Tristão da Cunha, nascido em 1929), recorda que quando tinha 10 anos, da sua mãe dizer que comia amêijoas antes de ele nascer e que elas eram tão abundantes que as pessoas até as davam às suas galinhas, por ser um alimento rico em cálcio.

louvor ao Sr. Santo Cristo, foi aberta ao culto em 1835<sup>12</sup>. Esta informação despoletou o interesse em compreender a teoria de que teria sido um padre a introduzir as amêijoas na dita laguna. Ainda, no mesmo livro, é referido que o único padre do continente português que lá celebrou missas nos finais do séc. XIX, terá sido oriundo da Arrábida, tendo permanecido na Caldeira de Santo Cristo no período de 1836-1840<sup>13</sup>. Ora aqui, surge a oportunidade de juntar as teorias apresentadas por Aristides Silva, de que a amêijoa foi trazida do continente por um padre. Contudo, segundo Silva, seria muito difícil que a introdução do bivalve tenha sido feita dessa forma, uma vez que as amêijoas viveriam poucas horas fora de água dado que na época apenas existiam as viagens de barco e não havia qualquer tipo de sistema de refrigeração, para as manter vivas/frescas. Além disso, não seria expectável que na primeira viagem daquele padre, ele pensasse em levar consigo amêijoas para fins de produção.

Na mesma linha de pensamento, no estudo de Ana Isabel Neto (2009/10), a autora faz referência a uma publicação de 1930 de um almanaque, “*A cultura deste molusco foi ali introduzida há uns sessenta anos [(~1870)] por um natural do lugar quando regressou dos Estados Unidos da América*”. A presente declaração levanta questões. *Se não foi o padre oriundo do continente português como seria possível um migrante dos EUA, ter trazido as amêijoas se as impossíveis condições de transporte seriam as mesmas, com agravamento no tempo de viagem?*

Ainda assim, por motivos de amplitude da investigação, não foi colocada de parte a hipótese de um emigrante ter conseguido introduzir o bivalve. Aqui, será possível concordar, no enquadramento do estudo, com o período marcante de emigração nos Açores, ocorrido nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, com destino à América do Norte, entre 1880-1920. Contudo, perante o relato de José Cândido Avellar (1902) no seu livro, quando descreve a laguna da Caldeira de Santo Cristo, não é feita a referência às amêijoas, mencionando somente “*Há ali também extensa lagôa*”. Não obstante, Morton & Tristão da Cunha nos estudos de 2015, mencionam que o investigador Moniz, em 1906, apresenta um texto onde regista 19 espécies marinhas da laguna de Santo Cristo, dos quais 8 foram consideradas

---

<sup>12</sup> CUNHA, 1981: 275: Em 1832 mediante alguns moradores da Caldeira, é solicitado ao Cabido, a construção de uma ermida, “por ser muito distante a Igreja Paroquial e alegando a existência de 80 fogos no local”.

<sup>13</sup> Idem: 276. Padre. Florindo José Soares.

residentes e 11 como possíveis visitantes (como recursos de pesca), sendo que nunca menciona a amêijoa nem como espécie residente, nem como visitante. Se a introdução tivesse sido feita pelo emigrante dos EUA, ou pelo padre oriundo de Portugal, seguramente que Moniz nos seus estudos teria reconhecido a amêijoa como recurso de pesca.

Em simultâneo, cai por terra a teoria (Aristides Silva, 2011) de que teriam sido os ingleses, que instalaram os cabos submarinos telegráficos (1893), a ensinar a comer os “clames” da laguna da Caldeira de Santo Cristo. É certo que instalaram o ponto de amarração, na Caldeira, do cabo que ligava a ilha de São Jorge à ilha da Graciosa, e que nos dias de hoje, ainda é possível verificar vestígios do mesmo. Contudo, é possível afirmar que não poderão ter sido os ingleses desta época, a ensinar como se comiam os “clames”. Estas últimas informações em conjunto com o relato feito pela Sra. Fátima Pereira, natural da Fajã dos Tijolos<sup>14</sup> e do seu irmão, o Pe. António Machado<sup>15</sup>, onde afirmaram que a sua avó nascida em 1882, contava que “chegou a brincar com as amêijoas, por não saber que eram de comer”. Desta forma, pode-se dizer que as amêijoas estariam presentes na laguna entre (~1892-1906), mas não em números óbvios e sem o conhecimento por parte dos residentes daquela fajã, indicando também que tanto a laguna como a amêijoa, encontravam-se em processo de amadurecimento, assunto trabalhado na investigação de Morton & Tristão da Cunha (2015).

Quanto à teoria desenvolvida por Morton & Tristão da Cunha (2015), sobre o naufrágio no navio *Spindrift*, a sua argumentação confere maior probabilidade de confirmação da introdução da *Venerupis decussata*. A avó da Regina Tristão da Cunha (1901-1991), nascida na Calheta de São Jorge e José Pereira Gregório (1909-2006) da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, ambos afirmavam que na sua infância, os seus pais (~1910-1920), comentavam sobre um navio cuja carga continha amêijoas e que naufragou nas rochas exteriores à muralha da laguna e que acabou por afundar. Por meio de pesquisa, os investigadores procedem à averiguação dos naufrágios

---

<sup>14</sup> Recolha realizada aquando da elaboração do trabalho no âmbito do Inventário do Património Imaterial inserido na unidade curricular *Tradições e Turismo Religioso* (ano letivo 2020/21) na Universidade dos Açores.

<sup>15</sup> Recolha realizada aquando dos estudos do então técnico de Pescas, Aristides Silva, em 2011, com o intuito de averiguar a introdução da amêijoa na Caldeira de Santo Cristo in [https://siam.azores.gov.pt/zonas-costeiras/faja-caldeira-santo-cristo/ameijoas-caldeira/\\_texto.html](https://siam.azores.gov.pt/zonas-costeiras/faja-caldeira-santo-cristo/ameijoas-caldeira/_texto.html)

ocorridos naquela zona no final do séc. XIX e início do séc. XX, tendo concluído que apenas existe registo de 1 ocorrência, a de 6 de dezembro de 1870, um bergantim de nome *Spindrift*, que navegava de Liverpool para Tabasco, via Antilhas. Segundo o descrito, este navio encalhou a uns 300m ao largo da laguna de Santo Cristo. Os presentes dados foram confirmados com recurso à *Lloyd's List*<sup>16</sup>, de 7 de janeiro de 1871.

O *Spindrift* terá saído da cidade de Liverpool, no dia 26 de novembro de 1870, e devido a uma tempestade, sofre um desvio na sua rota, que por um conjunto de circunstâncias acaba por afundar ao largo da Caldeira de Santo Cristo. Com uma tripulação constituída por 9 elementos, apenas sobreviveram dois marinheiros, sendo estes aprendizes. O bergantim, contruído naquele mesmo ano, era considerado a mais bela embarcação de todas que saíram de Mersey, em Liverpool. Segundo um dos sobreviventes, Newing, este relata que o barco encalhara num recife a 800metros da costa. De salientar que a laguna seria muito maior que do que é atualmente, conforme relatou Pe. Manuel Azevedo da Cunha no seu livro: “A lagoa, que outrora era completamente cerrada e de muito maior âmbito, porquanto se diz que dela se avista o ilhéu do Topo, acha-se notavelmente circunscrita comunicando já com o mar por duas bocas abertas no alpeirão, ou acumulado de pedras soltas, formando barda de alguns pés de altura.”<sup>17</sup>

Perante diversos fatos, Morton & Tristão da Cunha (2015) concluem que o naufrágio foi consequência casual de uma série de eventos infortúnios. Com descrição no jornal *Fayalense*<sup>18</sup>, e segundo os escritos do Pe. Manuel Azevedo da Cunha, ficou conhecido como o navio da chita<sup>19</sup>.

Ainda no artigo de Morton & Tristão da Cunha, é referido que no *Lloyds List*, alguma da carga foi vendida em leilão na Alfândega na ilha Terceira, mas não é feita alusão às amêijoas. Contudo, muito possivelmente, seria um dos alimentos que transportariam, devido a fatores, que serão seguidamente enunciados. Por um lado, porque muito provavelmente a tripulação iria passar as festividades do Natal em alto mar, e por isso, é plausível que pudessem levar algumas “iguarias” a bordo,

<sup>16</sup> Fonte de notícias do setor naval de Londres, desde 1734.

<sup>17</sup> (CUNHA, 1981: 277).

<sup>18</sup> L. (1971) Um drama no mar, e uma farsa em terra in Jornal: *O Fayalense*, Horta: editor Bento Joaquim Cordeiro, n. °20, p.2;

<sup>19</sup> (CUNHA, 1981: 520-21).

para comemorar as ditas celebrações. Dentro destas “iguarias”, haveria uma elevada probabilidade de transportarem frutos do mar, inclusive amêijoas, por ser tradição de Natal dos ingleses. Tradição essa que, ainda ocorre nos nossos dias. Por outro lado, por ser uma viagem inaugural, do navio “mais moderno, rápido e bonito” e ainda, ser comandado pelo capitão Alfred Kykes (um dos mais conceituado capitães do seu tempo). Com base nesta informação, e ainda tendo em conta que era prática nos séculos XVIII e XIX o transporte de ostras, mexilhões e amêijoas a bordo de navios à vela, por serem moluscos que são facilmente mantidos vivos e fornecerem uma alternativa fresca à carne seca. Ademais, a cidade de Liverpool, por ser cercada por enormes planícies intertidais<sup>20</sup>, detém características dos habitats das amêijoas, sendo que no séc. XIX eram vendidas elevadas quantidades destes frutos do mar, nos seus mercados marítimos.

Além de tudo isso, como referem os autores Morton & Tritsão da Cunha, existem já vários estudos onde desenvolvem a introdução acidental de bivalves derivada de naufrágios, bem como, de interesse comercial no século XIX, ou seja, ocorria o transporte de bivalves em navios e que mantinham as espécies vivas. Aliado à introdução de bivalves de forma acidental, e conforme as narrativas históricas, a *Venerupis decussata* poderá estar num modelo de invasões de espécies exóticas.

Para tal, e com base no artigo de Morton & Tristão da Cunha (2015), o sucesso deste tipo de espécies prende-se com fatores como: a) a produção e sobrevivência de larvas planctotróficas; b) a disponibilidade de habitat adequado e desocupado para a colonização dos juvenis metamorfoseados; c) a explosão populacional ocorre à medida que mais e mais indivíduos atingem a maturidade de reproduzir, isto porque, uma vez que os colonizadores larvais estão livres do seu conjunto parental patógenos e parasitas, e porque inicialmente não são reconhecidos como presas pelos predadores residentes; d) o efeito fundador que as amêijoas apresentam na sua variação genética, apontando para uma colonização que surgiu com poucos indivíduos.

Todos os pontos acima apresentados, fazem-se coincidir com a introdução da *Venerupis decussata* na laguna da Caldeira de Santo Cristo.

---

<sup>20</sup> As zonas intertidais, são áreas que estão acima da água na maré baixa e sob a água, na maré alta.

Em todo o caso, é possível afirmar que poderão ter sido de fato os ingleses que ensinaram os jorgenses a comer os “clames”, contudo não será plausível que tenha ocorrido na época dos cabos submarinos. Segundo a publicação no almanaque de 1930, os “*estrangeiros, especialmente ingleses – que a tem visitado são unanimes em considerá-la digna de turismo.*”<sup>21</sup> A presente afirmação demonstra que estrangeiros ingleses frequentavam a ilha de São Jorge como turistas e dessa forma, conforme também os estudos de Morton e Tristão da Cunha (2015), onde é sugerido que na década de 1920 há um crescimento populacional inicial da espécie, tendo esta reconhecida pela primeira vez. Como confirmação haverá necessidade mencionar que os locais designavam aqueles bivalves por “clames” e não por “amêijoas”. A título de exemplo, a Sra. Fátima Pereira afirma, na recolha de áudio de 30 de maio de 2021<sup>22</sup>, elaborada pela autora, o seguinte: “*Pois era clames, o nome verdadeiro é clames, nem sequer é a amêijoas*”, “*A minha avó [nascida em 1882] contava que era pequena e ia à lagoa brincar e que vias ali e que não comiam [~1892-1902]. Depois é que aprenderam a comer, que foram os ingleses que passaram lá disseram que eram boas para comer.*”

### DA APANHA DA AMÊIJOA À GASTRONOMIA

Conforme exposto anteriormente, a laguna da Caldeira de Santo Cristo é o único lugar dos Açores que consegue ter as condições ótimas para que as *Venerupis decussata* e *Ruditapes aureus* se desenvolvam.

Ademais, é reconhecido que em 1924 as amêijoas da Caldeira de Santo Cristo já eram um petisco conhecido nos Açores<sup>23</sup>, tendo havido a tentativa de as produzir noutros lugares da costa açoriana. Em 1970, é também publicado um artigo no jornal do Correio da Horta<sup>24</sup>, onde relata a Ilha de São Jorge como ponto de interesse para despertar o turismo português, sendo as amêijoas uma das referências mais elogiadas, no meio do vasto roteiro paisagístico mencionado.

<sup>21</sup> Um jorgense, 1930, Ilha de São Jorge – Açores: Caldeira de Santo Cristo in estrato de Almanaque local.

<sup>22</sup> Nascimento, 2021.

<sup>23</sup> Inclusivamente em 1930 sai escrito num excerto de um almanaque o quanto elas eram apreciadas.

<sup>24</sup> AZEVEDO, Ávila (1970) *São Jorge – Uma Ilha Encantada*, in Correio da Horta, n. °11320, pp.1 e 2

A partir destes dois parágrafos iniciais é possível depreender como a introdução acidental de uma espécie invasora na Caldeira de Santo Cristo, muito provavelmente por consequência do naufrágio do *Spindrift*, induziu o reconhecimento e apropriação do bivalve “como seu”, por parte dos jorgenses, no decorrer de várias décadas. Este processo de incorporação da amêijoia na identidade cultural instigou o aparecimento de métodos tecnológicos específicos no que concerne à apanha do molusco, bem como uma adaptação da gastronomia daquele sítio. Fischler também sustenta que ao comer convertemos a realidade externa em subjetividade interna. Dessa maneira a comida acaba por transformar-se em quem somos<sup>25</sup>.

Sob o ponto de vista do património cultural imaterial, a coleta da amêijoia da Caldeira de Santo Cristo, segundo o que se conseguiu apurar num breve estudo e recolha de áudios em 2021 no âmbito da Pós-Graduação em Turismo Cultural, foi possível concluir que existe um antes e após o ano de 1980<sup>26</sup>. Por consequência do sismo desse ano, algumas das fajãs foram dadas como inabitáveis, incluindo a Fajã da Caldeira de Santo Cristo.

Até 1980 a apanha da amêijoia era, sobretudo, uma transmissão informal através da prática contínua e tradição oral. A atividade era transmitida de geração em geração, principalmente, dentro dos vários elementos familiares, e de mães para filhas. Também havia casos de crianças, sobretudo meninas, que aprendiam por imitação de outras pessoas que não os familiares, e a partir dos seus 6/7 anos já apanhavam a amêijoia autonomamente. Em termos gerais, quem participava neste processo eram, predominantemente, pessoas que viviam nas fajãs da Caldeira de Santo Cristo, Tijolos e Belo, ou outras pessoas, mas com menor frequência, das fajãs do Sanguinhal, Redonda e Cubres<sup>27</sup>.

O método utilizado para a coleta das amêijoas dava-se por meio de dois tipos de ferramentas, o “alvião de bico” e o ancinho. Alguns nomes de homens (antes de 1980) que, por norma, utilizavam o ancinho: Sidónio, Manuel Alves, Davide

---

<sup>25</sup> FISCHLER, 1995.

<sup>26</sup> A 1 de janeiro de 1980 ocorreu um sismo catastrófico de epicentro a cerca de 50km a WNW de Angra do Heroísmo da ilha Terceira, de magnitude 7,2 na escala de Richter, o qual causou elevados danos na ilha Terceira e de São Jorge. Em São Jorge algumas das Fajãs do Norte foram dadas como inabitáveis.

<sup>27</sup> Muito raramente, pessoas vindas de outros pontos da ilha, faziam a coleta do bivalve por ocasião da festa em Louvor do Sr. Santo Cristo, onde se realizava uma grande romaria de toda a ilha para a celebrar.

Baptista, pai e filho José António e António Pereira. Há ainda relatos de que um homem percorria de barco, as zonas mais interiores da laguna, onde mergulhava parte de uma escada e apanhava as amêijoas de ancinho. Já as mulheres ou crianças, utilizavam o “alvião de bico”. A diferença entre apanhar amêijoas de ancinho e de alvião, consiste nas características da ferramenta, o ancinho tem um cabo mais longo que permite alcançar maiores profundidades e, a parte que cava, funciona simultaneamente para colher.

Atualmente, a grande maioria da apanha da amêijoa, é com recurso ao “alvião de bico”, uma vez que a recolha mediante o uso do ancinho praticamente se extinguiu, tendo surgido a coleta feita de mergulho.

A prática de coletar a amêijoa foi variando ao longo das décadas<sup>28</sup>, mas a comunidade que viveu naquelas fajãs, tinham sempre por objetivo durante tal prática, realizar em simultâneo a manutenção da laguna, de diferentes formas.

Por norma, o ponto auge da apanha com o alvião acontece na baixa-mar<sup>29</sup>, onde “cavam a seco”, mas a comunidade que lá viveu antes de 1980, antes de cavar, tinha por hábito retirarem as pedras maiores para ficarem sempre as mais pequenas<sup>30</sup>, e assim, na vez seguinte, terem pedras de menores dimensões, facilitando o processo de cavar. À medida que iam cavando, com reduzida profundidade (cerca de um palmo), iam “aplanando” o terreno para facilitar a produção vindoura de amêijoas nos lugares cavados. Outra forma de preservarem a laguna era através da manutenção do “passo”, por forma a evitar a obstrução dele e conseqüentemente impedindo o desenvolvimento das amêijoas. Mas também se construía a “pesqueira”<sup>31</sup> do lado externo da laguna, construção que acabava por proteger o “alpeirão” junto à zona do “passo”. Como mencionado anteriormente, o uso do ancinho nas partes mais fundas da laguna era muito importante, além de cavarem toda a extensão da laguna, procediam em simultâneo à limpeza da mesma,

---

<sup>28</sup> A amêijoa era coletada em toda a extensão da laguna, excetuando na zona denominada “plame”, nos nossos dias a grande prática centra-se nas zonas mais próximas do “passo”, na zona do “alpeirão” e não nas zonas da encosta.

<sup>29</sup> Também cavam enterrados na água, mas torna o processo mais moroso, por terem de esperar que a água aclarei.

<sup>30</sup> As pedras que retiravam, eram sempre colocadas para as zonas mais externas.

<sup>31</sup> Também servia para caçar peixe. Todos os homens que estivessem sadios fisicamente e todas as crianças, participavam da construção/manutenção daquela “pesqueira”. E assim, todo o peixe que ali ficasse preso, era distribuído por todas famílias dos que tinham colaborado.

podendo dessa forma remover as algas acumuladas. Já no uso do ancinho, a água poderia ir até aos joelhos de quem manipulava tal instrumento, com o objetivo de fazer penetrar os dentes<sup>32</sup> dessa ferramenta no solo. Para recolher as amêijoas, vira-se o ancinho e retira-se da água. Com recurso a este método, as amêijoas e pedras mais pequenas caem por entre os dentes do instrumento, ficando apenas as pedras e amêijoas de maiores dimensões. Também se conta que se chegou a cavar a laguna por zonas, para que todas as partes fossem cavadas. Essas zonas tinham os seus nomes, como por exemplo: o canto das feiticeiras, o pesqueiro da Delfina, a ponta dos garajaus e a eira do rodoiro. Sensivelmente após 1980, a prática de coletar as amêijoas estendeu-se a pessoas provenientes de todo o arquipélago.

Esta atividade de coleta, antes do sismo de 80, de certa forma já era regulamentada, pois eram exigidas licenças aos que apanhavam amêijoa com fim de venda. A documentação era emitida pela capitania de Velas<sup>33</sup>. Ainda assim, o maior consumo era por parte dos residentes das fajãs supramencionadas no seu uso diário, para consumo próprio ou como recurso de pesca, servindo de isco. Atualmente, a apanha da amêijoa encontra-se legislada, não sendo permitida a apanha lúdica<sup>34</sup>. De momento, apenas duas pessoas têm a licença da apanha. Ainda assim, nos últimos anos, têm surgido alguns esforços para realizar um novo enquadramento legal para a gestão sustentável (ambiental, social e económico) da apanha da amêijoa na laguna da Fajã da Caldeira de Santo Cristo<sup>35</sup>. Isto acontece, porque no após a catástrofe, passou haver uma procura desmedida do consumo da amêijoa para fins económicos. Ademais, verificou-se um melhoramento dos acessos à Fajã da

---

<sup>32</sup> Um dos requisitos era ter uma certa medida entre cada dente, para que não fossem apanhadas amêijoas muito pequenas. Existem medidas estipuladas.

<sup>33</sup> Pagava-se 500 escudos por ano. Depois de 1980, o tipo e forma de licença alterou, passando a haver exigências de fazer lota, as amêijoas tinham de ter uma determinada medida e a entidade reguladora passou a ser por parte do Governo Regional dos Açores.

<sup>34</sup> Para além do efeito que teve o abandono das fajãs (praticamente não são habitadas de forma permanente), o fator do tipo de legislação aplicada à apanha, bem como, as técnicas utilizadas tornaram a transmissão da manifestação em risco. Algumas das recolhas realizadas em 2021 demonstram isso, em que algumas pessoas explicam que até ensinaram os seus filhos a apanhar a amêijoa, mas como é proibida a apanha lúdica, os filhos acabam por perder o interesse, porque o objetivo seria para consumo próprio e para momentos esporádicos. Além disso, existem algumas pessoas que tentaram renovar licenças, mas até à data não foram renovadas, existindo apenas 2 licenças ativas segundo a apresentação da comunicação no seminário do II Festival Reservas da Biosfera.

<sup>35</sup> Num perfil de cogestão, através da implementação do “Grupo de Cogestão Adaptativa (GCA).

Caldeira de Santo Cristo nos anos 90/2000, tornando o transporte da amêijoas mais facilitado<sup>36</sup>.

Uma curiosidade, é que até 1980 as pessoas elaboravam os seus “viveiros” de amêijoas. Para tal, realizava-se uma espécie de canteiro para as amêijoas que eram apanhadas em excesso ou com o objetivo de as amêijoas alcançarem o tamanho recomendado/pretido<sup>37</sup>, e por falta de condições de as poderem armazenar, deixavam-nas junto à laguna. Este procedimento exigia que se aplanasse com o alvião uma zona cavada e, de forma organizada, as amêijoas eram colocadas nestas zonas. De seguida, com o auxílio do alvião tapavam os bivalves com um pouco de “areia”/pedras pequeninas e à volta faziam um cerco com pedras maiores, finalizando com a colocação por cima do “viveiro/canteiro” de pedras mais planas “lajes”. Deste modo, cada viveiro ficava assinalado tanto para quem as apanhou como para quem iria cavar. Todos respeitavam os “canteiros” uns dos outros. Quando eram necessárias mais amêijoas para comer ou vender, recorriam ao “canteiro”. No caso das pessoas que vendiam, deixavam as amêijoas nos “canteiros/viveiros” para quando houvesse uma encomenda, e assim o produto encontrava-se sempre disponível.

Aquando da época da desova do bivalve, entre os meses de maio e agosto – meses esses que coincidem atualmente com a época de defeso estipulada pelas entidades detentoras – de 15 de maio a 15 de agosto –, era interdita a apanha da amêijoas e a comunidade que lá vivia, sabia que nos meses que não tinha a letra “R”<sup>38</sup>, não se deveria apanhá-las. Além disso, no decurso da história, ocorreram algumas interrupções involuntárias, sendo estas o após sismo de 80 e entre em setembro de 2013 e outubro de 2014, tendo este ficado conhecido como “maré vermelha”<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Atualmente, existem dois trilhos que dão acesso à Fajã da Caldeira de Santo Cristo, sendo possível a utilização das motos 4x4 num dos percursos.

<sup>37</sup> Na época não havia uma exigência no tamanho, porque as pessoas apenas vendiam as amêijoas de maiores tamanhos.

<sup>38</sup> Era desta forma que faziam a sua memória, do período que não era o melhor para coletar as amêijoas.

<sup>39</sup> “Fenómeno natural resultante do desenvolvimento anormal de uma microalga (do tipo dinoflagelado), produtora de uma toxina PSP (*Paralytic Shellfish Poisoning*) que se acumula em organismos filtradores, como os bivalves”. Fica conhecido como “maré vermelha” por deixar uma coloração avermelhada na água.

Como foi explicado anteriormente, as amêijoas para aqueles habitantes era um alimento do dia-a-dia, já a carne de galinha ou de ovelha é que eram usadas para dias especiais. Contudo, noutros pontos da ilha ou fora da mesma, eram as lapas e as amêijoas que eram utilizadas nas ocasiões especiais, eram produto para presentear.

Eram as mulheres e meninas, na sua maioria, as protagonistas da apanha da amêijoas, uma vez que os homens levavam os seus filhos para as terras ou para a pesca em alto mar. Ainda na esfera feminina, eram as mulheres que se dedicavam à confecção das refeições e as meninas como ajudantes (das suas mães, tias e avós). Estas mulheres para poder confecionar as amêijoas, era necessário que houvesse uma pequena limpeza dos bivalves. Primeiramente, havia uma primeira lavagem para a eliminação das areias/lamas exteriores, depois eram transportadas mediante cestos de vimes<sup>40</sup> (atualmente utilizam-se baldes, mochilas, sacos plásticos, sacas de reção, etc.). Em seguida, era transportada um pouco de água da laguna para dentro de uma selha, colocavam as amêijoas e a água, onde ficavam aproximadamente umas 3h, sendo que era habitual deixarem de um dia para o outro, para eliminar do seu interior todas as partículas.

As várias receitas utilizadas inicialmente pelos locais daquelas fajãs eram inspiradas em pratos recorrentes do seu dia-a-dia, como as tortas, açordas e refogados. Estas receitas eram confecionadas à base de azeite, cebola e salsa e podiam ser uma mistura com outras carnes do mar, como peixe e lapas. Mais tarde, por influências exteriores ou pela criatividade, surgem outro tipo de receitas localmente e no exterior, como a amêijoas assada, arroz à bolhão pato, etc.

## CONCLUSÃO

A formação da laguna e o seu amadurecimento, onde reunindo condições específicas, em conjunto com o acidentado naufrágio, o facto de alguém ter reconhecido aquele bivalve como comestível e, ainda, uma comunidade acomodada

---

<sup>40</sup> Por norma havia sempre um elemento da família que elaborava os cestos. Já os alviões e ancinhos, eram produzidos por ferreiros fora daquelas fajãs. Eram comprados no Norte Grande ou na Fajã dos Cubres. E eram sobretudo os homens que saíam das fajãs para fazerem estas compras. Alguns nomes de ferreiros na Fajã dos Cubres: Manuel e José Faustino e António Faustino Nunes. Contudo, havia pessoas que sabiam fazer mais ou menos os seus instrumentos, de forma a arremediar, como o Sr. António Teixeira Baptista, então residente da Caldeira de Santo Cristo.

até 1980 naquelas fajãs (que geriram de forma ecológica e sustentável as amêijoas e a laguna), são o conjunto de fatores primordiais que levaram a que a amêijoa prosperasse na laguna da Caldeira de Santo Cristo, acabando por ganhar toda uma tradição muito própria e, graças a toda essa conjuntura, hoje, podemos saborear aqueles moluscos confeccionados de diferentes formas.

Constata-se que algo exterior se pode tornar “nosso”, tal como sucedeu com as amêijoas da Fajã da Caldeira de Santo Cristo. Amêijoas estas que acabaram por ganhar uma designação própria, as “Amêijoas da Caldeira de Santo Cristo”, recorrentemente procuradas pelos turistas e visitantes que chegam à ilha de São Jorge. Mas os “clames” de outros tempos, não são mais as amêijoas da atualidade, devido à contante adaptação a que foram sujeitas. Adaptação essa, imposta desde a sua origem pelo naufrágio e amadurecimento da laguna, as diversas mudanças ocorridas no ambiente envolvente e as várias gerações e entidades reguladoras daquele sítio e molusco.

## BIBLIOGRAFIA

- Almamater: Biblioteca de Fundo Antigo da UC (2018). *Carta esférica de las islas de los Azores ò Terceras*, Madrid: Depósito Hidrográfico de la Marina. Disponível em: <https://almamater.uc.pt/item/44770> , [Consultado: 10.05.2024];
- AVELLAR, José Candido da Silveira (1902) *Ilha de S. Jorge (Açores): Apontamentos para a sua História*, Horta: TYP. Minerva Insulana;
- AZEVEDO, Ávila (1970), São Jorge – uma Ilha encantada, in *Correio da Horta*, n.º11320, pp.1 e 2;
- CUNHA, Pe. Manuel de Azevedo da (1981) *Notas Históricas: Estudos sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada;
- FISCHLER, Claude (1995) *El (h)omnívoro : el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama;
- FRUTUOSO, Gaspar (2005), *Saudades da Terra*, vol. VI, 2ªedição, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada;
- L. (1971) Um drama no mar, e uma farsa em terra in *Jornal: O Fayalense*, Horta: editor Bento Joaquim Cordeiro, n. °20, p.2;

- MORTON, Brian e CUNHA, Regina Tristão da (2015), “The history of na invasion: chance consequences of chance events. The first and last voyage of the Spindrift, and the introduction of *Venerupis Decussata* (bivalvia) into the Fajã de Santo Cristo, São Jorge, Açores”, in *Açoreana – Revista de Estudos Açoreanos*, Vol. X fasc. IV, Ponta Delgada: Sociedade Afonso Chaves, pp.555-579;
- MORTON, Brian e LEUG, Priscilla T. Y. (2018) “The discovery and identification of *Ruditapes aureus* (Gmelin, 1791) (Bivalvia: Veneridae: Tapetinae) introduced alongside na earlier alien venerid, *R. decussatus* (Linnaeus, 1758), into the lagoon of Fajã de Santo Cristo, São Jorge, Açores”, in *Açoreana*, 11(2) pp.205-225.
- NASCIMENTO, Rita (2021) “A Apanha da Amêijoa na Lagoa da Fajã da Caldeira de St. Cristo. Trabalho final da unidade curricular: Tradições e Turismo Religioso. Universidade dos Açores;
- NETO, Ana Isabel (2009), “Populações de Amêijoas da Fajã de Santo Cristo – ferramentas para a sua salvaguarda”, in *Estudo da viabilidade de produção da amêijoa Ruditapes Decussatus (Linnaeus, 1758) em aquacultura intensiva*. Departamento de Biologia, Universidade dos Açores. Ponta Delgada.
- SILVA, Aristides (2011), “Amêijoas da Caldeira: *Tapes decussatus* – Quem introduziu amêijoa na Caldeira de Santo Cirsto?” in *siaram: sentir e interpretar o ambiente dos Açores*. Disponível: [https://siaram.azores.gov.pt/zonas-costeiras/faja-caldeira-santo-cristo/ameijoas-caldeira/\\_texto.html](https://siaram.azores.gov.pt/zonas-costeiras/faja-caldeira-santo-cristo/ameijoas-caldeira/_texto.html) [Consultado: 09.05.2024]
- PEREIRA, Nuno (2011) *Avaliação do Potencial Aquícola da População de Amêijoas Venerupis Aurea (Gmelin, 1791) da ilha de S. Jorge (Açores)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56284/5/4Tese%20Pereira.pdf>

## FRANCISCO AFONSO CHAVES E A VIAGEM A COLONIAL A ZANZIBAR, 1906<sup>1</sup>

MARIA JOÃO CASTRO

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
mariajoaocastro@fcsch.unl.pt

*Surge uma cidade alegre, vigorosamente colorida,  
toda enramalhada com mangas e palmeiras,  
risonho panorama, alagado de luz,  
rico de tintas, vivo quente, oriental!*

(Anónimo<sup>2</sup>)

Na vastidão do espaço ultramarino ibérico e dos extensos campos de pesquisa de Francisco Afonso Chaves (FAC) sobressai um denominador comum: a sua viagem africana em 1906, designadamente a sua estada em duas das colónias pertencentes ao império português: Moçambique<sup>3</sup> e Zanzibar, este último um arquipélago que foi durante quase duzentos anos (1503-1698) parte integrante do império nacional e porto de escala fulcral das carreiras da Índia.

Mas quem foi este notável cientista e artista? Francisco Afonso Chaves foi um naturalista, geofísico e meteorologista açoriano cuja carreira se confunde com a própria história científica do Atlântico nordeste no que concerne à sismologia,

---

<sup>1</sup> TravelconT. Cruzamentos da Viagem Contemporânea no Turismo Pós-Colonial. 2023-2029 (2022.01926 CEECIND). Web: [https://www.fcsch.unl.pt/artravel/tc\\_index.php](https://www.fcsch.unl.pt/artravel/tc_index.php)

<sup>2</sup> (1851-1900). *Notas de Viagem a Zanzibar*, fragmento de manuscrito anónimo e provas tipográficas. MSS. 257, Nº. 11, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>3</sup> A estada em Moçambique encontra-se já bem documentada e analisada na tese de Maria da Conceição Tavares (2017). *Do Naturalismo às Ciências Modernas nos Açores. Ensaio Biográfico de Francisco Afonso Chaves (1857-1926)*. Lisboa: Faculdade de Ciências.

geomagnetismo e vulcanismo. Militar com o curso de Infantaria da Escola do Exército em Lisboa, cedo se fixou em S. Miguel, local de origem da sua família paterna. A sua vida, dedicada às ciências e à arte da fotografia de forma autodidata, encaminhou-o para a zoologia, mas foi o magnetismo terrestre e a meteorologia que lhe abriram caminho para uma atividade científica profissional. É determinante a encontro em 1887 com o príncipe Alberto I do Mónaco (1848-1922) aquando da realização das suas primeiras campanhas oceanográficas e numa altura que FAC começara a esboçar um projeto internacional de estudos meteorológicos para os Açores. Em 1893 este arquipélago liga-se ao continente europeu por cabo telegráfico e, a partir de 1901, FAC é nomeado o primeiro diretor do Serviço Meteorológico dos Açores, estrutura que viria a desenvolver ao longo da vida. Em colaboração com os maiores cientistas da época, FAC exerceu ainda uma importante influência no estudo da flora, fauna e etnologia açorianas.

Mais conhecido por coronel Afonso Chaves, esta personalidade à frente do seu tempo conglomerou interesses abrangentes e ecléticos tendo sido um viajante incomum para a época. Patrocinado quer pelo próprio rei D. Carlos I (1863-1908) quer pelo governo português, quer ainda por Alberto I, o descendente de uma família açoriana realizou numerosas viagens pelo território português continental e insular, para além da Europa (Espanha, França, Itália, Mónaco, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Escócia, Noruega, Suíça, Suécia), África (Marrocos, África do Sul, Moçambique, Costa Suaíli, Corno de África, Egito) e Médio Oriente (Golfo de Áden, Mar Vermelho). Nestas suas deambulações d'além-mar, o açoriano deixou apontamentos únicos da sua perceção do mundo e do império num “papel pioneiro no contexto português da fotografia”.<sup>4</sup> E foi numa das suas inúmeras viagens, no limiar do século XX, que FAC pisou antigas geografias ultramarinas designadamente Moçambique e Zanzibar (Unguja, em suaíli).

Na supradita expedição a África, o autor parte do Cais da Fundação, em Santa Apolónia, Lisboa, no dia 1 de junho às 10:30 tendo como primeira etapa o Funchal, naquela que foi a mais longa viagem da sua vida: uma jornada que, ao longo de quatro meses, o fará percorrer a África do Sul, do Atlântico ao Índico, subindo a costa leste africana até à Europa e a Lisboa.

---

<sup>4</sup> Emília Tavares numa entrevista a Sérgio B. Gomes “A fotografia de Afonso Chaves: o despertar de uma bela adormecida” para o jornal *Público* (caderno *ípsilon*) de 18.10.2016.



Fig. 1  
Francisco Afonso Chaves  
Arquivo Fotográfico MCM  
Descendentes de Francisco  
Afonso Chaves



Fig. 2  
Fotografia tirada no dia da  
partida de Francisco Afonso  
Chaves para África no  
Cais da Fundação em Santa  
Apolónia (pormenor)  
Vapor Lusitânia, Lisboa  
Francisco Afonso Chaves, 1  
de junho de 1906  
Portugal Continental  
Suporte original: Gelatina  
e sal de prata sobre vidro,  
par estereoscópico  
Coleção Museu Carlos Machado

O momento da partida de Lisboa é registado numa fotografia a partir do convés do navio *Lusitânia* mostrando, em baixo, a pequena multidão que se acotovela na despedida aos passageiros com um foco da atenção preciso: uma luz ofuscante a refletir-se na sombrinha de uma dama, metáfora ideal para a viagem prestes a iniciar-se.

Nesta sua viagem por África, e após paragens na África do Sul e em Moçambique, Afonso Chaves fundeou na Ilha das Especiarias, a multissecular Zanzibar. Na verdade, esse pedaço de terra no meio do Índico foi assinalado na primeira viagem de regresso da Índia pela frota de Vasco da Gama (1469-1524). Na manhã de 27 de janeiro de 1499 passaram frente à insula, conforme consta de um relato da altura:

*E a um domingo, que foram vinte e sete dias do mês, nos partimos daqui (baixos de S. Rafael) com mui bom vento à popa e à noite seguinte pairámos. E quando veio a manhã nos achámos junto com uma ilha muito grande, que se chama Zamgibar, a qual é povoada de muitos mouros, a qual estará de terra bem a dez léguas.<sup>5</sup>*

Conquanto tenha sido Vasco da Gama o primeiro europeu a assinalar Zanzibar nos mapas, foi Rui Lourenço Ravasco, capitão e cavaleiro da Casa Real, quem a fez tributária do rei de Portugal D. Manuel I (1469-1521) corria o ano de 1503. Parte integrante do império português até 1698, Unguja foi conquistada pelos árabes no final do século XVII dando-se início a uma nova dinastia, na qual o soberano de Omã e Mascate se tornaria igualmente o sultão de Zanzibar. No final do século XIX o território no meio do Índico tornar-se-ia num protetorado britânico depois de assinado o acordo anglo-germânico<sup>6</sup> e no ano que Portugal recebera o *Ultimato* inglês, 1890. Na subsequente guerra Anglo-Zanzibari de 1896,<sup>7</sup> os ingleses obtiveram o seu controlo político-militar tomando as rédeas do governo insular e transformando a ilha num empório colonial de grande importância estratégico-económica.

<sup>5</sup> Luís Adão da Fonseca (1998) “Relato directo da viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia”, *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a Época*. Lisboa: Expo 98, p. 36.

<sup>6</sup> O *Tratado de Heligolândia-Zanzibar* de 1 de julho de 1890 (também conhecido como Acordo Anglo-Germânico de 1890) celebrou-se entre o Reino Unido e o Império Alemão quanto aos seus interesses em África. À Alemanha coube a Namíbia, a costa de Dar es Salaam (mais tarde Tanganica) e, em troca, cedeu, entre outros, o sultanato de Zanzibar.

<sup>7</sup> Considerada a guerra mais curta da história, durou aproximadamente quarenta minutos e foi travada a 27 de agosto de 1896 quando, por morte do sultão vigente Hamid bin Thuwayni (1857-1896), as autoridades britânicas preferiram um sucessor Hamoud bin Mohammed (1853-1902) em detrimento de outro (Khalid bin Barghash 1874-1927). O sultão sucessor mobilizou a guarda e barricou-se no palácio. Perante o não cumprimento do ultimato inglês, estes reuniram três cruzadores, dois navios de guerra e 150 fuzileiros e 900 zanzibaris na área portuária. Às nove horas e dois minutos um bombardeiro ateou fogo no palácio e neutralizou a artilharia de defesa. Os britânicos afundando o iate real e dois barcos menores, e alguns tiros foram disparados ineficazmente contra as tropas locais pró-britânicas à medida que estes se aproximavam do confronto direto. A bandeira do palácio foi recolhida e o fogo cessou: eram nove e quarenta da manhã.

Nesse final do século XIX – e das diretivas saídas da Conferência de Berlim de 1884-5 com a partilha de África por parte das nações imperiais europeias – assistiu-se a uma aproximação das relações diplomáticas Portugal-Zanzibar. A 25 de outubro de 1879 fora assinado o *Tratado de amizade e comércio* entre Sua majestade El-Rei de Portugal e dos Algarves (D. Luís I) e Sua Alteza o Sultão de Zanzibar (Barghash bin Said), documento que determinava que os navios portugueses pudessem atracar, sem qualquer reserva, no porto da ilha para comerciar. Esta ação levou à inauguração da primeira representação consular portuguesa em Zanzibar no ano de 1884 tendo sido nomeado para o cargo Serpa Pinto (1846-1900), um homem conhecedor da África portuguesa e, portanto, à altura de conseguir concretizar a demarcação das fronteiras e dos limites do império português a norte de Moçambique que continuavam por definir.<sup>8</sup> Contudo, o sultão no trono – Barghash bin Said (1836-1888) – atrasava uma decisão motivado certamente pelo receio de que uma posição vinculativa sua para com os portugueses ferisse suscetibilidades aos alemães e ingleses que, por essa altura, controlavam o território. Entretanto, em 1902 subira ao poder o jovem Ali bin Hamud (1884-1918) num sultanato breve (a durar até 1911), período durante o qual Zanzibar receberia o novo cônsul-geral português na ilha, António Guilherme Ferreira de Castro (1840-1926) aí fazendo carreira entre 1904 e 1908. Ora é dentro deste enquadramento político-institucional em Stone Town – capital da ilha – que Afonso Chaves a visitará, numa altura de inquestionável domínio do imperialismo europeu e de grande atividade comercial colonial.

---

<sup>8</sup> A questão do Tunga. Em 1826, o Capitão-General Sebastião Xavier Botelho (1768-1840) chega a Moçambique e, aproveitando o pedido de proteção e as saudações do Imã de Mascate, propõe àquele soberano um Tratado onde, entre outras estipulações, se incluía a definição exata da fronteira em Cabo Delgado, na zona de Tungue. Apesar do bom acolhimento, este documento não viria a ser firmado por Mascate e, em 1854, a zona foi ocupada pelas tropas de Zanzibar que aí instalaram a sua alfândega, adiando as audiências diplomáticas com Portugal. A 11 de Fevereiro de 1887, o governador-geral Augusto de Castilho (1841-1912) formula ao sultão Barghash um ultimato, no qual se impunha a cedência do território em questão e, no dia seguinte, desceu-se a bandeira nacional no consulado de Portugal, em Stone Town. A 27 desse mês, Castilho autoriza o Tenente-Coronel Palma Velho a ocupar Tungue, militar que havia contribuído para resolver o litígio entre o sultão e os alemães, revertendo o território em questão em definitivo para a coroa nacional e daí em diante designado como Baía do Tunga. No final declarou-se a paz: a questão das fronteiras estava resolvida. Ver Norman R. Bennett (1987). “Zanzibar, Portugal e Moçambique: relações dos fins do século 1890”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 6-7, UNL, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 9-36.

Maria João Castro

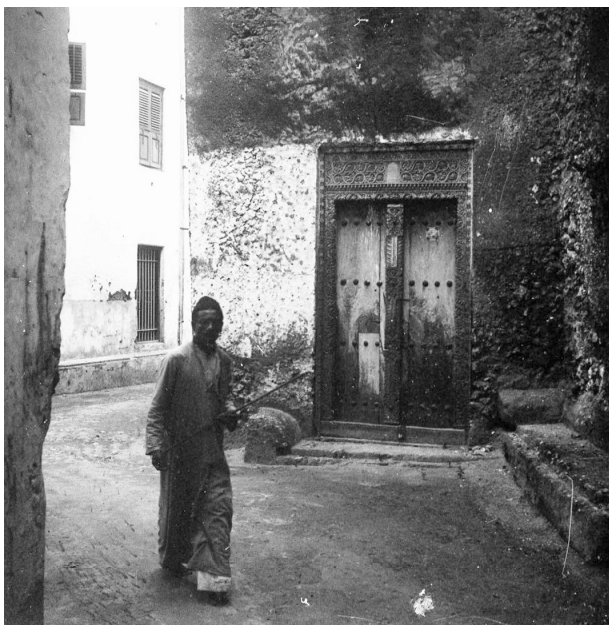


Fig. 3  
Francisco Afonso  
Chaves na Tanzânia  
Portugal Continental  
Suporte original: Gelatina  
e sal de prata sobre vidro,  
par estereoscópico  
Coleção Museu Carlos Machado



Fig. 4  
Francisco Afonso  
Chaves na Tanzânia  
Portugal Continental  
Suporte original: Gelatina  
e sal de prata sobre vidro,  
par estereoscópico  
Coleção Museu Carlos Machado

*Acordo de repente...  
E aquilo soa-me do fundo de uma outra realidade...  
A estatura norte-africana quase de Zanzibar ao sol...*  
Álvaro de Campos

Financiada por Alberto I e pelo governo português (a parte moçambicana),<sup>9</sup> a viagem pelo Continente Negro de FAC foi relatada ao pormenor num diário de viagem que o autor manteve permanentemente atualizado. Segundo se escreveu, “sem o espírito guerreiro dos africanistas, o major açoriano tinha a convicção da legitimidade histórica da presença de Portugal em África e traduziu-a numa missão de marcação científica, levada a cabo de forma cosmopolita, colaborativa e sem complexos. Durante a qual, como sempre, se manteve atento a múltiplos aspetos dos lugares e das sociedades por onde se movimentava. A sua atitude de observador em permanência radicava numa mente aberta e curiosa, e de interiorização crítica – ele interpretou genuinamente a forma de viver a viagem”.<sup>10</sup> Esta predisposição para abarcar o mundo foi amplamente traduzida nas notas minuciosas que foi escrevendo conforme se deslocava em terra e no mar se bem que o registo a sobressair – e com enorme visualidade – tenha sido outro.

Munido com uma câmara VÉRASCOPE,<sup>11</sup> Afonso Chaves seguiu os passos que outros exploradores em missão a África tinham dado, sobretudo aqueles enviados pela Sociedade de Geografia de Lisboa (criada em 1875 à semelhança das suas congéneres europeias como a Royal Geographical Society)<sup>12</sup> e onde se destacam nomes como Hermenegildo Capelo (1841-1917), Robert Ivens (1850-1898) e do já mencionado Serpa Pinto. Embarcando em diferentes vapores consoante as etapas do percurso, o açoriano aproveitou as escalas para visitas e incursões científico-artísticas que se condensam em imagens que nos ajudam a construir um olhar sobre destinos pouco frequentados pelos viajantes nacionais do início de Novecentos.

---

<sup>9</sup> Ver Maria da Conceição Tavares (2017). *Obra Cit.*, pp. 304-305.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 309.

<sup>11</sup> Nicholas Wade (2017) “O estereoscópio e a câmara: uma união da visão e da arte” in *A Imagem Paradoxal. Francisco Afonso Chaves (1857-1926)*. Lisboa: MNAC, p. 67.

<sup>12</sup> Estas sociedades foram criadas no contexto do movimento europeu de exploração e colonização, dando na sua atividade, desde o início, particular ênfase à exploração do continente africano.

Fazendo da estereoscopia<sup>13</sup> a técnica eleita para condensar momentos, paisagens e gentes, o seu trabalho fotográfico em África constitui um testemunho incomum agora depositado no Museu Carlos Machado (Ponta Delgada, S. Miguel, Açores),<sup>14</sup> instituição que ajudou a formar. De facto, as fotografias estereoscópicas – negativos a preto e branco de gelatina e sal de prata sobre vidro, todas elas em domínio público – tiradas ao longo do percurso africano dizem tanto sobre o seu autor quanto sobre o objeto fotografado mostrando uma contemporaneidade concetual incomum à época.

Há, contudo, um aspeto que se evidencia: a sua agenda-diário mal relata a passagem por Zanzibar, se se comparar com as descrições de destinos anteriores, como a África do Sul e Moçambique. E há uma razão para isso; a discrepância deve-se ao facto de FAC ter começado, à data de chegada a Zanzibar, a sofrer com as temperaturas altas e a ter problemas de saúde ficando doente. Cansado e debilitado, o açoriano tendeu a fazer comentários impacientes e menos assertivos, muito pouco habituais nele num relato ambivalente que mostra um regresso particularmente penoso.

No seu parco diário de bordo escrito por esses dias, Afonso Chaves indica que terá desembarcado a 27 de agosto tendo largado a baía de Zanzibar no dia seguinte, dia 28. Dois dias em que “muitos passageiros se queixaram do calor excessivo em Zanzibar. Eu não o senti.” Na sua incursão citadina, sabe-se que achou a urbe “euroafricanizada (*sic*), tendo portanto os males destas cidades onde as sementes (*sic*) estrangeiras são importantes, isto é, são cidades hotéis, sem uma característica bem definida” para adiante avançar: “Encontram-se em Zanzibar povos os mais diferentes; desde homens rudimentarmente vestidos até aos

---

<sup>13</sup> A fotografia estereoscópica consiste em duas imagens da mesma cena ou objeto, tiradas em simultâneo a partir de uma máquina com duas objetivas colocadas lado a lado. O resultado é semelhante e o objetivo da fotografia estereoscópica é o de criar a ilusão da terceira dimensão dando a noção de profundidade espacial. Para as visualizar de maneira correta há que usar um estereoscópio, um dispositivo que permite juntar o par de imagens separadas numa única imagem tridimensional.

<sup>14</sup> O espólio documental, doado à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada pelas bisnetas em 2013, é constituído por correspondência, notas e apontamentos refletindo uma multiplicidade temática (meteorologia, biologia, botânica, oceanografia e sismologia) que denota, não apenas a impressionante rede de contatos internacionais, bem como a extraordinária multiplicidade dos interesses desta figura grada da cultura e da ciência açoriana. Quanto ao acervo fotográfico, este encontra-se depositado no Museu Carlos Machado, também em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, arquipélago dos Açores.

completos fatos árabes ... com mil e um brilhantes” reiterando o multiculturalismo de um povo miscigenado pelo comércio e de que outros, séculos antes, já haviam dado conta.<sup>15</sup> “Zanzibar como Adem são os grandes mercados onde se encontra de tudo (...) Muito vou apreciando estas instrutivas visitas.”

O seu diário relata ainda que, nas horas que se demorou na ilha, terá ido aos correios de Shangani (abertos nesse ano)<sup>16</sup> enviar um telegrama para casa e ao mercado onde, entre outros, terá adquirido elefantes em miniatura.

Num registo paralelo na sua agenda pessoal, Afonso Chaves anotou que desembarcou em Stone Town na companhia do capitão Barros, tendo visitado o consulado português, o jardim e feito compras para regressar em seguida a bordo.<sup>17</sup>

Sendo o seu itinerário em Stone Town pouco detalhado, sobram os estereoscópios desse par de dias, testemunhas silentes mas fidedignas da deambulação do fotógrafo como o próprio afirma: “As fotografias que levar mostrarão bem o que aqui se vê”.<sup>18</sup>

Numa análise não exaustiva das imagens zanzibaris sobressaem aspetos-chave a revelar a sensibilidade do artista perante uma geografia exótica e eclética para a mentalidade ocidental vigente de então. A bordo do *Burgermeister*, Afonso Chaves começa por registar a Ilha das Especiarias, vista do mar, numa série de imagens de sentido fílmico e narrativo, numa ontologia contemplativa que nos introduz uma terra carregada de uma simbologia mítica insular. Um espaço a documentar com rigor sem esquecer a componente estética, plástica e até espiritual à qual não terá sido alheia a sua amizade (e influência) com Antero de Quental (1842-1891),<sup>19</sup> uma “liberdade romântica e naturalista, que percorrem

---

<sup>15</sup> Como já haviam referido outros visitantes portugueses – entre eles – um viajante anónimo português no final do século XIX em *Notas de Viagem a Zanzibar*, num fragmento manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal e também Adelino António das Neves e Mello, diplomata em Zanzibar que publicou em 1890 a obra, *Zanzibar*, nela destacando igualmente heterogeneidade dos habitantes da ilha.

<sup>16</sup> Cf. <https://kihm5.wordpress.com/2008/10/17/shangani-post-office-zanzibar/>

<sup>17</sup> Numa cópia documental gentilmente cedida à autora por João Luís Cogumbreiro, trineto de Afonso Chaves.

<sup>18</sup> FAC no seu diário de bordo de 26 a 30 de agosto, pp. 18-21.

<sup>19</sup> Variada documentação dá conta da amizade entre ambos. Ver Emília Tavares (2017) “A paisagem na produção fotográfica de Afonso Chaves” in *A Imagem Paradoxal. Francisco Afonso Chaves (1857-1926)*. Lisboa: MNAC, p. 146.

as paisagens da sua autoria (...) na passagem da cultura Oitocentista para a Modernidade”<sup>20</sup> como Emília Tavares reflete.

Os primeiros fotogramas dão conta da vista panorâmica da orla marítima mostrando não só o edificado à beira-mar como, se se atentar melhor, são visíveis os mastros do navio afundado *HHS Glasgow*, o navio pertencente ao sultão e afundado na guerra mais curta da história de 1896, anteriormente assinalada. Este registo remete-nos para um anterior seu homónimo: o de 1902, da autoria de A. C. Gomes.

O seu testemunho fotográfico dá-nos um enquadramento onde aparecem em grande plano os passageiros e a tripulação ao longo da amurada do navio e, num plano distante, ao fundo, a terra firme. Esta introdução do destino a partir da embarcação remete para uma focagem cinematográfica de aproximação onde a distância se encurta a partir do ângulo de quem se abeira de um ponto de paragem. Este tipo de captação faz com que o fotógrafo transporte o espetador para o seu lugar, ou seja, para dentro da embarcação, direcionando o olhar num sentido preciso, sem grande margem para a subjetividade mas a permitir “deixar a marca de mundivisão”<sup>21</sup> do seu autor.

Convém aludir ao facto de, nesse início do século XX, Stone Town ter assistido a uma proliferação de estúdios fotográficos maioritariamente de proprietários portugueses vindos de Goa<sup>22</sup> como aconteceu com A. C. Gomes. Várias tabuletas nas ruas da capital anunciavam nomes de origem portuguesa como Gomes, Coutinho, Noronha e Souza, famílias oriundas da Índia Portuguesa nos finais do Oitocentos e que aqui se fixaram abrindo casas de comércio e serviços incluindo estúdios fotográficos. Este pioneirismo da fotografia na ilha começou com famílias de goeses que migraram da Índia portuguesa fixando-se ao longo da Costa Suaíli até Unguja.<sup>23</sup>

A A. C. Gomes foi provavelmente a primeira casa fotográfica comercial na ilha, tendo aberto na década de 1870. Em 1890, faz sociedade com a Coutinho Bros – dos irmãos Coutinho – também de origem goesa. Os filhos de A. C. Gomes

---

<sup>20</sup> Idem, p. 147.

<sup>21</sup> Victor dos Reis em entrevista a Sérgio B. Gomes “Os Açores, entre os limites da ciência e o início da imaginação” para o jornal *Público* (caderno *ípsilon*) de 2.4.2017.

<sup>22</sup> À altura, Goa – na Índia –, integrava o império português.

<sup>23</sup> Ver Carvalho, Selma (2016). *Goan Pionners of East Africa*. UK: Biddles.

continuaram o negócio da família assinando A. C. Gomes & C<sup>o</sup>, photographers. Alguns anos depois encontramos carimbos com Copyright issued by A. C. Gomes & C<sup>o</sup>, Son, e finalmente A. C. Gomes & C<sup>o</sup>, Sons.<sup>24</sup>

Este “sultanato”<sup>25</sup> de fotógrafos portugueses proliferou com a abertura de outras lojas de famílias igualmente de origem goesa como Pereira De Lord, E. C. Dias, J. P. Fernandes perfazendo um acervo visual que elucida e completa o de FAC.

Independentemente do que os seus pares fotografavam, Afonso Chaves percorreu as ruas da capital numa revelação de vestígios de herança patrimonial portuguesa tais como o Forte Velho (lugar onde no século XVI se ergueu a primeira capela da ilha e da qual resistia parte de parede e janela da antiga edificação religiosa), o par de canhões portugueses com as armas de D. João III (1502-1557) ou até mesmo o denominado Arco Português junto aos jardins Rainha Vitória.<sup>26</sup> Todavia, a certeza do que viu encontra-se congelada em negativos que nos revelam uma abordagem a privilegiar a paisagem e o retrato de uma sociedade profundamente diferente, e com uma forte identidade própria.

Na verdade, os fotogramas deixados evidenciam uma abordagem quase antropológica. Isto porque o que vê nos seus estereoscópicos é um quotidiano sem qualquer espécie de encenação, teatralização ou “orientalização” dos cenários captados, tão em voga por esse tempo. Os habitantes mostram-se a caminho dos seus afazeres rotineiros, da sua realidade diária, sem orientações estéticas, poses ou a mais pequena preparação no “enfrentar” da objetiva o que, apesar de não ser

---

<sup>24</sup> Foi nesta casa que Ranchhod Oza (1913-1993) que, apesar de não ser de origem goesa, começou a trabalhar como aprendiz de fotógrafo. Em 1930 abre a sua própria loja na Kenyatta Road – a Capital Art Studio – e torna-se o fotógrafo oficial do sultão Khalifa bin Haroub (1879-1960). Em 1979, o seu filho, Rohit Oza (1950), ficou à frente do estabelecimento até hoje, num espaço que é hoje uma janela de acesso a um passado sem a qual este se fecharia para sempre. Sublinhe-se que é a última casa aberta que nos remete para o “sultanato” de fotógrafos portugueses em Zanzibar, derradeiro reduto de um tempo pretérito ao qual se acede através da contemplação das paredes forradas de fotografias a preto e branco, e onde se leem os apelidos portugueses inscritos nas tabuletas penduradas nas ruas. Ver estudos de Meg Samuelson e Pamila Gupta.

<sup>25</sup> Cf: <http://grandmonde.blogspot.com/2007/01/o-sultanato-dos-fotografos-portugueses.html>; <https://www.oldeastafricapostcards.com/major-photographers/> (acedido a 14.2.2023).

<sup>26</sup> Para uma elencação completa do património tangível e intangível português em Zanzibar, ver Maria João Castro (2021) “Under the Breeze of the Portuguese Indian Ocean: Tourism and Heritage in Zanzibar” in *JANUS NET, e-journal of International Relations*, Vol. 12, N.º 2, pp. 189-208.

inovador, é incomum para a época. O grande tema são as ruas de Stone Town e os seus transeuntes a fixarem a câmara ou a ignorá-la numa miscelânea vivencial a abarcar as culturas suaíli, árabe, indiana e europeia.

De entre os vários apontamentos, há um que mostra o consulado português na cidade, um prédio colunado e com balcão superior. Segundo Abdul Sheriff, a construção “remete para a que serviu de escritório à Secretaria do Protetorado Britânico”,<sup>27</sup> de traço de John Sinclair (1871-1961), arquiteto britânico e autor de várias construções na cidade de inspiração indo-sarracena<sup>28</sup> como a Residência Oficial Britânica, o Tribunal, o Banco da Índia, o Mercado Darajani, o Edifício Bharmal, os Correios, e o Museu Memorial da Paz.

A curta distância, a Rua Portuguesa (rebatizada Gizenga depois da Revolução de 1964), uma artéria movimentada onde numerosos comerciantes goeses abriram casas de negócio como os estúdios fotográficos já referidos. Nessa e noutras ruas, Afonso Chaves fotografou os homens sentados nas *barazas*,<sup>29</sup> as segas e os burros de carga a circularem pelas vielas estreitas e labirínticas, as vendedoras locais, os carregadores, chegando às casas dos subúrbios com telhados de colmo.

Noutras panorâmicas, vê-se a linha ferroviária, a primeira da África oriental a introduzir a locomotiva a vapor.<sup>30</sup> Terá sido em 1879 que o sultão Barghash bin Said mandou construir uma ferrovia de onze quilómetros do seu palácio em Stone Town (na frente marítima) para o de Chukwani (nos arredores). Inicialmente, os dois vagões Pullman eram puxados por mulas, mas em 1881 o soberano encomendou uma locomotiva tanque aos construtores ingleses da Bagnall num traçado a funcionar até à sua morte, em 1888, quando os trilhos e a locomotiva foram descartados. Em 1905, um ano antes da visita de Afonso Chaves, a American Company Arnold Cheyney construiu uma linha de sete milhas da cidade de Zanzibar até a vila de Bububu e que funcionou durante 25 anos até fechar em

---

<sup>27</sup> Em entrevista à autora a 10.12.2022.

<sup>28</sup> Esta arquitetura indo-sarracena baseada na nativa indo-islâmica e indiana de estilo revivalista foi protagonizada por um conjunto de arquitetos ingleses durante o século XIX e início do século XX na Índia britânica, tendo-se estendido a outras possessões do império, nomeadamente África. Incorporando elementos dos estilos neogótico (ou gótico vitoriano) e neoclássico esteve, à altura, muito em voga por todo o império britânico.

<sup>29</sup> Bancos de alvenaria construídos às portas das casas onde a população vende objetos ou simplesmente descansa, conversa ou joga.

<sup>30</sup> Kevin Patience (1998). *Zanzibar and the Bububu Railway*. UK: Author.

1930. Esta linha operava seis ou sete vezes por dia e era extremamente popular e atravessava algumas das ruas mais estreitas da cidade. Durante a sua construção foram instaladas linhas de energia elétrica ao longo dos trilhos e deste modo, em 1906, e muito antes mesmo de Londres obtê-los, Stone Town tinha iluminação pública elétrica.<sup>31</sup>

Numa das imagens de Afonso Chaves vê-se a velha linha ferroviária a passar frente ao Forte Velho e a ser submersa por terra, e noutra, sobressaem os carris na zona de N'gambo (lado este da cidade) e que, à data, era separada por uma lagoa, Pwani Ndogo que começava a ser assoreada. Por esta altura – início de Novecentos – Stone Town reformulava-se devido à atividade comercial e mercantil dinamizada sobretudo pelos ingleses numa ascendência de interesses sobretudo pelas matérias-primas do vasto continente no sentido de alimentar a indústria e o progresso cosmopolita do velho continente. Se bem que o escravagismo tivesse sido abolido no arquipélago em 1897, este demorava a efetivar-se no terreno<sup>32</sup> tendo os proprietários das plantações sofrido um rude golpe (de escassez de mão-de-obra) que fez alterar a economia da ilha de comercial a colonial. Em consequência do aumento do tráfico marítimo estimulado pelo protetorado britânico (entre 1890 e 1963) verificou-se a abertura de sucursais de importação-exportação, representações diplomáticas e dependências alfandegárias que deram uma nova dinâmica à capital da ilha. E foi esta pequena cidade de convergência africana, árabe, indiana e europeia transformada em empório dos ingleses que Afonso Chaves retratou devolvendo-os o ar do tempo. Do seu tempo!

Num fecho possível da sua incursão pela ilha soçobram dois estereoscópicos icónicos: um, de três crianças mergulhadas num mar de luz ao largo de Stone Town. Fotografada de cima para baixo, certamente a partir do convés do navio, ela mostra um rasto luminoso de cintilação pura, como que se esfumando na desmaterialização do afastamento; outra, igualmente tirada em *plongée*, mostra uma criança sozinha a bordo de uma minúscula embarcação local. Com o remo poisado sobre o bordo de madeira, ela olha para a lente do fotógrafo, com espanto:

---

<sup>31</sup> Em 1911, a ferrovia foi vendida ao governo e, em 1922, o serviço de passageiros cessou. À medida que as estradas melhoraram e os veículos motorizados na ilha aumentaram, sua popularidade diminuiu.

<sup>32</sup> Foi durante o sultanato de Hamoud bin Mohammed – entre 1896 e 1902 – que se emitiu o decreto (datado de 6 de abril de 1897) a colocar fim efetivo à escravatura, tendo Hamoud sido condecorado pela rainha Vitória (1819-1901).

tudo em redor é um espelho de luz vago e informe a aumentar a sensação de abandono do garoto, um abandono que é a metáfora perfeita de uma visita prestes a findar retendo a Vérascope um derradeiro olhar sobre o outro e, portanto, sobre si próprio, condensando-se numa verdade última, a de que “nós só existimos no espelho dos outros”.<sup>33</sup>

*Na viagem, apenas se descobre  
aquilo que trazemos connosco.*

Michel Onfray

No dia 29 de agosto às 6:30 da manhã o vapor de Afonso Chaves fundeava em Dar es Saalam para uma visita da cidade regressando no dia seguinte – 30 – às 9 da manhã a Unguja de onde viria a sair uma hora depois, às 10 horas, desta vez em definitivo e em direção a Tanga na costa tanzaniana. Nas suas palavras: “Dia 30 às 10:45. Há quatro dias que ando em passeios de mar para terra e de terra para mar além da navegação costeira”.<sup>34</sup>

Depois de um par de dias na Ilha das Especiarias, FAC navegou pela costa oriental africana, passou pelo Mar Vermelho até ao Canal do Suez a partir de onde chegou a Itália, país onde se demorou até se decidir a atravessar a Suíça e a França para chegar a Lisboa, a 15 de outubro de 1906, às 6:20 da manhã, conforme anota na sua agenda pessoal.<sup>35</sup>

Decerto que entre a sua coleção de destinos, Zanzibar pode não ter sido o mais comentado mas, as cerca de 50 fotografias estereoscópicas da ínsula dão conta de uma realidade congelada num tempo pretérito, anacrónico, ao qual acedemos através dos seus registos a três dimensões refletindo grande polaridade de experiências e práticas.

Hoje, mais de cem anos após a viagem de FAC, a zona antiga da cidade retém parte da atmosfera plasmada nas fotografias de 1906: um palimpsesto de becos

---

<sup>33</sup> Frase de Eduardo Lourenço na apresentação a 15 de junho de 2015 da sua obra *Em Diálogo com Eduardo Lourenço*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.

<sup>34</sup> FAC no seu diário de bordo de dia 30 de agosto, p. 18.

<sup>35</sup> Numa cópia documental gentilmente cedida à autora por João Luís Cogumbreiro, trineto de Afonso Chaves.

e ruelas, por entre apontamentos arquitetónicos árabes, indianos, africanos e europeus intocados, aguardando a imobilização dos passos e a observação, atenta, desperta. Esta conservação de parte da Cidade de Pedra que Afonso Chaves fotografou torna os seus estereoscópicos pérolas, testemunhos vivos a remeterem-nos para um tempo distante e distinto e, simultaneamente, para um presente vivo, feito de fragmentos de arte, história e património. Basta um olhar atento para que saltem do baú da desmemória e se revelem no da lembrança, revitalizando o legado de um artista-cientista de dinâmica verdadeiramente contemporânea. A sua própria obra é uma permanente tentativa de gravar o rasto luminoso de um momento e guardá-lo junto de outros perfazendo uma sucessão de instantes de que é feita uma vida. É essa a beleza e a atualidade da sua herança; a fotografia como uma visualização no tempo para memória futura.

Deste modo, e numa época pós-colonial de um mundo em rede, não deixa de ser instigante (re) pensar a fotografia de Afonso Chaves como via de reapropriação de um espaço multicultural onde Portugal integrou parte da história, revendo-se (ou refletindo-se) nele numa introspeção contemplativa que, na indefinição da espuma do tempo, se revela através da criatividade artística. É a fotografia enquanto mediadora entre passado e presente, ausência e presença, recordação e esquecimento, num impactante registo da cultura visual contemporânea.



Fig. 5  
Aproximação a  
Zanzibar; Tanganita  
Francisco Afonso  
Chaves, 1906, África  
Suporte original: Gelatina  
e sal de prata sobre vidro,  
par estereoscópico  
Coleção Museu Carlos Machado

Em rigor, o acervo do FAC – e particularmente os estereoscópicos de Zanzibar – mostram-se como reminiscências de uma mundividência transformada em arte de indiscutível consistência e valor. A ínsula, que o recebeu e que foi durante quase duas centúrias parte integrante do primeiro império à escala global, revelou-se com grande subtileza cristalizando uma mítica cuja valência ecoa, silente, na belíssima frase de Onfray em epígrafe: a de que “na viagem, apenas se descobre aquilo que trazemos connosco”.

## BIBLIOGRAFIA

- (1851-1900), *Notas de Viagem a Zanzibar*, fragmento de manuscrito anónimo e provas tipográficas, n.º 11, MSS. 257. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/27148/3> [Consultado: 20-02-2024].
- BENNETT, R. (1987), “Zanzibar, Portugal e Moçambique: relações dos fins do século 1890”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 6-7, pp. 9-36, Lisboa: UNL, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CARVALHO, Selma (2016), *Goan Pioneers of East Africa*. UK: Biddles.
- CASTRO, Maria João (2021), “Under the Breeze of the Portuguese Indian Ocean: Tourism and Heritage in Zanzibar” in *JANUS NET, e-journal of International Relations*, Vol. 12, N.º 2, pp. 189-208. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5251/1/EN-vol12-n2-art12.pdf> [Consultado: 20-02-2024].
- CASTRO, Maria João (2019), *Zanzibar. Art of a (Re) Encounter*. Lisboa: Caleidoscópio.
- CHAVES, Francisco Afonso (1906), *Diário de Bordo*. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores. Disponível em: <https://arquivos.azores.gov.pt/details?id=1376176> [Consultado: 20-02-2024].
- CHAVES, Francisco Afonso. *Espólio Documental*. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Disponível em: <https://arquivos.azores.gov.pt/details?id=1354595> [Consultado: 20-02-2024].
- CHAVES, Francisco Afonso. *Espólio Fotográfico. Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, São Miguel, Açores*. Disponível em: [https://azoreana.azores.gov.pt/search?term=francisco%20afonso%20chaves&page=1&pre=grid&filters=fq:type\\_keyword:%22Imagem%22%2Bfq:spatial\\_keyword:%22Tanz%C3%A2nia%22%2B&cpag e=1&destinationPage=search](https://azoreana.azores.gov.pt/search?term=francisco%20afonso%20chaves&page=1&pre=grid&filters=fq:type_keyword:%22Imagem%22%2Bfq:spatial_keyword:%22Tanz%C3%A2nia%22%2B&cpag e=1&destinationPage=search) [Consultado: 20-02-2024].

- Department of Urban and Rural Planning, Zanzibar and African Architecture Matters (2019). *Ng'ambo Atlas. Historic Urban Landscape of Zanzibar Town's 'Other Side'*. The Netherlands: I.M. Publishers, African Studies Centre.
- FONSECA, Luís Adão da (1998), "Relato directo da viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia", *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a época*. Lisboa: Expo 98.
- GUPTA, Pamila (2019), *Balcony, Door, Shutter*. Vienna: FCS. Disponível em: [https://ksa.univie.ac.at/fileadmin/user\\_upload/i\\_ksa/PDFs/Vienna\\_Working\\_Papers\\_in\\_Ethnography/vwpe09.pdf](https://ksa.univie.ac.at/fileadmin/user_upload/i_ksa/PDFs/Vienna_Working_Papers_in_Ethnography/vwpe09.pdf) [Consultado: 20-02-2024].
- LOURENÇO, Eduardo (2015), "Património" in *Revista Património*, Manuel Lacerda (dir.), N.º 3, Lisboa: D.G.P.C.
- MELLO, Adelino António das Neves e (1890), *Zanzibar*. Lisboa: Typografia Minerva Central.
- MITCHELL, T. (1988), *Colonizing Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MYERS, Garth Andrew (1995). "The Early History of the Other Side of Zanzibar Town" in *History and Conservation of Zanzibar Stone Town*. Athens, Ohio: Ohio, University Press.
- MYERS, Garth Andrew (2003), "Verandahs of Power. Colonialism and Space" in *Urban Africa*. New York: Syracuse University Press.
- ONFRAY, Michel (2009), *Teoria da Viagem, Uma Poética da Geografia*. Lisboa: Quetzal.
- PATIENCE, Kevin (1998), *Zanzibar and the Bububu Railway*. UK: Author.
- PRESTHOLDT, Jeremy (2019), "The Island as Nexus. Zanzibar in the Nineteenth Century" in *African Islands: Leading Edges of Empire and Globalisation*. Rochester: Boydell & Brewer, University of Rochester Press, 2019.
- REIS, Victor dos; TAVARES, Emília (2017), *A Imagem Paradoxal. Francisco Afonso Chaves (1857-1926)*. Lisboa: MNAC.
- SAMUELSON, Meg (2016), "Producing a World of Remains in Indian Ocean Africa: Discrepant Time, Melancholy Affect and the Subject of Transport in Capital Art Studio, Stone Town, Zanzibar" in *African Studies*, N.º 72 (2), May, pp. 233-256. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/304812791\\_Producing\\_a\\_World\\_of\\_Remains\\_in\\_Indian\\_Ocean\\_Africa\\_Discrepant\\_Time\\_Melancholy\\_Affect\\_and\\_the\\_Subject\\_of\\_Transport\\_in\\_Capital\\_Art\\_Studio\\_Stone\\_Town\\_Zanzibar](https://www.researchgate.net/publication/304812791_Producing_a_World_of_Remains_in_Indian_Ocean_Africa_Discrepant_Time_Melancholy_Affect_and_the_Subject_of_Transport_in_Capital_Art_Studio_Stone_Town_Zanzibar) [Consultado: 20-02-2024].
- SAMUELSON, Meg (2018), "'You'll never forget what your camera remembers': image-things and changing times in Capital Art Studio, Zanzibar" in *Critical Arts: South-*

-North Cultural and Media Studies, Vol. 32, pp. 75-91. Disponível em: [https://www.academia.edu/36627152/\\_You\\_ll\\_never\\_forget\\_what\\_your\\_camera\\_remembers\\_image\\_things\\_and\\_changing\\_times\\_in\\_Capital\\_Art\\_Studio\\_Zanzibar](https://www.academia.edu/36627152/_You_ll_never_forget_what_your_camera_remembers_image_things_and_changing_times_in_Capital_Art_Studio_Zanzibar) [Consultado: 20-02-2024].

SHERIFF, Abdul (1995), *Historical Zanzibar: Romance of the ages*. ST: HST Publications.

SHERIFF, Abdul and Javed Jafferji. (2008 [1998]). *Zanzibar Stone Town. An Architectural Exploration*. Zanzibar: The Gallery Publications

Sultanato de Fotógrafos Portugueses. Disponível em: <https://www.oldeastafricapostcards.com/major-photographers/> [Consultado: 20-02-2024]; <http://grandmonde.blogspot.com/2007/01/o-sultanato-dos-fotografos-portugueses.html> [Consultado: 20-02-2024]; <https://www.zanzibarhistory.org/Goa-and-Zanzibar> [Consultado: 20-02-2024].

TAVARES, Maria da Conceição (2017), *Do Naturalismo às Ciências Modernas nos Açores. Ensaio Biográfico de Francisco Afonso Chaves (1857-1926)*. Lisboa: Faculdade de Ciências. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35026/1/ulsd732231\\_td\\_Maria\\_Tavares.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35026/1/ulsd732231_td_Maria_Tavares.pdf) [Consultado: 20-02-2024].

# A ILHA DE S. JORGE E OS JORGENSES NAS DESCRIÇÕES DE BRIANT BARRETT (1812-1814)

SUSANA SERPA SILVA

CHAM-FCSH – Universidade NOVA de Lisboa/Universidade dos Açores  
susana.pf.silva@uac.pt

## INTRODUÇÃO

Briant Barrett era britânico e viajou pelo arquipélago dos Açores entre 1812 e 1814, ou seja, há mais de 200 anos. Deixou um interessante manuscrito com relatos e descrições das sete ilhas que visitou, com exceção das Flores e do Corvo, manuscrito este que ficou inédito até 2017, ano em que foi publicado em livro, em versão traduzida por Sara Anglin Álvares Cabral e George Hayes, com colaboração de José Luís Cogumbreiro e Paulo Anglin Álvares Cabral. Os dois primeiros tradutores eram amigos de Hugo Moreira que adquiriu o manuscrito de Barrett, quando era diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, mostrando, desde logo, um grande interesse na sua divulgação. A revisão do texto e algumas anotações ficaram a cargo de Regina Amaral, outra amiga e colega de Hugo Moreira, e a todos os intervenientes, já desaparecidos, presto aqui a minha homenagem por este exigente e complexo trabalho<sup>1</sup>.

Pouco se conhece acerca da identidade de Briant Barrett. O próprio apresenta-se como um súbdito inglês que veio aos Açores, em convalescença, acompanhado pela família (mencionando vagamente a presença de filhos) e por um Capitão F., cuja identidade também se desconhece. Tendo em conta o acompanhante militar, bem como a visita de outros militares aos Açores, antes

---

<sup>1</sup> Briant Barrett (2017), *Relato da Minha Viagem aos Açores – 1812-1814*, Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições. Nota Prévia de Manuela Vaz de Medeiros. Prefácio de Susana Serpa Silva.

e depois deste, partimos do pressuposto de que Barrett seria também um oficial britânico. Aliás, o seu grande interesse pelas fortificações, pelos portos e embarcadouros insulares, bem como as suas narrativas e ponderações em torno de questões de defesa das ilhas acentua esta suposição. Aliás, tal como afirmamos no prefácio do livro, o autor não se afigura como um simples convalescente ou viajante desprezioso e tranquilo. Barrett parece ter vindo incumbido de uma missão exploratória, pois alguns dos seus comentários incluem considerações sobre o modelo de governação das ilhas, sobre a própria soberania portuguesa (em relação à qual se mostrou muito crítico) e sobre a importância geoestratégica dos Açores. Ademais, foi recebido por diferentes autoridades locais, incluindo o próprio Capitão-General, na altura Aires Pinto de Sousa Coutinho (1810-1816)<sup>2</sup>. A conjuntura em que se enquadra a visita de Barrett estava marcada pelo interesse que a Madeira e os Açores despertavam entre algumas potências estrangeiras, nomeadamente a Inglaterra que então rivalizava com a França napoleónica. Como refere Madruga da Costa o período entre 1800 a 1820 arrastou os Açores para a cena internacional, uma vez que estas ilhas renovaram o seu valor como escala internacional e estratégica<sup>3</sup>. Já em 1811, o capitão britânico Thomas Ashe sublinhara a relevância do arquipélago para o comércio inglês, considerando que a coroa portuguesa negligenciava estas ilhas, votando-as a um subaproveitamento e abandono<sup>4</sup>.

No conjunto da obra, Barrett deixa também uma narrativa aprofundada sobre a paisagem natural e humanizada das ilhas, os fenómenos naturais mais frequentes, o clima, a fauna e a flora, solos e águas, as localidades, as atividades económicas, os costumes, a sociedade e a vida quotidiana dos insulares, para além de uma resenha sobre as leis de Portugal. Trata-se, pois, de um livro que pode e deve ser enquadrado na designada literatura de viagens, género literário muito vasto que inclui crónicas, relatos, relatórios, diários e até ensaios científicos, que comportam inúmeras informações com grande interesse para a historiografia. Não obstante, a literatura de viagens — que se tornou particularmente abundante nos séculos XVIII e XIX — requer cuidado e espírito crítico na sua análise e

---

<sup>2</sup> Susana Serpa Silva (2027), “Prefácio”, in Briant Barrett, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>3</sup> Cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa (2005), *Os Açores em finais do Regime da Capitania-Geral, 1800-1820*, Horta: Núcleo Cultural da Horta / Câmara Municipal da Horta, 2 vols.

<sup>4</sup> Susana Serpa Silva (2027), “Prefácio”, in Briant Barrett, *ob. cit.*, pp. 14-15.

interpretação considerando que resulta, algumas vezes, de consultas de outras fontes pouco credíveis, de impressões e juízos subjetivos, de preconceitos e observações etnocêntricas, sendo mais fidedigna quando decorre da observação e da narrativa na primeira pessoa, ou seja, do testemunho presencial e do contacto com os locais, como é o caso do relato de Briant Barrett. Ainda assim, como refere Fátima Sequeira Dias, são sempre obras “reveladoras de uma determinada gramática do olhar”<sup>5</sup>, muito dele comparativo: eu e o outro.

No caso em apreço, deparamos com um capítulo introdutório relativo à descoberta e povoamento dos Açores e para além dos capítulos dedicados a cada ilha que visitou, em particular, Barrett ainda nos legou outro dedicado à população e sociedade, em geral. O capítulo VII trata da ilha de S. Jorge, focando a vila das Velas, a paisagem e outras freguesias locais, “a destruição da Urzelina pela catástrofe de 1808”, o gado, as crises alimentares e os habitantes<sup>6</sup>.

Com o propósito de uma análise mais fidedigna, o texto que agora publicamos não só revela a narrativa deste viajante sobre esta ilha açoriana e o seu povo, em particular, como motivou o cotejo dos dados e informações apresentadas com outros estudos, antigos e recentes, que incidem sobre a mesma realidade.

## S. JORGE E OS JORGENSES NA OBRA DE BARRETT

A primeira observação do viajante inglês incide sobre a centralidade da ilha, rodeada pela Terceira, Graciosa, Faial e Pico, a que acrescenta a especificidade do seu longo comprimento de doze léguas e a configuração estreita, com cerca de duas léguas de largura. Ainda em 2014, Avelino Meneses ressaltava a mesma ilha, no contexto açoriano, considerando-a como “historicamente periférica e geograficamente central”<sup>7</sup>.

Nas suas minuciosas notas, Briant Barrett destaca a vila principal, situada do lado sul e que, à época, não teria mais do que 1.600 habitantes. Este número

---

<sup>5</sup> Fátima Sequeira Dias (2000), “A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre ‘politicamente correta’ do viajante nas ilhas), in *O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo...*

<sup>6</sup> Briant Barrett (2017), *ob. cit.*, p. 261.

<sup>7</sup> Avelino de Freitas de Meneses (2014), “Prefácio”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord. *Aquém e Além de São Jorge: memória e visão*, S. Jorge: CHAM / Misericórdia das Velas p. 11.

parece-nos plausível se nos ativermos aos indicadores dos censos de 1864 (segunda metade da centúria), e que apontam para a existência de 2.306 habitantes nas Velas, sendo o concelho, na sua totalidade, composto por 9.635 habitantes<sup>8</sup>. O aumento da população — apesar do incremento das correntes emigratórias — foi uma realidade nos Açores de oitocentos. Em trabalho recentemente publicado, Paulo Matos, com recurso a diferentes fontes, algumas delas já compulsadas pelo saudoso historiador Artur Madeira, aponta para um total de 14.000 jorgenses em 1812 (altura da visita de Barrett) e para 18.000 habitantes, por volta de 1848 e 1857<sup>9</sup>. Se remontarmos ao estudo dado ao prelo por José Cândido da Silveira Avelar — recentemente editado, anotado e atualizado por Artur Teodoro de Matos — os números condizem. Segundo Avelar, em 1796 S. Jorge contava com 14.407 almas e em 1890 teria 17.065 habitantes, distribuídos por 4.635 fogos<sup>10</sup>.

A vista do canal era, para o autor em apreço, “encantadora”, pois a pequena baía, mais comprida do que larga, tinha dos dois lados altos rochedos e ao fundo a cordilheira de montanhas. Observou que a baía podia abrigar três navios ancorados, de qualquer dimensão e em perfeita segurança, salvo se os ventos soprassem fortemente de sueste e rondassem para noroeste. Para evitar situações de perigo, Barrett sugeria que se construísse “com pouca despesa, um molhe ou quebra-mar do lado poente da baía onde existe um baixio e rochas, o qual constituiria um bom abrigo para quinze ou vinte navios de qualquer calado”<sup>11</sup>. O problema, segundo Barrett, é que eram tantas as alterações e melhorias a executar na ilha que, por agora, não existiam condições para pensar neste empreendimento. Logo ali, nas Velas, era visível o estado de abandono do respetivo forte e o cais, mesmo assim, era moderno e operacional.

Penetrando na “alegre” vila das Velas (expressão do próprio), descreveu assim o que viu:

---

<sup>8</sup> Frederico Maciel (2010), *S. Jorge (trechos da nossa História)*, Velas: Santa Casa da Misericórdia, p. 34.

<sup>9</sup> Paulo Matos (2014), “Achegas para o estudo da população da ilha de S. Jorge, 1768-2012”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord., *ob. cit.*, p. 43.

<sup>10</sup> José Cândido da Silveira Avelar (2023), *Ilha de São Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Introdução, atualização, notas e índices de Artur Teodoro de Matos, Velas: Câmara Municipal das Velas, p. 182.

<sup>11</sup> Briant Barrett (2017), *ob. cit.*, p. 262.

[...] a rua principal tem um passeio e a Igreja Matriz não tem qualquer espécie de torre; o Convento dos Franciscanos está num estado e razoável conservação. Há também, nas Velas, um Convento de Freiras, o único da ilha. As reclusas que tomaram o hábito não ultrapassam dezasseis ou dezassete em número; algumas noviças estão a preparar-se para seguirem a vida religiosa, mas a paixão de se tornarem freiras, nestas ilhas, está em grande declínio, preferindo o matrimónio e dizendo não ao celibato. O arrabalde das Velas estende-se pela montanha que segue por detrás da vila. Ladeando o caminho que a sobe, lindas casinhas espreitam por entre laranjais e vinhedos (p. 262).

Nesta afirmação, o destaque conferido aos conventos não é de estranhar, atendendo ao papel que as ordens religiosas mantiveram (sobretudo os Franciscanos) até à implantação do liberalismo, tanto no ensino, como na beneficência e auxílio espiritual.

Na afirmação em destaque também se comprova a existência de laranjais, na ilha, muito antes da crise do ódio. Prosseguindo o seu relato, a partir do mar, Barrett nota que a paisagem jorgense não variava muito, mas possuía belas vistas. Salienta o corte perpendicular das vertentes costeiras, as quais, de vez em quando, com o peso das chuvas, se desmoronavam. Esta realidade apavorava o visitante, pelo que pedia frequentemente aos barqueiros para se afastarem da costa embora compreendesse que assim o não fizessem para poderem navegar em águas mais tranquilas. A partir do mar, observou o caminho dos Rosais e passando ao lado norte da ilha registou que uma grande parte desta costa demorara a povoar, cabendo a D. Manuel de Gouveia, Bispo de Angra, por volta de 1600, fundar a povoação de Santo António, que distava cerca de légua e meia das Velas. Três léguas mais adiante situava-se a aldeia de Santo Amaro e a Ponta Furada<sup>12</sup>, com muitos rochedos em redor escavados e perfurados, por onde penetrava a espuma provocada pelo movimento das marés, dificultando os desembarques, mesmo com bom tempo. E prossegue a narrativa:

Uma pequena fajã de lava solta com vinte e quatro acres de superfície, cerca de vinte a trinta jardas acima do nível do mar, está plantada de vinhas onde se encontram, também, algumas casinhas. Caminhando para o cimo, o atalho está ladeado de árvores de fruta e de outras variedades de produtos agrícolas

---

<sup>12</sup> Vejam-se as indicações de José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, pp. 179-182.

como inhames e vinhas. Toda esta vegetação oferece uma agradável sombra ao viajante que, no princípio de Agosto, nestas latitudes, sobe um quarto de milha quase na perpendicular [...]. Desembarquei uma vez neste lugar, quando vinha da Graciosa. Os habitantes desta aldeia tinham-se reunido lá em baixo para assistirem à nossa chegada porque o aparecimento de um estranho era uma grande novidade para eles. Trazia uma carta de recomendação para o Capitão da localidade, contendo uma cópia das ordens do Capitão-General, a qual entreguei na ocasião do desembarque. Recebeu-a, abriu-a e logo de seguida levou-nos ao cimo da rocha, conduzindo-nos a uma casa inacabada, sem sobrado onde estendeu uma esteira no chão para nos acomodar (pp. 264-265).

Esta receção deixou Barrett e o seu companheiro muito surpreendidos, dado que as ordens do Capitão-General eram claras e no sentido de serem bem recebidos. Ambos estavam fatigados, com fome, sede e calor. Porém, o que poderia parecer uma inadequada hospitalidade, nada mais era do que uma consequência da iliteracia que, nas ilhas, era transversal às diferentes classes sociais. O Capitão não sabia ler e teve de recorrer ao auxílio do cura. No regresso, já ciente do conteúdo da carta, vinha com um semblante mais amistoso e logo as ordens superiores foram respeitadas e cumpridas. Os forasteiros usufruíram de uma boa ceia, regada por abundante vinho e mudaram-se para uma outra casa, da qual a família residente teve de sair, para que ambos se acomodassem melhor. Este tratamento diferenciado, motivado por uma carta da mais alta autoridade do arquipélago, é demonstrativo de que Briant Barrett não era um forasteiro qualquer, desprovido de estatuto e de capacidade de influência.

No mesmo ano de 1813, em agosto, atravessou a ilha de S. Jorge, passando pelas terras mais altas. Os terrenos próximos do Norte Grande estavam cultivados de trigo de boa qualidade e a restante paisagem era composta por pastagens. Não existiam muitos bosques, mas os que havia formavam, com as pastagens ondulantes, uma “linda paisagem, totalmente diferente de qualquer uma das outras ilhas”. E acrescenta: “Na realidade, as pastagens de S. Jorge são, geralmente, consideradas como sendo uma das principais belezas das ilhas ocidentais”<sup>13</sup>. Como seria expectável, Barrett salienta o Pico da Esperança — o ponto mais alto da ilha —, e do qual se podia disfrutar de uma vista “magnífica”. Mais adiante fala-

---

<sup>13</sup> Briant Barrett (2017), *ob. cit.*, p. 264.

-nos do Topo, então ainda sede de concelho que, todavia, seria extinto e anexado ao da Calheta em 1855<sup>14</sup>:

O Topo foi o primeiro lugar a ser povoado em S. Jorge. O caminho que leva à costa é feito em ziguezague, muito inclinado, e fica situado em cima de um rochedo. A baía do Topo é formada pela cratera de um pequeno vulcão, mas é de difícil acesso a grandes embarcações devido aos baixios e pontas aguçadas de lava com que o fundo está coberto; só serve para barcos pequenos. Os rochedos circundantes estão, abundantemente, povoados por uma espécie de gaivotas que piam tristemente durante a noite.

O povoado é pequeno, mas possui uma boa Igreja Paroquial e um Convento de Franciscanos, cujos religiosos oferecem, de boa vontade, ao viajante o melhor que têm, apesar da sua pobreza. Este lugar é muito frequentado pelos barcos que navegam do Faial e Pico para a Terceira (pp. 265-266).

Em resultado do périplo efetuado em sete ilhas açorianas, este viajante enalteceu sempre a presença e a ação dos Franciscanos, visitando os seus conventos e mantendo uma estreita relação com esta ordem religiosa. Pelo contrário, e numa visão linear e preconceituosa, mostrou-se sempre mordaz e crítico quanto às ordens religiosas femininas, por considerar que a maioria das jovens açorianas professava forçadamente, sem verdadeira vocação e como alternativa ao indesejado celibato.

Voltando a S. Jorge, Barrett mostrou-se claramente impressionado pelos precipícios e falésias da ilha, considerando que era quase impossível aos humanos pisarem solos onde apenas as cabras se alimentavam da vegetação existente. As qualidades alpinísticas e o arrojo dos jorgenses foram sublinhados e elogiados pelo viajante:

Uma pessoa que não viva nestas ilhas acharia impossível que alguém pudesse chegar aos terrenos cultivados de inhames. Qual não seria o seu espanto ao vê-los trepar imensos precipícios perpendiculares, com grandes cestos cheios de inhames à cabeça! Se lhes faltasse o pé ou a mão, por qualquer motivo, não tinham salvação possível. É impressionante vê-los trepar e chegar a lugares impossíveis de alcançar que nem mesmo um gato se seguraria com as suas garras. Porém, a necessidade, a coragem e a força de vontade é tanta que, onde quer que haja uma

---

<sup>14</sup> José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, p. 181.

fenda para introduzirem um dedo do pé e um dedo da mão mais acima, não há obstáculo. Todavia, por vezes, há acidentes entre estas pobres criaturas que arriscam as suas vidas para obterem a sua própria subsistência (p. 266).

Na monografia que publicou sobre S. Jorge, Frederico Maciel refere que “o acidentado da ilha forçou os primeiros exploradores a adaptarem as culturas às características morfológicas da mesma”<sup>15</sup>, o que se perpetuou no tempo. O nosso viajante, sem deixar de sublinhar a importância do cultivo do inhame, bem como a sua qualidade e papel determinante na alimentação das comunidades jorgenses — autêntico “pão dos pobres” nas palavras de Avelino Meneses<sup>16</sup> — foi prosseguindo o seu roteiro, passando pela Fajã dos Vimes e do Loural, pela Ribeira Seca e chegando à Calheta, onde os vinhedos eram muito abundantes. O desembarcadouro apresentava-se, no seu entender, bastante exposto aos ventos do sul, e lembrou os naufrágios de 1782, na sequência de um violento furacão, que ali sepultaram vários navios, entre eles a fragata *Pallas*, o *Ville de Paris* e o *Centaur*, acrescentando serem ainda visíveis alguns canhões a poucas braças de profundidade<sup>17</sup>. Nas suas palavras:

O lugar da Calheta, embora seja a segunda povoação da ilha, é pequeno; as casas construídas nas elevações acima, espreitando entre laranjais, árvores de cidrão, limoeiros e ainda outras árvores de fruto e vinhedos circundantes, dão-lhe um aspecto extremamente belo. A Igreja Paroquial é bastante pobre, tanto no interior como no seu exterior e por isso tem pouco interesse.

O caminho que segue daqui para nascente sobe [...] e desce, novamente, até à aldeia das Manadas. Sobre a rocha há uma pequena igreja sobranceira ao mar que está muito bem ornamentada [...]. O terreno, revestido com verdura dos jardins, assim como o cemitério local, está bem conservado, dando um ar harmonioso (p. 267).

Em contrapartida, o cenário oferecido pela Urzelina, “outrora uma rica e populosa aldeia”, era desolador. Encontrava-se totalmente destruída pela terrível

---

<sup>15</sup> Frederico Maciel (2010), *S. Jorge (trechos da ...)*, ob. cit., p. 7.

<sup>16</sup> Avelino de Freitas de Meneses (2014), “Prefácio”, ob. cit., p. 11.

<sup>17</sup> Briant Barrett (2017), ob. cit., p. 267.

catástrofe que ocorrera em 1808<sup>18</sup>. Da igreja restava, somente, a torre e da lava que escorrera para o mar formara-se um bom varadouro, que antes não existia. Socorrendo-se da transcrição da cópia de uma carta dirigida, a um amigo, pelo Cônsul Geral americano, no Faial<sup>19</sup>, Barrett dá-nos conta do trágico acontecimento. Datada de 23 de junho de 1808, a missiva do diplomata começa assim:

Prezado Amigo

Ocorreu, aqui, um fenómeno que não era invulgar em tempos passados, mas que já não acontecia há muitos anos; este tem causado terror nas populações por ter provocado perda de vidas e de bens materiais.

No domingo, dia 1.º de Maio, à uma hora da tarde, passeando no balcão da minha casa, em Santo António, ouvi estrondos que pareciam o disparar de canhões, ao longe, e cheguei à conclusão que estava havendo algum combate marítimo nas proximidades da ilha; mas, pouco depois, olhando em direção à ilha de S. Jorge, a dez léguas de distância, observei uma densa coluna de fumo que se elevava até uma grande altura; calculei que um vulcão tivesse entrado em erupção no centro daquela ilha, e isto tornou-se certo ao cair da noite porque o fogo aparentava um aspecto aterrorizador. Estando desejoso de apreciar este maravilhoso espectáculo da natureza, embarquei, no dia 3 de Maio, acompanhado pelo Cônsul britânico e mais dez cavalheiros, para a ilha de S. Jorge. [...]. Encontrámos os pobres habitantes em pânico, praticando actos e cerimónias religiosas. Informaram-nos que [...] tinha surgido uma cratera num pequeno lago, no meio de férteis pastagens e [...] em dois dias este lançara cinzas e pequenas pedras-pomes [...]. Independentemente da massa acumulada à volta da cratera, esta cobrira a terra até uma altura de quatro pés (pp. 268-269).

---

<sup>18</sup> De acordo com José Cândido da Silveira Avelar, sobre a ocorrência do vulcão da Urzelina, em 1808, deixaram narrativas o Padre João Inácio da Silveira, cura de Santo Amaro, cujos escritos foram publicados por João Teixeira de Sousa no jornal *Jorgense*, vindo algumas notas a serem transcritas no *Arquivo dos Açores*. Com algumas variantes esta narrativa foi incluída nos *Apontamentos* de João Duarte. Ainda segundo Avelar esta erupção foi noticiada e descrita na *Revue Scientifique de la France et de l'Etranger* pelo naturalista Fouqué. Ainda João Soares de Albergaria, testemunha presencial, refere o acontecimento na sua *Corografia Açórica*, tal como Francisco Ferreira Drumond nos *Anais da Ilha Terceira*, entre outros. Cf. José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, pp. 388-398.

<sup>19</sup> John Bass Dabney fora nomeado Cônsul dos Estados Unidos da América, nos Açores, em 1806 e será sucedido, pelo filho Charles, em 1826. Cf. Joseph Abdo (2001), “The Dabney Family of Faial”, in *The British Historical Society of Portugal. Twenty Eighth Annual Report and Review 2001*, Parede, pp. 89-102. Disponível em: [https://www.bhspportugal.org/uploads/fotos\\_artigos/files/TheDabneyFamily.pdf](https://www.bhspportugal.org/uploads/fotos_artigos/files/TheDabneyFamily.pdf)

Segundo os jorgenses, para quem o cataclismo ainda estava muito presente, a erupção causara alguns prejuízos na ponta este da vizinha ilha do Pico e uma nova cratera tinha surgido a duas léguas das Velas, enquanto o fogo da primeira se afigurava extinto. O barulho era ensurdecedor e a ilha inteira parecia agitada por movimentos trémulos. Os sismos eram frequentes. A maioria da população das Velas retirara-se das suas casas e acampava ao ar livre. A zona da Urzelina parecia um deserto coberto de cinzas. Sucederam-se as erupções ao longo de pequenos vulcões espalhados nos campos e o simultaneamente “magnífico e horrível espetáculo” prolongou-se até ao dia 5 de julho. A aldeia da Urzelina e os campos em redor ficaram arrasados. Terão perecido cerca de 60 pessoas, em resultado de graves queimaduras. Uma parte do gado também sucumbiu pelas mesmas razões e perderam-se muitos cultivos de cereais e de vinha.

De acordo com a descrição do Padre João Inácio da Silveira, tudo terá começado com uma enorme intensidade de tremores de terra (oito por hora), seguidos por abalos tão violentos que todo o povo, em redor, saiu de suas casas. Além do imenso fumo, caíram areias sobre as habitações e os estrondos emergentes da boca do vulcão, mal este rebentou, eram aterrorizadores. Em seguida foram expelidas pedras ignitas e à noite, o fogo era tanto que as populações pensavam ser o juízo final. Outros cones vulcânicos foram-se abrindo em diferentes lugares, nos dias seguintes, e todos deprecavam a Deus<sup>20</sup>. Algumas pessoas, feridas ou queimadas, refugiaram-se na igreja das Manadas, havendo quem ali expirasse. Outros ainda foram para a ermida de Santa Rita. Durante vários dias, o sol permaneceu obscuro atrás da densidade da atmosfera, choveram cinzas, a ilha sofreu grandes concussões, o solo abriu fendas profundas e a lava, n o seu rumo para o mar, chegou a atingir 30 pés de altura<sup>21</sup>.

Segundo José Cândido Avelar, perante esta calamidade, a Câmara da Horta enviou uma missiva oferecendo hospitalidade a quem quisesse refugiar-se naquela ilha. Em contrapartida, o Juiz de Fora que presidia à Câmara das Velas fugiu, de imediato, para a ilha do Pico, ficando toda a vereação encerrada no edifício municipal a tomar providências. O Capitão-General, D. Miguel António de Melo, enviou uma carta, datada de 18 de maio, pela qual ordenava à edilidade local que

---

<sup>20</sup> Cit. por José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, pp. 389-390.

<sup>21</sup> João Soares de Albergaria, cit. por José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, p. 396.

distribuisse cinco moios de milho, gratuitamente, pelos mais pobres e que todos implorassem a misericórdia de Deus. Acrescentou que, caso fosse necessário, se deslocaria à ilha de S. Jorge. A Câmara das Velas respondeu à missiva, agradecendo a oferta do cereal, mas solicitando que a maior esmola que aquela autoridade podia fazer àquele povo tão fustigado seria abolir o regimento de milícias. Tal pedido motivou a indignação do Capitã-General que respondeu com uma forte reprimenda<sup>22</sup>.

Segundo os registos, desde 1580 a ilha de S. Jorge sofreu vários cataclismos, por entre inundações, terramotos e erupções vulcânicas. Já em 1757 — dois anos após o grande cataclismo de Lisboa — a mesma ilha fora abalada, de acordo com Avelino Meneses, por um “terramoto devastador”, de origem tectónica, que provocara grandes derrocadas, constituindo novas fajãs e até um ténue maremoto perceptível nas demais ilhas do grupo central. Perpetuado nas memórias da população, este terá sido um evento avassalador, sobretudo na região das Calhetas e do Topo, o qual terá dizimado cerca de 20% dos residentes, ou seja, à volta de 1.000 pessoas<sup>23</sup>.

Não obstante salientar a tragédia de 1808, Barrett lembrou que este tipo de fenómenos era comum às demais ilhas, recordando também vários sismos e erupções vulcânicas ocorridas na ilha de S. Miguel, entre 1522 e 1811<sup>24</sup>. Ainda assim, durante a sua estada de 2 anos em diversas ilhas, só sentira um sismo forte, mas sem identificar qual e onde.

Do ponto de vista das atividades económicas — e como não podia deixar de ser — Barrett assinala a abundante criação de gado. As ilhas Terceira e Faial, segundo avança, eram abastecidas de carne produzida em S. Jorge e se o sistema de pastagens fosse melhor, mais carne a ilha poderia exportar. Por consequência, uma grande quantidade de queijo era fabricado pelos jorgenses, tornando desnecessária a importação deste produto que raramente excedia os 100 réis por libra. O próprio — numa visão comparativa, pessoal e subjetiva —, dizia já ter provado queijo “tão bom como o da Inglaterra”, mas em geral era inferior a este.

---

<sup>22</sup> José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, p. 397.

<sup>23</sup> Avelino de Freitas de Meneses (2011), “S. Jorge, 9 de Julho de 1757: a memória de um terramoto devastador”, in *Antigamente Era Assim! Ensaios de História dos Açores*, Ponta Delgada: Publiçor, pp. 513-515 e pp. 521-522.

<sup>24</sup> Briant Barrett (2017), *ob. cit.*, pp. 272-273.

Se a manteiga não tinha grande qualidade, o leite era abundante e barato. Aliás, em capítulo posterior, o autor menciona que nas ilhas onde havia maior produção de gado, ou seja, na parte oriental de S. Miguel, na Terceira, em S. Jorge e no Pico, as populações bebiam “leite azedo e o soro do leite”<sup>25</sup>. Porém, o mais curioso para este viajante, era o facto de apesar da grande produção de gado, a população jorgense, das “classe média e inferior”, raramente se alimentar de carne. As suas refeições eram à base de leite, inhames, batatas<sup>26</sup> e peixe.

De facto, as carnes verdes, em que a ilha era próspera, não eram habitualmente consumidas, exceção feita aos lavradores mais abastados, como menciona Frederico Maciel. Também para Elsa Mendonça, só os lavradores mais prósperos, juntavam-se uma vez por outra e mandavam abater uma rês, salgando a carne que dividiam entre si. Mas, em boa verdade, a carne só surgia em abundância aquando das Festas do Espírito Santo ou do padroeiro da freguesia<sup>27</sup>. Alvo de grande devoção popular, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade era sempre a quem os açorianos recorriam quando se deparavam com uma grande adversidade natural. Aliás, no tocante ao vulcão da Urzelina são vários os relatos de milagres atribuídos ao Espírito Santo. Por tudo isto, os festejos eram bastante efusivos e os bodos generosos, propiciando o consumo de carne que não eram próprio do quotidiano<sup>28</sup>. “As festas do Espírito Santo, em todas as povoações da ilha, eram a maior regalia dos povos, não tinham outras para se banquetearem (...)”<sup>29</sup>.

De acordo com Artur Teodoro de Matos — reputado historiador, natural da ilha de S. Jorge —, no limiar do segundo quartel do século XIX a agricultura ocupava uma posição relevante na economia jorgense. Cultivava-se preferencialmente milho, trigo, batatas, inhames, abóboras, cebolas, favas e alguns frutos, tudo acrescido de produção de linho e de urzela. Mas, a criação de gado é que era abundante. Em 1826 e 1827 o *vacum* ultrapassava as 5.000 cabeças,

---

<sup>25</sup> Briant Barrett (2017), *ob. cit.*, p. 317.

<sup>26</sup> De acordo com o autor, a introdução da batata dera-se em finais do século XVIII, por volta de 1793, 1794, e este tubérculo tornara-se muito importante na alimentação do povo açoriano, evitando as fomes e compensando as crises cerealíferas. Briant Barrett (2017), *ob. cit.*, p. 274.

<sup>27</sup> Elsa Mendonça (1966), *Ilha de S. Jorge — subsídios para estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais*, Sep. do Boletim do IHIT, pp.

<sup>28</sup> Veja-se Luís Mendonça (2021), *Aspetos da Vida Quotidiana nos Açores. Perspetiva histórica*, Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, pp. 161 e ss.

<sup>29</sup> José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, p. 128.

quase igualado pelo lanígero, o suíno rondava as 3.000 e o *cabrum* somaria o meio milhar. Naturalmente, existiam os animais de carga e transporte (cavalos e mulas) e na ilha praticava-se algum comércio de “bens alimentares excedentários”, exportando-se essencialmente o gado para outras ilhas, do arquipélago, e até Gibraltar<sup>30</sup>.

Face a esta realidade económica, obviamente entre a sociedade local abundavam os lavradores e camponeses (mais de metade dos homens ativos), a que se juntavam alguns artesãos em percentagem pouco expressiva. O clero era numeroso e, no geral, a sociedade jorgense era fustigada pela pobreza. Mesmo assim, esta realidade não demovia a Fazenda Real de cobrar pesados impostos (pecuniários e dízimos)<sup>31</sup>.

Segundo Frederico Maciel, na estrutura social jorgense, de um lado estavam os *senhores* e, do outro, um elevado número de *gente pobre* que dependia, quase exclusivamente, do trabalho vendido aos senhores e das condições climáticas. Excetuando as épocas das sachas, das colheitas e das vindimas, a população, em geral, dificilmente tinha sustento suficiente. Em 1897, afirmava Duarte de Sousa: “O nosso proletariado está rigidamente educado para as grandes privações. Mas, assim mesmo, algumas vezes lhe falta a parca refeição”<sup>32</sup>. Ainda em 1924, aquando da sua visita aos Açores, o que mais impressionou Raúl Brandão, em S. Jorge, a “ilha trágica” — conforme a adjectivou — foi a solidão e a pobreza extrema de muitos dos seus habitantes, em especial, os pastores<sup>33</sup>.

Também Briant Barrett aponta a frequência das crises cerealíferas resultantes, na sua visão, da ganância dos exportadores. No período da sua estada nos Açores, coincidente com o rescaldo da Guerra Peninsular, muitos negociantes procuravam exportar batata, sem controlo, para o continente, onde os preços eram muito elevados, devido à escassez provocada pelas lutas contra os franceses, motivo pelo

---

<sup>30</sup> Artur Teodoro de Matos (1995), “A Ilha de S. Jorge nas Vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o Estudo da sua História Política, Social e Económica”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 193-194.

<sup>31</sup> Idem, pp. 195-196.

<sup>32</sup> J. Duarte de Sousa (1897), *Ilha de S. Jorge, Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Angra do Heroísmo: Empreza Typo-Lyth. União.

<sup>33</sup> Cit. por Leonor Sampaio (2014), “Observando S. Jorge: olhares e imagens”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord., *ob. cit.*, p. 19.

qual o então Capitão-General procurou — tanto quanto possível — exercer uma certa vigilância sobre o comércio deste produto. Porém, face aos contornos da insularidade podemos inferir o quanto esta terá sido contornada e ludibriada... Nas recentes palavras de Paulo Silveira e Sousa:

para a elite terratenente tradicional, os cereais, o vinho, o gado e, durante alguns decénios no século XIX, a laranja eram os produtos mais seguros e centrais, para conseguirem integrar-se nos circuitos comerciais e desta forma alcançar lucros elevados. Eles constituiriam, assim, uma parte da base material do seu poder, estreitamente ligada com a dominação que os grandes proprietários e morgados exerciam sobre uma parte significativa das terras da ilha<sup>34</sup>.

Prosseguindo com as suas apreciações, Barrett continua a descrever as condições de vida e a economia jorgense:

S. Jorge tem muita falta de água, não existindo nenhuma nascente de boa água, excepto nas partes mais altas da ilha. Nas Velas, esta tem de ser misturada com aguardente para se tornar bebível; de outro modo tem mau gosto e os efeitos são como os da água salgada.

A ilha produz abundante fruta e de muito bom paladar, especialmente as peras que são óptimas e de várias espécies. Desde o vulcão de 1808, a produção de vinho tem sido muito limitada por terem sido destruídos quase todos os melhores vinhedos, embora estejam, agora, a ser recuperados. Antigamente, a exportação era considerável. Exportavam, nada menos, do que 1.000 pipas de vinho por ano. Este comércio diminuiu, imensamente, desde que os Estados Unidos atribuem o mesmo imposto que já era aplicado aos vinhos do Faial, em 1805.

O vinho de uma zona chamada Castelete, que era separada da Urzelina apenas por um muro, é de longe o de melhor qualidade, tendo sido dito por alguns que ele é, ainda superior a qualquer vinho do Pico. Para este vinho se tornar suave e puro precisa de oito a dez meses para se apurar e tem de ser tratado várias vezes por ano. [...]. Num ano normal, os vinhos do Castelete produzem cerca de 300 pipas de 200 canadas, ou seja, cerca de 126 galões (p. 275).

---

<sup>34</sup> Paulo Silveira e Sousa (2014), “A pecuária e a produção de laticínios na ilha de S. Jorge durante a segunda metade do século XIX”, in *Aquém e Além de S. Jorge: memória e visão*, S. Jorge: Ega, p. 58.

Frederico Maciel também aponta a abundante produção vinícola jorgense, tendo os primeiros bacelos, segundo este estudioso, sido introduzidos pelos povoadores. As vinhas abundavam no litoral da ilha, “na Queimada, Fajã, Ribeira do Nabo, Urzelina, Terreiros e Fajã Grande, podendo a sua produção, em anos normais, atingir as 600 pipas nas Velas, as 400 na Calheta e as 200 no Topo, num total de meio milhão de litros”<sup>35</sup>. Este números não se afastam muito dos de Barrett quando indica, como vimos anteriormente, uma exportação anual de 1000 pipas de vinho. Antes de Barrett, Gustave Hebbe oficial da marinha sueca, que deixou um descrição dos Açores datada de 1802, também se refere a uma produção anual jorgense de 1000 pipas de vinho e à água ardente de “excelente qualidade”<sup>36</sup>. Acrescenta ainda, a produção de gado, de madeira e de telha. Muito posteriormente às visitas destes forasteiros, o oídio viria penalizar profundamente a produção vitivinícola, levando à reconversão de vinhedos em laranjais e à substituição das *terras de pão* por pastagens<sup>37</sup>. Porém, ainda nos anos 20 do século XIX, o vinho era tido como o melhor ramo de negócio da ilha, apesar da diminuta produção, como menciona Teodoro de Matos<sup>38</sup>.

Por último, no tocante ao vestuário e aos costumes, Barrett salientou o uso da lã dos carneiros para fabrico de tecidos grosseiros, mas razoáveis, usados pela maioria da população, exceto as classes sociais mais favorecidas a quem, aos membros do sexo masculino, cabia o uso do chapéu. Além da lã, cultivavam linho em grande quantidade pelo que, depois de abastecerem a ilha, vendiam o excedente para outras ilhas, incluindo a Madeira. Quanto ao temperamento dos jorgenses, Barrett é muito pouco lisonjeiro, mas justifica a má fama que ensombrava estes ilhéus.

Como os habitantes de S. Jorge são pouco civilizados, é doloroso dizer que eles são considerados como sendo vingativos, mentirosos e, por vezes, desonestos. Esta situação é devida ao facto da sua grande miséria que é provocada pelo mau sistema de distribuição das terras. [...]. Quase todas estas propriedades são pertença dos morgados residentes, principalmente, na ilha Terceira, para onde

<sup>35</sup> Frederico Maciel (2010), *S. Jorge (trechos da nossa História)*, Velas: Santa Casa da Misericórdia, p. 8.

<sup>36</sup> Jean-Gustave Hebbe (1802), *Description des Îles Açores*, Stockholm, p. 325.

<sup>37</sup> Frederico Maciel, *ob. cit.*, p. 9.

<sup>38</sup> Artur Teodoro de Matos (1995), “A Ilha de S. Jorge nas Vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Ob. cit.”, p. 193.

enviam todo o dinheiro resultante da venda dos produtos que, muitas vezes, até é gasto, inutilmente, em jogo e outras frivolidades. [...]. O habitante natural pode amontoar a sua riqueza e contentar-se em morrer na sua terra natal, mas já os filhos afastam-se [...] indo para um meio mais amplo, em Portugal [...], ou mesmo para o Brasil (p. 276).

A grande miséria do povo jorgense seria, pois, a causa de uma imagem menos favorável entre os ilhéus<sup>39</sup>. Porém, quase de certo não foi de um jorgense que Briant Barrett ouviu esta narrativa alusiva a um temperamento menos edificante. Para Duarte de Sousa os jorgenses eram pacíficos e de boa índole, probos e honrados, ainda que algum “astucioso malandro” tenham manchado os bons créditos deste povo. Os habitantes de S. Jorge eram “sociáveis e hospitaleiros” e as mulheres eram geralmente belas, fecundas e cuidadosas com os seus deveres domésticos — na justa medida do estereótipo feminino do século XIX, acrescentamos nós<sup>40</sup>. Por último José Cândido Avelar também fala, na sua obra, de um povo dócil e morigerado, caracterizado pela “pureza de seus bons costumes”<sup>41</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de Briant Barrett sobre S. Jorge permite-nos, mesmo que nos confrontemos com alguns imprecisões, visitar a ilha nos inícios do século XIX. Percorrendo-a, junto à costa ou pelos caminhos do interior, o viajante britânico calcorreou todo o acidentado território, passando pelas diversas localidades que lhe mereceram diferentes observações. De acordo com a *Corographia Geral dos Açores*, publicada em 1891, S. Jorge tinha efetivamente 10 freguesias, todas elas referidas por Barrett, em 1813: Calheta, Manadas, Norte Grande, Norte Pequeno, Ribeira Seca, Rosais, Santo Amaro, Topo, Urzelina e Velas<sup>42</sup>.

Por outro lado, as produções por ele relevadas (o gado, os inhames e o vinho) correspondem à importante pecuária e aos cultivos de consumo e exportação

---

<sup>39</sup> Ainda na atualidade, os jorgenses são apelidados em outras ilhas do arquipélago como “patacas falsas”. Talvez venha daí esta designação.

<sup>40</sup> J. Duarte de Sousa (1897), *ob. cit.*, p. 88.

<sup>41</sup> João Soares de Albergaria cit. por José Cândido da Silveira Avelar (2023), *ob. cit.*, p. 126.

<sup>42</sup> Alberto Telles (1891), *Chorographia Geral dos Açores*, Lisboa: Imprensa Nacional.

que, à época, eram marcas identitárias jorgenses. De resto, além das paisagens características e dos fenómenos vulcânicos e sísmicos abundantes e catastróficos, o viajante britânico aflora a pobreza endémica que muito causticou as populações fazendo avultar as correntes emigratórias que de acordo com Duarte de Sousa “têm lugar distinto na história desta ilha”<sup>43</sup>.

Apesar do seu perfil de literatura de viagens poder levar o leitor a intuir que se tratam de relatos e informações pouco precisas e até subjetivas, o que é certo é que a obra de Barrett é muito rica, procurando o seu autor ser, o mais possível, fiel à realidade, retratando S. Jorge, as suas paisagens, as atividades e as gentes, com algum rigor e fidelidade, como se comprovou com as referências comparativas com outros autores e textos alusivos à mesma ilha e a períodos temporais muito próximos.

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA:

- Avelar, João Cândido da Silveira (2023), *Ilha de São Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Introdução, atualização, notas e índices de Artur Teodoro de Matos, Velas: Câmara Municipal das Velas. Ed. original: 1902.
- Barrett, Briant (2017), *Relato da Minha Viagem aos Açores – 1812-1814*, Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições. Nota Prévia de Manuela Vaz de Medeiros. Prefácio de Susana Serpa Silva.
- Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2005), *Os Açores em finais do Regime da Capitania-Geral, 1800-1820*, Horta: Núcleo Cultural da Horta / Câmara Municipal da Horta, 2 vols.
- Dias, Fátima Sequeira (2000), “A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre ‘politicamente correta’ do viajante nas ilhas), in *O Papel das Ilhas do Atlântico na Criação do Contemporâneo. Actas do V Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico*, Angra do Heroísmo: IHIT, pp. 170-185.
- Hebbe, Jean-Gustave (1802), *Description des Îles Açores*, Stockholm.
- Maciel, Frederico (2010), *S. Jorge (trechos da nossa História)*, Velas: Santa Casa da Misericórdia.

---

<sup>43</sup> J. Duarte de Sousa (1897), *ob. cit.*, p. 77.

- Matos, Artur Teodoro de (1995), “A Ilha de S. Jorge nas Vésperas da Vitória Liberal (1825-1831). Contributo para o Estudo da sua História Política, Social e Económica”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 189-197.
- Matos, Paulo (2014), “Achegas para o estudo da população da ilha de S. Jorge, 1768-2012”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord., *Aquém e Além de São Jorge: memória e visão*, S. Jorge: CHAM / Misericórdia das Velas, pp. 41-55.
- Mendonça, Elsa (1966), *Ilha de S. Jorge — subsídios para estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais*, Sep. do Boletim do IHIT.
- Mendonça, Luís (2021), *Aspetos da Vida Quotidiana nos Açores. Perspetiva histórica*, Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições,
- Meneses, Avelino de Freitas de (2014), “Prefácio”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord., *Aquém e Além de São Jorge: memória e visão*, S. Jorge: CHAM / Misericórdia das Velas, pp. 9-12.
- Meneses, Avelino de Freitas de (2011), “S. Jorge, 9 de Julho de 1757: a memória de um terramoto devastador”, in *Antigamente Era Assim! Ensaios de História dos Açores*, Ponta Delgada: Publiçor, pp. 512-525.
- Sampaio, Leonor (2014), “Observando S. Jorge: olhares e imagens”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord., *Aquém e Além de São Jorge: memória e visão*, S. Jorge: CHAM / Misericórdia das Velas, pp. 15-24.
- Sousa, J. Duarte de (1897), *Ilha de S. Jorge, Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Angra do Heroísmo: Empreza Typo-Lyth. União.
- Sousa, Paulo Silveira (2014), “A pecuária e a produção de laticínios na ilha de S. Jorge durante a segunda metade do século XIX”, in Costa, Susana Goulart, Silva, Leonor Sampaio da e Chaves, Duarte Nuno, coord., *Aquém e Além de São Jorge: memória e visão*, S. Jorge: CHAM / Misericórdia das Velas, pp. 57-78.
- Telles, Alberto (1891), *Chorographia Geral dos Açores*, Lisboa: Imprensa Nacional.



